



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "C" AO Nº 113 SEXTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC

Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2015	004
Ata da 4ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2015	022
Ata da 5ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2015	049
Ata da 6ª Reunião, realizada em 3 de junho de 2015	077

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia quinze de abril do ano de dois mil e quinze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Senador Fernando Bezerra Coelho**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra e dos Deputados Eros Biondini, Roberto Balestra, Sérgio Souza, Leônidas Cristino, Jaime Martins, Giovani Cherini e Antonio Carlos Mendes Thame, membros da Comissão e do Deputado Weliton Prado, não membro. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senador Fernando Bezerra Coelho, Presidente da Comissão, declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** para debater o tema: “**Diagnóstico da Crise Hídrica no Brasil**”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 31 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: **Paulo Nobre**, Pesquisador do Centro de Previsão de Tempos e Estudos Climáticos do INPE e **Joaquim Guedes Correa Gondim Filho**, Superintendente de Operações e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas - ANA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senador Donizeti Nogueira e os Deputados Sérgio Souza, Relator, Leônidas Cristino e Roberto Balestra. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência comunica que a próxima Reunião será convocada para o dia vinte e nove de abril do corrente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Fernando Bezerra Coelho**, Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, que cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema Diagnóstico da Crise Hídrica no Brasil.

Queria convidar, para a Mesa, Sr. Joaquim Guedes Corrêa, Superintendente de Operações e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas e que, neste ato, representa o Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu, que, por motivos supervenientes, não pôde atender o convite para estar conosco na tarde de hoje.

Queria também convidar, para sentar à mesa, o Sr. Paulo Nobre, Pesquisador do Centro de Previsão de Tempos e Estudos Climáticos do Inpe.

Queria informar aos senhores e senhoras que esta é a abertura do nosso ciclo de palestras, do nosso ciclo de painéis que foi definido como a agenda de trabalho da nossa Comissão, neste importante ano de 2015, quando estaremos realizando a COP 21, em Paris, que tem como objeto a construção de um novo instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável que vai substituir o Protocolo de Kyoto.

Por deliberação, a partir de uma sugestão do nosso Relator, o Deputado Sérgio Souza, ficou definida – atendendo também a manifestação dos membros desta Comissão – a nossa preocupação e a nossa atenção central à questão da crise hídrica que se abate sobre o território nacional, de forma mais intensa no Nordeste brasileiro, mas também com repercussões muito sérias nas principais regiões metropolitanas do País, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Então, eu queria convidar o nosso Relator...

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Fico aqui, na bancada, para poder assisti-los.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

Gostaria de dizer, portanto, que a abertura desse ciclo de palestras é muito importante, porque o objetivo aqui, hoje, ouvindo essas importantes instituições, é ter um diagnóstico do quadro dessa crise hídrica nas

diversas regiões do País, para que, na sequência, possamos avançar às reflexões sobre como estamos estruturados, organizados, preparados para enfrentar esse desafio do ponto de vista do marco legal – a importância de aprimorarmos a legislação no que diz respeito à questão dos recursos hídricos, à sua gestão – e sobre como também os três Entes da Federação estão estruturados do ponto de vista administrativo. Enfim, como é que o Governo Federal, os Governos estaduais e os Governos municipais estão organizados para poder enfrentar o melhor encaminhamento de ações e de políticas para a questão dos recursos hídricos.

É evidente que também teremos de aqui debater a conveniência de aprofundar temas, como a questão relativa aos investimentos necessários, importantíssimos para que possamos vencer o desafio de ofertar água para a nossa população. Mas, além de atender à população, a água tão importante e tão necessária para a geração de energia, para a produção de alimentos, enfim, para a produção da fruticultura e para as áreas irrigadas, que têm uma importância fundamental, sobretudo, no Semiárido nordestino.

Teremos de abordar também a questão dos investimentos que precisam ser organizados, hierarquizados, priorizados, porque é muito comum nós depararmos com muita improvisação na definição desses investimentos. São poucos esses projetos, pouquíssimos projetos. Eu posso dar esse testemunho pela experiência de ter estado à frente do Ministério da Integração, durante três anos. Então, nós não temos uma carteira de projetos organizada, hierarquizada, que possa ter critérios nacionais para que possamos melhor aplicar e alocar os recursos que são sempre escassos.

Eu diria também que temos de enfrentar problemas que são recorrentes e que se arrastam há décadas: é a má distribuição da água, o desperdício na distribuição da água. Nós temos perdas médias, das companhias estaduais de água, na ordem de 40%. Então, é muito desperdício e precisamos ter propostas e iniciativas políticas que possam criar uma cultura de eficiência, de racionalização do uso da água.

E finalmente, para não me alongar e dar a oportunidade de abriremos as palestras que estão programadas, também temos a compreensão, no que diz respeito a um ano difícil como esse, um ano em que se anuncia um contingenciamento orçamentário da ordem de R\$70, R\$80 bilhões, de promover uma leitura, em relação aos empreendimentos ligados à área de recursos hídricos, que possa ficar um pouco longe desses cortes, para que possamos dar sequência a obras importantíssimas que estão em curso. Aqui, eu destaco a obra da transposição do São Francisco, que é uma obra que vai oferecer a perspectiva da segurança hídrica para mais de 12 milhões de nordestinos.

Então, feitas essas considerações iniciais, eu queria combinar aqui que o primeiro a usar a palavra será, portanto, o Sr. Paulo Nobre. E, na sequência, nós ouviremos, então, a palestra do Sr. Joaquim.

Então, com a palavra, o pesquisador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe, o Sr. Paulo Nobre.

O SR. PAULO NOBRE – Sr. Senador Fernando Bezerra, muito obrigado. Obrigado pelo convite.

Senhoras e senhores, este, de fato, é um tema urgente: a disponibilidade hídrica. O Brasil é um país agrariado com a quantidade de recursos hídricos que recebe e tem uma vertente muito bem colocada, econômica, social, produção de alimentos, abastecimento humano, muito grande.

Então, eu queria, muito brevemente, trazer essa discussão: o diagnóstico dessa crise hídrica. Ela é recorrente no Nordeste do Brasil. A água é abundante na Amazônia e aceita como uma decorrência normal no Sudeste – o verão chega e se espera que chova –, enquanto, no Nordeste – sou especialista; trabalho com o Nordeste desde o meu mestrado, em 1984 –, é uma incerteza a cada ano.

As políticas que se desenvolveram, no Brasil, ao longo dos anos, levam, naturalmente, a essa consideração. Qual é o risco de um desabastecimento para a cidade de São Paulo?

Eu vou trazer algumas considerações do aspecto meteorológico. A pergunta é: essa crise hídrica que afetou o Sudeste, em 2014, início de 2015, é um acidente? É uma coisa que aconteceu uma vez e não precisamos nos preocupar ou existem sinais que nos alertam para nos programarmos para essa questão?

Como estamos na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, eu queria, primeiro, salientar que eventos extremos climatológicos, deslizamentos, enchentes, furacões, vendavais, ondas de calor, ondas de frio, que são essa curva aqui à esquerda, estão aumentando de uma maneira exponencial no Planeta. Ela não é um evento brasileiro. Aqui em baixo, tem essa curva que mostra a sismicidade, o número de terremotos acontecendo no Planeta. Então, existe um descolamento muito grande. Enquanto no começo do século era muito parecido o número de eventos extremos e terremotos, hoje nós temos um número muito grande que afetam as pessoas, as sociedades, de uma maneira muito dolorosa, de um planeta, hoje, com 7 bilhões, caminhando para 8 bilhões de pessoas.

Aqui, à direita, nós temos uma imagem do primeiro furacão que atingiu o Brasil, o furacão Catarina, em 2004. Embaixo, em janeiro, fevereiro, março e abril de 2010, tivemos o período mais quente da história registra-

da. Então, a mensagem é: tem alguma coisa diferente acontecendo. E a pergunta que nós nos fazemos, estando no Senado, é: o que o Brasil precisa fazer, o que nós precisamos fazer para nos adequarmos a essa condição?

O Brasil está mais quente ou esse negócio de aquecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO NOBRE – Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO NOBRE – É o número de terremotos registrados no Planeta. Isso para dar um diferencial de que a quantidade de outros tipos de eventos, enchentes, secas, vendavais, é muito maior do que o número de terremotos. E nós não atribuímos uma causa antrópica para os terremotos, mas esta é a grande discussão da ciência: qual é a participação antrópica na ocorrência de secas e furacões, etc.?

Número 1. Eu queria pontuar com essa figura um cálculo que eu mesmo fiz, uma média ponderada das estações meteorológicas com dados de temperatura de superfície, no Brasil, desde 1960 até 2010. Na média, o País está mais quente. É uma medida numérica.

Aqui é o número de desvios padrões, etc. É um índice.

Essa é uma medida de que o aquecimento global está presente no Brasil. O Brasil de hoje é mais aquecido. Por exemplo, em Araripina, nos últimos 40 anos, a temperatura cresceu um grau por década. Araripina é 4°C mais quente que a média. É uma coisa pontual. Não é o Brasil que tem essa temperatura. Em Campinas, em 100 anos, cresceu 1°C a temperatura. Quer dizer, muito variável espacialmente, mas a mensagem é: essa questão do aquecimento é uma questão nacional. De que forma isso afeta ou pode estar ligado a eventos extremos hídricos? Hoje a nossa conversa é sobre isso.

Vamos lembrar as duas grandes secas recentes na Amazônia. A Amazônia é um lugar abençoado, com muita chuva, e não é à toa. Há uma interação da floresta com a atmosfera, os oceanos – hoje nos sabemos mais isso. Na seca de 2005, e eu me recordo muito, fazendo os cálculos, na época, se disse: “Não se preocupem com ela, porque é uma seca de tempo de recorrência de 100 anos. Só em 2105, nós vamos nos preocupar novamente.” Em 2010, nós tivemos outra grande seca na Amazônia. Então, nessa estatística, nós vamos passar 200 anos sem secas na Amazônia? Não, o conceito de tempo de recorrência não se aplica quando o clima está em transe, quando o clima está em mudança. Esse conceito de que um grande evento só ocorre a cada tantos anos só se aplica quando a média é estacionária, quando o clima não está mudando. Quando o clima está mudando, grandes secas se tornam mais frequentes. Nós vamos ver um pouco mais disso logo à frente.

A outra coisa é a estiagem 2014/2015.

Uma grande estiagem afetou a Região Sudeste, que não está habituada a grandes períodos sem água. Isso foi trazido para a Presidência da República, em janeiro de 2014, para os Senadores e Ministros presentes como um alerta. Por quê? São Paulo não sabe lidar com carro-pipa. Não é possível levar água para 20 milhões de pessoas com os meios disponíveis, por exemplo, utilizados e desenvolvidos na Região Nordeste. Ela foi a maior estiagem no registro histórico. A pergunta é: ela foi a maior estiagem no registro histórico a exemplo do que foi em 2005, na Amazônia? Algo que nós não precisamos nos preocupar, porque foi tão extraordinário que, só daqui a 100 anos, vai acontecer de novo? Nós vamos ver que não é bem assim.

A mídia deu grande cobertura a isto: outubro de 2014, Cantareira com 3%. Isso alcançou a mídia mundial. Nós conhecemos o fundo do reservatório da Cantareira. Não sabíamos, na época, se haveria possibilidade de desabastecimento. Eu achei muito interessante esse artigo do Herton Escobar, no *Estado de S. Paulo*. No dia 21 outubro, ele fala: “Imagine se você pudesse voltar no tempo e alguém dissesse, 10 anos atrás, que, em 2014, o sistema Cantareira iria secar e metade da cidade de São Paulo ficaria sem água. Você acreditaria? Levaria a sério? Ou simplesmente diria: ‘Imagina, que exagero!’” E aconteceu.

A previsão para o futuro é uma coisa muito importante, e a pergunta que eu novamente coloco é: Nós estamos diante de uma possibilidade de recorrência de secas da ordem da que aconteceu na região Sudeste? E a outra é: Ela é, realmente, uma questão da Região Sudeste ou está afetando o Brasil?

Deixe-me só falar do mecanismo físico que causou a seca de 2014.

Desculpem a técnica.

É pressão atmosférica. Estamos com a circulação da Alta Subtropical do Atlântico, que, normalmente, no verão, não está aqui, fica mais distante e chove. Quando ela entrou sobre essa região, que é uma condição de inverno, causou um movimento subsidente. Nós tínhamos o sol a pino, porque é verão, e a circulação do inverno. Não chove. Vivemos isto em janeiro e fevereiro do ano passado: aquele céu de inverno, mas com o sol a pino. As temperaturas atingiram vários recordes, nos centros urbanos, e parou de chover. E daí a pergunta: “Esse sistema causou aquela seca? E daí? Vai acontecer isso de novo?” Nós ainda não temos a explicação do

que fez com que essa atmosfera gerasse essa circulação, mas existem alguns aspectos que, talvez, tirem o foco do evento específico de janeiro e fevereiro de 2014 e janeiro de 2015.

Esse é um trabalho em curso do Carlos Nobre e colaboradores. São as bacias de captação do Cantareira. São várias bacias. Foi obtida a vazão afluente natural, desconsiderando as barragens. Quanto seria o rio correndo naturalmente?

Chamo a atenção de que, desde 1980, existe uma diminuição da afluência na bacia do Cantareira. Essa diminuição, já de 20, 30 anos, não é causada por um fenômeno atmosférico particular de algum ano. É uma redução gradativa da captura da água nessa bacia.

Nessa sub-bacia, aqui, não houve redução, houve um pequeno, um ligeiro aumento.

Na ciência, nós estamos sempre querendo saber a causa: por que houve uma diminuição da afluência? Houve uma diminuição da afluência porque houve diminuição da chuva ou porque se mudaram as condições de cobertura do terreno e a infiltração é menor? Com isso, a capacidade do sistema de subsistir a períodos de estiagem é diminuída.

Vamos olhar se isso é uma particularidade do sistema Cantareira, ou não, e se isso é uma coisa recente.

Vejam nessa figura. A linha verde é precipitação de verão, quando se dá a recarga. No inverno, chove pouco. Essa linha tracejada mostra que, desde 1960 a 2015, existe uma tendência de longo período de redução das chuvas no sistema Cantareira. E vejam os máximos. Eu coloquei aqui essas três linhas. Esses máximos são muito significativos. Enquanto, nas décadas de 1960 a 1980, as chuvas chegavam a ultrapassar 1.000mm durante o verão, de 1980 a 2000 e mais recentemente, elas mal ultrapassam 800mm. Isso está associado com a condição de as afluências serem menores, gradualmente, porque as chuvas estão diminuindo. Isso, no sistema Cantareira, é uma observação. Não são modelos. São coisas observadas. É uma coisa de longo período. Então, há uma preocupação de que algo está mudando no sistema climático que está fazendo com que, na bacia do Cantareira, a cada década, chova menos. Podemos extrapolar isso para o futuro? Não! Isso pode ser uma variação de baixa frequência, e, daqui a 20, 30 anos, ela pode subir.

Mas vamos olhar, então, como isso se dá nesses anos recentes.

Esse é um índice de precipitação de dezembro, janeiro e fevereiro de 2010 até 2015. De modo geral, em todos esses anos, não só no Sudeste, como também no Nordeste... Em 2012, 2013, duas grandes secas no Nordeste; em 2014, um ano normal; em 2015, até março, seco, seca na Amazônia. Mas vejam que, no Sudeste, há vários anos, desde 2010, não chove abundantemente. A pergunta é: será que essa é uma variação de longo período? Com a deficiência, ano após ano, é como uma caderneta de poupança, em que você tira e não repõe a água ao longo dos anos.

Eu fiz essa figura especialmente para essa nossa conversa. Vamos gastar um tempinho com ela. Eu fiz um balanço, como conta bancária. Eu somo todos os meses o excedente ou a deficiência de chuva em cada uma das sub-regiões das Regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Primeiro, notem o vermelho. Essas áreas são de deficiência acumulada de chuva: quanto deixou de chover sobre a região como um todo acumuladamente, como em uma conta bancária.

Aqui está em metros, estão vendo?

Então, nós temos um déficit de 6m^3 por metro quadrado, de toda essa região. É água que não choveu, relativamente à climatologia de 1960 a 1990. A partir de 1980, aproximadamente, está chovendo menos em todo Brasil, menos na Região Sul, que, na década de 1960/70, apresentou chuvas abaixo da média e chuvas acima da média. Na soma, é, aproximadamente, climatológico. Mas vejam o Sudeste. Em 2015, entrou um fenômeno meteorológico que suprimiu a chuva de verão e nós entramos em crise. Por quê? Porque estamos há décadas recarregando menos. Falo somente da questão das chuvas, sem considerar a cobertura vegetal diminuída, que diminui a recarga hídrica, e o Joaquim vai poder falar para nós a questão hidrológica. A chuva é só o primeiro insumo. Para que haja disponibilidade hídrica, é preciso que esta chuva não se transforme imediatamente em escoamento e vá para o oceano. Ela precisa recarregar os aquíferos.

Essa figura é uma figura que, eu diria, Senador, de extremo alerta. Os colegas da área hidrológica sabem asseverar o valor econômico da quantidade de água que não choveu. É preciso começar a calcular o prejuízo a partir de quanta água está disponível para a geração de energia elétrica para abastecimento. No ano de 2015 – e eu estava vendo com o Joaquim agora há pouco –, no Cantareira, choveu em fevereiro e março, mas choveu pouco. Não estamos com a recarga esperada. Essa é uma questão premente, eu diria. Estamos com deficiência de precipitações acumuladas em todo o Brasil, em todas as suas sub-regiões. Não é um fenômeno meteorológico aleatório, que aconteceu em 2014 e, no ano que vem, vai estar tudo bem. Temos uma condição de deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com licença. Solicitaria que desligassem os telefones, pois estamos em audiência pública. Por favor. Pode continuar.

O SR. PAULO NOBRE – O diagnóstico é que a seca de 2014 e início de 2015 foi severa e causou ameaça do desabastecimento de dezenas, de milhões de pessoas, numa região desabituada à falta hídrica. A pergunta é: e o futuro? O que podemos dizer em relação ao futuro, o que sabemos dizer em relação ao futuro? Para falar do futuro, temos que usar modelos. São modelos matemáticos desenvolvidos no Brasil.

Esse é o modelo brasileiro de sistema terrestre. Foi desenvolvido no Brasil em um esforço da Rede Brasileira de Pesquisa e Mudanças Climáticas, Rede Clima, e várias universidades, lideradas pelo Inpe. Deixe-me explicar essa figura.

A quantidade de carbono na atmosfera está aumentando. Já atingimos 400 partes por milhão no ano retrasado, se não me engano. A temperatura está aumentando no Brasil. Temos eventos extremos. Fizemos um experimento: aumentamos muito o CO₂ no nosso modelo e perguntamos como vai ser o clima no futuro, quando o CO₂ estiver maior. É um cenário.

Essas são duas estatísticas. Em relação ao clima presente e futuro, o vermelho são dias consecutivos secos, os chamados veranicos, períodos sem chover consecutivamente. Vemos que, em um cenário de mudanças climáticas, na Região Sudeste, na Região Nordeste e no Norte, o modelo indica que existe uma tendência de que as secas se tornem mais profundas, mais longas. O gráfico da direita mostra precipitação extrema, que é também um dos índices, chuvas muito intensas. Vermelho significa aumento de chuvas intensas. Vejam o contraste no Sudeste: aumento de períodos sem chuva e aumento de chuvas intensas, que é o que estamos experimentando. São enchentes e secas convivendo, ao mesmo tempo.

Isso é um resultado de modelo. Essa é uma projeção do que pode vir acontecer e que, em parte, estamos observando.

Na Região Nordeste e Norte, há um aumento dos períodos de seca e diminuição dos períodos de chuva intensa. Então, mostra uma diminuição total de chuva prevista pelo modelo.

A próxima figura mostra o total de chuvas esperadas. O que o modelo diz quando dobrarmos, triplicarmos e quadruplicarmos o CO₂? Aumento de chuvas no Sul e Sudeste, que é um resultado que vários modelos mundiais mostram, e redução de chuvas na Amazônia e no Nordeste. Algum dos senhores poderia levantar a mão e dizer que acabei de mostrar que o Sudeste e todas as regiões estão diminuindo nos últimos 20 anos. Isso aqui é um cenário para daqui a 50 ou 100 anos. O modelo ainda não capturou essa redução presente da chuva. Ele diz que, no futuro, existe uma possibilidade de que aumente o total de chuvas no Sul e no Sudeste, através de períodos mais longos sem chuva e, ao chover, chuvas muito intensas e, para a Região Norte e Nordeste – isso já estamos observando –, uma redução das chuvas.

Não vou ter condições de me estender aqui, mas queria deixar esse eslaide.

A síntese do conhecimento científico hoje desenvolvido no Brasil, com os projetos LBA e outros, já indica que as florestas, os maciços florestais, têm papel fundamental no processo de geração da chuva e da recarga dos aquíferos. O nosso capital arbóreo nacional é um capital que nos garante água. Existem fatores externos ao Brasil, que são as mudanças climáticas globais, que afetam a nossa situação, porém, as árvores, não só as árvores, mas os contínuos maciços florestais de todos os nossos biomas são elementos essenciais para a segurança hídrica. No ano passado, eu chamei isso de seguro clima. Qual o nosso seguro? Temos nossa capacidade de regeneração, de produção de chuva e regularização de clima através das florestas.

Em conclusão, queria deixar esse alerta do que podemos fazer. Não podemos mudar o clima do mundo, mas podemos preservar os serviços ambientais ecossistêmicos gerados pelo Brasil. As nossas florestas tropicais são uma riqueza incalculável, um acervo da humanidade, um acervo das futuras gerações, na medida em que, nos projetos de genoma, conseguimos identificar os segredos do DNA das plantas, das xerófitas do Nordeste, com fármacos de valor econômico enorme. É uma questão do âmbito do Senado, do mais alto nível da legislação brasileira garantirmos a produção de água e ar para nós todos. Essas mudanças climáticas não são do futuro. São do presente e afeta a nossa sociedade hoje de maneira muito dura.

Isso que apresentei é fruto, com muito orgulho, digo, de uma rede de pesquisa, da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com centros em todo o Brasil.

Paro por aqui agradecendo a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Paulo.

Passo a palavra, na sequência, ao Sr. Joaquim Guedes.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa e os participantes em nome do Senador Fernando Bezerra. Vou falar e vocês vão notar que sou conterrâneo dele. Minha voz não vai negar que sou nordestino, mas moro aqui há muitos anos e já quase perdi o sotaque.

Nessa lógica, gostaria de tocar num assunto iniciando pelo próprio tema: crise hídrica. Durante muitos anos discutimos a questão das secas, vocês devem se lembrar. Seca no Nordeste, seca na Amazônia e agora estamos discutindo uma questão mais ampla chamada crise hídrica. Essa é uma diferença que parece simplesmente linguística, mas embute outras coisas, por quê? Porque uma crise hídrica não pode ser associada somente às questões de baixas precipitações. Ela tem mecanismos que podem atenuar a baixa precipitação ou agravar as baixas precipitações. Exemplo: controle da demanda, que aqui foi falado *en passant*, perdas nas cidades, uso racional da água, tudo caminhando para atenuar a falta de chuvas, a falta de condições meteorológicas adequadas.

Outras questões agravam a crise como o planejamento defasado. Todos os dias temos uma fábrica que se instala, uma criança que nasce, o comércio que aumenta, a agricultura que aumenta, que significam demandas crescentes. Um bom planejador tem que colocar a oferta acompanhando as demandas.

Então, é essencial no começo da conversa caracterizar que uma crise hídrica se deve, em grande parte, à questão das baixas pluviometrias, mas não pode ser atribuída unicamente a um fator. Ela é mais ampla e tem que ser discutida num ambiente de vulnerabilidade. Então, nessa lógica, temos uma região que tradicionalmente enfrenta uma situação de escassez, que é a Região Nordeste. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Nessa lógica, gostaria de tocar em um assunto iniciando pelo próprio tema: crise hídrica.

Durante muitos anos, discutimos a questão das secas, e vocês devem se lembrar – seca no Nordeste, seca na Amazônia –, e, agora, estamos discutindo uma questão mais ampla chamada crise hídrica. Essa é uma diferença que parece simplesmente linguística, mas embute outras coisas, por quê? Porque uma crise hídrica não pode ser associada somente à questão de baixas precipitações. Ela tem mecanismos que podem atenuar a baixa precipitação ou agravar as baixas precipitações. O controle da demanda, que aqui foi falado *en passant*, as perdas nas cidades, o uso racional da água, tudo isso caminha para atenuar a falta de chuvas, a falta de condições meteorológicas adequadas. Outras questões agravam a crise, como o planejamento defasado. Todos os dias temos uma fábrica que se instala, uma criança que nasce, o comércio que aumenta, a agricultura que aumenta, que significam demandas crescentes. Um bom planejador tem que colocar a oferta acompanhando as demandas. Então, é essencial, no começo da conversa, caracterizar que uma crise hídrica se deve, em grande parte, à questão das baixas pluviometrias, mas não pode ser atribuída unicamente a um fator. Ela é mais ampla e tem que ser discutida num ambiente de vulnerabilidade.

Nessa lógica, temos uma região que tradicionalmente enfrenta uma situação de escassez, que é a Região Nordeste, que está enfrentando, neste ano, um quarto ano consecutivo de secas. Nós tivemos secas em 2012, 2013 e 2014. Neste ano, até esta data – e pode ser que mude, porque a quadra chuvosa nessa região vai até maio, em alguns locais –, está se caracterizando uma pequena recarga, por exemplo, nos reservatórios que abastecem as cidades.

Como se dá, no Nordeste, essa questão para, depois, trazê-la para a Região Sudeste? Em um primeiro momento, no primeiro ano de seca, sofrem as populações rurais dispersas. Por quê? Porque não detêm condições adequadas de guardar água dos meses chuvosos para os anos dos meses secos; nem dos anos chuvosos para os anos secos. Então, no primeiro momento, a pecuária tem sofrido muito. A agricultura, de maneira geral, também sofre. Mas existem mecanismos de suporte, que foram acionados pelo Governo Federal, que deram proteção para essa população para que não acontecesse, como era comum no passado, aquelas invasões de cidades, saques, ou mesmo aquele deslocamento de populações. Hoje, os mecanismos de proteção do Governo Federal e dos Governos estaduais e municipais atenuaram essa situação.

Mas, no agravamento da crise, a partir do segundo, terceiro ano, a crise toma outra dimensão, porque começa a faltar água nos reservatórios plurianuais, aqueles que guardam água de um ano para outro e de meses mais chuvosos para o mais seco. E o que acontece? Começamos a apresentar problemas no abastecimento urbano das populações. Esforços têm sido feitos no sentido de deslocar a água desses reservatórios ainda maiores, aqueles grandes reservatórios, para atendimento dessa população. Alguns esforços essenciais foram feitos nisso. Hoje, a gestão de recursos hídricos tem avançado muito na Região Nordeste, particularmente no Estado do Ceará, onde se têm conduzido obras hídricas emergenciais, a que eles chamam de adutoras de engate rápido, levando água, rapidamente, de locais onde ainda há oferta para regiões desassistidas. Fora isso, existe, hoje, no Nordeste, uma frota grande dos chamados caminhões-pipa, coordenada pelo Exército brasileiro, no sentido de garantir as necessidades mínimas da população, uma quantidade de água que dê para sua sobrevivência diária. Isso fez com que a Região Nordeste enfrentasse essa situação, claro, todo ano agravada, sem entrar na mídia, como entrou, por exemplo, a crise hídrica do Sudeste, de que nós falaremos agora.

Então, hoje, o momento é de muita cautela no Nordeste. Os reservatórios estão secos. Os principais mananciais que abastecem as cidades estão, em muitas regiões, muito baixos, o que faz com que tenhamos um alerta para o período seco que vem aí. Por quê? Passado esse mês de maio, nós vamos ter o normal do Nordeste, que é a época seca, que vai até dezembro, janeiro, onde começa a pré-estação e, depois, a estação de chuva de 2016. Então, o quadro para a região Nordeste é um quadro de atenção, muita atenção, em função, principalmente, das baixas recargas dos reservatórios principais da região neste ano.

E no Sudeste? No Sudeste, a partir de outubro, novembro de 2013, começou a ter baixas vazões nos rios. Entretanto, naquele momento, outubro, novembro, dezembro, as vazões ainda estavam dentro daquelas perspectivas históricas. O que é isso? Ainda estavam em valores que, no passado, já tinham acontecido. Está certo? E veio, então, o janeiro de 2014, a partir do qual os valores dessas vazões, dessas entradas de águas nos reservatórios, nos rios, passaram a ficar inferiores aos piores dos históricos.

É muito comum vocês ouvirem falar que a seca é a maior seca dos últimos 80 anos. A explicação dos 80 anos é simplesmente porque nós temos 80 anos de idade. Então, ter 80 anos de idade, essa seca foi a maior dentro desses 80; então, é a pior dos 80... Mas, se nós tivéssemos 100 anos de idade, talvez (ou cento e poucos anos de idade), essa seca também o seria, porque ela foi, no ano de 2014, na região Sudeste, um ponto muito fora da curva. A última grande seca que existiu na região, de maneira mais generalizada, foi a do ano de 1953. Talvez, a grande maioria de vocês nem tinha nascido. Então, se perdeu a memória do que foi a seca de 1953, que é considerado o ano de planejamento. Quando a gente planejava um sistema hídrico, a primeira pergunta que se fazia era qual é a sua proteção, porque todo sistema tem de ter uma proteção. Se você está protegido para que seca? E o engenheiro dizia: "Eu estou protegido para a seca de 1953." E achava que estava ótimo. Essa seca deu metade da água que chegou em 1953. Foi um ponto totalmente fora da curva.

Bom, nós ouvimos, agora, o Paulo falar da questão das mudanças climáticas. Um ponto essencial. Mas eu diria que falta um passo intermediário. Quando se fala em mudança climática, se fala: "Não, a mudança climática vai acontecer daqui a 30 anos, 20 anos...". Não! Existe uma coisa que se chama variabilidade natural do clima. Eu não falei que teve um grande período de seca na década de 50? Depois, passaram-se vários anos bons. Então, o clima, por sua natureza, sem mudança climática, sem a agravante da mudança climática, ele já é sazonal e variável. Existe o pensamento de alguns, dos que eu faço parte, de que, se nós estivermos hoje mais bem preparados para enfrentar as variabilidades naturais do clima, nós estamos dando um grande passo para enfrentar as mudanças climáticas. Se eu conseguir enfrentar essas variabilidades naturais – sem discutir a questão da mudança climática, só a variabilidade natural do clima, que já existe e é comprovada em todos os compêndios –, nós estaríamos dando um grande passo para enfrentar essa questão futura da mudança climática.

Então, o que muda no Sudeste? No Sudeste, as populações mudam de escala. São grandes metrópoles. A gente está falando de cidades como a de São Paulo, uma grande metrópole. Soluções para uma grande cidade não conseguem ser viabilizadas no curto espaço de tempo, porque os valores e a complexidade dessas ações são grandes. Isso trouxe para a mídia a questão das grandes cidades e o desabastecimento. Queira Deus que, a partir das lições apreendidas nesse evento, as pessoas mudem de hábitos.

Muitos de nós, e aí sim, todos nós enfrentamos as secas de 2001 e de 2012, e o que nós fizemos? Todos nós, hoje, saímos da sala e apagamos a luz, coisas que, naquele momento... Trocamos todas as lâmpadas incandescentes. Fizemos tudo e nos adequamos. E isso ficou como cultura, e, até hoje, a grande maioria da população permanece com ela. A grande maioria da população permanece com essa cultura da economia. E vai acontecer isso na água. Vai acontecer... Eu participo de alguns fóruns internacionais em que se dão ampulhetas. "Para que essa ampulheta?" "É para você botar assim para virar. É o seu tempo de banho." Ela dura, mais ou menos, cinco minutos. Para você se adequar a esse momento, eles dão as ampulhetas. Você bota assim e toma banho. É o seu tempo. Com isso, você começa a ter a noção do seu tempo racional de utilização.

Então, questões essenciais que a agência coloca. Neste primeiro momento, uma crise hídrica não é só decorrente de falta de chuva. Ela tem outros fatores que atenuam e agravam. Segundo, o planejamento é essencial. Planejar o futuro com base na experiência de termos passado por crises anteriores e exercer o que chamamos de gestão da demanda, que são essas ações que falamos: uso racional da água, a questão do reuso. Nós ainda estamos tendo pouca questão do reuso no nosso País. Se, no primeiro momento, ele pode ser viabilizado para o setor agrícola, que se viabilize para ele; e, se, no segundo momento, for necessário para o abastecimento, como em alguns países já é necessário, que se abra essa discussão. Essa é uma posição inicial da agência.

Nós temos, hoje, sistemas em atenção. A cidade de São Paulo, por tudo o que se passou, melhorou as condições. A gestão foi feita, as ações estão sendo feitas, mas a chuva não veio na quantidade suficiente ainda para tirar o sistema da atenção. Incorporou-se uma cidade nova, que não entrava na discussão, que é Belo Horizonte. Essa cidade entrou na discussão da crise hídrica. E o Rio de Janeiro, devido à sua complexidade de ser abastecido por um único manancial, o Paraíba do Sul, que transfere água para o Guandu, que esteve, em

janeiro, a nível zero, também entrando nos volumes mortos dos reservatórios. Houve uma recuperação, mas não o suficiente ainda. Mas há que ter esse controle efetivo da demanda no sentido de enfrentarmos ainda o período que vem até o próximo período chuvoso de 2015, 2016.

Então, neste momento, a agência chama a atenção sobre essa situação de crise ainda nos abastecimentos na Região Nordeste, principalmente com a baixa recarga até agora verificada em reservatórios, que pode levar a consequências importantes na questão de desabastecimentos urbanos. E continuar todo o esforço e atenção na Região Sudeste para essa situação de controle efetivo da oferta e redução da demanda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Joaquim.

Agora, ofereço a palavra ao nosso Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Sr. Paulo Nobre, do Inpe, caro Joaquim Guedes Correa, da ANA. Tive o privilégio aqui, no Senado, de presidir a Subcomissão da Água e debater, com o Vicente Andreu, temas muito importantes e também de estar nesta Comissão, onde já estive em outros momentos.

Nós procuramos ouvir todos os membros da Comissão, sob a orientação do nosso Presidente, e construir um plano de trabalho que busque aproximar a atuação do Parlamento com as necessidades da sociedade. E nada mais apelativo, neste ano, que a escassez hídrica, que, por consequência, pode trazer aumento de valores não só da utilização da água como também da energia elétrica, porque nossa matriz energética principal é da hidroeletricidade. E estamos sentido no bolso.

Esta semana, chegando a minha residência, Deputado Balestra, o porteiro me entregou a conta de luz. E não temos o hábito de olhar a conta de luz. Eu olhei: R\$500 e tantos. Indaguei à minha esposa: Mas tudo isso? Daí ela falou: “Não, estava vindo R\$250, R\$260, agora dobrou”. E outras pessoas já tinham me dito isso. E por que dobrou o valor da energia elétrica? E o cidadão que está nos assistindo, que está nos ouvindo, está sentido isso no bolso dele. E não está só no bolso da utilização da energia elétrica, pelo consumo doméstico, isso está no custo da produção como um todo.

E nós sabemos que a escassez hídrica é o fator principal. As termos estão ligadas no seu 100%. Outras matrizes importantes para a eletricidade, como a eólica, a solar, estão aí, a biomassa também, que interessa muito a esta Comissão. Todas serão debatidas em momentos oportunos aqui, nesta Comissão.

Procuramos construir um plano de trabalho que se aproximasse ao dia a dia do cidadão, daquilo que ele está sentindo, para trazer isso para dentro da Comissão, para conseguirmos fazer um trabalho, não só de debates, mas, também, propositivo. Essa é a nossa intenção, durante este ano, de trabalho, culminando, ao final, com a nossa estada na COP 21, a COP de Paris.

Ouvi aqui, atentamente, todos os senhores, o Sr. Paulo e também o Sr. Joaquim. O que nós começamos a perceber? Que nas últimas décadas, de 60 para cá, há uma diminuição das chuvas, com espaçamentos de chuvas fortes ou secas bem definidas. Nós sabemos, também, que a imposição da agricultura e do desmatamento data dos anos 30 até os anos 80, na sua grande intensidade, na Região Sudeste e Região Sul e dos anos 80 para cá, mais na Região Norte.

Então, a minha pergunta é: o que define os regimes hídricos, de chuvas, pluviais? Por exemplo, eu vi que aumentou o Polo Antártico, no sul. A região, por exemplo, do Nordeste é a força 200, que perde da Amazônia quando chega ao Nordeste. Essa questão do Sudeste foi bem explicada. Entendemos que o período de verão, com a força do inverno, que estava se sobrepondo, isso afastou as chuvas, algo, realmente, que foi... o fenômeno *El Niño* e o *La Niña*. Então, essa seria uma pergunta, porque eu vi que, na Região Sul e na Região do Centro-Oeste, Mato Grosso, os mapas demonstram que haverá aumento de precipitação nos próximos anos.

Ao Sr. Paulo trazemos aqui mais algumas perguntas colocadas pela consultoria:

- Diante da constatação das alterações climáticas no País, com a ocorrência cada vez mais frequente de eventos extremos, quais medidas de adaptação são necessárias para reverter tal quadro?

- Além do cenário de mudanças climáticas, é possível relacionar o desabastecimento de água com a degradação da vegetação de matas nativas e, também, das nascentes?

Nós vimos muito, principalmente no Sul e no Sudeste, essa questão da dizimação de nascentes. É possível nós substituímos, por exemplo, com a intensidade das florestas exóticas plantadas, e o Brasil está incentivando muito isso, e minimizarmos? Não que fosse uma solução, como seria uma floresta nativa, mas minimizaria, ajudaria? Realmente, seria uma pergunta nesse sentido.

Sr. Paulo, nesse cenário de incertezas científicas sobre as implicações regionais das mudanças climáticas, que medidas adotar para garantir o abastecimento hídrico da população e, também, conservar os ecossistemas e a biodiversidade?

E uma última aqui: como adaptar o planejamento do abastecimento urbano de água ao cenário de transição climática e tendência de redução de chuvas que já ocorre em nosso País?

Sr. Joaquim, conhecemos bem o trabalho que a ANA faz, principalmente com relação às bacias, às microbacias, e há muita ação. O Paraná tem um trabalho muito bonito, que é a questão de microbacias, de conservação de solo, controle de erosão, o que faz com que a água não vá embora de uma vez só, como foi colocado aqui. Por conta dos grandes centros, não se tem mais a infiltração, a pavimentação. Nós temos, também, na região oeste, o Cultivando Água Boa, que é um programa em um manancial que fornece água ao Lago do Itaipu. São programas fantásticos que têm dado certo.

Então, aqui eu tenho duas perguntas: Qual a ação que o Governo Federal está promovendo para minimizar a escassez hídrica? Qual é a ação de planejamento que o Governo está fazendo para o Brasil, para as regiões, principalmente as mais antropizadas?

Eu começo a verificar, também, que nós vamos ter problemas, em um futuro próximo, de escassez de alimentos. Se se confirmar o cenário que o Professor Paulo Nobre projetou, nos seus mapas, para 50, 100 anos, nós vamos ter somente as Regiões Centro-Oeste, mais ao norte, e o Sul, com precipitação adequada. Essa região toda da fronteira agrícola nova, que é o Matopiba, vai ter um problema gravíssimo, como o Sudeste também. E o Brasil tem uma responsabilidade muito grande na produção de alimentos. Ban Ki-moon colocou, na Conferência das Partes para Sustentabilidade, a Rio+20, na sua abertura, que o mundo consumirá, nos próximos 30 e poucos anos, 50% a mais de alimentos, pelo crescimento demográfico – vamos chegar próximo a 9 bilhões de seres humanos – e pelo acesso, pela inclusão social. E o Brasil será responsável pela metade disso. Olha o tamanho da nossa responsabilidade, que não se resolve tão somente com a ampliação de áreas, mas, sim, com a otimização das áreas que nós já temos. Acho que o Brasil tem capacidade de dobrar, sem ampliar áreas. Isso é bem possível.

E, uma última pergunta ao Sr. Joaquim, em relação à Região Nordeste: Que medidas adotar para adaptação da população ao fenômeno da seca, que, segundo cenários demonstrados aqui, pode se intensificar?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Queria oferecer a palavra ao Deputado Leônidas Cristino e, na sequência, ao Senador Donizeti, e os nossos palestrantes responderiam as indagações no seu conjunto.

Então, com a palavra, o Deputado Leônidas.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos palestrantes, Deputados e Senadores aqui presentes:

Vim preocupado para esta reunião e vou voltar mais preocupado ainda. Sou nordestino, sou cearense, e, desde criança, Sr. Presidente, ouvia falar das grandes secas do Nordeste: seca de 1915, que foi objeto do livro da nossa contrterrânea, Rachel de Queiróz, seca de 1958, de 1954, enfim, algumas poucas secas. Eu tenho 57 anos. E, agora, a gente presencia quatro anos de seca, mas é literalmente seca. Não é conversa pequena, não. No Sudeste, há um ano, ou um ano e meio, tem seca, não chove de acordo com os parâmetros comparados ao longo do tempo. O Joaquim falou da grande seca de 1953, eu não tinha nem nascido ainda. A seca que eu presenciei, eu tinha um ano de idade, foi a seca de 1958, uma seca mais forte. Depois, existiram algumas outras secas, mas que não tiveram, pelo menos na literatura nordestina, uma importância. Mas, atualmente, são quatro anos de seca, e, pelo modelo matemático que foi desenvolvido pelo Inpe, vão continuar tendo secas, eu diria, mais permanentes e mais agudas.

Isso é muito grave. Quando você tinha uma seca e um hiato de quatro, cinco anos de chuvas, ou acima da média de 800mm, que é o que nós precisamos no Nordeste, no Ceará, dava uma aliviada, recuperávamos o armazenamento das águas. Por quê? Porque, no Ceará, principalmente, no Nordeste também, não tem solo profundo: o que cai da chuva corre para o riacho, para o rio e, do rio, para o reservatório. Por isso, temos grandes reservatórios, principalmente o Ceará, eu disse isso na semana passada aqui. O Nordeste tem 39 bilhões de metros cúbicos de água armazenada e o Ceará tem em torno de 19 bilhões. É aquilo que o Presidente falou, e um de vocês falou também: o Ceará tem essa característica de ter se planejado ao longo do tempo.

Mas eu acho que nós começamos a ver essa coisa da seca muito erradamente, lá atrás. Agora, abrimos os olhos. Nós temos um departamento chamado Departamento Nacional Contra as Secas. Contra as secas? A gente pode ser contra a seca? Quem aqui é contra a seca? Nós temos que ter um departamento que diminua a consequência da seca, a convivência com a seca. Não tem 20 anos que começou a mudar essa concepção. Olhem como a gente fica da mão para a boca, na realidade. Por quê? Porque o País, como um todo, nunca olhou de perto, aguçadamente, os problemas da seca no Nordeste Brasileiro. Começou a acordar agora. Por quê? Porque houve uma seca de um ano no Sudeste. Não é verdade? Você falou, o Joaquim falou que a última seca importante do Sudeste foi em 1953.

Ao longo do tempo, a chuva está diminuindo, e vai diminuir mais ainda, segundo o modelo matemático. Qual a solução? O que devemos fazer? Além da transposição das águas do São Francisco, deveríamos fazer a transposição das águas do Tocantins? E o Tocantins vai ter água? Porque, também no seu modelo matemático, vai faltar água lá, vai faltar água na Amazônia. Vão diminuir as precipitações da Amazônia. E, nesse ponto, eu queria fazer a minha pergunta, já finalizando. Se vai diminuir a precipitação da Amazônia, e a Amazônia é o celeiro – eu diria – do meio ambiente, com relação à água que evapora e manda para nós aqui, de onde virá essa chuva, porque você falou que vai chover muito mais, do Sudeste para o Sul? É só a matemática que eu não consegui captar.

O modelo matemático diz que o Nordeste vai continuar mais seco ainda. Nós já estamos trazendo água do São Francisco, que, pelo que consta, também não tem água a partir de agora. Deveríamos trazer do Tocantins. Se, na Amazônia, não chove, nós vamos trazer água de onde? E se, na Amazônia não chove, a evaporação vai diminuir e, diminuindo essa água, como vai vir para o Sudeste e para o Sul? Ou vem da Antártida? Ou nós temos que tirar água da Antártida? Nós temos que tirar água da Antártida, ou da Antártica, que é a mesma coisa, porque, pelo que consta, é o maior reservatório de água doce do mundo. Não é verdade? Agora, se tirar água da Antártica, o que fica no lugar dessa água na Antártica?

Nós estamos em uma sinuca de bico. Eu queria que você tirasse essa preocupação, se eu não vou ficar mais preocupado ainda.

Obrigado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu estou assinando embaixo, aqui, na preocupação. Se já vinha preocupado, eu volto mais preocupado, Deputado.

Presidente, vou começar aqui com a pergunta do Carlos Pena, da Rádio Senado, para depois fazer as minhas considerações: Sr. Paulo Nobre, qual a influência das ilhas de calor das grandes cidades, como São Paulo, Rio, BH e Brasília, sobre o regime das chuvas?

Eu sou mineiro, fiz meu curso de técnico em agropecuária no Estado de São Paulo e vim para o Norte de Goiás. Acompanhei todo esse processo acompanhei todo esse processo do desmatamento no Cerrado, no norte de Goiás, no sul do Maranhão e aqui nos gerais da Bahia – que não era Cerrado, era Campina –, o que mudou a superfície da região.

No início, quando começamos a questão da abertura das lavouras, da agricultura de cerrado no norte de Goiás, plantava-se, e colhia-se arroz bem, nos primeiros anos. Depois, passou a haver um problema seriíssimo, porque faltava chuva num determinado período, e um pequeno veranico de 15 dias era o suficiente para praticamente dizimar a produção de arroz de sequeiro.

Isso decorria não só da falta de chuva, mas de que o solo era como se fosse uma esponja que secava rapidamente, porque, com o pisoteio das grades, forma-se uma camada mais rígida, conhecida como pé de grade, que faz com que a água da chuva caia e corra para o leito dos rios, dos córregos, etc.

Bem, eu me afastei um pouco da agricultura, mas fui agora ao Rio Grande do Sul, e, discutindo com uma pessoa da Embrapa, ela me trouxe uma grande preocupação, porque nós evoluímos, num determinado momento – inclusive para combater isso que falei antes –, na questão do plantio em nível, para que se impedisse, inclusive, que essa água, ao ir diretamente para os córregos, para os rios, levasse também a fertilidade da terra, levasse a terra, o que, por consequência, empobrecia a área de plantio, porque levava os nutrientes e, por outro lado, assoreava os córregos, etc. Isso é um problema grave.

E o que vi, no Rio Grande do Sul, agora, na região a que fui – e esta é a preocupação do Jorge da Embrapa –, é que, por causa da mecanização, da evolução dos equipamentos em precisão, do tamanho dos equipamentos, das máquinas, está-se abolindo o plantio em nível, porque as máquinas grandes, com a precisão que têm, não conseguem mais executar seu serviço com a precisão, a rapidez e a eficiência para a qual foram projetadas. Aí não se planta mais em nível.

Do meu ponto de vista, esse é um problema sério. Precisamos recuperar essa questão do plantio em nível. Nós não vamos poder parar de produzir alimentos.

Mas, no meu Estado, por exemplo, não é preciso derrubar mais nem um pé de árvore, para poder triplicar a produção, porque há a área de baixíssima produção, as áreas degradadas de produção nenhuma, que podem ser inseridas, sem ter de se desmatar mais. E precisamos recuperar as matas ciliares.

Aí aprovamos o Código Florestal. Eu não tenho muita crítica ao Código Florestal, mas penso que o Estado brasileiro, a União precisa sair da condição de reguladora e fiscalizadora para uma ação mais concreta, no sentido de podermos obrigar e até financiar o plantio em nível, a recuperação do solo, e de fazer como contrapartida a recuperação das matas ciliares.

Há poucos dias, vi um negócio que me deixou preocupado: está bem, acabou, aí se vai plantar floresta na margem do rio. Num período do crescimento dessa floresta na margem do rio, a tendência dela é secar o

rio, porque ela acumula água nas plantas, e o rio, naquele primeiro momento, tem a água diminuída. Mas, num período determinado, volta aquela condição que o senhor colocou ali.

Então, a preocupação é muito grande. E fico pensando que a água é a mesma, é a mesma quantidade, porque sobe, desce, sobe de novo e desce.

A questão das chuvas muito grandes, condensadas ou em muito volume de uma vez só, faz o quê? Você tem que ter o planejamento de segurar nos reservatórios. Você tem que criar as condições naturais de ela percolar e voltar para o lençol freático. E, do meu ponto de vista, o Complexo do Cantareira padeceu disto: deixou de abastecer o lençol freático. Então, nós precisamos ter a preocupação, inclusive com relação aos centros urbanos, de encontrar uma tecnologia em que nós não tenhamos que fazer o lançamento da água nos rios, nos riachos, nos lagos, porque, junto com ela, com essa água da precipitação que é captada para levar, vai o lixo e outras coisas. Além disso, está-se desabastecendo o lençol freático.

Eu não sou especialista nesse negócio. Sou um mal observador, mas a minha preocupação é muito grande.

No meu Estado, nós estamos ilhados por dois grandes rios: o Rio Araguaia e o Rio Tocantins. Mas, no ano passado, nós fizemos um evento chamado Caravanas e Encontros pelo Tocantins, e eu fui descobrir que não é só na região sudeste do Estado do Tocantins que nós tínhamos problema de seca. Nós temos problema de seca, de falta d'água para o cidadão banhar, produzir até onde, praticamente, os rios se encontram. Desatencioso com aquela seca no Amazonas, da região amazônica, que aconteceu mais ao norte, eu não percebia que, no Estado do Tocantins, também nós temos esse problema.

Penso que o problema é grave. Eu não tenho muita solução, mas eu penso que o País precisa passar por um processo de educação muito grande. Disseram-me, e também ouvi na imprensa, que São Paulo não teria tido o problema da água como teve se não desperdiçasse. O desperdício de água tratada, hoje, no País, é cerca de 37%, e isso não deixaria a represa com aquele problema.

Os senhores que estão estudando precisam nos orientar, e espero que, daqui, desta Comissão, possamos tirar medidas de legislação que imponham à sociedade, de maneira muito discutida, uma mudança no comportamento.

A produção de alimentos não precisa dobrar, porque, segundo as informações, os dados que se encontram por aí, nós desperdiçamos cerca de 35% daquilo que produzimos. Se nós aproveitarmos, pelo menos, 20%, 30% disso, já estaremos equacionando boa parte da produção de alimentos.

Em tudo, o que eu percebi é que nós não vamos acabar com a seca. A forma de conviver com a seca passa pelo processo de reeducação nossa, no sentido de poder compreender que esse mecanismo de a chuva derramar água, que volta e é derramada de novo, precisa de uma superfície que aceite a água cair e que não acumule num lugar só, de forma desequilibrada e descontrolada.

Termino parabenizando vocês pela exposição. Para mim, aumentou a preocupação, mas eu sou das pessoas que acredita que, quando a coisa está muito grave, é porque podemos construir solução, e nós temos capacidade para isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Balestra.

O SR. ROBERTO BALESTRA (PP - GO) – Aproveitar, porque só estou eu aqui. Então, vamos aproveitar.

A minha saudação ao Presidente, Senador Fernando, aos nobres colegas, ao Dr. Paulo e ao Dr. Joaquim. Nós estamos com os apóstolos aqui hoje: Paulo e Joaquim. Estamos indo bem.

Eu, assim como o Senador, sou do mato, moro até hoje. Então, tenho apenas uma pergunta, por absoluta ignorância. Se uma nascente que deixou de produzir água receber toda a atenção, se ela for cercada, se, ao seu redor, se plantarem novas árvores e etc., há possibilidade de ela voltar a correr? É a primeira pergunta.

Segunda pergunta. Eu observei, na minha região – um lato solo argiloso, vermelho mesmo, muito forte –, que a 600, 800 metros de uma nascente que era muito abundante, plantaram uma lavoura de eucalipto. Três anos depois, ela deixou de produzir água. Então, agora fica a dúvida: precisa-se do eucalipto, nós precisamos ter o zoneamento ou, em qualquer lugar que se plantar, vai se interferir? Se há um zoneamento, define-se que a tantos metros não vai haver influência, etc.

São essas as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Antes de passar para os nossos palestrantes, gostaria de fechar essa fase das indagações, dirigindo uma pergunta ao Sr. Paulo Nobre. Tendo em vista que, neste ano, o Brasil vai ter que apresentar, na COP de Paris, a sua proposta de redução de emissão de CO₂, já existe, no âmbito do Inpe, proposta de qual deveria ser a meta de redução a ser apresentada pelo Brasil?

Para o nosso amigo Joaquim, cumprimentando-o, sobretudo, pela ênfase que deu à necessidade de se reforçar o planejamento na área de recursos hídricos: gostaria que o Joaquim pudesse fazer um comentário acerca de como se encontra a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que é uma iniciativa da ANA e do Ministério da Integração. Também, já com a experiência acumulada desde a criação da Agência Nacional de Águas, quais seriam as mudanças ou os complementos, dentro do nosso marco legal, que poderiam empoderar e reforçar o papel da ANA, para que ela pudesse ensejar um melhor posicionamento por parte dos entes federativos, neste enfrentamento da questão de recursos hídricos?

Passo, portanto, a palavra para o Sr. Paulo Nobre.

O SR. PAULO NOBRE – Eu também fiquei preocupado quando vi o resultado dos gráficos que fiz para a CAE e, de acordo, quando nós temos uma situação grave, a nossa premência para achar uma solução é aumentada. Então, deixem-me tentar cobrir as perguntas em blocos.

Primeiro, o motivo da redução. Nós já detectamos que o Brasil está recebendo – com exceção da Região Sul – menos precipitação do que no período anterior. Existem vários motivos para causar isso, e é muito difícil para mim abordar, em cada um, o que está acontecendo. Por exemplo, o que causa a chuva no Nordeste é a Zona de Convergência Intertropical. Então, um aquecimento maior do Atlântico Norte – como o que estamos observando – faz com que a Zona de Convergência fique mais ao norte, climatologicamente, e traga menos chuva para o Nordeste.

A questão da redução da chuva na Amazônia. Hoje nós já sabemos, através dos chamados Jatos de Baixos Níveis, que a Amazônia é um potente fornecedor de vapor d'água que traz umidade para o Sudeste. Então, a redução da capacidade de chover na Amazônia deve impactar – isso é uma consideração teórica –, porque também existem as frentes frias, e a atmosfera é muito dinâmica, existem muitos processos compensatórios. Então, é muito perigoso, e é até uma certa armadilha nós pensarmos de uma maneira linear. “Ah, acabou aqui, então, vai acontecer ali”.

Vamos pensar assim: existem aspectos globais, remotos, que causam a redução ou o aumento de chuva em uma região, e existem aspectos locais. O que nós conhecemos é que as florestas contribuem para aumentar a chuva localmente. Vou dar o exemplo do Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu. As propriedades lindeiras ao Parque têm maior valor econômico do que as propriedades mais distantes, porque chove mais, eles têm mais água e, com isso, conseguem produzir mais. O Parque tem um poder – um fator, a floresta do Parque – de produzir chuva.

Então, vamos separar assim: as nossas florestas naturais são capital para contribuir para gerar precipitações e recarga dos nossos aquíferos. Há a questão do eucalipto, que vou abordar um pouco depois. Então, o que fazer?

Estando no Senado, acho que existe uma questão pontual muito crítica: a economia, no Brasil, depende da água, para a produção de energia, para a produção de alimentos e para o abastecimento. Assim, existem questões de segurança hídrica, segurança energética e segurança alimentar que estão diretamente impactadas com uma informação: as chuvas, no Brasil, têm diminuído, década a década. Essa informação nos coloca, no colo, um problema que nós precisamos equacionar. Eu não tenho como dizer o que fez com que as chuvas diminuíssem, porque, como falei, são tantos processos intercambiáveis... Nós sabemos, por exemplo, que, em uma região que tem menos florestas, o efeito local nós até conseguimos endereçar, mas o efeito remoto é muito complexo.

Então, vamos dizer assim: existe uma perspectiva de redução de chuvas nas Regiões Nordeste e Amazônica, que coloca, novamente, o Nordeste, em um ponto focal. Quer dizer, nós podemos continuar pensando em levar água para o Nordeste? Será que existe alguma outra atividade econômica que pudesse transformar o Nordeste em uma Região próspera? Não menos pobre. Quando os europeus vêm aqui falar de programa de alívio de pobreza, eu digo para eles: aqui ninguém quer ser menos pobre; nós queremos ser ricos. Como é que nós fazemos isso? Eu vou abordar essa questão.

Nós temos um problema: segurança hídrica, energética e alimentar. Porque aquelas figuras que eu mostrei de diminuição de chuva não significam que elas vão continuar diminuindo para sempre, pois existem oscilações. Elas devem, e é provável, que elas recuperem um pouco. Mas existe o problema presente; existe uma possibilidade, já existe um caso real de que nós temos... Três Marias secou, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO NOBRE – Agora está com um pouquinho de água lá.

Então, nós podemos basear o desenvolvimento nacional na questão água? Aí, eu vou falar de uma questão que é a capacidade de o Brasil gerar energia elétrica a partir da energia solar. Eu vou listar um número. Nós, usando tecnologia presente, de painéis solares de primeira geração, que convertem 13% da energia solar em

energia elétrica, temos condições de, usando 2,5% do Semiárido nordestino, 2,5% da área de Pernambuco – pelo cálculo de Sérgio Rezende, na SBPC de 2014 ou 2013 – gerar o nominal de energia elétrica consumida no Brasil.

Agora, os senhores imaginem o que significa o Nordeste do Brasil produzindo a energia elétrica solar, e alguém fala: “Mas o sol só brilha de dia”. Sim, mas enquanto a energia elétrica... Porque o Brasil tem uma condição única no Planeta – anotem –, o nosso sistema elétrico é interligado. Então, toda energia solar produzida no Nordeste é água poupada em Itaipu, Três Marias, Urubupungá, etc., etc., etc. Aumenta a longevidade, aumenta a nossa capacidade de resiliência interanual. Temos uma seca? Não tem problema, porque, durante o dia, a energia solar está produzindo energia, e a água está lá como um seguro.

Agora, a produção. Nós temos silício para a produção das placas. Nós temos um grande potencial e temos capacidade de geração de emprego no Nordeste, para tornar o Brasil independente de energia fóssil. Daí as nossas termelétricas entram em condições de emergência. E assumimos que o Sol não vai parar de brilhar. Pode parar de chover, mas o Sol vai continuar ali.

Então, existe uma possibilidade real de termos um programa de incentivo e de subsídio – federal –, porque dizem: “Não. Energia solar é cara”. Mas quão cara? Representa a nós vivermos uma crise hídrica, a uma condição de que a seca de 1958 se torne mais frequente: 1958, 1983, 1993, e assim por diante. Assim, a questão hídrica é uma tremenda oportunidade de nós entendermos que o Brasil é um país que tem uma capacidade única no planeta.

Os europeus tentaram fazer isso no Saara e desistiram de produzir energia solar no Saara. Sabem por quê? Porque o Saara fica fora da Europa. É uma questão de geopolítica: a produção da energia continua fora da região, e os países não são interligados no que diz respeito à eletricidade.

Então, deixo aqui uma indicação de que a questão da água está associada à energia. Por isso, devemos prever o uso racional da água e utilizar outras fontes e não termos uma dependência singular. Nenhum sistema que tenha uma dependência singular é resiliente, principalmente porque nós estamos vendo que a quantidade de água no Brasil, que era tomada como sendo algo para sempre, tem diminuído.

Voltando à questão do que nós podemos fazer? Energeticamente, temos uma tremenda oportunidade de o Nordeste vender energia elétrica para o resto do País e aplicar os *royalties* em educação, dar fonte de renda para toda aquela população, e emprego.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone.*) – Só o ICMS...

O SR. PAULO NOBRE – Só o ICMS! Exato. Então, existe uma questão que está pedindo uma solução. Por que nós não damos ao Nordeste uma vocação de explorar esse que é o maior potencial energético solar do Brasil?

Daí entra outra questão que é o reflorestamento. O Ceará já fez alguns programas de reflorestamento de mata ciliar para manter a água, que é a barragem subterrânea, não é a barragem exposta à evaporação. O reflorestamento com espécies nativas permite uma maior resiliência na quantidade de umidade no solo. Daí vamos produzir cultivos? Nós não vamos produzir milho no Nordeste, desculpem-me os senhores. Nós vamos produzir milho no Paraná, não no Nordeste.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR. *Fora do microfone.*) – Mato Grosso.

O SR. ROBERTO BALESTRA (PP - GO. *Fora do microfone.*) – Goiás.

O SR. PAULO NOBRE – Mato Grosso, Goiás, em regiões onde o ciclo hidrológico é amigável para a produção de culturas. Mas vamos produzir pimenta e frutas, que têm um preço enorme no mercado internacional. Vejam Petrolina que é...

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE. *Fora do microfone.*) – Têm valor agregado.

O SR. PAULO NOBRE – Valor agregado! A água, exato! Então, a água passa a ser um insumo muito valioso, muito valioso, que nós podemos...

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Sr. Paulo, e o seguinte: as frutas do Nordeste, pela quantidade de insolação, são muito mais saborosas do que as frutas do Sul e do Sudeste.

O SR. PAULO NOBRE – Exatamente. E, com isso, o que acontece? Elas têm um valor no mercado internacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO NOBRE – Mas é um fato. O melão que é produzido no Rio Grande do Norte tem um teor de açúcar controlável. Não é que esse açúcar aconteceu. Você pode vender um melão em Londres, e você garante o tamanho, a cor, etc. E hoje o Planeta ficou um ponto só.

Bom, então, o reflorestamento é uma ação. As ações de exploração energética alternativas... E os senhores imaginem o que significa, internacionalmente, o Brasil poder dizer, nas suas metas de redução, o Brasil colocar, em um plano mensurável – a Rede CLIMA está estudando isso, nós estamos fazendo um planejamento de segurança hídrica, energética e alimentar –, e o Brasil poder dizer: “Em tantos anos, nós seremos 100% livres

de fontes de carbono na produção, e temos um programa nacional de reflorestamento que dá emprego". As Bolsas, por exemplo, aquele medo sempre do Bolsa Família. Há uma Bolsa que é de produção, de o camarada estar devolvendo para a Nação um serviço ambiental. Então, ele tem aquela segurança de que ele não depende do governo de ocasião. Ele tem ali uma fonte de renda...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone.*) – Um programa de Estado.

O SR. PAULO NOBRE – Um programa de Estado.

Então, as secas periódicas do passado tendem a se tornar mais frequentes. E eu questiono aqui, com muita satisfação, eu venho estudando isso a minha vida inteira, se nós podemos continuar pensando que a água é a solução do Nordeste. A água é um insumo necessário e imprescindível, mas nós temos outras fontes, e não só no Nordeste, no Brasil. Quando falamos em redução da chuva na Amazônia temos que levantar... Joaquim lembra-se disso em uma palestra minha na ANA, quando, alguns anos atrás, eu falei que, pelos estudos que fizemos no Inpe, a remoção da Floresta Amazônica representa 50% possível de redução da água. Coloquem isso em valores. Países vão a guerra por muito menos do que isso.

Então, ilhas de calor e as chuvas. Eu tirei um eslaide que eu tinha sobre esse assunto. As ilhas de calor aumentam o ciclo hidrológico. Olhem as chuvas na cidade de São Paulo. Os grandes centros urbanos ocasionam que as chuvas sejam mais profundas, mais intensas. Então, temos chuvas mais intensas. Isso já é documentado. Na cidade de São Paulo, as chuvas têm aumentado. Aumentaram na ordem de 30% nos últimos 40 anos. São números aproximados. E as ilhas também ocasionam, possivelmente, um secamento nas regiões mais distantes.

Então, a ilha de calor tem um aspecto direto na formação do ciclo hidrológico, o que acarreta, por exemplo, o replantio de árvores urbanas. Vejam Maringá ou Belém, que são cidades muito arborizadas. É muito mais agradável andar nas regiões arborizadas. Mas isso não pode depender do prefeito da ocasião, novamente, porque, se sai o prefeito, entra o próximo que não gosta do prefeito anterior – eventualmente, isso acontece em alguns lugares –, e acaba o programa.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE. *Fora do microfone.*) – Essa é a cultura.

O SR. PAULO NOBRE – É, vamos dizer, um programa de Estado. É uma ameaça à segurança nacional, uma ameaça à segurança das pessoas. Então, como fazemos isso? Pegamos a academia brasileira, que tem conhecimento para isso, e voltamos para alicerçar as políticas públicas.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dr. Paulo, o senhor falou de uma coisa sobre a qual eu queria fazer uma pergunta. No decorrer da sua fala, o senhor me responde.

O SR. PAULO NOBRE – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por exemplo, eu soube que, em Lima, não chove.

O SR. PAULO NOBRE – Sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Em Belém, chove praticamente todos os dias às 18 horas.

O SR. PAULO NOBRE – Sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso decorre do quê?

O SR. PAULO NOBRE – Em Belém, chove todos os dias, de maneira muito regular, porque o processo de geração de chuva depende do ciclo de aquecimento solar. Então, o sol tem um ciclo regular. A atmosfera fica mais instável, e começa a aquecer a superfície. Surgem aqueles cúmulos pequenos, aquelas pequenas nuvenzinhas. Aquela é uma nuvem que estabiliza a atmosfera, até que, no final da tarde, chove.

Lima fica muito no alto. Então, a disponibilidade de umidade na atmosfera para chover é muito pequena. A quantidade de vapor d'água que existe no ar é proporcional à temperatura. Então, quanto mais quente for o ar, maior é a octanagem, vamos chamar assim, para a formação de chuva. Então, em Lima, não chove devido a isso. Eles estão muito no alto. Então, eles não têm o combustível para a chuva, que é o vapor d'água.

E aí entra a questão da recuperação de áreas degradadas. Vou falar do programa da Embrapa, da agricultura de baixo teor de emissão de carbono, da agricultura ABC, como é chamada. Aquela é uma tremenda descoberta da academia brasileira, da Embrapa, ao transformar pastos degradados, áreas improdutivas e produtoras de CO₂ em áreas que consomem CO₂, em áreas que se tornam economicamente mais produtivas na associação entre floresta, pasto e agricultura. Esse é um processo de muito tempo de estudo da Embrapa, que foi lançado no Palácio do Planalto. Eu tive a oportunidade de estar no Palácio do Planalto quando a Presidente Dilma lançou esse programa no ano passado.

Então, nós temos, no Brasil, capacidade de sermos exemplos mundiais na gestão dos recursos agrícolas e agropastoris. A recuperação de áreas degradadas é uma possibilidade técnica economicamente viável e já documentada. E já aproveito para falar: sim, uma nascente que secou devido à falta da cobertura vegetal volta

a produzir. E dou o exemplo do caso de Extrema, em Minas Gerais. Extrema, em Minas Gerais, através de reflorestamento, tornou suas nascentes mais perenes.

Cantareira padecia de recarga devido ao desmatamento. Não é só a chuva. Acho que o Gondim pode falar isso melhor do que eu. A capacidade de infiltração da água, a capacidade de recarga do solo depende de a floresta estar presente. Então, a floresta tem o fator de gerar a chuva, de contribuir para o processo de chuva e de armazenagem da chuva no sistema radicular.

A árvore de eucalipto. Vi, uma vez, o falecido governador Eduardo Campos, em Araripina, quando estive lá, e alguém propôs para o governador o plantio de eucalipto no interior de Pernambuco. Eu fiquei arrepiado. Não sou agrônomo, não posso dar palpite nisso, mas, depois, falei para o governador: "Olha, lá em casa, tínhamos um sítio onde havia um brejo. Meu pai plantou eucalipto lá, e o brejo secou. O resto, o senhor conclua."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO NOBRE – Mas não sou agrônomo e, naturalmente, não posso explicar sobre isso. Teria que ter uma pessoa especialista no assunto.

Com relação à meta de redução de CO₂, eu acho que quando o Presidente Lula lançou aquele desafio de uma redução drástica, ele colocou o Brasil no mapa do mundo. Infelizmente, as emissões aumentaram com o aumento do desmatamento na Floresta Amazônica. Durante o ano passado, o aumento de corte aumentou. Nós já atingimos o mínimo. É muito difícil reduzir de um valor de 24 mil, nos idos de mil novecentos e noventa e pouco – agora eu vou perder os números – para 8 mil ou 4 mil quilômetros quadrados. É muito difícil, mas nós tivemos um aumento. Eu não sei lhe dizer, não estou em contato direto com o grupo da OBT que faz o cálculo de propostas de reduções, mas o que tenho a dizer é que o fato de o Brasil ser colocado, mundialmente, responsável por reduções de emissões não apenas coloca o Brasil numa situação eticamente correta em relação ao clima mundial – nós só temos esta Planeta, não é? –, mas também coloca o País, política e economicamente, num clube muito seleto de países que entenderam a emergência, a urgência de mitigarmos as emissões de gases de efeito estufa.

Eu não sei se deixei alguma coisa...

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE) – Só para...

O SR. PAULO NOBRE – Pois não.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE) – Só para diminuir a minha preocupação. Eu disse aqui que ninguém pode ser contra a seca porque não adiantaria muita coisa. A seca é um fenômeno natural e nós temos que trabalhar para conviver com ela. E o senhor falou que o clima pode ser compensatório. No caso de faltar chuva na Amazônia, vai evaporar menos água e não vai chover no Sudeste. Mas existem outras condições climáticas que podem trazer a possibilidade de chuva no Sudeste.

Eu diria também que o clima mundial é compensatório. Agora está ocorrendo uma seca monstruosa na Califórnia, mas em outras áreas dos Estados Unidos está nevando demais ou chovendo demais.

O SR. PAULO NOBRE – É verdade.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE) – Quer dizer, quando falta água, como se diz no Ceará, por cá, chove por lá. E assim sucessivamente. Isso me deu certo alívio porque o senhor falou que no Nordeste choveria menos.

O SR. PAULO NOBRE – Isso.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS - CE) – Mas se existe essa compensação, poderá, na época em que chover, chover mais. Não sei se estou conseguindo fazer com que vocês entendam. Ou seja, tem seca de dois anos, mas quando chega a chuva, vai chover o suficiente pelo menos para recompor as reservas hídricas. Isso alivia ou precisamos tirar um pouco da Amazônia, tirar um pouco do pote do Brasil, que era e espero que continue sendo, o Estado de Minas Gerais? Nós só temos duas opções: tirar água do pote de Minas Gerais ou da Amazônia, que é a nossa mãe água.

Para finalizar, dos nove Estados do Nordeste, em seis há rios perenes: Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão, são seis. Os únicos Estados nordestinos em que não há rios perenes são Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Quer dizer, nós três precisamos de uma possibilidade de recomposição do nosso sistema hídrico. Não é verdade? Os outros Estados poderão trazer do pote da Amazônia, e o Maranhão e o Piauí têm uma condição muito melhor, eu diria, até do que os outros Estados, tirando a Bahia.

(Soa a campanha.)

Por isso a preocupação cearense, a preocupação riograndense e a paraibana é uma preocupação muito maior, porque, sem água também, não existe nada. Por isso, esta condição de deixar de chover por dois anos, de seca durante dois anos, e, quando chegar a chuva, choverá o suficiente para recompor as minhas reservas

ou eu vou ter que tirar mesmo da Amazônia ou de Minas Gerais? São essas as minhas preocupações, porque eu preciso ir para casa com mais tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu só vou fazer um apelo aqui aos membros da Comissão, porque já são 16h35, a gente precisa encerrar às 17h, e ainda temos que ouvir o Sr. Joaquim.

Então, se o Paulo pudesse fazer um breve comentário, depois eu passarei a palavra para o Joaquim fazer a sua intervenção.

O SR. PAULO NOBRE – Brevíssimo.

Quando nós temos água no solo, a hidrologia tem o raciocínio de transposição: levar água daqui para lá; na atmosfera não. Na atmosfera, se aqui não chega, não chega.

A nossa expectativa hoje tem sido de que não haja recomposição, que o Nordeste tem que se programar para contar com um total de chuva a cada ano menor. Essa é a expectativa para que a seca não seja um desastre, mas, aí sim, existe um planejamento. Isso é o melhor que eu posso lhe oferecer agora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a palavra... *(Falha na gravação.)*

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – ... essa última indagação. Eu acho que está no tempo, e esta Comissão é um ponto de reflexão importante, um *locus*, para se discutir uma coisa que é reservação.

O Brasil, por questões mais amplas, começou a descriminalizar a construção de reservatórios, e principalmente usinas hidrelétricas, que têm um reservatório que acumulam água. Passou a construir reservatórios, como chamamos, a fio d'água, no Sudeste, por exemplo.

O que é um reservatório a fio d'água? O reservatório a fio d'água é aquele que é construído e que opera sempre a um nível constante. Se vem muita água, ela passa e ele gera naquela quantidade que é possível as turbinas gerarem e, quando chega à seca, ele também só gera o da seca. Então, ele tem uma flutuação grande. Um exemplo de reservatório a fio d'água importante vai ser Belo Monte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Itaipu. Mas Itaipu tem uma vantagem, que é ter muitos reservatórios atrás que conseguem regularizar o sistema e manter Itaipu com a alimentação mais firme. Mas os que não têm reservatórios atrás funcionam a fio d'água.

Então, esse é um problema que a gente vai ter que discutir.

Qual é a discussão?

É que, se os extremos aumentam – aqui se está colocando, com toda clareza, que vai haver aumento de extremos –, como é que você regula um sistema que, em um mês, chove pouco e, em outro mês, chove muito? É fazendo algum tipo de poupança. E onde se faz poupança? Guardando água em reservatórios.

E aí começa... O senhor, que é cearense – eu sou quase cearense, eu me considero cearense por adoção, porque vivi lá pelo menos 20 anos da minha vida e aprendi muito naquela terra –, sabe que nós ainda não esgotamos nosso potencial de guardar água e, cada vez, temos que guardar mais água, por conta dessas variabilidades que vão acontecer.

Muitas cidades do Sudeste pegavam água a fio d'água em rios e, hoje, estão vendo a sua fragilidade em fazer isso, porque, quando a seca aconteceu, de onde se supriu a fonte? Não há reservação. Então, o próprio Sudeste está aprendendo... Não estou falando aqui de megareservatórios, mas de haver sistemas de reservatórios adequados para regularem a sazonalidade que cada vez vai ser maior. Esse é um ponto importante, e temos que discutir. Não quer dizer que exista uma verdade absoluta.

Para isso, a Agência – e aí eu começo a responder a pergunta do Senador Fernando –, junto com o Ministério da Integração, ela, primeiro, sentiu a necessidade e veio desde a época em que o Senador era Ministro, de termos um Plano Nacional de Segurança Hídrica. Existe um plano energético, um plano agrícola, mas qual é o nosso Plano Nacional de Segurança Hídrica?

Qual é o nosso Plano Nacional de Segurança Hídrica que o Deputado Sérgio possa colocar embaixo do braço e defender os interesses do seu Estado? Para ele poder dizer: no plano está escrito que tem que fazer essa obra, essa obra e essa obra. Qual é o plano que o Deputado Leônidas pode ter? O que significa isso? Que nós tenhamos um plano. E um plano que não seja para 100 anos, mas um plano que tenha um horizonte de 10, 20 anos e que se modernize.

O setor elétrico tem um plano decenal que todo ano ele se altera, e todo ele se atualiza. Agora, nós... É a primeira... O senhor disse: "Nós aqui vamos propor coisas". Ter o nosso Plano Nacional de Segurança Hídrica que englobe cheias, englobe seca e segurança para o processo produtivo, que é a agricultura, indústria, sem discriminação, todos os processos produtivos. Temos que ter isso. O País tem que ter isso. E nós defendemos isso.

A Agência, juntamente com o Ministério da Integração, está fazendo esse plano, que não é um plano de agência de Governo Federal. Ele tem que ser feito a seis mãos, com todos os Estados. E, ao final, o que for produzido tem que ter o aval dos Estados. Esse é o plano. Para o meu Estado, aquelas são as obras. Ele tem que ser feito com essa visão de ser um plano colaborativo, integrado. Porque não existe bacia federal, mas rios que são federais. Há rios de domínio da União e rios de domínio do Estado. Muitos rios que você pensa... O Tietê é um grande rio estadual. Um rio chamado Piracicaba bota água num rio estadual. O federal botando água no estadual. E há milhares de exemplos contrários, federais botando água num estadual. Então, tem que haver essa conjunção.

A principal coisa que eu venderia é como fortalecer e trazer à discussão esse Plano Nacional de Segurança Hídrica. Essa é uma. A segunda – aí eu volto à pergunta que o senhor fez, sobre as nascentes. Existe na Agência um programa chamado Produtor de Água, que é um conceito mais amplo que existe de Pagamentos por Serviços Ambientais.

O que são Pagamentos por Serviços Ambientais? Você tem uma propriedade e, de livre-arbítrio, reserva áreas de sua propriedade, tecnicamente corretas – as nascentes, beira de rios, de córregos – e diz: “Vou preservar essas áreas, vou cercá-las. mas, de alguma maneira, eu perco capacidade de renda”. E alguém compensa essa renda, fazendo Pagamentos por Serviços Ambientais. Ou seja, não é um dinheiro que a pessoa que tem uma propriedade, e por ser bonzinho, vai simplesmente deixar para... Não, ele vai receber uma remuneração por isso. É por isso que no mundo todo está se discutindo muito o que se chama de Pagamentos por Serviços Ambientais. É um pagamento por serviços. Ele é um produtor de água, na última frase, um produtor de água.

A Agência tem um amplo programa...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E o dinheiro pode vir das outorgas do setor elétrico.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Pode vir de diversas fontes. Pode vir dos setores mais diversos que se utilizem das cidades e tudo mais. Refiro-me aos Pagamentos por Serviços Ambientais. Então,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Isso. Nova York faz isso, outras cidades fazem...

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Dr. Joaquim, no Paraná, nós temos um sistema muito parecido, que é o ICMS ecológico.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Isso.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Uma parcela do ICMS, se não me engano 5% do bolo, vão para os Municípios que são fornecedores de água, para quem é proprietário dos mananciais e quem também tem unidades ambientais de conservação, e assim por diante. Por exemplo, Piraquara, que é o grande fornecedor de água da região metropolitana de Curitiba, recebe um valor muito bom de ICMS ecológico, como nós chamamos.

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – No nosso caso, quem recebe é diretamente o produtor. Ele é cadastrado e é ele que recebe. Esse é um exemplo.

Eu acho que cabe aqui, nesta discussão mais ampla, trazer uma apresentação desse programa que se chama Produtor de Água, que é uma forma de Pagamentos por Serviços Ambientais.

Então, já falei aqui sobre duas coisas que são essenciais. A primeira é a questão de discutir a segurança da infraestrutura hídrica; a segunda, Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), e o programa se chama Produtor de Água. É o nome fantasia do programa.

(Interrupção do som.)

O SR. JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO – Isto: Produtor de Água, que é uma forma de Pagamentos por Serviços Ambientais, que é o PSA.

Agora, há uma terceira coisa importante – e agora eu vou começar a responder a última pergunta que o Senador fez – com relação à Agência e o seu fortalecimento.

Hoje, algo importante de se entender é que, nos recursos hídricos, existem três coisas fundamentais: ele é participativo, ele é integrado, porque ele tem essa função integradora dos vários entes... Então, temos que pensar que a Agência Nacional é uma forte, mas, se ela for forte sozinha, não resolve. Eu preciso que o Estado do Ceará tenha um órgão de recursos hídricos forte, que o Tocantins também o tenha, assim como Goiás também, enfim, que todos os Estados tenham um órgão forte. É a descentralização participativa, integrada e descentralizada. Isso é fundamental.

A mesma condição técnica, a mesma condição de que hoje a Agência dispõe, que é reconhecidamente por todos – é uma Agência nova, mas de uma condição técnica invejável – deve ser passada aos Estados. E vo-

cês são um pouco responsáveis por isso, no sentido de induzirem seus Estados a terem na água a importância que têm em outras áreas também tão estratégicas quanto essa.

Eu diria o seguinte: a Agência precisa, claro, de todo o apoio de vocês, no sentido de ser, cada dia mais, uma Agência participativa e integrada ao contexto brasileiro. Mas mais importante que tudo é também termos em seus Estados.

Por último, eu vou falar uma coisa que se chama distribuição de água. Vocês assistem a muitos programas de televisão e veem isto muito: um rio perene de grande porte – pode ser o São Francisco, Senador – e, a 10km, 15km dali, há uma pessoa sem condições de acesso a água. Isso é importante. É importante ter acesso a água desde a população rural dispersa, através de programas de cisternas, o abastecimento de pequenas comunidades, até a distribuição de água para as cidades. Muitas cidades não têm ainda fontes seguras de água, no interior. Em toda seca, recorrentemente, entram em situação de racionamento.

Então, eu queria colocar que, dentro dessa questão da segurança hídrica, não tratamos só de segurança hídrica para as grandes cidades, para grandes metrópoles, mas temos que pensar também na segurança hídrica da população rural dispersa, que precisa da cisterna, seja a cisterna para produção, seja cisterna para consumo com água de chuva e, também, esses pequenos sistemas simplificados. Não vai haver sistema que só pense coisa grande. Nós temos que ter um sistema que pense no pequeno, no médio e no grande. Para cada um, haverá uma metodologia, uma forma de fazer.

Se nós chegarmos aqui com os planejadores, vão falar da solução Tocantins, solução tal, mas também têm que pensar na população rural dispersa, que está lá e que precisa ser assistida e que precisa ter as condições adequadas para a sua fixação e sua sustentabilidade.

Esta é a visão da Agência no sentido de termos esse conjunto de coisas e não apenas uma solução. Essas coisas se agregam e fazem um planejamento. E esse sistema que chamo de Plano Nacional de Segurança Hídrica não é um plano de obras grandiosas. Ele vai desde a cisterna à gestão e à organização do sistema.

Eu, aqui, já me despeço e agradeço o chamado do Senado Federal para a Agência poder participar e expor seu pensamento em relação a esse assunto, e já deixo, como sugestão, ela poder falar em dois outros temas tão importantes quanto os de que eu falei: a questão do Plano Nacional de Segurança Hídrica e esse programa chamado Produtor de Água, que são Pagamentos por Serviços Ambientais, quando convocado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria agradecer a presença do Srs. Parlamentares.

Agradeço a presença do Sr. Paulo Nobre, que fez aqui uma belíssima apresentação, provocando reflexões e preocupações. Fica aqui colocado que o desafio é grande e é urgente do ponto de vista de aperfeiçoarmos das nossas políticas públicas, para enfrentar o desafio da oferta de água em todo o território nacional.

Agradeço ao amigo Dr. Joaquim, que aqui representa a Agência Nacional de Águas. Eu acho que nós precisamos, ao longo do trabalho desta Comissão, empoderar, cada vez mais, a Agência Nacional de Águas, para que ela possa contribuir com esse debate e com encaminhamentos que, certamente, vão surgir das contribuições que serão colocadas nos diversos painéis.

Eu quero encerrar apenas fazendo um comentário rápido, porque, muitas vezes, pensa-se, lá na questão do São Francisco, que está faltando água. E as pessoas me indagam – e como essa audiência está sendo transmitida pela TV Senado, pela Rádio Senado – se vai haver água para a transposição. É importante destacar que, neste exato momento em que estamos pedindo para reduzir a vazão de Sobradinho para 900m³ por segundo, após Sobradinho o que se tira do São Francisco inteiro são 50m³ por segundo, incluindo os 28 da transposição, que ainda não estão operando.

Então, não falta água. O problema que estamos vivendo, no submédio São Francisco e em algumas outras áreas do São Francisco, é de nível. As estações de captação água para alimentar os perímetros, para alimentar as cidades estão precisando ser adaptadas para chegar onde está a água. Por isso, alguns investimentos emergenciais, para que possamos ofertar a água necessária para não haver a interrupção da produção agrícola nem do abastecimento para as cidades.

Então, era importante, digamos assim, clarear essa discussão, porque as pessoas ficam lá no interior: “Será que vale a pena fazer a obra de transposição?” Claro que vale. Há muitas outras obras para serem feitas. Há o Cinturão das Águas, no Ceará; há as vertentes litorâneas, na Paraíba; há o Ramal do Apodi; há a obra do Ramal do Entremontes, que vai levar água para a região do Araripe, em Pernambuco; há o Ramal do Agreste. São todas obras de grande dimensão.

E aí as pessoas, por achar que está faltando água, dizem assim: “Vamos fazer a transposição do Tocantins”. Esse debate precisa ser aprofundado, porque, antes de chegar a essa discussão do Tocantins, há outras soluções muito mais baratas. Uma foi aqui colocada, foi aqui reforçada por Joaquim. Na realidade, se conseguirmos convencer o setor elétrico de que ele precisa guardar água nos reservatórios, em vez de produzir energia no pico,

ele tem que produzir energia de forma regular e constante de janeiro a dezembro, porque ele vai guardar água em Três Marias, vai guardar água em Sobradinho, e nós vamos poder vencer qualquer período crítico do ponto de vista hidrológico, sem nenhuma grande obra de transposição, apenas cuidando dos nossos mananciais, que estão hiperdegradados, em Minas, construindo as barragens para alimentar a vazão dos rios tributários do São Francisco, na Bahia e em Minas Gerais.

São todas obras muito menores e que precisam ser identificadas e colocadas nesse Plano de Segurança Hídrica Nacional, para que possamos hierarquizar, priorizar e ter um horizonte de planejamento de, no mínimo, 10, 15 anos e podermos aplicar melhor os nossos recursos.

Portanto, agradeço a presença dos dois palestrantes.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando a próxima reunião para o dia 29 de abril, uma quarta-feira. Aqui receberemos os representantes do Governo Federal, que estão construindo a proposta brasileira que será apreciada na COP 21, em Paris, e teremos também aqui representantes do Ministério do Meio Ambiente, possivelmente a presença da Ministra Izabella Teixeira, e dos representantes do Ministério de Relações Exteriores. Será, portanto, uma outra grande reunião.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e quinze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Senador Fernando Bezerra Coelho**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Deputados Eros Biondini, Sérgio Souza, Jony Marcos e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais Membros. Havendo número regimental, o Senador Fernando Bezerra Coelho, Presidente da Comissão, declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** para debater o tema: **“A COP 21 e as possibilidades de negociações em torno de um novo acordo climático global”**, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 31 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: **Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho** - Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; **Adriano Oliveira** - Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do MMA; **Tasso Azevedo** - Coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima- SEEG. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra Coelho e os Deputados Sérgio Souza e Eros Biondini. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezessete horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, **José Francisco B. de Carvalho**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Fernando Bezerra Coelho**, Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A pauta desta reunião, como todos já tomaram conhecimento, destina-se à audiência pública para tratar do tema “A COP 21 [reunião que vai se realizar no final deste ano em Paris] e as possibilidades de negociações em torno de um novo acordo climático global”.

Por sugestão da Comissão, como proposto pelo nosso Relator, Deputado Sergio Souza, nós convidamos para a reunião de hoje o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho – S. Ex^a já está aqui sentado à mesa, à minha direita –, que é Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores. Agradeço ao Embaixador pela sua presença.

Queria também convidar para sentar-se à mesa o Sr. Adriano Oliveira, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, representando aqui a nossa Ministra Izabella Teixeira.

Queria também convidar, com alegria, o Sr. Tasso Azevedo, Coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima. Obrigado, Sr. Tasso, pela sua presença nesta tarde aqui na nossa Comissão.

Antes de dar a palavra ao Sr. Embaixador José Antonio, que será o primeiro palestrante da tarde de hoje, eu queria dizer à Comissão que ontem tive a oportunidade de compartilhar da companhia da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na viagem que ela fez ao Estado de Pernambuco, por ocasião da inauguração de uma importante unidade industrial, que é a montadora da Jeep, uma unidade pertencente à Fiat Chrysler. No percurso – na ida a Recife e na volta – tivemos a oportunidade de conversar sobre a reunião que nós íamos realizar hoje, e ela me deu uma informação que acho muito importante para os membros desta Comissão, sobretudo para os debates que vamos aqui processar.

A Presidenta me confirmava que, na sua visita aos Estados Unidos, no final de junho, um dos mais importantes itens da pauta desse encontro dela com o Presidente Obama seria a questão ambiental, e que, portanto, existia uma expectativa muito positiva na construção da proposta brasileira. Como todos já conhecem, o Presidente Obama já apresentou a proposta americana. Este ano, os Estados Unidos também recebem, lá em Washington, a presença do Presidente chinês.

Então, tenho a nítida convicção, a nítida impressão de que esta Comissão, ao receber as informações e as contribuições do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista o protagonismo da Ministra Izabella Teixeira neste tema, tenho a impressão, a confiança, a convicção de que nós poderemos, ainda mais, animar, estimular os debates aqui na Comissão para que o Congresso Nacional, ouvindo os diversos setores da sociedade brasileira, possa trazer também a sua participação, as suas sugestões para que essa proposta brasileira que está em construção e que será apresentada em Paris represente um passo a frente na construção de um mundo cada vez mais sustentável do ponto de vista de legarmos às próximas gerações a preservação importante do nosso meio ambiente, a fim de que a gente possa, de forma equilibrada, gerar emprego, gerar renda, mas também ter presente a necessidade de não fazer isso destruindo os nossos ecossistemas.

Portanto, faço esses breves comentários porque considero importante que, numa visita que a Presidenta Dilma Rousseff realiza aos Estados Unidos, um dos temas de sua pauta, de seu encontro esteja, sobretudo, assentado no tema que é, digamos assim, objetivo principal desta Comissão.

Iniciando nosso debate, passo a palavra para o Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais do que uma satisfação, é uma honra estar aqui nesta Comissão. Também cumprimento nosso Deputado Relator.

Quero dizer da nossa disposição ao permanente diálogo com esta Casa, com a sociedade, justamente para tratarmos de uma negociação que não é simples. Não é uma negociação ambiental no estrito senso, é uma grande negociação, complexíssima, porque ela toca em todos esses pontos que o senhor mencionou nas suas palavras iniciais e é também uma discussão sobre desenvolvimento, e nós exatamente estamos buscando influir nesse processo, na busca da consagração do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, numa rápida apresentação aqui na Comissão, e de novo não só... Reitero aqui minha disposição de estar aqui sempre quando chamado, de conversarmos, e também coloco toda a equipe da subsecretaria à disposição da Comissão para esclarecimentos e para esse diálogo permanente.

Eu gostaria de abordar aqui, Sr. Presidente, dez pontos nessa negociação. O primeiro aspecto que eu gostaria de mencionar é sobre o empenho e o compromisso do Governo brasileiro na negociação desse acordo que deve ser assinado, esperamos que seja assinado e estamos trabalhando para que seja assinado em Paris, na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e nosso objetivo é que esse novo acordo seja justo, seja equilibrado e seja efetivo. Nosso objetivo, e nesse sentido estamos trabalhando, é que ele esteja dentro do quadro, dentro do marco das regras, princípios e dispositivos da convenção.

O segundo aspecto que eu gostaria de lembrar é o objetivo dessa negociação: que nós possamos alcançar um entendimento internacional que busque controlar a ameaça da mudança do clima, limitando o aumento da temperatura global em dois graus centígrados.

E insisto nesse aspecto que o senhor mencionou, a questão do desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos: econômico, ambiental e social, todos esses três pilares da sustentabilidade.

Como eu indiquei, o Brasil vem trabalhando de maneira muito ativa, trazendo não apenas novas ideias que avancem na negociação, que militem no sentido de termos esse acordo, mas também o Brasil leva a credibilidade de um país que vem, realmente, tendo ações concretas na questão do clima. Esse é o segundo aspecto que eu queria mencionar.

Com relação a resultados concretos, eu passo para o terceiro ponto que eu queria abordar. São evidentes os resultados que o Brasil já alcançou. Eu tenho certeza de que o Dr. Adriano, a quem saúdo, e também o meu amigo Tasso Azevedo, vai seguramente mencionar os resultados da Política Nacional de Mudança do Clima, as ações que o Governo vem empreendendo e os avanços nesse aspecto.

Eu citaria apenas dois números: o primeiro é que, entre 2005 e 2012, o Brasil reduziu 41% das suas emissões de gases de efeito estufa, perto de 41%. Obviamente, é muito forte o aspecto da redução das taxas de desmatamento no País, principalmente na Amazônia.

Acho importante também mencionarmos o que esses números representam, a partir de 1990. Esses números que o Brasil tem hoje, de redução, significam 13% das suas emissões. Nossas emissões são inferiores em 13% ao ano de 1990. Eu acho também importante ressaltar, para colocarmos em comparação, que isso significa mais do que o dobro que foi proposto pelo Protocolo de Quioto aos países desenvolvidos.

O Brasil – reitero –, nesse ponto, tem, sim, resultados. O Brasil, sim, alcançou avanços com as suas políticas públicas e com suas ações de redução de emissões.

Temos muito o que mostrar, o que, infelizmente, não é o mesmo que possamos dizer de outros países com quem nós estamos negociando para trabalhar.

Este é o quarto ponto que eu queria mencionar: o Protocolo de Quioto. O que nós conseguimos no Brasil com as ações do Governo, com as políticas e programas, foi um resultado superior, mais do que o dobro do que aquilo que os países deveriam fazer. Somos dos poucos que temos esse desempenho e essa magnitude na ambição da nossa atuação, com resultados concretos.

O quinto ponto que eu gostaria de mencionar, Presidente, é o contexto dessa negociação. Eu já mencionei que é uma negociação extremamente complexa, extremamente delicada, no sentido de que ela tenderá a moldar de que maneira os países trabalharão nos próximos anos, levando em conta o risco que representam os cenários de aumento de temperatura média do globo terrestre.

E, justamente, nós estamos trabalhando com este objetivo de conter o aumento da temperatura global em 1,5°C a 2°C. E nós tivemos agora, recentemente, uma reunião – todo ano, há essas reuniões da Conferência das Partes, a última que tivemos foi na cidade de Lima, no Peru –, e a nossa avaliação com relação a essa reunião foi bastante positiva. Bastante positiva porque os dois grandes resultados podem ser creditados a essa Conferência das Partes.

O primeiro é que se definiram, em Lima, elementos para o novo acordo, este que estamos negociando e que esperamos firmar esse acordo em dezembro na 21ª Conferência, em Paris. Então, a reunião em Lima conseguiu reunir uma série de elementos para esse acordo: textos, sugestões e posicionamento de vários países.

E o segundo aspecto, do resultado da Conferência de Lima, foi o Chamado de Lima para a Ação Climática, onde eles não apenas definiram esses elementos como também definiram quais seriam as informações básicas que cada um dos países deverá apresentar nas suas contribuições nacionalmente determinadas.

Eu me permito aqui uma pequena digressão. Na conferência do ano anterior à Lima, em 2013, na 19ª Conferência das Partes, que foi realizada em Varsóvia, na Polônia, definiu-se que os países apresentariam contribuições nacionalmente determinadas. Então, cada país, todo o universo dos países, deverá apresentar, agora, durante este ano de 2015, suas contribuições, contribuições que preveem as aspirações de cada país, os planos de cada país no sentido da redução das suas emissões e também a posição com relação à adaptação, que também é muito importante. Eu acho que é importantíssimo ressaltar que esse não é um acordo unicamente voltado para a questão de mitigação, de redução de gases de efeito estufa. Nós estamos falando também em ações que são necessárias, que são imperativas, eu diria até, para aumentar a resiliência não apenas das populações, mas também dos seus meios urbanos, dos seus setores produtivos e dos seus setores de logística.

Então, isso é uma questão extremamente importante. Nós não vemos esse acordo como um acordo apenas voltado para a redução dos gases de efeito estufa, e é importante dizer que, nesse aspecto, não estamos sozinhos.

O sexto aspecto que eu gostaria de mencionar: no Chamado de Lima para a Ação Climática, nós chegamos a esses elementos. Pode parecer um pouco difícil, eu tentarei ser muito claro na minha explicação. Se eu não estiver sendo, Senador, por favor, interrompa-me. Esses foram os elementos que ainda não eram um projeto de acordo. E, em uma reunião subsequente, em Genebra, no mês de fevereiro deste ano, nós tivemos – fevereiro, não é Everton? Eu queria aqui assinalar a presença do Ministro Everton Lucero, Chefe da Divisão

de Clima do Ministério de Relações Exteriores, e nosso outro colega também da divisão que nos acompanham aqui. Muito obrigado pela presença de vocês.

Então, em Lima, nós tivemos esses elementos, que era uma série de posicionamentos, e eles ainda não tinham...

Em fevereiro, em Genebra, esses elementos receberam o *status* de rascunho do acordo, um projeto de acordo, para ainda ser muitíssimo trabalhado. Só para que se tenha uma ideia, é um projeto de acordo que tem várias opções no seu articulado, tanto na sua parte preambular quanto na sua parte resolutiva. E ele, hoje, é um documento com algo perto de 90 páginas. Então é um trabalho imenso que deverá ser feito no sentido de depurar, de evitar as óbvias duplicidades que existem nesse projeto e, evidentemente, de negociar os diferentes gargalos.

Tivemos a reunião de Lima, tivemos essa primeira reunião em fevereiro deste ano e ainda temos um intenso calendário de negociações que prevê reuniões agora, no mês de junho, outra reunião em agosto/setembro, uma terceira reunião em outubro e finalmente chegaremos a Paris. Então, temos ainda, eu diria, quatro momentos-chave nessa negociação.

Então, era isso com relação ao processo e à temporalidade desse esforço negociador.

O sétimo ponto que eu queria mencionar, Sr. Presidente, é que eu disse que o Brasil vem apresentando posições, vem assumindo uma participação muito ativa e apresentando várias hipóteses de solução entre as grandes dificuldades negociadoras que nós temos. E nós apresentamos propostas, duas das quais eu mencionaria dessas contribuições nacionalmente determinadas com relação à amplitude do seu escopo.

Então, apresentamos uma proposta muito clara nesse sentido, coerente com o mandato de Durban, que é o DNA básico desse processo negociador, a célula básica desse processo negociador, pela qual se definiu o mandato que a Convenção das Nações Unidas vem trabalhando. Então, no sentido da maior amplitude desse escopo, não apenas limitar a mitigação, mas também envolvendo aspectos de adaptação e a questão de meios de implementação.

Uma segunda proposta que o Brasil apresentou foi justamente com relação à diferenciação entre os países.

Esse é um tema que tem dividido as opiniões nas negociações. E nós apresentamos uma proposta que, ao mesmo tempo em que preserva os princípios e dispositivos da Convenção, adquirirá essa diferenciação, adquirirá um caráter dinâmico e progressivo. É uma contribuição importante, feita pela delegação do Brasil, apresentada, que vem sendo muito discutida.

É bom lembrar que, nessa negociação, como eu mencionei a decisão de Durban em que se definiu que os países negociariam um novo acordo universal, de caráter vinculante, com força legal, porque esse é o texto da decisão, foi justamente para alcançarmos esse novo acordo em Paris.

É importante dizer que, no que eu chamei de célula básica dessa negociação, no mandato dessa negociação, em momento nenhum, os países determinaram que haveria uma alteração na Convenção.

Nós estamos falando é num novo acordo que possa avançar e possa contribuir para o controle do nível de emissões, no objetivo de fixar o aumento da temperatura em até 2°C, e também questões de adaptação e meios de implementação.

Então, na negociação desse novo acordo – como é o tema da nossa reunião –, nós não definimos, em momento algum, que estaríamos alterando, estaríamos emendando a Convenção. Até porque o processo de Durban determina que esse novo acordo, protocolo, instrumento que venha a ser negociado até Paris esteja sob a Convenção. Então, em momento algum se determinou que haveria alterações, emendas à Convenção. Esse é um aspecto que eu acho importante ressaltar.

Eu tenho mais três últimos temas que eu gostaria de abordar, Presidente.

O primeiro deles é a questão – volto a ela – da diferenciação. Há um grupo de países, principalmente países desenvolvidos, que vem defendendo a tese da autodiferenciação. Como em Varsóvia se definiu que os países apresentariam suas contribuições, suas metas, seus planos para o novo acordo, esses seriam determinadas nacionalmente. Não haveria imposição de cima para baixo, mas seriam concebidas, geradas e conduzidas internamente. Então, há certa confusão, não despropositada, de países que querem confundir essa autodefinição dos planos com a autodefinição na diferenciação. Cada país poderia se considerar dentro de uma ou de outra categoria dentro do acordo. Essa autodiferenciação é muito distinta da autodefinição nacionalmente determinada pelos países nas suas contribuições. Nós temos argumentado com vários dos nossos colegas negociadores que defendem essa posição – como eu mencionei, vinda principalmente de países desenvolvidos –, nós temos indicado que essa autodiferenciação não milita pelo aumento da ambição. Ela simplesmente representa um passo no sentido contrário a que os países, a que todas as partes venham a assumir, progressivamente, maior ambição nas suas contribuições.

Faço uma nova digressão aqui, Presidente, porque esse acordo não deverá ser um acordo válido só para um próximo ciclo. Nós esperamos que esse acordo seja duradouro, estamos trabalhando nesse sentido, e, quanto a isso, acho que se pode dizer que há um consenso entre os negociadores de que esse acordo seja um acordo duradouro. Haverá um ciclo de contribuições, um ciclo de planos, etc. E esse acordo não se limita a um período de tempo – cinco anos, como defendem alguns para esse ciclo, ou dez anos, como defendemos nós –, mas ele é um acordo duradouro, e haverá vários ciclos posteriores. Então, nesse aspecto, o que nós argumentamos é que essa autodiferenciação não será um fator indutor do aumento de ambição por parte de vários países, além de ser um desvio, um afastamento dos princípios e dispositivos da Convenção.

O penúltimo ponto que eu gostaria de mencionar, Sr. Presidente, diz respeito ao trabalho interno nosso aqui, que vem sendo realizado pelo Brasil no sentido da definição da nossa contribuição nacionalmente determinada.

O Itamaraty conduziu e concluiu recentemente um amplo processo de consultas à sociedade, e eu tenho inclusive aqui, Sr. Presidente – desculpe-me, Deputado, eu só trouxe uma cópia, mas eu faço a entrega aqui –, o relatório final desse processo de consultas, que foi um processo bastante amplo, muito participativo e realmente nos deu muita satisfação de ver o engajamento da sociedade, o engajamento do setor produtivo, o engajamento de grupos sociais, o engajamento, como eu vejo aqui, a presença de vários amigos e amigas do setor do trabalho, representando as centrais sindicais – muito obrigado pela presença. Então, nós tivemos essa ampla participação.

Esse texto está disponível na página do Ministério de Relações Exteriores, no portal de Diplomacia Pública, e ali esse trabalho foi agora publicado no dia 17 deste mês.

Esse é um trabalho, é importante ressaltar – e sempre foi conversado nesse sentido –, em que é importantíssima essa consulta à sociedade, até porque, na Conferência de Varsóvia, o Brasil apresentou também uma proposta de que os países fizessem um amplo processo de consultas, e esse amplo processo de consultas, no nosso caso, nós vemos como uma constante. Não há como, num governo democrático, num País democrático, nós não promovermos esse amplo diálogo e consulta à sociedade em seus diversos setores. E mais do que o aspecto democrático desse exercício, é importante também que as posições que os países venham apresentar nas suas contribuições para esse novo acordo possam ter a legitimidade e a credibilidade social requeridas para esse processo.

Então, esse processo de consultas cuja cópia eu lhe passei – e, mais uma vez, eu me desculpo com o Deputado e com os demais Parlamentares por não ter trazido...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Já providenciamos cópia para os membros da Comissão.

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Perfeito.

E também está no *site*. Então, podem até acessá-lo de forma eletrônica.

Esse é um documento que será um subsídio adicional às formulações, aos contatos que o Governo vem realizando, seja entre os vários Ministérios, seja com governos subnacionais, seja com as centrais sindicais, seja com os setores produtivos, seja com a sociedade como um todo. Ele é um elemento adicional a esse trabalho, do qual nós achamos que, pela qualidade da participação, será um insumo muito importante nesse nosso trabalho de definição da posição nacional.

O último ponto que eu gostaria de mencionar – e eu acabo aqui com o meu décimo ponto, sem nenhuma pretensão de colocar dez pontos e ser confundido com alguma outra índole –, mas eu acho que é importante o fato de que há muitas dúvidas que pairam no ar a respeito de quando o Brasil estará apresentando a sua contribuição nacional.

Eu me permito até de novo voltar a uma decisão ocorrida em Varsóvia, em 2013, que determinava que os países apresentariam essas suas contribuições nacionais antes da Conferência de Paris, que será no último dia de novembro e em dezembro deste ano, de 30 de novembro a 11... Tomara que nós consigamos terminar a reunião no dia 11 porque essa reunião da convenção tem a particularidade, a característica de se estenderem além de seus prazos definidos.

No ano passado, inclusive, antevendo exatamente esse tipo de situação, a Conferência de Lima deveria terminar numa sexta-feira, conversamos com vários colegas de outros Ministérios para que tivessem a possibilidade de permanecer em Lima,. Não querendo aqui usar paráfrase ou frases de comentaristas esportistas, famosos neste País, o jogo só acaba quando termina, não é verdade, Presidente? Então, o pessoal só vai sair dessa reunião quando terminar a reunião. Então, a reunião se estendeu até a madrugada do domingo. Era para acabar às 18h de sexta-feira e acabou na madrugada do domingo já com o sol raiando.

Então, novamente, a Conferência de Paris, os amigos franceses me dizem que ela terminará pontualmente às 18h da sexta-feira, dia 11, mas, como o Sr. Seguro ainda está vivo, nós estamos exatamente tomando as providências para que a equipe negociadora permaneça a postos na trincheira, às mesas de trabalho até o apito final desse jogo.

Volto ao tema, há muitas dúvidas com relação a quando o Brasil apresentará. Eu indico novamente que o que Varsóvia definiu, em questão do tempo de apresentação dessas contribuições, seria antes da conferência, e para alguns países, para aqueles países, isso é o que Varsóvia determinou na 19ª Conferência, determinou que aqueles países que estivessem, que aqui assim o desejassem, assim estivessem em condições, apresentassem as suas contribuições até o primeiro trimestre, até o final de março de 2015. Mas isso era para aqueles países que tivessem intenção de fazê-lo ou a condição de apresentá-lo anteriormente.

E a Conferência de Lima também não alterou esse calendário, ela deu até uma formatação um pouco mais precisa com relação a isso no sentido de que se encarregou ao Secretariado da Convenção que prepare um papel, um relatório síntese, pode-se dizer, da apresentação das contribuições que venham a ser feitas até outubro deste ano.

Então, não quero aqui fazer leituras mais do que está escrito, mas o nosso objetivo nacional, o objetivo do Governo é justamente apresentarmos essas contribuições dentro do prazo. E há muitos que nos perguntam por que o Brasil não apresentou. Até seria bom indicar, eu imagino que a minha lista aqui não esteja equivocada, o primeiro país que apresentou a sua contribuição nacional foi a Suíça, seguida do conjunto da União Europeia, depois a Noruega, México, Estados Unidos, Gabão, Rússia e Liechtenstein.

Então, esses são os países que apresentaram os seus planos. Algumas vozes se levantam colocando em dúvida o compromisso brasileiro de apresentar as suas contribuições. E o fato de que não apresentamos ainda a nossa contribuição, eu aqui aproveito uma frase que vem sendo usada pela nossa Ministra Izabella Teixeira de que a pressa é inimiga da ambição.

Nós estamos justamente tomando o tempo necessário para que os trabalhos sejam realizados com cuidado devido, com o esmero que uma negociação como essa exige. E esses planos que o Brasil estará apresentando em todos esses aspectos: mitigação, adaptação e meios de implementação

Então, Presidente, com essas palavras, eu encerro esta minha apresentação.

Eu imaginava ser um pouco mais breve, mas com mais digressões do que os dez pontos que queria mencionar tomei mais tempo do que pretendia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Embaixador José Antonio.

Na sequência, ofereço a palavra ao Sr. Adriano Oliveira, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Muito boa tarde a todos os presentes.

Gostaria de, mais uma vez, registrar a satisfação de poder representar o Ministério do Meio Ambiente, aqui nesta importante Comissão das duas Casas. E, na pessoa do Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra; do Relator, Deputado Sérgio Souza; e também do Vice-Presidente da Comissão, Deputado Sarney; e demais parlamentares; estender os cumprimentos a todos aqui presentes.

Gostaria de iniciar a minha intervenção, Senador, registrando a plena concordância com a abertura aqui dos trabalhos na fala do Embaixador José Marcondes, quando ele diz que a Convenção de Mudança do Clima não é uma convenção estritamente ambiental e a própria Ministra Izabella vem reforçando esse caráter. A Convenção de Mudança do Clima é uma convenção de desenvolvimento em que a variável ambiental, social e econômica são variáveis importantes, mas ela é muito mais do que uma convenção ambiental.

E nesse sentido, a Ministra vem, junto, em articulação com o Itamaraty, fazendo consultas de alto nível com outros ministérios, buscando o engajamento pessoal de Ministros. Ela já teve conversas com a Ministra Kátia Abreu, do MAPA, com o Ministro Eduardo Braga, de Minas e Energia, o próprio Ministro Joaquim Levy, do Ministério da Fazenda, apenas para citar alguns exemplos de articulação, obviamente, com o Ministro Mauro, do MRE.

Dito isso, preparei alguns eslaides para serem utilizados aqui na tarde de hoje. E me lembro de que o Embaixador de Mudança do Clima, que também já passou por essa negociação, costumava dizer, não o Embaixador Marcondes, mas outro embaixador, que o uso de Power Point, às vezes, não significa a pessoa ter *power* nem *point*. (Risos.)

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Mas, de qualquer maneira, eu gostaria de trazer apenas algumas imagens, alguns gráficos, alguns números para ilustrar a fala.

E foi bom que o Embaixador tenha feito essa fala inicial porque vai facilitar.

Eu trouxe alguns elementos já contemplados pelo Embaixador, e que vou me furtar, obviamente, não faria com a eloquência, sem o Power Point do Embaixador, mas ficam registrados para consulta pública, os eslaides ficam disponíveis.

Gostaria de iniciar comentando ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Apenas como pano de fundo para nossa discussão, esse é um dado do 5º Relatório de Avaliação do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), esse é um quadro mundial, obviamente, de emissões globais, em que temos as emissões de 1970 a 2010.

O importante aqui, que gostaria de trazer para reflexão e discussão, é que de 1970 a 2000, a gente teve um crescimento de 1,3% das emissões de gases de efeito estufa por ano, esse crescimento foi acelerado no período de 2000 a 2010, para 2,2% de crescimento ao ano.

O importante, o que refletiria a realidade da mudança do clima aqui seria um gráfico que pudesse passar aqui para fora, ir para fora do Congresso e pegar também o período pré-industrial porque a mudança do clima é uma questão histórica e, de novo, fazendo eco com o que o Embaixador mencionou, o objetivo global a longo prazo da Convenção é permanecer os 2°C de temperatura abaixo do período pré-industrial, e uma figura mais correta seria considerar o período histórico.

Mas aqui é só para exemplificar que a questão essencial da mudança do clima continua sendo reduzir emissões provenientes de combustíveis fósseis.

Vocês veem que o dado de 2010 do IPCC mostra que o grosso das emissões daquele ano, 65%, vem da queima de combustíveis fósseis dos processos industriais.

A parte de mudança do uso da terra contribui com 11% dessas emissões.

Não que a gente não deva lidar com essas emissões, obviamente. E nós vamos ver na sequência que o perfil brasileiro anterior a 2009 era de uma pujança das emissões de mudanças nas terras e florestas, esse perfil se inverteu. O fato é que para discussão de Paris, obviamente que a gente não entra no detalhe de que setores e de quantidades de emissões de gases de efeito estufa vão ser reduzidas setorialmente, mas esse é o pano de fundo. A questão é reduzir emissões de combustíveis fósseis no planeta.

O Embaixador já mencionou, não vou repetir, obviamente, o que ele comentou, mas eu gostaria de destacar, complementando a fala inicial, que hoje nós temos dois trilhos nas discussões para COP de Paris um que o Embaixador Marcondes detalhou muito bem, o trilho 1, que fala do acordo propriamente dito, em que nós pretendemos, no final de 2015, chegar ao novo protocolo ou a instrumento legal ou a um resultado acordado por força legal, essa é a linguagem negociadora; mas também existe outro trilho, e que o Itamaraty sempre repete e nós gostamos de fazer eco, o trilho 2 não é um trilho de negociação, porque a gente está falando do período pré-2020. A gente está negociando o acordo de 2015, para ser implementado a partir de 2020, mas nós temos uma lacuna para ser considerada, que é o período pré-2020 e, chegando a Paris, o Brasil vai chegar muito bem, podendo apresentar resultados robustos em relação a esse período pré-2020. Eu vou mostrar isso aqui com números na sequência.

De toda a fala do Embaixador, eu só complementaria um elemento importante que está contido lá no Chamado de Lima para Ação sobre Mudança do Clima, que é o fato de o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas terem aparecido novamente numa decisão de mudança do clima, desde Cancún; o princípio não aparecia, embora, como muito claramente o Embaixador mencionou, o acordo vai estar sob o âmbito da Convenção e deve expressar os seus princípios e provisões.

Então, implicitamente, o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas estão lá, mas o importante é que apareceu novamente, adicionado de uma nova expressão, a decisão de Lima menciona o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas à luz das circunstâncias nacionais. E isso vem sendo objeto de interpretações, mas, para o Governo brasileiro – tenho certeza de que o Embaixador Marcondes vai concordar comigo –, uma decisão não suplanta a Convenção de Mudança do Clima e o princípio já está bem estabelecido na Convenção e é importante destacar aqui.

Sobre os elementos de mitigação, adaptação e meios de implementação, a gente também aponta para o mundo que nós podemos fazer um esforço enorme de mitigação de mudança do clima, mas nós poderemos fazer mais ou antecipar esses compromissos a depender também de recursos financeiros e recursos tecnológicos e, na Convenção de Mudança do Clima, existe um déficit de implementação em relação a esses aspectos, mas é importante destacar, como bem frisou o Embaixador Marcondes, que a adaptação será um elemento importante da INDC brasileira. Sem dúvida, os negociadores trabalharam para isso e nós faremos uma apresentação de elementos de adaptação na nossa INDC.

Essa parte toda já foi conduzida pelo Embaixador, sobre as consultas públicas. Eu gostaria também de reforçar essa questão do prazo, existe muita pressão para apresentação da INDC, mas o prazo, como bem frisado pelo Embaixador, é 1º de outubro. Nós estamos trabalhando com esse prazo. Não significa que entregaremos somente naquela data, mas o mais importante é realmente ter a ambição como linha mestre e a nossa pressa será a qualidade, será a construção ambiciosa e conversando com todos os setores, o que já foi feito pelas consultas do Itamaraty, e nós temos essas consultas de alto nível, como mencionei, da Ministra com os outros ministros, para poder entregar uma coisa ambiciosa e realmente fazer frente ao que já temos apresen-

tado para o período pré-2020. Nós não queremos apresentar algo abaixo da ambição que vem sendo colocado para o período pré-2020.

O Embaixador Marcondes mencionou os países que já apresentaram as suas INDCs, e aqui não é nenhum julgamento do valor de resultado de redução de emissões que esses países estão pretendendo, mas a gente vez uma análise fria dos números só para trazer para discussão do que foi apresentado até o momento. E, obviamente, a entrega inicial dessas INDCs não significa necessariamente ambição.

Aqui acho que já até identifiquei um errinho aqui porque as emissões de Liechtenstein não podem ser maiores do que as da Suíça e Noruega, então ali deve ser 21,92% – depois faço essa correção para deixar o material disponível.

Mas o importante aqui é que os Estados Unidos fizeram a sua apresentação de submissão num patamar de redução entre 26% e 28% de 1990 a 2050.

Só para comparar, o Embaixador Marcondes já mencionou na sua fala inicial, o Brasil, em 2012 – desculpem-me, os Estados Unidos, o ano-base é 2005 –, em comparação a 2005, nós reduzimos 41%, os Estados Unidos estão prometendo de 26% a 28% em relação a esse mesmo ano, a título de comparação. A União Europeia apresentou uma INDC de 40% de redução de emissões, em relação a 1990 até 2030.

O ano-base do Protocolo de Quioto é 1990, então, a União Europeia manteve o ano-base de 1990. Mas é importante destacar que 1990, desde o levantamento daquele ano até hoje, é o pico de emissões europeu. Então, a sua redução está sendo feita em cima de seu pico de emissões na série histórica.

Na Suíça e Noruega, as emissões são realmente pequenas, não vou entrar em detalhes. O México apresentou uma proposta de redução parecida com a que o Brasil fez em 2009, que é um desvio da sua curva tendencial, do seus *business as usual* para 2030. Então eles projetaram essas emissões para 2030, estão prometendo uma redução de 25% em relação a essa projeção.

De fato, se nós pegarmos o ano de 2006, que é o último dado que o México tem, apesar de ali na coluna estar 2012, mas o último dado disponível do México é de 2006, e se nós considerarmos a meta apresentada para a projeção de 2030, na verdade, de 2012 para lá, o México vai aumentar emissões. O que, dentro da Convenção, é aceitável porque a Convenção diz que é prioridade de países em desenvolvimento é a erradicação da pobreza e o desenvolvimento.

Mas, de qualquer maneira, queria apontar que há um aumento de emissões, na verdade, em relação ao que está sendo prometido e com um fato, na INDC do México existe a proposta de considerar os gases de vida curta também e o *black carbon*, que é a fuligem, aí entra uma questão técnica, porque *black carbon* não é um gás de efeito estufa, ele não está na Convenção e os gases de vida curta não têm o poder de aquecimento que outros gases têm. Mas só para trazer elementos na conta, eles consideram o *black carbon*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – De qualquer maneira, eles incluíram essa parte que é polêmica na discussão de mudanças do clima.

Na Rússia, uma redução de 25% a 30% em relação a 1990, também se tomarmos como o base o ano de 2012, existe, na verdade, para 2030 um aumento de emissões na promessa da Rússia.

O Gabão é um país que apresenta bastante remoção de carbono pelas suas florestas, por isso aquele sinal negativo, e eles apresentaram, sim, como país em desenvolvimento, uma proposta ambiciosa, que é reduzir 50% das suas emissões, não considerando a remoção florestal. Mas é, em termos absolutos, uma emissão pequena.

Isso é só para trazer alguns dados, acho que os Tasso também vai mencionar um pouco isso, mas uma análise breve e fria do que foi apresentado até agora, as oito INDCs apresentadas até ontem – não sei se hoje já foi apresentado mais alguma coisa.

Sobre a diferenciação que o Embaixador mencionou, só para trazer um elemento gráfico, o que eu adicionaria à fala do Embaixador é que, na promessa do Brasil e na proposta de se ter uma diferenciação que leve à ambição, o importante é que para os países, naquele chamado círculos concêntricos, que é a proposta brasileira, nunca aconteça um movimento centrífugo, ou seja, de dentro para fora, sempre centrípeto. Porque aqui os países poderão definir a sua cesta de opções, a sua cesta de modalidades de mitigação, e aí o que o Brasil defende é que no centro da ambição estejam os países do anexo I, porque o que o Brasil defende é que não na haja retrocesso. Então, os países do anexo I já tem compromissos de redução absoluta de emissões, eles deveriam permanecer no centro do círculo. E os outros países poderiam apresentar INDCs na linha de NAMAs e desvios de *business as usual*, a exemplo do que o Brasil fez no pré-2020, intensidade de emissões, redução de emissão por PIB, redução per capita, enfim, ficaria uma cesta de opções, mas sempre no sentido do que o Embaixador mencionou, de termos vários ciclos para se ter um acordo ambicioso.

Isso também valeria para a parte de meios de implementação, para os países do Anexo II, do chamado Anexo II da Convenção terem obrigações de financiamento junto aos países em desenvolvimento, e aqueles países não Anexo II, basicamente do Anexo I da Convenção 100, do leste Europeu, que são os países mais ricos. Mas os países que não forem Anexo II e que tenham condições apropriadas, se julgarem apropriado, que promovam ações sul-sul, e o Brasil faz algumas dessas ações com países africanos, países da América Latina, principalmente na área florestal. Então, isso também é uma parte importante da proposta.

Aqui também fica uma ilustração do que o Embaixador Marcondes já considerou. É só um exemplo do que poderia ser feito em termos práticos das INDCs. A proposta seria, para o início dos ciclos, que os países pudessem apresentar as suas contribuições nacionalmente pretendidas – e aí o pretendidas é importante, porque nós apresentaríamos o que se pretende no início. Depois de um ciclo de cinco anos, essas ações pretendidas passam a ser ações efetivas, e, em novos ciclos de cinco anos, são apresentadas novas ações pretendidas. Isso vai acontecendo ao longo do tempo e de acordo com os vários ciclos que o embaixador mencionou, para considerar uma ambição de longo prazo.

Bom, vamos falar um pouco do trilha dois, que é esse trilha do pré-2020 e dos resultados que o Brasil pode levar para Paris, mostrando que nós estamos num bom caminho para cumprir o que foi prometido para esse período. Para o pré-2020, lembrando os senhores, a proposta foi uma redução em relação à projeção para 2020 entre cerca de 36% a 39% das suas emissões – essa é a ambição, foi a melhor oferta que o Governo brasileiro pôde fazer, junto com a sociedade e ouvindo-a, naquela época.

Para os países desenvolvidos o que se propõe, utilizando-se o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, o relatório anterior ao último lançado, era que os países do Anexo I deveriam promover, com base em 1990, uma redução entre 25% e 40% das suas emissões com base em 2020. Para os países em desenvolvimento, o que se pregava era um desvio substancial da curva tendencial. E o Brasil então seguiu o que o IPCC informava no seu relatório, que foi esse de desvio das nossas emissões em relação a 2020.

Isso se materializou com a comunicação para a Convenção de Mudança do Clima de cinco setores em que nós faríamos as nossas reduções: três mais na governança do Ministério do Meio Ambiente, que é o Plano de Ação para a Prevenção de Controle do Desmatamento na Amazônia, o mesmo para o Cerrado; o Plano Carvão Vegetal, de estímulo à produção de carvão vegetal na siderurgia, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, na sua parte de eficiência de carbonização; o Plano de Baixa Emissão de Carbono, coordenado pelo Ministério da Agricultura e pelo MDA; e, finalmente, no setor energético, o Plano Nacional de Energia, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Essas foram as cinco ações comunicadas para a convenção, depois da COP de Copenhague, no início de 2010.

O que o Brasil vem fazendo adicionalmente – e esses planos não foram informados à convenção, foi uma ação adicional, internalizada na Política Nacional sobre Mudança do Clima de 2009 – foi apresentar quatro planos adicionais: o Plano de Redução de Emissões na Indústria, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; o Plano Nacional de Mineração, também coordenado pelo Ministério de Minas e Energia; o Plano Setorial de Saúde, que é muito mais um plano de adaptação do que de mitigação, é adaptação aos efeitos da mudança do clima; e o Plano de Transportes, coordenado pelo Ministério dos Transportes e pelo Ministério das Cidades, focando em cargas e transporte de passageiros.

Isso tudo para mostrar que, para o período pré-2020, também já há uma articulação forte de Governo, e nós estamos pensando sempre em atacar o problema nas suas variadas dimensões, o que não significa que a nossa INDC será assim.

Esse foi um compromisso voluntário para o pré-2020, em que nós apresentamos internacionalmente os setores, mas o que nós vimos nas INDCs entregues até agora é que não há um detalhamento setorial do esforço que cada país irá fazer – isso vai ser uma questão de soberania. Eu imagino – pelo menos é um pensamento muito pessoal – que o Brasil deveria apresentar algo assim: internacionalmente, nós devemos representar qual é a nossa ambição numérica e, internamente, discutir com a sociedade quais são os caminhos para isso.

A Ministra Izabella vem falando já de algumas ações importantes na área de agricultura, na área de desmatamento, pensando já numa discussão ampla sobre desmatamento líquido zero e estímulo ao aumento de participação de renováveis na nossa matriz, que já é alto, 41% em 2013. Mas, ainda, a gente tem espaço para discutir uma ambição de aumentar a participação de renováveis na matriz, em função do perfil brasileiro de emissões que vai ser mostrado em seguida.

O importante é que, em Paris, nós já teremos novos números da taxa de desmatamento, mas, até, o número que a gente tem hoje, que é a taxa de 2014, o fato é que, em comparação ao ano de 2004, que foi o início da implementação do PPCDAm, o Brasil já foi capaz de reduzir as suas taxas de desmatamento na Amazônia em 82,5% em 2014, em comparação com 2004.

A projeção para 2020, para a questão amazônica, foi uma redução de 80% em relação a uma média entre 1996 e 2005, que deu projeção para 2020. Hoje, se nós comparássemos com essa projeção, a gente já teria alcançado 75,2%, ou seja, nós não alcançamos ainda os 80% prometidos para 2020, mas estamos num bom caminho. É claro que existem reversões das taxas de desmatamento, mas isso não vem sendo observado a partir 2004. A redução tem sido constante e consistente. Esperamos chegar a 2020 com esse número alcançado e já pensando, em 2030, em alcançar uma redução ainda menor, com toda essa discussão do desmatamento líquido zero por trás, para alcançar esses resultados.

É importante frisar aqui que o que a gente quer para o futuro é evitar o que já aconteceu no passado, de 2004 para trás, evitar reversões de desmatamento. A gente quer manter essa tendência de redução de desmatamento. Ao contrário do que muitas pessoas dizem, principalmente lá fora, às vezes, a gente ouve dizer que o trabalho do Brasil já estaria feito em função da queda da taxa de desmatamento, mas custa muito dinheiro investir, e o trabalho é árduo para manter essas taxas baixas. Nós precisamos manter esse ciclo de redução.

De novo, fazendo uma comparação de emissões mundiais, aquela parte amarela é toda a emissão de mudança no uso da terra, vista de modelos. Não se tem dúvida de que, ali, aquela queda de 2010 para frente na curva amarela se deve à queda na taxa de desmatamento na Amazônia. É importante também destacar que ali nós temos, na curva verde, o papel da remoção das florestas, que é um papel importantíssimo de um trabalho ambiental de remoção de CO₂ da atmosfera e que também ajuda na questão da mitigação da mudança do clima, de novo para mostrar que o importante para o Planeta, em termos de mitigação efetiva, é reduzir a emissão de gases de combustíveis fósseis.

Esse é o perfil de emissões do Brasil, de 1990 a 2012, um trabalho coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O importante aqui é ver que a curva verde, que diz respeito ao uso da terra e florestas, vem caindo em termos de emissões. Principalmente ali, a partir de 2009, o verde deixa de ser a parte maior dos gráficos, ou seja, em termos percentuais, agricultura e energia vêm tomando um papel importante em termos percentuais, o que não significa que nós não alcançaremos os objetivos para 2020, porque, em relação à projeção, todos os setores podem chegar a 2020 com o seu compromisso nacional voluntário alcançado. Mas é importante observar aqui que a queda na taxa de emissões do setor florestal é muito maior do que a taxa de aumento de emissões dos outros setores.

Aquilo que o embaixador mencionou na sua intervenção: se nós compararmos as emissões de 2005 com 2012, aquelas emissões eram de 2 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente; em 2012, é de 1,2 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente, o que equivale aos 41% de redução de emissões.

O papel da emissão de mudança de reservas de florestas mudou. Em 2005, representava 58% das nossas emissões; em 2012, ele representa 15%. O setor de energia, que era 16%, e agricultura, 20%, hoje participam aí com 37% cada um, o que mostra que nós temos o desafio de considerar a redução de emissões nesses setores, mas o correto ali seria até essa *pizza* da direita estar um pouquinho menor, porque o volume diminuiu. Mas o fato é que nós teremos que cuidar, nas discussões da nossa INDC, principalmente destes três setores: o setor florestal, o setor de energia e o setor de agricultura, de novo para âmbito interno, para a gente poder construir um número que será apresentado para a convenção.

Finalmente, aqui é um tratamento setorial das nossas emissões, considerando aí o ano de 1990 até 2012, e aquelas duas colunas lá da ponta são a tradução do que a gente se comprometeu para 2020. Aí já é GWP e GTP, eu não vou entrar nesse detalhe aqui, são duas métricas diferentes de comparar emissões de gases de efeito estufa, mas o fato aqui, o recado seria de que, independente da métrica que nós utilizarmos, todos os setores, no que se verifica das suas emissões, pegando a emissão de 2012, que é o nosso último dado, nós estamos no caminho, bem abaixo do que foi comprometido para 2020, ou seja, o País está numa trilha correta de atingir o que foi prometido para 2020.

Mais uma vez, eu gostaria de destacar que não será diferente para o período pós-2020. Acho que o Brasil vai ter que continuar o seu nível de ambição, mas dentro da sua discussão de preservar alguns setores, de preservar a nossa competitividade econômica, enfim, fazendo um trabalho importante de discussão com a sociedade para a gente entregar um número realmente ambicioso e continuar fazendo frente ao que a gente já foi capaz de alcançar para o período pré-2020.

Por enquanto, é isso que eu gostaria de apresentar, embaixador e Senador Fernando Bezerra, e fico à disposição, obviamente, para a continuidade dos trabalhos aqui.

Ficam à disposição do público esses eslaides para outras consultas futuras.

Agradeço, mais uma vez, o convite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Adriano.

Antes de passar a palavra para o Sr. Tasso, só quero saber: em que intervalo de tempo a gente vai ter os dados de 2013 e 2014? Demora quanto tempo a coleta dessas informações ou a disponibilização dessas informações?

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Senador, esse é um trabalho coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós temos a informação de que, este ano, seria apresentado o ano de 2013. Para a Convenção de Mudança do Clima, existe um intervalo de quatro anos. A última comunicação nacional foi apresentada em dezembro de 2010. Deveríamos ter entregado agora, em dezembro de 2014, isso atrasou um pouco, mas apresentaremos este ano os dados do inventário que é comunicado à Convenção de Mudança do Clima, mas, para o cumprimento doméstico da política nacional, o MCT faz um trabalho de apresentar, e o inventário vai até o ano de 2010, o terceiro inventário que será apresentado. Para o trabalho de estimativas de emissões, que é um trabalho menos acurado em termos de apresentação numérica, existe a promessa de que, este ano, nós teremos os dados de 2013, mas, como o senhor viu, do México, o último dado é de 2006; do Gabão, 2000. O Brasil tem até dados mais avançados do que ele obrigatoriamente deveria apresentar. Seria essa a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Tasso Azevedo.

O SR. TASSO AZEVEDO – Bom, primeiro, eu quero agradecer o convite para falar aqui na Comissão e a oportunidade de debater com os nossos amigos, colegas, dessa conversa num ano que é muito crítico.

Eu fui aqui limpando a apresentação para ver se eu conseguia ir tirando o que já foi dito e acrescentando outras coisas para o debate.

Eu queria falar sobre quatro coisas, para poder ter mais sentido a mensagem final do que a gente acha que deve ser o nível de ambição do Brasil. Primeiro, qual é o tamanho do problema, como a gente enxerga o tamanho do problema a ser resolvido, o que precisa ser feito, como está se desenhando um novo acordo isso – já foi falado bastante, então eu vou poder passar rápido nisso – e qual seria o nível de ambição para o Brasil, o que a gente está chamando de liderar ou seguir, porque é uma escolha; liderar ou seguir é uma escolha.

Então, primeiro, o tamanho do problema. A gente conhece bastante, todo mundo que está aqui nesta Comissão ou que veio até aqui já conhece bastante o tema, mas é importante falar um pouquinho da nossa leitura sobre o problema para caracterizar depois como é que a gente está propondo, porque a gente tem ambições em relação a esse tema. Então, a gente está falando obviamente de uma camada muito pequena do Planeta na atmosfera, e esses gases de efeito estufa são uma fração muito pequena, são medidas de partes por milhão. A atmosfera é majoritariamente nitrogênio e oxigênio.

O que basicamente é o processo que está em curso? O processo que está em curso é o seguinte: a Terra – deixe-me passar aqui – recebe todo dia uma quantidade de energia do Sol, que a gente mede em watts por metro quadrado, e ela, em condições normais, devolve a mesma quantidade de energia para o espaço todo dia. Mas essa energia não chega e vai de uma vez embora. Ela chega, ela é absorvida, sai na forma de radiação, ou seja, ela circula dentro da atmosfera, em relação ao solo também, e, depois, eventualmente ela sai. Isso funciona, mais ou menos, como uma caixa-d'água. Se você, na caixa-d'água, tiver o ladrão – até fiz um desenho aqui, deixe-me passar –, tiver uma caixa-d'água com uma entrada e uma saída, a entrada e a saída são, mais ou menos, iguais, mas, se o ladrão estiver ali naquele ponto, a quantidade de energia que vai ficar acumulada é aquele tanto, a quantidade de água que vai ficar naquela caixa d'água é aquele tanto. Se eu mudar o ladrão para cima, eu abro mais espaço para acumular mais água, e, quando a gente acrescenta gases de efeito estufa na atmosfera é isto que a gente faz: a energia circula mais, porque esses gases têm a capacidade de reter mais energia. Então, quanto? É medido também em watts: 1, 2, 3 watts, que são os tais cenários de forçamento radioativo, 2.3, 4.6, etc., que é, de 300, aquilo que a gente consegue de forçamento. Mas, se eu aumento, então, o ponto da caixa-d'água, a tendência é que vá subindo a quantidade de energia que está acumulada. Essa quantidade de energia que está acumulada, que está subindo é o que leva ao aumento da temperatura média do Planeta e tal.

Se eu quiser reverter esse processo no momento depois em que ela já chegou lá – e isso também explica por que, mesmo se a gente zerasse as emissões hoje, continuaria subindo, porque até você chegar ao ponto em que você colocou o ladrão, a água continua subindo, só que isso demora anos –, se eu quiser reverter isso depois que eu já coloquei o ladrão lá para cima, se eu botar o ladrão para baixo, será a mesma coisa: vai ter que começar a sair. Como o cano de saída é muito parecido com o cano de entrada, vai demorar muito tempo para você chegar de volta ao ponto onde você estava antes.

Então, essa conta é muito importante, para a gente entender que não chegar aos limites dos dois graus é fundamental, porque isso não é um exercício em que você, depois que ultrapassar, pode voltar atrás. “Não; tudo bem, a gente emitiu demais, a gente concentrou demais, depois a gente retira da atmosfera e resolve o problema.” Não. Isso é um processo que demora muitos anos.

Por que se acumulam e para onde vão os gases? Se a gente pegar o CO_2 – estou pegando aqui só o CO_2 , porque o caso do metano, do óxido nitroso e dos outros gases é um pouco diferente –, se a gente pegar o CO_2 , que é o principal desses gases, mais ou menos, metade do gás se acumula na atmosfera, e, mais ou menos, metade é absorvida pelo oceano e pela floresta. Quer dizer, o Planeta tem a capacidade de absorver uma quantidade disso e o faz naturalmente. Aliás, este é um dos impactos que a gente tem: a absorção de carbono pelos oceanos, por exemplo, está causando efeitos sobre os oceanos, massificação e outras coisas e as florestas estão acumulando mais carbono. A gente escuta sempre que as florestas estão acumulando mais carbono; porque há mais carbono disponível, ela está acumulando mais. Não conseguem dar conta de absorver tudo, então está acumulando na atmosfera.

Então, o nosso primeiro exercício, o nosso primeiro trabalho é reduzir as emissões a tal ponto que os ecossistemas e o sistema terrestre consiga absorver aquilo que a gente estava emitindo, mas não é suficiente, porque essa absorção em excesso por esses dois agentes já causa efeitos também sobre esses dois organismos da Terra. Então, a gente tem que baixar o suficiente para que volte às condições normais anteriores.

Bom, então, o que a gente vê hoje é que, apesar de a Terra conseguir absorver uma parte importante, a gente está concentrando e aumentando muito a concentração desses gases, já chegando ali próximo dos 400ppm. Essa concentração gera alterações climáticas, aí medidas de diversas maneiras: temperatura, temperatura do mar, mudança do volume das calotas de gelo e assim por diante. Esses efeitos sobre o clima geram um impacto sobre a nossa vida, e aí é onde está o nosso dia a dia: problemas na agricultura, impactos no abastecimento de água e assim por diante – também não vamos entrar em tudo isso, é tudo conhecido, mas a cadeia de consequências é essa.

A gente consegue medir isso hoje, o jeito mais eloquente é medir na quantidade de desastres naturais que acontecem, eventos de grande impacto do ponto de vista de aspectos naturais e não diretamente feitos por homens. Se a gente olhar aqui, isso aqui é um relatório que é feito a cada dez anos, um atlas de impacto humano derivado de eventos extremos climáticos. Então, vemos que são décadas diferentes: décadas de 70, 80, 90, depois, a última década, e vem aumentando.

Da década de 70 para 80, a gente imaginava: melhoramos as medidas, estamos reportando melhor, talvez não estejamos capturando problemas climáticos, mas estamos capturando uma melhora da forma de medir. Da década de 90 para os anos 2000 ainda houve essa dúvida, mas dos anos 2000 para a última década realmente não houve grandes mudanças na forma de medir, é realmente efeito que está acontecendo.

Hoje temos uma média de um desastre natural de grandes proporções por dia – o que quer dizer 3.500 eventos durante dez anos e talvez até mais hoje em dia, já estamos no meio da outra década. Essas coisas levam a impactos econômicos.

Aqui, por exemplo, é um gráfico mostrando os sinistros relacionados a atividades humanas diretas – bater o carro ou coisas do gênero –; aqui, por exemplo, essa subidinha, logo depois de 2000, na linha mais grossa, refere-se ao 11 de setembro, às Torres Gêmeas. Isso aqui é o quê? As seguradoras estão gastando dinheiro para pagar sinistros relacionados a eventos extremos humanos, e a outra linha mais clara é a de eventos naturais, ou seja, para quem conhece um pouquinho essa indústria de seguros hoje, por exemplo, é na indústria de seguros que temos os melhores cenaristas para eventos extremos. Aliás, seria uma ótima coisa chamar um dia aqui na Comissão o pessoal da Swiss Re, qualquer um desses, para contar como eles fazem isso, que impacto tem e tal. Essas coisas têm muitas consequências e impactos que vão pegando realmente no aspecto econômico e com uma quantificação bem alta.

O que temos aqui? Se pegarmos essa cadeia, uma determinada emissão gera uma concentração desses gases, esses gases geram forçamento radioativo, que é o acúmulo de energia, esse acúmulo de energia gera alterações climáticas, essas alterações climáticas geram impactos sobre o ambiente e as pessoas.

O Quarto Relatório do IPCC arriscou dizer o seguinte: existe um limite para esses impactos ambientais e para as pessoas que é um limite absorvível pela nossa economia, pela nossa sociedade, pelos nossos meios físicos disponíveis, e, baseado nesses limites, nesses contornos que foram aprimorados, inclusive para agora, no Quinto Relatório, definiram quais são as alterações climáticas que geram esse limite de impacto e o que seria o forçamento radioativo e a concentração de gases de efeito estufa...

Pode passar.

Então, eles definiram que dois graus eram, digamos, o limite com que somos capazes de lidar, com aquilo que conhecemos hoje, do ponto de vista econômico, social, estrutural, com as mudanças que daí derivariam e os impactos que teríamos.

Para limitar em dois graus, o próximo exercício que foi feito pelo IPCC e reforçado no Quinto Relatório, foi: qual é o limite da concentração desses gases de efeito estufa na atmosfera que daria uma chance grande de podermos ficar em dois graus, no máximo de aumento de dois graus centígrados na temperatura? Esse nú-

mero em que a chance começa a ficar maior de você conseguir limitar dois graus do que menor é 450 partes por milhão. Lembrem que já estamos em 400; e saímos lá, no século passado, em cerca de 300, trezentos e pouquinho, ou seja, estamos avançando rapidamente. Aquele limite de 530 é o seguinte: acima de 530 partes por milhão, a chance de você ficar abaixo de dois graus é zero. Quero dizer assim: o máximo que dá é 530 para termos uma chancezinha de ficarmos em dois graus. Quatrocentos e cinquenta é quando você tem a chance entre alguma coisa como 50% a dois terços de chance de ficar em dois graus.

Como diz o Prof. Carlos Nobre, a gente, quando vai fazer viagem na Amazônia e tal, pega uns aviõezinhos que são meio complicados. Se o cara disse que só tenho um terço de chance ou dois terços ou 50% de chance de chegar no destino, a chance de eu embarcar no avião é baixa. É mais ou menos esse o exercício que estamos fazendo; estamos lidando com um grau de possibilidade pequeno.

E a pergunta que surgiu foi a seguinte, que não foi respondida muito bem no quarto relatório do IPCC, mas, no quinto relatório, eles responderam de forma bastante objetiva: quanto podemos emitir ainda de gás de efeito estufa para que a concentração não bata lá, acima dos 450 partes por milhão, ou que tenhamos boa chance de isso acontecer?

Pode passar.

Para que tenhamos 66% de chance de limitar o aumento médio da temperatura global a dois graus – e esse é o resumo da ópera do IPCC –, as emissões, desde 1980 a 2100, não deveriam passar de 3.600 gigatoneladas ou bilhões de toneladas.

Pode passar.

Nós já emitimos, até 2011, segundo a estimativa do IPCC, 2.600 gigatoneladas, então, sobraram, para daqui até 2100, 1.000 gigatoneladas. Esse número é importante, porque depois vou raciocinar com ele como é que ficamos dentro dessas 1.000 gigatoneladas. Esse número é uma espécie de orçamento dado pelo IPCC; ele diz: “Olha, para ter uma chance boa de ficar em dois graus, deveríamos limitar em 1.000 gigatoneladas de CO₂”, isso dá uma média, como são 90 anos ali, de 11 gigatoneladas por ano.

Só para ter uma noção, porque parece que falamos em gigatoneladas como uma coisa assim... Gigatonelada. O que é uma tonelada? Uma tonelada é o que emite um carro a gasolina andando 20km por dia. Ele vai emitir por volta de uma tonelada, que é o peso do carro. Então, imagine o carro vaporizado, virou vapor, é mais ou menos isso que ele emite durante um ano. Um boi, no sistema de manejo tradicional que temos no Brasil, emite cerca de 50 quilos de metano, que equivale a mais ou menos uma tonelada de carbono também. Então, um boi, um ano; um carro, um ano; é uma tonelada. Uma viagem de ida São Paulo-Londres de avião, em classe econômica – você divide as emissões do avião pelo número de passageiros –, é uma tonelada ou um pouquinho mais que isso. Isso é tudo uma tonelada. Quantos bois há no mundo? De 1,3 a 1,4 bilhões. Quantos carros há rodando no mundo? São 1,2 bilhões. Assim, 1 bilhão é um montão; 11 bilhões é um montão. Certo? Então, há bastante para podermos emitir na média, durante o século, 11 bilhões de toneladas.

O problema – pode passar – é que as nossas emissões são muito maiores que isso. Elas vieram aqui, de 37 bilhões de toneladas, em 1990, quando a convenção previa que deveríamos ter uma curva de decréscimo ou tentar desacelerar e cair, em vez disso, aceleramos as emissões. Hoje estamos em 52 gigatoneladas. Felizmente, aparentemente, estamos começando a nos aproximar do pico de emissões. Estamos caminhando ou estaríamos caminhando para alguma coisa como 60 gigatoneladas, em 2020; ou seja, estamos muito longe daquilo que é a média que deveríamos ter durante esse século.

Nessa trajetória atual, isso é um número bem interessante, em vez de dois graus, estamos arriscados a chegar a seis graus de aumento médio da temperatura média. Como a temperatura média da Terra é quinze, imagina você pegar uma coisa que a média é quinze e jogar mais seis! Imagine seu corpo: se a gente aumenta dois graus, está com febre. Na última era glacial, a temperatura média da Terra era dois graus a menos. Para ter um ideia do que significam dois graus, três graus, quatro graus, é uma transformação realmente muito importante.

Se pegarmos as emissões do mundo – e o Adriano colocou isso bem –, a concentração está mesmo na atividade industrial e na queima de combustíveis fósseis. Uso da terra e agricultura juntos são um quarto das emissões globais, se bem que transporte é 14%; indústria, 21%; energia, 25%.

Pode passar.

Isso aqui é outra perspectiva do gráfico que o Adriano mostrou das emissões desde 1970. Esse gráfico, que também está no relatório do IPCC, nas páginas seguintes, ele mostra uma projeção das emissões globais históricas desde 1750. Obviamente que há uma série de pressupostos aí, mas o que é interessante nesse gráfico é o seguinte: de 1970 para cá, aconteceu metade das emissões históricas de gases de efeito estufa, então, as emissões, o grosso das emissões aconteceu em um período muito recente. Esse padrão em que as emissões eram majoritariamente, por exemplo, em países desenvolvidos está mudando rapidamente. Isso, vemos nesse gráfico. Se vocês olharem, por exemplo, o que aparece em verde aí são as emissões da Ásia, basicamente Chi-

na e Índia. Então vocês veem que era quase nada, mesmo lá para 1990 era pouquinho, e, hoje, a maior parcela das emissões está ali.

Pode passar o próximo.

Pode passar.

O que mostramos com isso é que esse não é um problema que vai se resolver só com uma parcela dos países fazendo um esforço muito grande; todos os países têm que fazer um esforço muito grande, se não não conseguimos fechar a conta. Essa aqui é uma demonstração disso. O que está em azul aqui são, em gigatoneladas, as emissões do conjunto de países desenvolvidos, segundo os critérios da própria convenção; em vermelho, dos países em desenvolvimento. Se você fizer uma projeção por aquilo que está colocado como meta desses países, teríamos, em 2020, cerca de 40 gigatoneladas emitidas pelos países em desenvolvimento e 20 gigatoneladas pelos países desenvolvidos.

Pode passar.

Como já estamos em uma média de 11, desde 2011 para frente, estamos bem distantes. Mesmo que zerem – vamos supor que zerem, amanhã zeraram as emissões dos países desenvolvidos –, ainda estamos muito longe do que precisamos alcançar. Realmente, há um esforço que terá que envolver todo mundo.

Só para um exercício – pode passar –, se cairmos para uma média de 33 gigatoneladas, o que é parecido com o que emitíamos em 1990, um pouco menos, ainda assim teríamos 66% de chance de ficar em três a quatro graus, não em dois. Então, realmente é um esforço monumental.

Pode passar.

Pode passar.

Uma forma de enxergarmos o que é a tal economia de baixo carbono é olharmos para isto: em 1990, o mundo emitia cerca de 35 gigatoneladas – 35 a 36 gigatoneladas – e tinha 5,3 bilhões de pessoas, então, a emissão *per capita* média no mundo era de 5,6 toneladas por habitante. Lembram da história do carro? Um carro, comer carne, etc., se somasse tudo, já seria bastante. Hoje está em 7,1 toneladas por habitante; e, em 2050, se fôssemos chegar só na média do período, que eram os 11, estaríamos falando em uma tonelada por habitante. O que é a economia de baixo carbono? A economia de baixo carbono é chegar perto disso, de alguma coisa tipo uma tonelada por habitante. Ou come carne, ou tem carro, nas condições atuais, ou viaja à Europa de ida, e volta no ano seguinte.

Se você pensa isso em termos de economia, de eficiência econômica, nós, em 1990, produzíamos US\$850 de PIB no mundo para cada tonelada de carbono que emitíamos. Melhoramos. Hoje estamos em US\$1,2 mil para cada tonelada de carbono que emitimos. Mas, se você olhar a projeção do Banco Mundial para 2050, verá que teríamos que ter um grau de eficiência muito maior, era para estarmos falando de coisas do tipo US\$20 mil por tonelada emitida. Hoje isso só é alcançado por instituição financeira; bancos, essas coisas, chegam próximos disso. Qualquer outra atividade econômica é muito difícil chegar próximo disso nas condições atuais de emissões.

Pode passar.

Quais são os caminhos para nos mantermos dentro do limite de mil gigatoneladas? São basicamente – pode passar, pode passar o primeiro –, o primeiro e mais óbvio é o seguinte: estamos em 50 gigatoneladas. Se chegarmos a zero gigatoneladas de emissão líquida, ou seja, se aquilo que estiver emitindo for igual ao que a Terra está captando, em 40 anos – 2010 até 2050 – dará mil gigatoneladas. Essa é uma maneira. Você zera até lá, e, como você zerou, a partir daí, se pelo menos mantiver zerado, estará dentro daquele orçamento de mil gigatoneladas.

A segunda maneira de pensar é usar um dos cenários do IPCC, que diz o seguinte: “Olha, a gente precisa reduzir de 40% a 70% para ainda ter chance”, está certo? Para 70%, uma chance maior que 50% de chegar ao final do período com dois graus. Se eu juntar isso, essa redução de 70%, até 2050, com aquele orçamento de mil gigatoneladas, significa que, na segunda metade do século, teremos que ter emissões negativas, ou seja, a nossa emissão tem que ser bem menor do que a capacidade de captação da Terra para que eu consiga balancear aquilo que estou emitindo, isso sem considerar o fato de que, se eu ultrapassar – lembra aquela história da caixa d’água? –, será mais difícil para baixar. Teria que chegar ao final, em 2100, emitindo alguma coisa como 20 gigatoneladas negativas no mundo, para poder ficar dentro desse orçamento.

E a outra opção seria ficar no limite do que o IPCC diz: “Ainda dá, 40% é uma chance pequena, menos de 10%, mas daria para ficar no dois graus”. Mas, se esse for o cenário, para eu poder voltar e ter o orçamento de mil gigatoneladas, aquele limite que havia colocado, na segunda parte do século, teríamos que chegar a alguma coisa do tipo 40, 50 gigatoneladas de emissão negativa, ou seja, é o mesmo que emitimos hoje na forma negativa. Como a Terra é capaz de absorver cerca de 15 gigatoneladas, contando oceano e terra, significa negativo a mais. Além de tudo que a floresta faz, de tudo que o oceano faz, temos que encontrar outra manei-

ra de fazer absorção desse carbono de uma forma muito poderosa. Aí taca-lhe CCS, *Carbon Capture Storage*, coisas do gênero.

O nosso olhar é o seguinte: até o cenário de 70% é viável, somos capazes de tentar chegar a esse cenário e fazer um esforço muito grande para zerar totalmente as nossas emissões brutas até o final do século, para que equacionemos, mas é muito mais razoável que raciocinemos que temos que chegar, em 2050, com zero de emissões. Primeiro, porque é muito mais fácil de explicar, certo? Se explicar para alguém que o seu objetivo é reduzir 80% de alguma coisa, pode significar qualquer coisa na cabeça das pessoas; na hora que disser: zero, zero é um negócio totalmente entendível, zero é zero; tem que chegar a zero. Então, não é à toa que temos escutado muito esse linguajar.

O B Team, que é uma associação que reúne um conjunto grande de empresários e outras organizações da sociedade civil, propõe que tenhamos uma meta zero neutro. A Mary Robinson, que é a Comissária da ONU para Mudanças Climáticas, tem falado sobre isso, tem falado inclusive de uma coisa interessante que é zerar as emissões e zerar a pobreza ao mesmo tempo, fazer esse esforço para fazer os dois ao mesmo tempo até 2050. Acho que, como mensagem, está ficando mais fácil, lembrando que estamos falando de emissões líquidas. Isso significa alguma coisa como 15 gigatoneladas de emissões brutas, porque o Planeta captura 15 e você ainda poderia emitir 15, o que dá uma redução de 70% das emissões brutas.

Pode passar.

Qual é o problema? O problema é que esse negócio é como aquela história da divisão do bolo: porque sobrou um orçamento, há um tanto que dá para emitir e tem que dividir esse bolo. Só que o problema é um pouquinho mais complicado, porque é a última fatia; sobrou uma fatia lá, as mil gigatoneladas, tem que dividir a fatia. É aquela história da festa: chegou o final da festa, há o cara que já está bêbado, comeu três pedaços de bolo e quer comer mais um, não é verdade?; há o cara que está lá trabalhando na cozinha, que não comeu nada ainda, só trabalhou, ralou, etc., e quer comer um pedaço de bolo; há o cara que não chegou na festa ainda, está atrasado, estava em outra atividade, estava chegando, quer comer um pedaço do bolo e também não pode. Esse dilema eu acho que é o centro do problema que os nossos embaixadores e negociadores enfrentam. Este é o dilema: como você divide o esforço que terá que ser feito, sabendo que todos têm que participar do esforço; como dividir isso de uma forma que seja equitativa, seja justa etc. E o outro é quem paga a conta, que é outra questão muito importante.

Sobre quem paga a conta, não paira a dúvida. Quem emitiu mais e quem contribuiu mais para o problema tem que pagar a conta mesmo. Agora, sobre o esforço de redução ou de não crescimento das emissões, esse tem que ser para todo mundo, senão não conseguimos fechar a conta. Por isso que, nessa discussão – e aí sempre ouvimos muito essa fala dos nossos negociadores, em geral, de todos os negociadores relacionados aos países em desenvolvimento –, não há acordo quando você só fala do esforço de redução, e não fala de como se paga a conta. Essas duas coisas vão ter de estar juntas. Vão ter de sair do acordo as duas coisas juntas para a gente poder viabilizar esse salto.

Pode passar.

Então, é possível descarbonizar a economia nessa magnitude para chegar próximo do zero líquido em 2050? É. Se você pegar o relatório do IPCC e olhar para os vários cenários e buscar coisas que podem dar essa coerência de explicação, você vai encontrar coisas como esta aqui.

Zerar o desmatamento. Zerar o desmatamento já virou uma ambição para 2030. Está crescendo essa ambição, a gente tem essa ambição e, em vários países, já há o compromisso para, em 2050, cair pela metade. O Brasil, nesse aspecto, para a Amazônia, já avançou bastante. É uma coisa interessante: se você zera o desmatamento, as florestas passam a ser fortes captadoras, porque a floresta secundária cresce e aí aumenta muito a captação.

A gente tem de ter forte eletrificação do sistema energético global porque é muito mais fácil você gerar energias renováveis de baixa emissão na forma de eletricidade. É muito mais eficiente e tal. Hoje, 20% da matriz energética global é elétrica. Então, isso pelo menos precisa chegar a 50% para que a gente possa fazer uma transformação rápida, em especial, no transporte. É muito importante a gente eletrificar transporte. Não é híbrido, não; é eletrificar mesmo, e tem de ser rápido.

A queima de combustíveis fósseis. A gente vai chegar em 2050, com certeza, sem nada sendo criado novo que dependa da queima de combustíveis fósseis. Não vai mais haver carro novo colocado na praça que queime combustíveis fósseis; não vai mais haver novas termelétricas que queimem combustíveis fósseis; não vão mais implantar novas indústrias que vão queimar mais combustíveis fósseis, mas ainda vai haver resíduo, que é aquilo que já foi implementado, que existe e ainda não passou pelo processo de transformação.

Universalizar as práticas de agricultura de baixo carbono e assim por diante.

Eu não vou passar por todos, porque não é o nosso objetivo.

Pode passar o próximo.

Agora, a gente já tem exemplos em larga escala acontecendo no mundo que nos dão a clareza de que a gente pode alcançar essa redução bem expressiva. A redução de desmatamento no Brasil é um ótimo exemplo. A evolução das energias solar e eólica no mundo – nós saímos de 1 gigawatt de energia solar e eólica combinadas no final dos anos 90 para, no ano passado, batermos próximo dos 300 gigawatts instalados, quase três vezes a capacidade energética total do Brasil; aliás, duas vezes. O Brasil está com 150 agora, não é?

É fascinante o acúmulo de aprendizado sobre isso e tal. Veículos elétricos, enfim, a gente aprendeu como faz. Agora é só a questão de fazer o custo cair. Se você olhar a curva de custo das baterias e dos veículos elétricos, a curva de custo, fazendo a derivada, é igualzinha àquela da energia solar. Então, rapidamente, isso vai ser superado, e, daqui a dez anos, a gente vai falar disso como se fosse a coisa mais normal do mundo.

A eficiência energética na Austrália é fantástica. O *case* da Austrália é de que, só com ganhos de eficiência energética, eles estão reduzindo o consumo de energia no país.

A regulação de termelétricas na China e nos Estados Unidos. Quem acompanha esses dados viu que a China e os Estados Unidos reduziram as emissões no ano passado, e, basicamente, estamos tendo uma redução de emissões em termelétricas a carvão. E isso é, basicamente, regulação. Então, também instrumentos regulatórios funcionam.

Pode passar.

Bom, o que está se desenhando? Como o Adriano explicou – e acho que o Embaixador também – o desenho desse novo acordo, a estrutura dele está definida. Era uma coisa que não havia ficado clara até a saída de Lima. Há até aquela brincadeira que a gente faz em Lima que era como se você tivesse ido comprar um apartamento novo, num lançamento de um prédio de apartamentos que diz o seguinte: “O prédio estará no Rio de Janeiro, terá entre 3 e 26 andares, terá entre 22 e 150 metros quadrados e custará entre 100 mil e 5 milhões. Você está a fim?” O cara não tem nenhum parâmetro para fazer nada. Agora, não. Agora a gente teve uma mudança. Os parâmetros foram colocados na mesa, e agora as pessoas podem começar a negociar sobre como vai ser o contrato que a gente vai assinar ao final.

Então, esse ciclo, a lógica aqui é de que você vai ter de três a seis ciclos – dependendo, se houver intervalo de dez anos ou de cinco anos –, que são: os países fazem as suas contribuições, implementam, monitoram e dizem como estão cumprindo ou não, e voltam a fazer o ciclo. Se a lógica, como está proposta, e aparentemente caminhando, funcionar, a determinação do grau de sucesso desses ciclos vai ser dada *pari passu* com os relatórios do IPCC. Ou seja, o IPCC lança o relatório, você vai saber como a gente está evoluindo, quanto está o orçamento, etc., e você revisa o grau de ambição, tomando em conta o que o IPCC está dizendo. Então, a ideia é que, se você fizer esses ciclos de uma forma bem ordenada, mesmo que agora a gente não tenha o grau de ambição necessário, logo no primeiro ciclo você tentaria ampliar esse grau de ambição já com o sucesso que a gente tenha.

Pode passar.

Uma curiosidade sobre as INDCs já apresentadas – e aí eu falo um pouco do agregado, acho que o Adriano falou um pouco de cada país –, mas, no agregado, esses países que já apresentaram a INDC somam 30% das emissões globais. Então, quase um terço já está com as INDCs lá, embora sejam poucos países, mas são 15% da população global. Então, esse conjunto, digamos assim, emite mais *per capita* do que a média global – certo? : 30% das emissões para 15% da população.

Pode passar.

Quando a gente pega os três maiores emissores ali, que são Rússia, União Europeia e Estados Unidos, e coloca as metas que eles colocaram, presumindo que a Rússia, que não colocou uma meta para 2050, assumisse a meta dos 80% para 2050, a gente está falando nesse perfil de emissões que está aqui. Ou seja, Estados Unidos têm uma queda constante; a União Europeia tem uma queda desde 2010 – estamos pegando as emissões atuais –; e a Rússia ainda cresce as emissões em relação às emissões atuais para, depois, crescer. Ou seja, a meta da Rússia leva a uma emissão maior em 2030 do que as emissões atuais, o que é uma coisa maluca do ponto de vista do processo.

Mas eu queria chamar a atenção para isto aqui: lembrem que o nosso negócio não é o quanto cada um emite, mas o acumulado, porque eu preciso saber se eu estou lá no orçamento dos mil. Então, o que eu fiz aqui? A gente projetou, usando os números que eles colocaram de metas, e usando uma projeção linear do tipo “você sai de um ponto e chega ao outro ponto de uma forma linear” bem otimista, eles estariam emitindo – pode passar – cerca de trezentas gigatoneladas, só esses três países, no acumulado entre 2010 e 2050. Assim, esses países que representam alguma coisa como 14% da população e vão representar menos da população ainda, 12%, em 2050, vão ter capturado ou emitido 30% do orçamento. Isso é totalmente injusto não só porque eles já emitiram mais no passado, mas porque o grau de desenvolvimento deles e as necessidades que têm para

o futuro nos dão, digamos, a chance de dizer que eles têm de ser muito mais ousados para abrir espaço para os outros que precisam também entrar na jogada, o pessoal que está fora da festa e que não chegou ainda.

Então, um ponto muito importante é como a gente usa a possibilidade que o Brasil tem de fazer grandes reduções, a capacidade de liderança que a gente tem para forçar, estimular, sugerir – não sei qual é a palavra mais correta, não tenho o vocabulário diplomático para isso – que esses países tenham uma ambição muito maior do que a apresentada nesse momento.

Pode passar.

Para finalizar, eu quero juntar essas coisas de por que a gente está propondo uma meta tão ousada para o Brasil. Vejam só: o Brasil tem cerca de 3% das emissões globais hoje, depois da redução. Somos um dos principais emissores ainda, mas vocês veem que a Rússia, a China, os Estados Unidos, a União Europeia, a Índia e a Indonésia já estão na nossa frente. Aí é só uma tendência; além de estarmos em 3%, estamos caindo. Estamos no verdinho.

Pode passar.

Isso aqui é o gráfico de emissões, é parecido com o que o Adriano mostrou, mas, aqui, no caso, estamos falando só das emissões brutas e não estamos incluindo as emissões das florestas que permanecem florestas. É uma discussão que não muda muito o que vamos discutir aqui. É só um tema de discussão importante. Esses dados são do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa lá do Observatório do Clima. Estão disponíveis também no *site*.

Pode passar.

Aqui só olhamos o mesmo dado, mostrando bruto e líquido. Então, o que a gente vê aqui é que não muda a trajetória. A trajetória, seja com emissões brutas ou líquidas, é muito parecida. O que muda é que, quando você usa o dado líquido, que é, de novo, aquela história de considerar aquilo que está sendo naturalmente capturado pelo Planeta, a gente tem uma condição melhor, porque temos muita floresta, cuidamos de muita floresta.

Embaixador, eu falei que não iria comentar, mas agora vou, porque, de fato, na verdade, aqueles 13% que o senhor falou são com as emissões brutas, sem contar a captura de floresta. Considerando a captura de floresta, a redução em relação aos anos 90 é maior. É quase de 40%, de acordo com a regra de contabilidade que foi assumida pelo Inventário Nacional.

Pode passar.

A nossa distribuição das emissões variou bastante ao longo do tempo. Então, o que a gente está vendo aqui é que, em 2005, o grosso das emissões de carbono estava concentrado em mudança de uso da terra, desmatamento. O metano e o nitrogênio são concentrados na agricultura. Uma coisa interessante: o metano e o nitrogênio têm vida curta, duram menos tempo na atmosfera. Então, pode haver uma redução importante só pelo fato de passar o tempo, digamos assim. Se você zerar as emissões, mais rapidamente você diminui.

Pode passar.

Aí só está mostrando como é que mudou.

Vamos passar logo.

Aqui é só uma coisa interessante. Depois, quem tiver interesse pode baixar. Isso está mostrando, por atividade econômica, as emissões e qual é a atividade econômica.

Pode voltar.

Quando você faz por quantidade econômica, você vê que a pecuária responde por quase 50%, 60% das nossas emissões, a parte de desmatamento, a parte vinculada com a atividade pecuária. Então, ela é hoje a atividade econômica que mais contribui, mas também é a de maior potencial de redução. Ela pode zerar, inclusive, as suas emissões num intervalo relativamente curto de tempo.

Pode passar.

Isso aqui é outra curiosidade, mas, por conta de que há Parlamentares que são de diferentes Estados, mostro. A gente produz um dado que é uma estimativa de quanto seriam as emissões brasileiras por cada Estado. É uma forma de você compreender essas coisas dentro do Brasil. Há um monte de informação sobre isso. Podem baixar a base de dados e estudar, mas aqui eu só estou mostrando como é desigual, também, dentro do Brasil, esta questão das emissões e dos impactos.

Olhem só, isso aqui são as emissões considerando tudo, inclusive mudança de uso da terra. E os Estados estão organizados por quem mais emite, emissão bruta. Mas não muda muito também quando você faz, por emissão líquida, a ordem dos Estados. O que é interessante aqui é que o Pará é o maior emissor e Mato Grosso o segundo. Por quê? Porque têm muita pecuária e muito desmatamento. Agora, se você tira o desmatamento – pode passar –, muda a figura: São Paulo passa a ser o maior emissor e Minas Gerais o segundo. O que não muda é que aqueles Estados – Amapá, Alagoas, Sergipe – são os que menos emitem. E são lugares que vão ser mais impactados por mudanças climáticas.

Então, essa coisa da desigualdade que a gente tem no nível global se reflete também nas desigualdades que a gente tem no Brasil. Assim, no cuidado que a gente tem de ter ao tomar decisões sobre quanto vai ser o nosso esforço temos que se considerar isso. E aqui é a Casa para se fazer isso, é legítimo e adequado.

Pode passar.

Estamos chegando lá.

Aqui é o seguinte: as emissões no mundo são a linha azul. Então, as emissões globais têm subido constantemente. O Brasil tinha uma trajetória, até 2005, em que a gente estava acelerando as emissões mais rapidamente que o mundo. Mas, a partir de 2005, acontece uma mudança radical. O Brasil, na verdade, vai ao contrário do resto do mundo. E essa é uma oportunidade de liderança importante.

Para fechar, isso aqui são as emissões *per capita*. E isso é importante para a gente captar uma coisa que é contraintuitiva. A gente tende a achar que tem, digamos, uma contribuição para a questão das emissões, do ponto de vista de critérios de justiça e tal, menor do que a dos países. Mas, na verdade, o Brasil nunca emitiu menos do que a média *per capita* do mundo. Estou falando em emissões brutas. Nunca. A gente sempre emitiu mais desde que se começou a medir. Houve anos em que a gente emitiu tanto quanto os Estados Unidos do ponto de vista *per capita*. Quando a gente olha isso por emissões líquidas, contando floresta – pode passar –, muda um pouquinho a história. A partir de 2007 e 2008, a gente começa a ter emissões *per capita* menores. Mas, como também no mundo não se consideram as emissões, as capturas de todas as florestas, então, digamos, isso pode ser que seja uma outra figura, mas é legal ter essa noção de que a gente ainda emite, *per capita*, mais.

Pode passar.

Isso aqui é das metas. Mas olha isto aqui, que interessante. E é o que dá o gancho para falar da nossa proposta.

Pode passar.

Se você pegar o mundo, o mundo tem que chegar a 1,1 toneladas por habitante. Como é que no Brasil? O Brasil tem uma emissão *per capita* bruta de 7,8 toneladas por habitante. Se você pegar a líquida, dá alguma coisa como cerca de 6%. Então, para a gente chegar àquele nível da média global, em 2050, a gente está falando em uma tonelada por habitante. Quantas pessoas vão existir no Brasil em 2050? Mais ou menos, segundo o IBGE, 240 milhões de habitantes, já decrescente, em 2050. Então, se a gente quiser citar na média global, a gente está falando em 250 milhões de toneladas de emissões no Brasil, que hoje é, do ponto de vista bruto, 1,5 gigatonelada. Então, é uma queda bastante bruta.

O que é que nós estamos propondo, então, no Observatório do Clima? A gente tem conversado sobre a meta para o Brasil. A gente está propondo – e isto é baseado no fato de que a gente viu que dá para chegar lá e dá para elencar as ações para poder chegar a esse nível – uma meta de redução em 2035, que é o meio do caminho entre 2020 e 2050, para uma gigatonelada de emissões brutas. E, em 2050, para meia gigatonelada. Meia gigatonelada dá mais ou menos duas toneladas por habitante. Qual é a ideia?

A ideia é que o Brasil é um País ainda em desenvolvimento. É razoável pensar que a gente não tem um grau de esforço ainda tão forte quanto os países mais desenvolvidos, mas, certamente, a gente não deveria explodir muito mais do que isso.

Agora, o que é interessante com duas toneladas por habitante brutas, 500 milhões de toneladas brutas? É que, como emissões líquidas, isso dá zero, se o Brasil chegar a isso.

Pode passar o próximo.

E aí é basicamente o seguinte, se a gente estiver emitindo cerca de 500 milhões de toneladas, o que vai ser basicamente energia e indústria, a gente vai ter captura de cerca de 500 milhões de toneladas, porque a gente terá zerado as emissões de desmatamento; e a projeção que a gente faz é de que vai haver captura de cerca de 500 milhões de toneladas por ano, nas nossas florestas, sem contar a... (*Falha na gravação.*)

Então, a gente está hoje adaptando um pouco o vocabulário e propondo que aquele número que a gente apresentou na proposta seja lido como zerar as emissões líquidas do Brasil em 2050. E por quê? Porque, se o Brasil for capaz de fazer uma proposta como essa, ele poderá fazer um desafio aos países mais desenvolvidos da seguinte maneira: a gente está disposto a assumir o compromisso de longo prazo de zerar as emissões líquidas, mas a gente só vai fazer isso se vocês colocarem na mesa uma proposta que seja absolutamente compatível com esse grau de ambição, ou seja, zerar também as emissões, etc.

Só lembrando que, se a gente fizer este caminho de zerar as emissões, durante esse período todo a gente vai emitir 27 gigatoneladas, que são 2,7% daquele orçamento de mil gigatoneladas. E é interessante porque a proporção do Brasil na população mundial tem sido constante entre 2,6% e 2,8% da população mundial. Então, a gente terá contribuído na medida da nossa participação na população mundial.

A gente acha que é elegante, é uma coisa fácil de explicar e pode ser um trunfo importante para – e vou encerrar por aqui – pressionar e estimular os países grandes emissores a fazerem compromissos muito mais ambiciosos do que eles estão fazendo hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Tasso Azevedo.

Eu, antes de dar a palavra ao nosso Relator, o Deputado Sérgio Souza, queria informar que o nosso Embaixador José Antonio Marcondes já tinha me informado previamente de um compromisso, de uma reunião de trabalho agora, às 17 horas, e ele vai ter que se retirar. Então, mesmo antes da intervenção do nosso Relator, eu vou dar a oportunidade de o Embaixador poder fazer as suas despedidas.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Sr. Presidente, eu também tenho uma audiência agora, no STJ, às 17 horas. Era um pouco antes, mas eu já transferi. E eu tenho um comentário bem rápido e uma pergunta bem específica para o Embaixador.

Primeiro, eu queria parabenizar a Mesa como um todo: o Embaixador, o Adriano, o Tasso. Brilhante a exposição. Extremamente instrutiva. Mostra didática, mostra que o Brasil de fato está fazendo o seu dever de casa, está fazendo o seu papel, não só nos gráficos demonstrando o resultado do trabalho, mas especialmente capacitando os seus para tratar do assunto.

Eu tenho aqui, bem rapidamente, três perguntas, Sr. Presidente, mas eu poderia fazer, então, a primeira ao Embaixador e, na sequência, eu faço as outras duas.

Embaixador, qual é a expectativa do Brasil para a COP 21, do ponto de vista dos acordos para o futuro? Ou seja, entre os grandes países, os grandes emissores. Porque nós temos o Protocolo de Quioto, que tem vigência prorrogada até 2020 – há aí um momento de transição, colocado pela Convenção de Durban. E há uma grande expectativa. Mas nós sabemos também que China, Estados Unidos não foram signatários. Qual é a expectativa do Brasil? O Brasil, que tem essa vanguarda toda, tem toda essa experiência nesse tipo de negociação vai...

Eu vi aqui, colocado pelo nosso Presidente, o Senador Fernando Bezerra Coelho, que a Presidente Dilma vai levar, inclusive, ao Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, isso como fator principal da posição do Brasil.

Então, essa é a única pergunta que eu faço a S. Ex^a o Embaixador José Antonio Marcondes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pode apresentar suas despedidas. (*Fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO – Muito obrigado, Deputado. E desculpo-me aqui com os presentes por ter que me ausentar.

Eu queria colocar, Deputado, algumas reflexões, não necessariamente uma resposta muito clara com relação a isso. Eu acho que nós temos de ter muito presente que neste momento nós estaremos definindo as regras do jogo. Agora nós vamos definir como funcionará esse regime. É esse o objetivo principal de Paris.

Eu, de alguma forma, deixei de mencionar um aspecto que o Adriano e o Tasso, de alguma forma, colocaram. É que esse novo acordo passa a ter vigência a partir do ano de 2020. Então, entre 2015 e 2020, há um tempo prudencial para que os países possam internalizar os resultados da negociação e possam ir trabalhando as suas contribuições. Não acredito que de 2015 até 2020 haverá um salto tecnológico de tal maneira que consiga, realmente, inverter a tendência que hoje nós temos em matéria de emissões mundiais.

Hoje, a nossa expectativa para Paris é de que, sim, terminemos um acordo que tenha estes aspectos: que ele seja um acordo que possa viabilizar que todos os países sejam membros, o primeiro aspecto. Que haja, então, uma inclusão e a participação coletiva. Número dois, que ele induza – e eu acho que essa era a palavra que o Tasso buscava, não sugerir, mas induzir –, que ele seja um vetor de redução das emissões, que ele seja um vetor das necessidades, obras e circunstâncias dos países na questão da adaptação e que seja também um vetor no sentido da mobilização de recursos, tanto financeiros, como de conhecimento e de transferência de tecnologia. Esses são os elementos-chave.

O acordo também tem que ser justo, porque nós estamos aqui conversando a respeito – como mencionaram, tanto o Adriano como o Tasso – do efeito de permanência desses gases na atmosfera e quem colocou esses gases lá dentro. Não é uma questão de que eu cheguei... Ele usou a figura do sujeito que chegou tarde à festa. Eu gosto de usar também a figura de que eu vou a um jogo, a uma festa, e sequer há onde eu possa estacionar. Eu estou com a minha bicicletinha, não tenho onde estacionar e alguém usou aquele espaço colocando uma jamanta ou enchendo aquele lugar.

Então, no fundo, essas metáforas são todas muito bonitas, mas quero dizer o seguinte: eu não posso renunciar ao meu direito inalienável de desenvolvimento. Eu tenho que abastecer a população brasileira, eu tenho que gerar emprego para a população brasileira e eu tenho que criar meios para que a população brasi-

leira e este País possam crescer de forma sustentável, mas eu não posso derrogar e impedir que o País negue ou renuncie ao seu direito de desenvolvimento sustentável.

Eu acho que o acordo tem que ser um acordo que induza à participação, um acordo que induza à ambição e um acordo que seja fundamentalmente equitativo. Justiça é um elemento fundamental, tendo em conta as responsabilidades históricas.

Então, eu aproveito mais uma vez para me desculpar e agradecer o convite muito honroso. Mais uma vez, Senador, Deputado, estamos prontos para vir aqui em reunião, fora de reunião, conversar. É um tema absolutamente apaixonante. Mas, mais do que apaixonante, nós temos que negociar com a racionalidade e pensar no futuro do nosso País. É este o nosso vetor principal de atuação: como nós continuaremos.

O Brasil não segue. O Brasil continuará liderando, mas o Brasil estará atento também para o papel daqueles que têm a responsabilidade principal, segundo a Convenção, que são aqueles que já usaram o estacionamento e já comeram o bolo; e não vamos ficar com migalhas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou devolver a palavra ao nosso Relator, o Deputado Sérgio Souza, para que ele possa fazer a conclusão das suas indagações.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu vou pedir licença a V. Ex^a para deixar aqui duas questões e poder me retirar para ir à audiência. Aqui está a minha assessoria, a assessoria da Comissão, que pode anotar. É lógico que serão utilizadas quando da nossa elaboração do relatório.

Tasso Azevedo. Bom, primeiro, parabéns pela brilhante exposição didática, que de fato nos trouxe grande conhecimento e agregou muito ao nosso trabalho.

Tirei de toda a sua exposição que a nossa preocupação é uma emissão *per capita*, o que é hoje, o que era no passado e qual é a nossa projeção, com a mitigação, ou seja, com a redução que temos que fazer para chegar à média de uma tonelada/habitante no Planeta. E qual é o papel do Brasil nisso?

O Brasil, nos últimos anos – eu vi que os dados ali têm muito desta questão até 2012 –, em face das intempéries climáticas, está com as suas termos ligadas em cem por cento o ano todo. Então, num novo cenário, quando chegarem os dados de 2015, por exemplo, nós vamos ver uma mudança, inclusive no impacto das mudanças pela utilização de combustível fóssil.

Nós sabemos que há no mundo uma inclusão social, a exemplo do Brasil, muito grande. E, com a inclusão social, a tendência do consumo, e o consumo de energia e de alimento. Não dá para você falar em alimento sem energia. Uma coisa está ligada a outra.

Então, a minha pergunta é esta: qual é o impacto que o crescimento social, que a inclusão social vai gerar no consumo da energia e alimentos e, por consequência, na emissão de gases? Por exemplo, os países europeus consomem energia *per capita* quatro, cinco vezes mais do que os países da América Latina, especialmente o Brasil. Na França, se eu não me engano, é seis vezes mais energia do que no Brasil. Então, olha o tamanho do impacto disso tudo.

Adriano, eu gostei muito da sua exposição. Eu tenho aqui uma pergunta com relação ao desmatamento da Amazônia, que foi uma das principais vitórias dos últimos anos. E não tem como falar em desmatamento e não falar em agricultura.

Nós vimos, pelos gráficos todos, que há uma estabilidade nos últimos anos. Então, a pergunta é se é necessária uma mudança de estratégia no combate ao desmatamento, porque o gráfico, se você olhar os últimos dez anos, realmente foi para baixo: 82%, salvo engano, na minha anotação.

A minha indagação é assim: eu percebi ali que o setor agropecuário é o que cresceu. Ele foi de 20% para 37%. No entanto, ele é 37% de 1,2. Eu não me lembro a unidade de medida, se são milhões. (*Fora do microfone.*)

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Milhões de toneladas e, lá trás, era 20% de 2,04. Se você colocar em volume, praticamente é o mesmo volume. Agora, tem que olhar o outro lado de que a utilização do solo, no Brasil, passou a ser perene, no campo da agricultura. Nós temos a segunda, a terceira safra, coisa que não era assim, no passado; e vieram alguns fatores como agricultura de baixo carbono, o plantio direto na palha e a conversão de áreas de pastagens degradadas em áreas agrícolas.

Se nós olharmos, há um fator, porque houve um crescimento de produtividade de quase 60% nesse mesmo período, ou seja, se aumentou a produtividade em quase 60%, quer dizer que temos que comparar esse gráfico. Mantivemos o volume, mas aumentamos em quase 60% e só houve um aumento perto de 20% de áreas de plantio, mas essa área de plantio não quer dizer área de desmatamento, quer dizer o seguinte: conversão em área de pastagem.

Essa é reflexão que faço e deixo a indagação, dentro do mesmo cenário que fiz aqui ao Tasso. Nós não podemos tratar da questão de mitigação, redução de cenários futuros, sem levar em consideração o tripé que

sustenta a sociedade como um todo, que é a economia, que é o meio ambiente e que é o social. É esse cenário da economia, do meio ambiente e do social que nós precisamos, de fato, levar em consideração para que tenhamos um Brasil melhor do que é hoje não só do ponto de vista social, mas também do ponto de vista ambiental; e medindo os seus impactos.

No mais, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade e parabenizar, mais uma vez, V. Exª pela condução dos trabalhos. E não tenho dúvida de que vamos fazer a diferença nesta Comissão, neste ano, que será o marco para o Planeta como um todo, face à Convenção das Partes, no final do ano, em Paris.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado ao Relator, Deputado Sérgio Souza, que vai ter que se retirar. E para que a gente possa ser mais objetivo, já caminhando para as conclusões da nossa reunião, antes de passar a palavra para o Adriano e para o Tasso, além de reiterar os cumprimentos pelas belíssimas apresentações, pela riqueza das informações que foram aqui colocadas, eu fiquei, de fato, impressionado com a proposta que parece ousada, apresentada pelo Tasso, trazendo uma contribuição neste momento em que o Brasil está na construção da sua proposta; e ele foi, de fato, muito provocador.

O Brasil vai liderar, o Brasil vai acompanhar; e uma proposta para que o Brasil possa avançar para uma posição de apresentar uma proposta que possa traduzir a emissão zero até 2050. Mas você se utilizou de uma série de dados e de indicadores que também são muito estimulantes para a construção de uma proposta no sentido de que a proposta brasileira seria compatível com o percentual ou a participação da população brasileira em relação à população mundial, mas não daria para trabalhar, tendo em vista o nosso esforço de desenvolvimento, de criação de oportunidade de emprego, de renda, da gente poder metrificar, fazendo umas associações não só do *per capita* de gases gerados, mas também um *per capita* associado à renda per capita de cada país desses, para termos um elemento de aproximação, porque termos uma geração de gases de efeito estufa por *per capita*, a gente estaria desconsiderando todas as ponderações que foram feitas aqui.

Quem é que vai ficar com o último pedaço do bolo? Então, acho que o Brasil está em uma posição, até pela manifestação do Embaixador José Antônio.

Acho que a pergunta que dirijo a Adriano, representando o Ministério do Meio Ambiente... à Ministra Izabella Teixeira... Não tenham dúvida de que o Brasil vai ser um líder nesse processo, como tem sido em todos os foros de que tem participado.

A pergunta ao Tasso seria se daria para que, em vez de ficarmos nessa proposta, como, digamos assim, mediá-la introduzindo a questão da renda *per capita* de cada país desse? Vemos um dado que é alarmante: 12% da população mundial é responsável por 30% das emissões. E se a gente quiser isso do ponto de vista da renda *per capita*, da riqueza mundial e a geração de gases? O que nós vamos encontrar para que a gente possa ter, talvez, uma proposta mais equilibrada e que possa dar espaço, não do Brasil, não levar uma meta desafiadora, ambiciosa, mas que se procure também não deixar de ponderar, nessa discussão necessária, a necessidade da gente continuar com a nossa política de inclusão social que vai ter que passar por investimentos na agricultura, na pecuária, na mineração, na produção de energia, na produção industrial brasileira? Então, essa é a provocação que deixo para o Sr. Tasso Azevedo.

Para o Adriano, eu pergunto se essa construção da proposta brasileira tem uma data para poder ser colocada e apreciada pela sociedade brasileira. Qual é a proposta que o Brasil vai levar à COP em Paris ou se nós teremos a possibilidade de ver o anúncio dessa proposta brasileira num intervalo mais curto? Então, qual é a expectativa que o Ministério do Meio Ambiente tem em relação ao anúncio da proposta brasileira?

Eu consulto o Deputado Biondini se ele, antes de eu passar a palavra, quer fazer também alguma intervenção, alguma indagação aos nossos palestrantes, para que a gente possa passar a palavra para as considerações finais?

O SR. EROS BIONDINI (PTB - MG) – Sim, Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, peço desculpas porque tive que me ausentar agora para uma entrevista numa das rádios, a Rádio Canção Nova, em um programa de nível nacional, e não podia deixar de atendê-los.

Quero parabenizá-lo mais uma vez, Presidente, antes das conclusões e das considerações finais dos nossos convidados, porque realmente V. Exª tem conduzido esta Comissão – vou dizer – além das nossas expectativas, e os seus pares, com certeza, estão muito satisfeitos porque nós estamos trazendo, através de audiências como esta, não só as discussões, mas também os resultados que propusemos. Então, a minha satisfação mais uma vez de participar desta Comissão e, por isso, fiz questão que o partido me indicasse e me desse a oportunidade de estar ao lado de V. Exª.

Tenho certeza de que a Comissão também, além de aprender ou nos dar a oportunidade, como representantes do nosso povo, de aprender, como hoje foi tão bem colocado pelos nossos convidados e nossos pa-

lestrantes, além disso também nos dará oportunidade de dar a nossa contribuição, seja na COP, em Paris, seja na construção das políticas públicas. Nós também temos esse papel de ser esses intermediários, essa ponte de ligação e, ao mesmo tempo, trazer as informações que eles nos permitem para aqueles interessados na ponta; e também podemos ser essa referência para eles, para crescer a discussão.

Então, quero parabenizar V. Ex^a e o Embaixador, que precisou sair; mas o Sr. Adriano, o Tasso, parabenizá-los pela colocação tão clara, tão didática. E também, posso dizer, apesar do quadro, como dizia o Tasso, tão crítico, não deixa de ser uma colocação também com um toque de esperança; e acho que sem esperança, ficar só lamentando a tragédia atual não chegará a lugar nenhum; e isso não nos constrói interiormente.

Quando nós, diante de um cenário difícil, ficamos só dramatizando ou lamentando, acaba sendo quase que inútil. Mas, quando a partir de um cenário difícil, nós olhamos para frente com a possibilidade dada a cada um de nós de contribuímos para reverter a situação difícil pela qual nós passamos e todo o mundo passa, isso é muito positivo. E vocês nos trouxeram um quadro real, as perspectivas e, ao mesmo tempo, uma sinalização otimista – não sei nem se otimista, mas de esperança e de nos motivar a trabalhar.

Então, basicamente é isso, porque as ponderações dele já foram suficientes e também nas considerações finais tenho certeza de que isso nos atenderá no conjunto das nossas conclusões.

Parabéns, Sr. Presidente! Parabéns a vocês!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Passo a palavra ao Sr. Adriano Oliveira.

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador.

Contemplando bastante brevemente, dado o adiantado da hora, as duas questões mais direcionadas a mim, depois desse comentário, eu gostaria só de fazer a junção com outras questões que foram elencadas aqui, mais direcionadas para o Tasso, mas que ajudam também na resposta às questões mais direcionadas diretamente a mim.

A primeira, considerando a sua pergunta, Senador, do anúncio da proposta brasileira. Nós estamos trabalhando sempre com o prazo dado em Lima de 1º de outubro, mas obviamente nós não queremos dizer que nós só entregaremos até lá. Nós temos tido o cuidado que o Embaixador Marcondes mencionou. A Ministra tem dito que o que nós temos de maior interesse é a ambição. Já tivemos a consulta pública do Itamaraty, conduzida por aquele Ministério, em várias reuniões presenciais e eletrônicas, ao longo do ano passado. O relatório já foi colocado à disposição. Nós consideraremos esse relatório na construção da MDC, mas a Ministra Izabella, junto com outros Ministros, vem fazendo também ainda consultas importantes com atores-chave. Então, eu não me arriscaria já a dizer uma data específica para entrega, mas eu até me arriscaria a dizer que não será nos 45 do 2º tempo. Vamos ter a possibilidade de apresentá-la antes.

A questão suscitada pelo Deputado Sérgio Rosa em relação à emissão da agricultura, eu concordo plenamente com ele, com o cuidado que nós devemos ter no tratamento do setor, porque, de 2005 a 2013, como muito bem mencionado pelo Deputado – não sei se esse foi o número exatamente que ele disse, mas é o número que eu tenho –, nós aumentamos a área de agricultura em 9%, no período de 2005 a 2013. Mas a produtividade aumentou em 63. Então, estamos falando em sete vezes mais a produtividade do que a área utilizada para a agricultura e que certamente nós vamos considerar esse importante aspecto na consideração de redução de emissões do setor. Isto vai ficar disponível na apresentação. Não foi possível considerar devido ao tempo, mas aqui também mostra a linha vermelha, que é a área em que o Brasil expandiu de agropecuária desde do final da década de 70 até 2013 e a produtividade muito maior do que essa área. Então, esse cenário é importante... Só agricultura, só agricultura. Isto aqui é produção agrícola.

Já fazendo o fechamento, considerando pontos importantes suscitados pelo Deputado Eros, pelo próprio Senador Fernando Bezerra e o Deputado Sérgio Sousa e agradecendo ao Tasso, que trouxe o reconhecimento de várias ações do Brasil – não vou dizer nem do Governo brasileiro, mas do Brasil como um todo num esforço do pré-2020 e também no pós-2020, um elemento de contraditório que eu gostaria de ponderar que é bom para o debate, eu acho que tem mérito obviamente a proposta e a base que o Tasso trouxe em relação ao orçamento de carbono e *per capita*. Mas, para uma questão de pensarmos e continuarmos o debate, o meu receio da abordagem de orçamento de carbono é exatamente não refletir a questão da equidade em termos de considerar o passado.

É claro que houve a conta de trás para frente a partir dos dois graus Celsius para chegar a emissões, mas a lógica deve ser o contrário: temos que pensar nas emissões para ver a contribuição de cada país para o aumento de temperatura, porque foi muito bem ponderado pelo Tasso, pelo próprio Embaixador, que o objetivo global de longo prazo são os dois graus Celsius. Para isso, nós temos diferentes gases na atmosfera. A emissão resulta em uma concentração de gás na atmosfera. Essa concentração é o aumento de temperatura, como muito bem ponderado pelo Tasso. Só que alguns gases têm tempos de vida diferentes na atmosfera.

Como o Tasso mencionou, o metano fica 21 anos, se nós considerarmos GWP, se for GTP são sete anos. São gases de vida curta. O CO2 tem parte que fica algumas dezenas de anos, mas tem parte do CO2 que fica 200 anos na atmosfera, algumas outras partes, 800 anos.

(Soa a campanha.)

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Então, essa questão do passado deve ter contemplado também as discussões da formação da proposta. E o *per capita* também. A meu ver, o orçamento de carbono pode favorecer países desenvolvidos em função dessa questão do passado. E me lembro de uma fala importante do negociado himalaio há pouco tempo, quando ele disse que o mundo mudou, mas o passado, não. Então, preocupa-me quando a gente menciona que o grosso de emissões aconteceu de 70 para cá e em período recente, mas há CO2 lá na atmosfera de 200, 800 anos que não pode ser desconsiderado em questão de equidade. Concordo com o Senador que a questão *per capita* tem que considerar também as políticas sociais. Enfim, eu acho que é uma questão importante para debatermos não obviamente tirando o mérito da proposta, mas são elementos importantes na nossa discussão.

Pego um pouquinho de carona do Tasso para responder à questão das térmicas que o Deputado Sérgio mencionou, em relação ao impacto que haveria no tocante às emissões de térmicas no Brasil quanto à questão global, às emissões mundiais.

Eu não estou aqui defendendo que térmicas devem ser nossa escolha principal para geração de energia. Obviamente, precisamos estimular renováveis e isto vai constar na nossa MDC : o estímulo às renováveis. Mas, do ponto de vista de mudança do clima, pensando estritamente em mudança do clima, se nós considerarmos as emissões brasileiras de térmicas no ano de 2012 e compararmos com as emissões mundiais, elas representam 0,08% das emissões mundiais, abaixo de 0,1. Então, em termos de mudança do clima, pensando aqui estritamente nesta parte, elas não representam um impacto tão grande em termos de emissão.

Enfim, esta é a mensagem. Eu gostaria de agradecer mais uma vez, em nome do Ministério, a oportunidade de estar aqui discutindo este assunto importante com a Casa. Há o compromisso do Governo de apresentar algo ambicioso, ouvindo todas as partes e propostas, num período importante de interlocução com todos os atores-chave da sociedade brasileira.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Adriano.

Ofereço a palavra ao Sr. Tasso Azevedo.

O SR. TASSO AZEVEDO – Uma coisa que considero importante ressaltar – o Embaixador não está aqui agora, mas fica gravado – é que o processo de consulta que está sendo feito pela MDC é inédito. O Brasil propôs isso. Foi o Brasil que propôs que houvesse um processo de consulta aberta. Enfrentou bastante resistência de pessoas que a gente nem imaginava, mas isso entrou como uma diretriz e o Brasil efetivamente nesse aspecto não só está cumprindo como está liderando, pelo exemplo de como se pode fazer uma consulta aberta.

Acabou de sair o relatório, recentemente. O relatório é bastante justo em retratar aquilo que foi apresentado. Obviamente, há o problema de que o formato do relatório não dá nenhuma dica para onde a gente vai. De qualquer forma, o processo decisório vai acontecer nos próximos meses. Não está muito claro como é que vai ser tomada a decisão, mas, independentemente dessa discussão, vai ser tomada uma decisão e eu penso que tem que ser registrado e levado em conta de que essa prática foi muito importante, porque obrigou que quem quisesse entrar na discussão tinha que dedicar um pouco de tempo para poder fazer uma proposta de forma sólida. Usou instrumentos que jamais haviam sido usados antes: *hangouts*, *skype*. Toda a turma jovem do Itamaraty deu uma modernizada geral no sistema e você tem uma comunicação fluida. É uma coisa que realmente tem que ser bem salientada; e que seja uma prática. Dos tantos temas que temos para discutir, agora passa a ser uma prática muito importante.

Segundo, quando falamos do tema de liderança, ele pode dar uma conotação equivocada. Usei essa palavra como uma provocação, mas que o Brasil será uma liderança no processo de negociação de qual vai ser o mecanismo, qualquer que seja, não há dúvida nenhuma. O Brasil sempre é liderança, porque tem uma capacidade diplomática realmente *off the chart*, comparando com seus pares de mesmo desenvolvimento.

Mas não estamos falando aqui dessa liderança. Não temos dúvida nenhuma de que o Brasil, qualquer que seja o resultado, vai ter sido parte como liderança. Estamos falando aqui é de uma liderança no grau de ambição do seu compromisso para redução de emissões, e nisso ainda não temos assegurado que esse grau de ambição será de liderança.

Por enquanto, guardadas as proporções, estamos, numa previsão futura, em um lugar de conforto, mas sem grandes inovações naquilo que estamos propondo.

Eu tenho clareza, após ouvir o comentário do Deputado que falou agora, de que o quadro é muito crítico, mas, pessoalmente, não tenho absolutamente nenhuma dúvida de que, hoje, em 2015, vamos firmar um acordo. No momento em que esse acordo for assinado, talvez não seja possível visualizar os dois graus pelo nível de compromisso, mas ele vai ter os mecanismos para que possamos alcançá-los em seguida. Então, essa é a questão-chave, que acho que o Embaixador colocou muito bem. É uma sutileza, mas muito importante.

Nós não vamos fechar, neste ano, qual é o grau de esforço e de ambição de todo mundo. Nós vamos definir um mecanismo...

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO AZEVEDO – ... que nos garanta poder evoluir a um grau de ambição necessário durante esse período. Essa é a questão-chave. Acho que ele colocou muito bem esse ponto.

Mas a sinalização do grau de ambição que podemos ter agora em relação ao que vai acontecer em 2020 é muito importante para o próprio desenho do acordo. Se percebemos que o nível de ambição é baixo, nós temos que modular o acordo de tal maneira, por exemplo, que os prazos de revisão sejam menores. Eu não vou esperar até 2030 já sabendo que esses números não resolvem para os dois graus. Talvez seja melhor fazer um ciclo mais curto, o que dá tempo de revisarmos mais rapidamente. Então, essas coisas são muito importantes para o formato do acordo, como colocado.

Bom, especificamente sobre a questão da agricultura no Brasil, acho que é uma boa oportunidade de pensarmos no que realmente queremos fazer. Vejam só que interessante – este número é sempre muito interessante: de 1990 até 2013, *grosso modo*, nós aumentamos 20 milhões de hectares a área ocupada com agricultura, mas nós desmatamos 50 milhões de hectares nesse período, só na Amazônia; se contarmos os outros biomas, será mais do que isso – esse número deve ter chegado a 60 milhões, 70 milhões de hectares. Isso não foi para a agricultura, já que sempre usamos a agricultura. Foi para onde? Para pasto. Majoritariamente, largamente, o desmatamento no Brasil vai, primeiro, para pasto, inclusive a agricultura chega depois da pastagem.

E como é essa história na pastagem? Por que não falamos muito da pastagem? Porque realmente a figura é muito diferente. Na verdade, a nossa produtividade por área em pasto caiu e não aumentou. Nesse caso, o número é simples. Se analisarmos o rebanho brasileiro de 1990 até 2013, verificaremos que houve um crescimento até 2000, 2005, mas parou de crescer. Faz muitos anos que o nosso rebanho está mais ou menos estabilizado – tem uma queda, sobe, mas está mais ou menos estabilizado. Isso quer dizer o quê? Que a quantidade de animais na produção está se mantendo a mesma. Está aumentando a produção de carne, porque, com essa mesma quantidade de animais, sendo mais precoce, é possível otimizar, mas a área que está sendo ocupada por essas pastagens está aumentando, o que, inclusive do ponto de vista econômico, não faz muito sentido, pois é preciso usar mais espaço e tal.

O interessante é que, no caso da pastagem – essa é a nossa maior oportunidade de redução agora –, à medida que melhoram as práticas de uso e fica mais intensivo o uso da pastagem por área, com rotação, etc., é possível reduzir as emissões. E por que se reduzem as emissões? Porque o processo de intensificação da pecuária aumenta a concentração de carbono no solo, porque o boi come mais vezes o capim, come mais capim verdinho, e deixa menos palha. Assim, o capim cresce mais. Esse crescimento maior faz com que acumule mais carbono embaixo do solo. Isso pode chegar a uma tonelada de carbono, 1,5 tonelada de carbono.

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO AZEVEDO – Os 170 milhões de hectares de pastagens são quase equivalentes às emissões de pastagem. Então, para nós, esse é um campo de muitas oportunidades, sem dúvida.

Quando eu digo que podemos zerar a emissão de pastagem sem fazer grandes esforços, é real.

Esses dias, eu voltei da Índia, onde estamos implantando esse sistema de estimativa de emissões. Nós chegamos à Índia, onde está o maior rebanho do mundo – é um pouquinho maior do que o rebanho brasileiro –, e eu me dei conta de uma coisa: na Índia, não se pode matar os bois e as vacas, porque tudo é sagrado; é só leitinho e tal. Então, o rebanho é mais velho e emite mais. Ao se produzir mais carne e fazer um uso mais intensivo da área, com um gado mais precoce, de fato se reduzem as emissões – não aumentam.

Portanto, há uma série de coisas para aprendermos. Às vezes, nós falamos em reduzir o consumo. Não sei se reduzir o consumo de carne necessariamente reduz as emissões; depende de como se está fazendo a gestão. Então, há muito debate para fazermos nessa área.

Sobre termelétricas, há uma questão-chave muito importante. O nosso problema com a termelétrica não é o quanto ela representou ou representa neste momento, apesar de isso ser muito importante. Só de 2012 para 2013 – o último dado do Ministério que o Adriano colocou é de 2012, mas já temos os números de 2013 e também os de 2014, porque agora estão saindo os dados do balanço energético nacional –, a emissão

aumentou 20 milhões de toneladas só por termelétricas – 20 milhões de toneladas. O que são 20 milhões de toneladas? São 20 milhões de alguma coisa. É mais do que a emissão de todos os meios de transporte terrestre, excluindo o carro de passeio. Com ônibus, caminhão, etc., há uma emissão equivalente. É muita coisa, é uma emissão super importante com aumento em um único ano.

Qual é a questão para nós? O Brasil está seguindo uma rota inversa à que o mundo está seguindo agora. Nós já chegamos a ter 50%, 53% de energia renovável na matriz energética total, em toda a matriz energética, contando combustíveis, energia elétrica, etc. Esse percentual é muito mais alto do que a média do mundo, que hoje chega a aproximadamente 13%. Fantástico! Só que, num período muito curto, de menos de dez anos, caiu para 40%, e é bem provável que, no ano passado, tenha baixado de 40%. Portanto, nós estamos numa curva descendente muito rápida. Por quê? Porque caiu o consumo de álcool, aumentou o consumo de gasolina, aumentou muito o consumo de diesel, e as hidrelétricas, que chegaram a ser 96%, 97% da nossa matriz elétrica, ficaram, no ano passado, em 70%, senão menos – talvez tenham ficado em 68%, 69% –, ou seja, estão caindo rapidamente.

O nosso objetivo é olhar para isso e projetar um cenário para reverter essa tendência. E reverter essa tendência envolve uma mudança de pensamento sobre o tema. Estamos vivendo um momento em que discutimos no Congresso, por exemplo, como estimular a economia de Santa Catarina consumindo o carvão que existe lá.

(Soa a campanha.)

O SR. TASSO AZEVEDO – Mas essa é uma coisa muito pequena para o tamanho do problema que estamos enfrentando e para o tamanho das oportunidades que temos. Se temos uma oportunidade com o carvão aqui e já sabemos o que está acontecendo na China, na Índia, com a poluição nas cidades, com o consumo gritante de água, etc., por que não olhamos com um olhar muito mais generoso para a energia solar, para a energia eólica, da qual não aproveitamos quase nada, apesar de ter muito mais potencial? E há uma vantagem: ninguém no mundo tem o que nós temos, que é a bateria dos reservatórios de água, fora todas as capacidades.

Então, eu acho que temos uma enorme oportunidade no Brasil, se fizermos a discussão por esse olhar de transformação – quando falamos da matriz energética –, de forma que voltemos a reverter essa tendência e sigamos a tendência virtuosa, histórica...

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO AZEVEDO – ... com baixa emissão no campo energético. Nós podemos ser um dos primeiros países grandes a fazer essa inversão, que a Costa Rica atingiu recentemente de 100%, no caso da energia elétrica de origem renovável.

Por fim, sobre a questão da inclusão, pergunto: inclusão gera emissões? Primeiro, eu já peguei a lição de casa – em outra oportunidade podemos fazer essa discussão – que é fazer todo esse raciocínio a partir da renda *per capita* – vou fazer esse mesmo raciocínio. Tenho uma noção intuitiva do que vai dar, mas o mais importante é o seguinte: isso já foi feito, e há um trabalho sobre o assunto.

Historicamente, até o final dos anos 90, existia uma relação muito próxima e direta entre PIB e emissões – PIB *per capita* e emissões. Era possível encontrar isso claramente. Um país...

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO AZEVEDO – Essa relação começou a mudar muito a partir do final dos anos 1990, começo dos anos 2000, e hoje essa correlação está indo por terra. A tendência é de que a renda continue crescendo. Em vários lugares importantes as emissões estão estabilizando e, como no caso do Brasil, por exemplo, caindo fortemente. Se você olha, por exemplo, a emissão por renda no Brasil, ela explodiu. Você tem muito mais renda para uma emissão menor; essa é uma coisa importante.

Agora, vou dar dois exemplos para mostrar como isso pode ser super virtuoso. Você não precisou passar, no Continente africano, pelo telefone fixo para chegar no telefone celular. Há países inteiros e talvez regiões inteiras, comunidades inteiras, por onde nunca passou um telefone com fio. Quando o telefone chegou, já chegou celular. Então, essa ideia de que vamos suplantar isso, a partir de um salto em que essas coisas que são as energias mais limpas etc. vão chegar a esses lugares como a primeira fonte, está ao nosso alcance agora.

Há um relatório fantástico – eu até estava comentando com o Adriano, que saiu agora – da Bloomberg, que é a turma da economia, que faz conta, em que se faz um apanhado – saiu há duas semanas, há um vídeo, inclusive, da apresentação – mostrando o que está acontecendo no setor energético no mundo. O resumo da ópera é o seguinte: estamos entrando numa era de abundância. Está sobrando energia no mundo, essa que é a novidade. Nunca aconteceu isso. Por que está sobrando energia? A demanda do petróleo e do carvão está

caindo, e a produção aumentou muito nos últimos anos. Por isso caiu o preço do petróleo, caiu o preço do carvão, etc. A energia solar e a energia eólica se tornaram competitivas. Em 70 países do mundo a energia solar já é competitiva no *grid*, sem nenhum incentivo, o que é absolutamente incrível.

Então, o que teremos nos próximos anos é a possibilidade de fazer esses saltos, em que a energia já vai chegar limpa a esses países. E aí é uma coisa interessante: na maioria dos casos em que você trata essa energia já limpa, você tem um monte de oportunidades de emprego, de renda, etc., que são relacionadas a essa infraestrutura que será instalada. É como se você desse o salto levando essas pessoas para um mundo que é onde gostaríamos de estar daqui a alguns anos; mas eles poderão fazer agora, porque é agora que está acontecendo.

Outra coisa interessante, muito bem explanada no relatório Deep Decarbonization Pathways Project (DDPP), do Jeffrey Sachs, é isso? Não, é do...

(Interrupção do som.)

O SR. TASSO AZEVEDO – Sou meio disléxico. Mas é o seguinte: eles mostram que é muito mais caro transformar a infraestrutura do que construir uma infraestrutura nova. É meio óbvio, certo? É muito mais caro eu descomissionar uma termoelétrica para construir uma outra coisa para gerar energia. Então, onde a energia está começando a chegar agora, os investimentos passaram a ser principalmente em energia renovável. E os números do ano passado são muito legais.

O ano passado foi o primeiro ano na história em que a quantidade de energia renovável instalada no mundo naquele ano superou a capacidade de energia instalada para energias fósseis. Cruzou, foi um ano super importante – e isso com o preço do petróleo caindo.

Segunda coisa importante: ano passado, os investimentos em energias renováveis alcançaram US\$317 bilhões. Os investimentos em energia fóssil, só de exploração, não considerando toda a parte da infraestrutura, foram por volta de 300 bilhões; ou seja, se equiparou pela primeira vez, também. E se você considerar todas as outras coisas de infraestrutura, como oleoduto, você vai chegar a algo em torno de um trilhão, ainda. Mas é um sinal muito importante de que o recurso está mudando de lugar. E quando você olha onde estão sendo instaladas, principalmente, essas energias renováveis, o ano passado também foi o primeiro ano em que se implantou mais energia renovável nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos, proporcionalmente. Por quê? Porque é lá que há a grande demanda por essa infraestrutura, contando China, Índia, África e tal.

Acho que nesse campo energético as opções estão colocadas na mesa, elas vão aparecer. Temos que ter uma boa estratégia no Brasil para nos apropriarmos desse espaço, digamos assim. Por fim, acho que é virtuoso: da mesma forma como o desmatamento, demonstramos na prática, empiricamente, que cair o desmatamento não reduz PIB, pelo contrário.

Se você pegar o período de dez meses anteriores a 2005 e a média de crescimento nos dez anos posteriores a 2005, o desmatamento cai e o PIB médio do Brasil avança. No caso da Amazônia, avança mais ainda, porque o PIB da Amazônia avançou mais do que o PIB brasileiro. Então, há uma relação positiva.

Acho que para a questão de desenvolvimento mesmo, é muito provável que essa relação também se mostre positiva, mas não só como um ganho de grana: é tudo, porque é saúde. Você tem menos termelétrica. O principal drive para reduzir emissão de carvão, não são as emissões de gases com efeito estufa, é a poluição local. Poluição local mesmo. O principal drive para a eletrificação dos carros não serão as emissões de gás de efeito estufa, mas a poluição local. Há coisas relacionadas com saúde, acho que podemos ter uma visão otimista sobre isso.

Sobre a ousadia da proposta, se essa coisa é ousada ou não, o tema central é: se olharmos 35 anos atrás – saiu até uma coluna no Globo hoje sobre isso... Estamos a 35 anos de 2050, certo? Se eu olhar 35 anos atrás, dá 1980. Em 1980 não existia internet – quer dizer, existia mas não era pública, era só para uso militar e acadêmico; o Bill Gates estava fazendo o MS-DOS – ninguém nem lembra o que é isso, mas era um negócio que existia antes do Windows, era o primeiro sistema operacional; a Apple não tinha feito seus primeiros computadores comerciais; telefone celular, a Motorola estava fabricando, para lançar dois anos depois, o primeiro telefone celular carregável – era um tijolo de 1kg que você colocava na orelha; energia solar e eólica era traço, não existia, era um sonho distante, uma coisa interessante. Esse era o mundo em que vivíamos há 35 anos.

Se você chegasse 35 anos atrás – eu era uma criança, tinha oito anos –, e me dissesse assim: “no futuro, você vai tirar um aparelhinho do bolso e quase de graça você vai poder se comunicar com qualquer pessoa no mundo ou com milhões de pessoas ao mesmo tempo, se você quiser.”, não há a menor possibilidade de que alguém pudesse conceber que isso aconteceria num prazo tão curto.

Então, ele parece muito improvável? Parece, mas ele não é improvável. Isso você pode ver por ciclos diferentes. A vantagem que temos agora é que o tempo entre a criação das inovações e sua implantação e massificação está se reduzindo muito drasticamente, de década para meses. Se olharmos para 2050, podemos

pensar coisas muito ousadas. Eu não acho ousado falar em emissões líquidas zero em 2050. Na verdade, acho que talvez até seja próximo do “business as usual” do ponto de vista econômico. Mas isso só vai se materializar se tivermos a ousadia de dizer que é lá que queremos chegar. Por quê? Porque a forma como nós operamos, como seres humanos, é por comparação com quem está no entorno.

Então, se não definirmos que o nosso objetivo comum é chegar a um determinado ponto, demoraremos muito a nos alinharmos para isso. Por isso é que o setor empresarial hoje – aliás, está saindo esta semana o relatório do Summit de finanças e clima – vai dizer o quê? Ponham um preço no carbono. Quando imaginamos que as indústrias iriam dizer “ponham um preço no carbono, e um preço alto no carbono”? Elas querem se alinhar. Se definirmos que o caminho é para cá, conseguimos ser transformadores para isso.

Acho que o Brasil é um País que tem a possibilidade – porque os recursos naturais que nós temos são muito importantes – de fazer com certa facilidade o zero. Podemos desafiar os outros, e inclusive dizer que eles não conseguem fazer por algum motivo – é salutar. Essa que é a liderança que esperamos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Tasso.

Antes de encerrar, vou passar a palavra mais uma vez, a pedido, para o Adriano poder fazer um breve comentário.

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Obrigado.

Peço desculpas por ferir o protocolo ao pedir a palavra depois de já ter me despedido, mas eu não poderia deixar passar. Temos uma questão de equidade aqui, e acho que o Tasso falou bem mais no final do que eu.

Mas é uma questão importante, que eu não poderia deixar passar em branco: essa questão de emissões do setor energético e o que nós pensamos para o nosso nível de ambição para o período pós 2020.

Novamente, eu gostaria de reforçar – acho que falei umas três vezes aqui, mas vou repetir a quarta – que dentro da discussão nacional do que vamos apresentar para a nossa proposta pós-2020, temos, sim, algo ambicioso: um aumento de participação de renováveis na nossa matriz. Ainda não dá para dizer o quanto porque estamos conversando, mas sem dúvida nenhuma teremos algo dentro...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu posso ajudar. Na realidade, há uns quinze dias o Ministro de Minas e Energia esteve na Comissão de Infraestrutura e, de fato, os planos do Governo Federal são muito ambiciosos na ampliação do parque de energia eólica e também do parque de energia solar.

A meta que foi traçada pelo Ministério de Minas e Energia é o Brasil se consolidar como primeiro produtor mundial de energia eólica – hoje estamos atrás dos Estados Unidos e da China, somos o terceiro, mas o Brasil vai buscar a liderança na produção de energia eólica. O Governo Federal também vai começar a realizar leilões de energia solar exclusivos para que possamos avançar na redução dos custos de equipamentos, de implementos, para que possamos ter a energia solar também competitiva em relação às outras alternativas.

Acho que, de fato, essa observação que Adriano está fazendo é importante, porque na área de energia solar fiquei um pouco provocado com a afirmação de que o uso intenso de energia térmica, em função desse período hidrológico desfavorável em que tivemos que acionar as usinas térmicas, tenha provocado a produção de gases de forma tão intensa, e as informações que ele deu sobre a redução da matriz hidroelétrica na nossa matriz energética como um todo. Acho que isso é importante para podermos convencer outros segmentos da sociedade que têm barrado muita construção de novas usinas hidrelétricas no País.

No fundo, no fundo, todos nós sabemos o tempo que levou para construir as usinas hidrelétricas no Norte do País. E foram basicamente fortes resistências dos movimentos ambientalistas. Não se constrói neste País mais barragens para se guardar água, é praticamente tudo a fio d'água. Acho que é preciso haver uma discussão mais aprofundada.

O SR. TASSO AZEVEDO – Vamos fazer uma audiência sobre isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos fazer, vamos fazer.

O SR. ADRIANO OLIVEIRA – Aproveitando então, Senador, totalmente concordando com o senhor, realmente não podemos restringir nossa análise da perspectiva de mudança do clima a um ano apenas. Esse número que o Tasso traz, de 20 milhões de toneladas de CO₂ de 2013 para 2014, da perspectiva temporal de mudança do clima é um prazo muito pequeno para dizer que isso é uma tendência.

Estamos vivendo uma situação circunstancial de seca que nos levou a utilizar a energia de base térmica para poder atender às necessidades energéticas do País, mas isso não deve ser apagado pelo fato de que estamos aumentando muito, sim, nossa participação de energia solar, estamos aumentando muito, sim, nossa participação de eólica, e isso, sim, será uma tendência para o futuro, e não a continuação de aumento de térmica. Térmica é um ponto de vista muito circunstancial.

Temos encomendado um estudo, com a ajuda do Banco Mundial, para nos mostrar esses primeiros resultados – ainda não posso fechar aqui, porque temos que finalizar –, mostrando que essa parte de aumento de térmica é realmente circunstancial e não tendencial. Mas de qualquer maneira, só para deixar isso bem claro, sem dúvida nenhuma a participação de renováveis na nossa ambição para o período pré-2020 está obviamente incluída, mas que não utilizemos apenas um ano ou dois como tendencial do ponto de vista da mudança do clima, precisamos de um período mais longo para considerar se isso é tendência ou circunstância.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Adriano. Muito obrigado, Tasso.

Eu queria agradecer a presença de todos os que vieram prestigiar esta Audiência Pública e dizer que vamos programar as novas etapas dos nossos debates, dos nossos painéis. Na próxima semana informaremos, portanto, os temas e os palestrantes que estarão aqui trazendo suas considerações.

Vou encerrar com uma provocação. A assessoria me passou aqui uma mensagem dizendo que Pernambuco, que é o meu Estado, será o primeiro Estado brasileiro a fornecer energia solar em larga escala para atender determinadas regiões do Estado. Então, era só para registrar que o caminho está aberto.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 34 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de maio do ano de dois mil e quinze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores: Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Maria do Carmo Alves, Roberto Rocha e dos Deputados Angelim, Daniel Coelho, Leônidas Cristino, Marcus Vicente, Ricardo Tripoli, Sarney Filho, Sergio Souza e Valdir Colatto. Dos Senadores não membros: Ana Amélia, Garibaldi Alves Filho, Hélio José, Omar Aziz, Otto Alencar e Sérgio Petecão e Deputados: Alexandre Serfiotis, Goulart, Júlio Cesar, Paulo Maluf, Rogério Rosso e Rômulo Gouveia. Deixam de comparecer os demais Membros. Havendo número regimental, o Senador Fernando Bezerra Coelho, Presidente da Comissão, declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** para debater o tema: **“A Estrutura institucional para a gestão dos recursos hídricos”**, em conformidade com o plano de trabalho da Comissão, com a presença dos seguintes convidados: **Gilberto Occhi**, Ministro de Estado da Integração Nacional; **Gilberto Kassab**, Ministro de Estado das Cidades; **Vicente Andreu Guillo**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Presidente da Comissão, o Senador Fernando Bezerra Coelho, e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Ana Amélia, Hélio José, Omar Aziz e Flexa Ribeiro e os Deputados Otto Alencar, Paulo Maluf, Sarney Filho, Sergio Souza, Júlio Cesar, Leônidas Cristino e Goulart. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezessete horas e quarenta minutos, lavrando eu, **José Francisco B. de Carvalho**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Fernando Bezerra Coelho**, Presidência da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, do Presidente do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Considero aprovada a ata da reunião anterior.

Eu queria cumprimentar o Ministro e amigo Gilberto Kassab e o nosso, também convidado para esta audiência, Diretor-Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu, dizer que é com muita alegria que vamos contar, daqui a alguns instantes, com a presença do Ministro da Integração Nacional, Dr. Gilberto Occhi, que já está em

deslocamento, dizer da satisfação de podermos ter aqui, na vice-Presidência desta audiência pública, o nosso amigo e Senador da República pelo Estado da Bahia Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização do Senado Federal, agradecer a presença dos membros desta Comissão e registrar a presença de diversos Deputados Federais que vêm prestigiar a presença dos nossos convidados, saudando de forma especial o Líder do PSD na Câmara dos Deputados, Deputado Guilherme Campos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É o ex.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É o ex?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Agora é o Rosso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O Rosso?

Desculpe-me, Rosso! Desculpe-me, Rosso!

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD - DF) – Ele é sempre Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, registro a presença do ex-Líder Guilherme Campos, do atual Líder, Deputado Rosso, do Deputado Rômulo Gouveia, meu amigo, do Estado da Paraíba, do Deputado Paulo Magalhães, do Deputado Alexandre Serfiotis, do PSD do Rio de Janeiro, dos membros da Comissão Daniel Coelho, Leônidas Cristino e Raimundo Angelim, do Deputado Evandro Roman e, mais uma vez, do atual Líder do PSD na Câmara dos Deputados, Deputado Rogério Rosso.

O objetivo desta audiência é ouvir a palavra dos três maiores representantes da estrutura administrativa do Governo Federal que estão com a responsabilidade de vencer o desafio da oferta de água no Território nacional, seja do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos, seja do ponto de vista dos investimentos na infraestrutura hídrica que é necessária para oferecer a todos os brasileiros de todas as regiões o direito ao acesso à água.

É importante aqui lembrar para os nossos convidados da imprensa, prefeitos que se fazem aqui presentes...

Eu queria pedir licença para receber o Ministro Gilberto Occhi. *(Pausa.)*

Ministro Gilberto Occhi, nós estávamos apenas iniciando a nossa audiência. Eu dizia da alegria de termos aqui, portanto, as três instituições da estrutura administrativa do Governo Federal que têm a responsabilidade de lidar com a questão da água, com a temática da água, sobretudo do ponto de vista da gestão, mas também do ponto de vista do investimento para ampliação da oferta de água em todo o Território nacional.

Esta Comissão Mista do Congresso Nacional, que tem a presença de Deputados e Senadores, tem, neste ano, a responsabilidade de construir...

Eu também convidaria para a Mesa o Deputado Relator desta Comissão, Deputado Sérgio Souza.

Esta Comissão tem a responsabilidade de construir, ao lado do Governo Federal, ao lado da sociedade civil organizada, a proposta que o Governo brasileiro vai apresentar durante a reunião que ocorrerá em Paris, no início de dezembro, denominada COP21, quando todos os países do mundo estarão reunidos para poderem construir um instrumento que vai substituir o Protocolo de Quioto, que criou as bases para o desenvolvimento sustentável do nosso Planeta. O Brasil tem uma posição de liderança nessa área. Essa proposta é liderada, no Governo brasileiro, pelo Ministério do Meio Ambiente, à frente a Ministra Izabella Teixeira, e pelo Ministério de Relações Exteriores. E nós, na Comissão, deliberamos que, dentre as premissas para construção de um desenvolvimento sustentável no nosso País, seria importante a gente endereçar o debate em relação à questão da infraestrutura hídrica do Brasil, notadamente porque, neste ano, nós estamos enfrentando algo atípico, inusitado, que é a escassez de água, praticamente, nas duas mais populosas regiões do País: a Nordeste, onde ela é uma recorrência, pois há mais de século que ela se depara com problemas das estiagens sucessivas e a frágil infraestrutura hídrica naquela região para oferta de águas às populações das áreas urbanas e das áreas rurais, e, por incrível que pareça, a região metropolitana mais densa, do ponto de vista populacional, do nosso País, a região metropolitana de São Paulo, que se debate com uma escassez de água, de oferta de água, uma crise hídrica que vem afetando a capital de São Paulo já por alguns meses.

Nós iniciamos este debate aqui, na Comissão, ouvindo a academia, ouvindo os institutos de pesquisa, para podermos saber se, com essa situação da ocorrência de eventos extremos como esses que estão sendo observados no Nordeste e em São Paulo, cuja hidrologia desfavorável só se compara ao que ocorreu no início da década de 50, esses fenômenos irão se repetir no horizonte de médio e de longo prazo.

E a discussão nesta tarde, aqui, é para que a gente possa saber, na perspectiva daquilo que vem dos institutos de previsão, daquilo que vem da academia, com um adensamento cada vez maior das regiões metropolitanas, com a ocorrência cada vez maior dos eventos extremos, se nós estamos preparados para enfrentar esse desafio. Como estamos organizados? Como está organizada a estrutura administrativa do Governo Federal? Como estão organizados os Estados brasileiros? Como estão organizados os Municípios brasileiros? Quais são as competências? Elas estão bem definidas? Qual é o papel da nossa agência reguladora? Qual é o papel do Ministério das Cidades, que tem como objetivo principal a oferta de água nos espaços urbanos? Qual é o

papel do Ministério da Integração Nacional, que tem como responsabilidade a ampliação da oferta de água bruta para todo o Território nacional, mas, de forma particular, voltada para o atendimento das populações que residem no espaço rural no nosso País?

Então, hoje, aqui, motivados por uma preocupação que está colocada em áreas extensas do Território, que é a preocupação, hoje, de diversos segmentos da sociedade civil organizada no nosso País, queremos saber o que nós deveremos fazer para poder aprimorar o marco legal, as estruturas administrativas. E também queremos saber se nós não deveremos cuidar de um melhor planejamento. Queremos saber se, como há, para a energia, um plano decenal de investimento, não é a hora de a gente estabelecer, para a água, um plano decenal de investimento, com prioridades definidas, com uma hierarquia de projetos bem definida, de forma objetiva, para que a gente possa mobilizar os recursos, os investimentos, mobilizar a sociedade para dar aos brasileiros o direito de acesso à água qualquer que seja a condição de clima e tempo que a gente tenha que enfrentar nos anos vindouros.

Portanto, eu quero, mais uma vez, agradecer a presença dos Srs. Ministros de Estado, do Dr. Gilberto Kassab, do Dr. Gilberto Occhi, e agradecer, mais uma vez, a presença do Dr. Vicente Andreu.

Antes de abrir as nossas palestras, informo que quem vai se dirigir primeiro a esta audiência será o Ministro das Cidades, Ministro Gilberto Kassab. Na sequência, falarão o Ministro Gilberto Occhi e, encerrando o painel, o Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu. Em seguida, nós vamos abrir para perguntas dos Srs. Parlamentares. Vamos tentar fazer um bloco único de perguntas, tendo em vista que os dois Ministros me pediram a compreensão, pois, pelo tempo, pelas suas responsabilidades e afazeres, eles poderão até mesmo ter que se retirar durante a fase de perguntas. Por isso, eu peço que os Parlamentares, quando das indagações, sejam objetivos, sucintos, para que a gente possa contar com a presença dos Ministros até o final da audiência.

Antes de oferecer a palavra ao Ministro Gilberto Kassab, eu queria que o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senador Otto Alencar, fizesse aqui uma palavra introdutória, tendo em vista o conhecimento e a expertise que ele detém sobre esse tema, a sua preocupação e, sobretudo, o trabalho que a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal está realizando para chamar a atenção do Governo Federal e da sociedade brasileira para a necessidade de revitalização dos nossos rios e, sobretudo, bandeira defendida pelo Senador Otto Alencar, da imediata e urgente revitalização do São Francisco. Se estamos falando de água, não podemos deixar de falar do São Francisco, do rio da integração nacional, da unidade nacional.

Por isso, Senador Otto Alencar, é uma alegria para os membros desta Comissão que possamos estar dividindo a Presidência desta audiência pública com V. Ex^a.

Assim, solicitamos que V. Ex^a possa aqui manifestar-se, fazendo a introdução dos nossos trabalhos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra o convite e também quero ressaltar também a presença de dois Ministros de Estado nesta Comissão.

Há pouco, eu dizia ao Ministro Gilberto Occhi que S. Ex^a já está convidado para outra audiência pública de três Comissões. Eu havia aprovado o primeiro requerimento para convidá-lo, mas, quando soube que ele viria para a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, já o dispensei da Comissão de Meio Ambiente, porque, senão, o Ministro vai ficar mais aqui do que no Ministério e terminar não resolvendo nem o problema das enchentes, do Senador Petecão, nem o da seca do Nordeste.

Quero saudar o Kassab, o Dr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da ANA, que esteve comigo, o Relator, Deputado Federal Sérgio Souza, e todos os Deputados Federais que estão aqui conosco e quero louvar aqui a iniciativa do Senador Fernando Bezerra sobre essa questão dos problemas climáticos. No Nordeste, convivemos com a seca, que nunca nos intimidou, mas ainda não encontramos uma solução definitiva para várias regiões do Nordeste brasileiro.

Uma das preocupações nossas, no Nordeste, é com a questão do Rio São Francisco. Tenho debatido muito sobre o tema. O Ministro, inclusive, participou de uma reunião, em que eu estava presente, com a Presidente Dilma. Nessa reunião, estavam presentes os Ministros do Planejamento, Nelson Barbosa, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o Ministro da Defesa, Jaques Wagner, porque o Exército já tem uma experiência na revitalização na calha do Rio São Francisco muito positiva no Município de Barra do São Francisco, onde mora um grande amigo meu, o bispo da Barra, D. Frei Luís Flávio Cappio, que, na época, fez até greve de fome, quando da transposição do Rio São Francisco. E a Presidente, naquele momento, pediu que os Ministros apresentassem um programa de intensificação da revitalização do Rio São Francisco. A transposição caminha. Neste ano, nós temos, no Orçamento Geral da União, mais de R\$1 bilhão para a transposição e R\$175 milhões para a revitalização.

Então, é preciso equilibrar esses investimentos, porque eu, que conheço todo o trajeto do Rio São Francisco, desde a sua nascente, no Município de São Roque de Minas, na Serra da Canastra, até a foz, em Sergipe e Alagoas – a Senadora conhece bem isso –, sei das dificuldades que existem na foz do Rio São Francisco, onde

o mar já entrou de 10 a 15km, invadindo o Rio São Francisco, salinizando as águas na foz do Rio São Francisco. Isto é muito grave, porque os outros Estados têm mananciais de vários rios, mas nós só temos o São Francisco. Se este acabar, na minha opinião, o Nordeste brasileiro vai ficar numa situação muito ruim.

Como conheci o rio com 16 anos de idade, no Município de Ibotirama, com meu pai, e o vi completamente vivo, sadio, como conheço bem a bacia do Rio São Francisco e também vi os seus afluentes todos vivos, e hoje já vi alguns mortos, inclusive no meu Estado... Lá, na margem direita, há quatro rios que hoje são caminhos de areia, sendo que dois eram perenes e dois eram intermitentes. Os perenes não são mais perenes, são intermitentes, e os que eram intermitentes hoje são caminhos de areia. Eu até disse ao Ministro que, à margem direita, nós temos o Rio Paramirim e o Rio Santo Onofre, que eram perenes e não são mais, e os rios Verde e Jacaré. Todos esses eram rios afluentes que levavam água para o Rio São Francisco.

Então, será uma coisa equivocada trabalhar para revitalizar a calha do Rio São Francisco. É preciso revitalizar todos os rios e todas as nascentes da Bacia do Rio São Francisco. E a prioridade, sem nenhuma dúvida, é o replantio das mata ciliares, que foram todas destruídas.

O Fernando lutou por isso quando foi ministro, um ótimo ministro, como está sendo agora o Ministro Gilberto, em quem acredito plenamente, pela sua capacidade, pelo seu compromisso com o setor público, mas acredito que, no Nordeste brasileiro, é voz total de todos os nordestinos que conhecem o rio essa situação de gravidade. Inclusive, o Ministério Público da Bahia e o Ministério Público de Minas Gerais já levantaram essa questão.

O que eu posso dizer é o seguinte: se não se fizer, imediatamente, a revitalização do Rio São Francisco – acho que não será agora no Governo da Presidente Dilma, nem, talvez, no próximo governo –, se não se fizer um investimento para revitalizar a Bacia do Rio São Francisco, o Presidente de daqui a 10 ou 12 anos – não sei quem vai ser o Presidente – vai colocar um epitáfio lá dizendo “aqui jaz o Rio São Francisco”. O rio vai ser um caminho de areia, vai ser um retrato na parede se não houver a revitalização. E assim é com todas as bacias do Brasil. É preciso investimento nesse sentido, porque eu sei que há solução para falta de petróleo, com o etanol, com o xisto, com o nitrogênio, com a energia eólica, com a biomassa, com a fotovoltaica, mas não conheço um elemento na natureza que possa substituir a água.

Isso chamou a atenção do Brasil porque faltou água na terra do Kassab, São Paulo. A culpa não é do Kassab...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Não é, não, porque ele foi Prefeito, não tem nada com água. *(Risos.)*

Mas faltou água na terra do Kassab.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Faltou água em São Paulo, o que chamou a atenção do Brasil, assim como faltou no Rio, em Belo Horizonte... São vários os problemas que levam à falta d'água, não só a destruição dos mananciais, dos rios, a seca...

Eu, quando Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, tinha lido um livro muito interessante do Darcy Ribeiro. O livro chama-se *Aos Trancos e Barrancos*. Ele contava a história do Brasil de forma hilária, contando como o Brasil deu no que deu. Então, eu tentei fazer, na Bahia, como Presidente, um livro similar, e fiz lá um livro chamado *Bahia de Todos os Fatos*, um livro que descreve a política da Bahia na República. Eu cheguei a levantar um dado que eu não conhecia: a pior seca, Ministro, registrada no Nordeste em todos os tempos se deu quando nós ainda estávamos na transição do Império para a República, em 1898. O segundo Governador da Bahia era o Luiz Viana, pai do Luiz Viana Filho.

Eu fui levantar por que houve essa seca. A seca começou em 1898, Fernando, e foi até 1906, sem chuvas regulares. O Rio São Francisco foi atravessado andando em todo o seu trecho. Mas foi em 1898 que o Governo Federal e o Governo da Bahia levaram o Exército e a Polícia para matar o Antônio Conselheiro. Depois da morte do Conselheiro, culpavam o Conselheiro pela seca. Disseram que foi um castigo que Deus deu porque mataram Antônio Conselheiro, e o Conselheiro não tem nada com isso. Absolutamente nada!

Então, a seca é uma coisa que vem de forma cíclica, desde muitos anos, quando os rios estavam preservados...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Nós não precisamos matar ninguém.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Mas hoje é a grande realidade, porque houve realmente uma perda muito grande de todos os nossos mananciais. Eu acredito que este é o momento, como o Fernan-

do levantou aqui, como eu tenho levantado, assim como outros Senadores e Deputados, de se encontrar uma solução para a produção de água, porque aumenta o consumo e diminui a produção da água.

Há pouco, li um editorial na *Folha de S.Paulo* que começava assim: “Plante árvore para produzir água.” Eu não tenho a menor dúvida disso. Sou do interior. Quantas e quantas vezes o replantio de árvores numa nascente faz a nascente brotar com água?

Quanto à situação dos rios no Brasil, há pouco, eu conversava com o Senador Jorge Viana, que me deu um dado que me deixou preocupado. Ele disse que a vazão do Rio Tocantins, que é de cerca de, se não me engano, 49 metros cúbicos de água por segundo, baixou de 10 mil metros cúbicos em dez anos.

Então, vai comprometer, como comprometeu o Araguaia, o Rio Tocantins. Como comprometeu a Mata Atlântica, pode também comprometer a Amazônia. Enfim, essa é uma situação gravíssima, que precisa ser levantada.

Acredito que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, pode, perfeitamente, estabelecer critérios e até uma legislação que deem condições para que as próximas gerações possam tomar banho, beber água de boa qualidade e em quantidade suficiente com investimentos importantes para o Brasil.

No nosso Nordeste, creio que a bandeira do São Francisco, que você já empunhou, vai ficar na mão aqui do meu Ministro, que vai ajudar muito todos nós.

Eu queria agradecer a presença de todos e também o convite de V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

Agora, ofereço a palavra ao nosso querido amigo, Ministro das Cidades, Ministro Gilberto Kassab.

O SR. GILBERTO KASSAB – Meu boa tarde a todas e a todos.

Quero, inicialmente, saudar os companheiros da Mesa, o Senador Fernando Bezerra, Presidente desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, o meu colega Gilberto Occhi, Ministro da Integração Nacional, o engenheiro Vicente Andreu, Diretor-Presidente da ANA, o Deputado Sérgio Souza, Relator desta Comissão, os colegas Deputados Federais, os Senadores aqui presentes. Saúdo os Deputados Federais na pessoa do Dr. Paulo Maluf, Deputado Federal, ex-Prefeito de São Paulo, ex-Governador, saúdo aqui o Líder do meu Partido, Deputado Rogério Rosso, o Presidente Nacional em exercício do meu Partido, Guilherme Campos, os demais Deputados, os Senadores do meu Partido, Petecão, nosso querido Deputado fundador do Partido, Senador aqui por Brasília, nosso querido Senador, também presente, e nosso Deputado Paulo Magalhães.

Esta reunião nos dá a oportunidade de discutir o que há de mais importante sendo discutido no Planeta hoje: a questão da água, da sustentabilidade, da oferta e da demanda de água. A presença do Presidente da ANA e do Ministro da Integração nos dá a oportunidade de fazer um trabalho conjunto com a Comissão. E a fase de perguntas também é muito importante.

Sr. Presidente, elenquei alguns tópicos, que, efetivamente, acredito serem os mais importantes para serem discutidos ou apenas observados, que dizem respeito à oferta e à demanda da água.

Vale lembrar que esse é um problema global, de grande escala, que, efetivamente, tem vinculação com o crescimento populacional e também com a urbanização. Quanto mais avança a urbanização, maior a demanda de água, e a curva ascendente da população ao longo dos séculos mostra que a água é cada vez mais consumida. A população mundial cresceu, na segunda metade do século XX, 150% e a população urbana, 300%. Veja a diferença, Sr. Presidente. E as projeções da ONU para 2025 chegam a dizer que 65% da população mundial será urbana – no Brasil, temos números muito próximos – e que cerca de 650 cidades dessa população mundial terão mais de um milhão de habitantes.

A grande marca do Brasil – talvez seja a nossa maior riqueza – é a nossa disponibilidade hídrica. Hoje, o Brasil concentra, segundo dados da ANA – o nosso Vicente pode falar com muito mais profundidade –, 12% da disponibilidade hídrica do mundo. Porém, apesar dessa distribuição bastante expressiva, temos uma distribuição muito desigual no Território nacional. As Regiões Norte e Centro-Oeste concentram 85% da disponibilidade hídrica e concentram 15% da população. As Regiões Nordeste, Sudeste e Sul concentram 15% da disponibilidade hídrica, mas com 85% da população.

Vejam quais são as nossas dificuldades e as necessidades que temos em termos de investimentos que precisam ser realizados para abastecer a população e fazer o transporte de água de uma região para outra.

No setor de saneamento, que tem uma importância estratégica para o abastecimento humano e para a melhoria da qualidade dos corpos hídricos, há um déficit na coleta e tratamento de esgoto, que tem um impacto grande nos corpos hídricos.

Relatei aqui, Sr. Presidente, Senador Petecão, Senador Hélio, Senador Otto, um resumo dos investimentos do País nos últimos anos, notadamente de 2007 a 2015, em números de operações vinculadas à questão do saneamento.

Nós temos, na modalidade de abastecimento de água, 806 operações, consumindo R\$22,9 bilhões. Nós temos, em relação ao número de operações, 27% delas na questão do abastecimento. E, na questão dos investimentos, esses R\$22,9 bilhões representam 26,7% dos investimentos nos anos de 2007 a 2015.

No desenvolvimento institucional, nós temos 48 operações, o que representa 1,6%, e temos R\$1,6 bilhão de investimentos, o que representa 1,8%.

No esgotamento sanitário, nós temos o maior investimento. Nós temos 947 operações, representando 32% do total das operações, significando um investimento de R\$33,9 bilhões, o que chega a quase 40% dos investimentos.

Vale a pena, Senador Fernando Bezerra, ressaltar que o Brasil tem compromissos para universalizar o tratamento de esgoto, mas, infelizmente, nos patamares atuais de investimentos, nós estamos muito distantes dos nossos compromissos.

Na questão de estudos e projetos, nós temos 557 operações, significando 18,8% das operações globais, com um investimento de R\$0,8 bilhão.

No manejo de água pluvial, são 327 operações, perfazendo 11% do total de operações, com um investimento de R\$15,2 bilhões.

Nos resíduos sólidos, são 84 operações, o que significa 2,8% das operações, com um investimento de R\$0,9 bilhão.

No saneamento integrado, são 191 operações, significando 6,5% do total de operações, com um total de R\$10,5 bilhões de investimentos, o que perfaz 12,2% do total de investimentos.

Quero ressaltar que essa apresentação com esses dados foi feita e está sendo possível pelo apoio que tenho tido da Secretaria de Saneamento. Está aqui o Dr. Paulo Ferreira, nosso Secretário de Saneamento, chefe da equipe da Secretaria de Saneamento, uma pessoa muito experiente. No Governo do falecido Mário Covas, ele foi Diretor da Sabesp, Diretor de Obras. Depois, foi Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Prof. Goldemberg e hoje é Secretário de Saneamento do nosso Ministério.

Quero dizer para vocês que, nestes 20 minutos que me cabem, foquei nos dados, nas intervenções. Agora, na fase de perguntas, nós poderemos aprofundar a questão da vinculação das nossas ações com os Estados e os Municípios, que são muito importantes, e com os outros agentes no plano federal.

Portanto, cumprimento o Senador Fernando Bezerra e agradeço a oportunidade de estar presente para discutir a questão hídrica do nosso País.

Assim como os companheiros, eu me colocarei, na fase das perguntas, à disposição para aprofundar o tema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Ministro Gilberto Kassab.

Esse material da apresentação do Ministro Gilberto Kassab vai ficar disponibilizado para a Comissão. Nós vamos tirar cópias e encaminhá-las para todos os Srs. Parlamentares.

Ofereço a palavra ao Ministro Gilberto Occhi, mas aviso aos Srs. Parlamentares que já está aberta a lista de inscrições. Quem quiser, faça um sinal para que anotemos aqui a inscrição dos que vão dirigir indagações aos senhores palestrantes.

Com a palavra o Ministro Gilberto Occhi.

O SR. GILBERTO OCCHI – Boa tarde, Presidente, Senador Fernando Coelho, a quem cumprimento e agradeço o convite para estar aqui com todos.

Cumprimento o Senador Otto Alencar, com quem tivemos a oportunidade de já vir discutindo esses assuntos há algum tempo, o Ministro Gilberto Kassab, o Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu, e o Deputado Sergio Souza, Relator desta Comissão.

Eu queria cumprimentar duas mulheres aqui, a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, e a Senadora Maria do Carmo, de Sergipe, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes.

Nós também fizemos uma breve apresentação, que também ficará disponível, Presidente Fernando, falando um pouco mais daquilo que estamos executando.

Eu tinha até a expectativa de o meu amigo Vicente falar um pouco antes e mostrar um cenário que estamos discutindo sempre na Casa Civil. Hoje mesmo nós tivemos uma reunião na Casa Civil, em que estavam presentes a Ministra Izabella, o Ministro Eduardo Braga, o Ministério das Cidades, e discutimos, primeiro, a questão climática que se apresenta mundialmente. Há uma expectativa de aquecimento das águas dos oceanos, e isso, para nós traz, um pouco mais de dificuldade com mais seca na Região Nordeste e na Região Norte

do Brasil e com mais chuvas na Região Sul do Brasil. Então, há um certo desequilíbrio nessa questão climática, influenciada por tudo isso que tem acontecido no universo.

A nossa grande realidade é que estamos vivendo uma crise hídrica nunca vivida nos últimos 40 ou 50 anos, atingindo principalmente a Região Sudeste e a Região Nordeste. A Região Nordeste, como disse aqui o Senador Otto Alencar, é uma região que convive com a seca. Como o Senador Fernando Bezerra também é da região, ambos dividem o Rio São Francisco, pois um é de Pernambuco e o outro, da Bahia. Eles dividem, juntos, com a Senadora Maria do Carmo, um pedaço, e mais o Estado de Alagoas.

Essa situação que estamos vivenciando exige de nós uma mudança mais estruturante na questão das obras. Desde a época em que o então Ministro Fernando Bezerra comandava o Ministério da Integração, nós já tínhamos investimentos estruturantes e já havia estudos e obras encaminhadas de maneira estruturante para a Região Nordeste.

Os senhores verão que a necessidade da conclusão dessas obras e a revitalização – o Senador Otto Alencar tem dado atenção a isto – não do Rio São Francisco propriamente dito, mas de todas as bacias que compõem a Bacia do Rio São Francisco são fundamentais para que a água tenha a possibilidade de perenizar outros rios da Região Nordeste, para podermos conviver melhor daqui para frente com obras estruturantes, obras importantes que vão dar segurança hídrica, principalmente, a, aproximadamente, 13 milhões de brasileiros que vivem nessa região. É essa convivência que nós temos que ter.

Aqui é mais sobre a estratégia do Ministério da Integração e do Governo Federal: trabalhar para garantir oferta de água principalmente para o abastecimento humano e outras atividades produtivas e reduzir, especialmente, os riscos inerentes a essas questões. Como disse o Ministro Kassab ao Senador Petecão, no início deste ano, corremos ao Acre por conta das enchentes, que foram históricas. Naquele Estado, um rio que, ao longo dos últimos anos, vem tendo um aumento em sua cheia chegou ao recorde dos recordes, atingindo 18,4m em sua calha. É impressionante o que tem acontecido. E a seca, que se prolonga há quatro anos na Região Nordeste, traz uma série de impactos. Se não fosse a atuação do Governo Federal, com o Programa Água para Todos, com algumas obras importantes de barragens e adutoras, nós, hoje, viveríamos uma situação muito mais crítica do que a que estamos vivendo. Então, essa é a nossa situação.

O Plano Nacional tem estes grandes objetivos: tem uma abrangência nacional, tem uma visão de bacia e tem o objetivo de levar o uso múltiplo da água não só para o consumo humano, mas também para a agricultura, para a indústria, para a irrigação, para perímetros irrigados, a fim de garantir uma oferta com controle de cheias e com controle de reservação.

Vemos aqui essa área colorida. São regiões em que vivenciamos cheias e secas. Esse é o comportamento da região que abrange o Semiárido, na parte mais de cima. O Semiárido pega uma parte do Estado de Minas Gerais, vem por essa região, pega praticamente todo o Estado do Ceará, algumas cidades do Piauí, parte da Bahia e um pedaço do Espírito Santo. Esse é o Semiárido. Toda essa parte colorida é sujeita a secas e também passível de cheias. Então, é um comportamento que nos direciona à necessidade de garantir água durante um período, mas também de proteger aquelas comunidades, aquela população e a produção com relação às cheias.

O Plano Nacional de Segurança Hídrica tem esses arranjos, e nós devemos perseguir sempre seu objetivo de ter uma política, de ter uma discussão permanente sobre a questão hídrica do País, porque essa será, sem dúvida alguma, uma das matérias mais importantes dos próximos anos e das próximas décadas. Essa será a grande luta. Vemos, em diversas reportagens, a dificuldade que alguns países enfrentam na questão hídrica, como, por exemplo, Israel, Estados Unidos, Austrália e África. Existe essa dificuldade. Então, esse é o grande objetivo.

Pode passar.

Aqui, um desenho, um mapa de importante relevância, em que os senhores veem esse eixo.

Pode voltar, por favor. *(Pausa.)*

Volte o mapa, por favor, para termos uma ideia. Isso.

Essa linha azul mais abaixo é o Rio São Francisco.

Ali, onde há uma concentração um pouco maior de azul, é a Barragem de Sobradinho. Hoje, a Barragem de Sobradinho está com, aproximadamente, 20% da sua capacidade de reservação.

Seguindo mais embaixo, seguindo o rio, nós temos ali dois eixos... Seguindo o eixo, aqui é o Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco e aqui, o Eixo Leste da transposição do Rio São Francisco. Aqui, 260km e aqui, aproximadamente, 197km, dando, aproximadamente, 470km de extensão, que é a transposição do Rio São Francisco.

O que nós temos trabalhado é, com essas linhas amarelas que vimos ali, é a visão de futuro, é aquilo que temos nós que projetar.

O que está em verde é o que já está concluído.

Então...

Presidente, eu vou me aproximar um pouquinho do mapa, só para sinalizar aqui. *(Pausa.)*

O SR. GILBERTO OCCHI *(Fora do microfone.)* – O que eu queria passar para os senhores é que nós temos aqui, nesta obra no Ceará, que foi feita pelo Governo Federal, que sai aqui do reservatório de Castanhão e chega até à região metropolitana de Fortaleza, pegando aqui com o Canal do Trabalhador. Essa obra está pronta e essa obra...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, um aparte para pedir à assessoria para entregar o microfone ao Ministro.

O SR. GILBERTO OCCHI – Obrigado, Senador.

Essa obra confere segurança hídrica à região metropolitana de Fortaleza por conta da captação neste reservatório, que é o reservatório de Castanhão.

Este aqui é o de Orós.

Qual é a importância da conclusão da obra da transposição no Eixo Norte? É porque a água chega na Paraíba e tem a oportunidade de cair neste rio, abastecer o açude de Orós, o reservatório de Orós, e abastecer o do Castanhão e dar uma segurança hídrica a esses milhões de cearenses que moram na região metropolitana do Ceará e, claro, nas cidades que ficam ao longo do rio. Essa é a importância dessa obra.

Aqui nós temos uma obra que está em execução também, que é o Cinturão das Águas do Ceará, que captará água aqui, cairá aqui neste rio que abastece o Orós, que abastece o Castanhão, sobe e cai nessa obra já concluída.

O futuro, eventualmente, será a continuidade desse cinturão para abastecer esta região aqui, que está em amarelo, de obras de continuidade do Cinturão das Águas. Essa é a importância.

Também é importante a Adutora do Oeste, em Pernambuco, que já capta direto no Rio São Francisco e traz água para esta região.

Ao concluirmos esta etapa aqui, é possível construir esta obra que é o Ramal de Entremontes, para trazer água para essa região mais ao oeste de Pernambuco e também dar um reforço na Adutora do Oeste, em Pernambuco.

Essa é uma das possibilidades de abastecer e dar soluções nesta região, da mesma forma que, ao concluir a obra do Eixo Norte, nós vamos entregar água à Paraíba, que cairá neste reservatório aqui, em São José de Piranhas, e aí vamos trazer água para esta região também do Rio Grande do Norte.

Da mesma maneira, o Eixo Leste, que trará água aqui, com a obra que está em licitação hoje, num processo de licitação, que é o Ramal do Agreste, que abastecerá essas obras todas aqui, que são a Adutora do Agreste, aqui em Pernambuco, como também abastecerá uma outra obra aqui.

Outra obra também proveniente do Rio São Francisco é a do Canal do Sertão Alagoano, que já tem 60km concluídos, e, possivelmente, uma futura contratação da obra do Canal de Xingó, para abastecer o Estado de Sergipe, e o Eixo Sul, para abastecer o Estado da Bahia, nessa região.

Estou querendo mostrar que uma obra de transposição, com todas as suas vertentes de distribuição que estão aqui desenhadas, só será possível – e aí fazendo coro ao que o Senador Otto Alencar tem defendido, pois comungamos da mesma opinião – com a permanente revitalização dessa bacia aqui, que está no Estado da Bahia, mas que começa ali embaixo, no Estado de Minas Gerais. Não é agora, é permanente. E os investimentos não deverão parar com a conclusão da obra, porque vamos ter problema lá na frente. Quem está vivenciando isso, como ele, como o Senador Bezerra, como a Senadora Maria do Carmo, em Sergipe, com essa questão da salinização aqui embaixo, na foz do rio, como eu, que moro em Alagoas e conheço toda essa região aqui também e vejo esse assoreamento todo no rio, tem que, permanentemente...

A Presidenta, ao receber em audiência o Senador Otto Alencar, comprometeu-se a acatar uma sugestão do Senador de criação de um plano de revitalização dessa bacia para os próximos dez anos. E nós estamos trabalhando com uma ideia de, ao decidirmos a operacionalização do sistema de transposição, que haja, nessa operação da transposição, a possibilidade de a revitalização ser inserida como um dos compromissos dessa operação. Ou seja, não só com a manutenção das obras da transposição, mas também com a permanente revitalização do Rio São Francisco, aí sim, nós teremos condições de garantir a segurança hídrica de todas essas obras e dessa população. Acho que é dessa maneira.

Eu queria, Sr. Presidente, se eu tiver mais um tempo, apenas dar um posicionamento quanto ao andamento dessas obras, de como isso está, e da nossa perspectiva, para que todos tenham uma visão geral.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

Pode passar.

Aí é só um exemplo. A obra, no mês de março, estava com 73,4%. Já devemos ter chegado, agora, em abril, com 75% da obra executada. Os dois eixos estão andando em paralelo nessa questão.

Pode seguir, por favor.

Aí é só como está cada etapa daquelas: o Eixo Norte, com 75%; o Eixo Leste, com 71,6%; o Eixo Leste, até com um comportamento mais equilibrado do andar das águas, com a primeira etapa com 93%, a segunda com 75% e a última com 36%.

Aqui houve um percalço, por conta de, no Eixo 2, ter havido uma desistência das empresas que estavam fazendo a obra há alguns anos. Tivemos que licitar novamente, e isso determinou ali um descompasso. Era necessário que tivesse andado um pouco mais.

Pode passar, por favor.

Aí é o comportamento dos pagamentos que estamos fazendo. Este ano tem sido um ano em que têm ocorrido os maiores valores de pagamento. Então, nós estamos conscientes da necessidade de que a obra tenha continuidade, para que seja entregue o mais rapidamente possível, não só, nos últimos anos – 2013, 2014 e este ano –, por estiagem na região, mas também pela perspectiva dos próximos anos de que, ao permanecer o comportamento, teremos sérias dificuldades de abastecimento de água na Região Nordeste, muito mais grave do que qualquer outra situação porque a precipitação das chuvas nos reservatórios de todos os Estados do Nordeste foi muito menor e reduziu significativamente nos últimos quatro anos, colocando em risco o abastecimento de água na Região Nordeste.

Pode passar.

Este é o comportamento de mobilização de trabalhadores. Estamos vivendo ali com 9.300 trabalhadores na obra. É sinal de que a obra vai continuar com ritmo razoável, com uma expectativa de término ao final do ano que vem ou início de 2017. É uma obra muito grande. Temos uma expectativa de, nesse período, entregarmos a obra até o seu final lá.

E ali os equipamentos.

Pode passar, por favor.

Aí é só uma simulação da nossa ideia de, no final do ano que vem, entregarmos o Eixo Norte.

Pode passar.

São fotos da obra, daquilo que está concluído na estação. São várias estações de bombeamento. Esta é a primeira. Estaremos finalizando, até o próximo mês, as obras de energia elétrica, para que possamos ligar essas bombas.

Vocês podem ver que há dois tubos que saem da estação e vão para aquele vertedouro, que vai caminhar no canal da transposição. As bombas já estão colocadas. Estaremos finalizando no mês que vem ou no início de julho a construção da energia para que a bomba possa ser ligada e a água possa começar a correr na transposição.

Pode passar.

Aí são fotos, exemplos.

Pode passar.

É grande, significativo.

Pode passar.

Aí é o canal já construído. Uma parte do canal construído. Ali passa uma rodovia em cima. Então, você faz essa passagem.

Pode passar.

Aí são reservatórios já concluídos também.

Pode passar, por favor.

Aí são os aquedutos já construídos.

Pode passar.

Essa é uma foto diferente do aqueduto. Esse é o tamanho do aqueduto. Essa é só uma primeira etapa. É claro que essa obra poderá ter uma segunda etapa.

Eu queria só esclarecer que hoje a outorga para o abastecimento e levar a água está hoje em 26 metros cúbicos por segundo para os dois eixos.

Hoje, a Barragem de Sobradinho libera mil metros cúbicos por segundo. As captações são abaixo da Barragem de Sobradinho. E haverá uma tendência – já estamos com aprovação – a uma redução da vazão da Barragem de Sobradinho para 900 metros cúbicos. Então, estamos falando de 900 metros metros cúbicos e uma contribuição, neste momento, à transposição de 26 metros cúbicos para os dois eixos.

O importante é que temos que ter a água e temos que ter a água para fazer correr nos 26 metros cúbicos para esses dois eixos.

Por favor, pode passar.

Aí são só fotos, Presidente.

Então, eu queria deixar a apresentação. Acho que daqui para a frente temos só o próximo eixo.

Pode passar as fotos um pouco mais rapidamente, por favor.

Aí são outras estações de bombeamento que estão em construção.

Pode seguir, por favor.

Aí é a visão da estação de bombeamento. Vocês veem que a escavação em rocha é feita para que possam ser construídas as elevatórias.

Pode passar.

Pode passar.

Esse é o trabalho noturno de colocação da manta de proteção do canal.

Pode passar, por favor.

Aí são túneis. Há um túnel mais à frente que eu gostaria de mostrar aos senhores para termos uma ideia. No Brasil, não há um túnel dessa envergadura e dessa quilometragem.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

Esse túnel tem 15km de extensão. As suas escavações já estão prontas. Acho que essa é uma obra em que mostramos a noção da transposição com 15km de extensão.

Presidente, agradeço a oportunidade de falar com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Ministro Gilberto Occhi.

Antes de passar a palavra para o nosso último palestrante, Dr. Vicente, o nosso Presidente, Senador Otto Alencar, gostaria de fazer um breve comentário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Só para ilustrar.

O Rio São Francisco é um rio que tem uma peculiaridade completamente diferente dos outros rios. Depois que ele chega à Bahia, ele tem uma inclinação, por quilômetro, de 7,6 centímetros, quase um rio parado, com uma inclinação muito pequena.

E depois do Município da Barra do São Francisco, na Bahia, ele percorre 900km sem receber um afluente, um afluente. Depois do Rio Grande, ele vai, Ministro, da Barra até a foz, por 900km, sem receber uma gota d'água de nenhum afluente.

Então, isso precisa ser bem tratado, porque, se não for bem tratado, essa transposição não vai receber água dentro de 10, 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e senhores, boa tarde. Quero cumprimentar todos os Senadores, Senadoras e Deputados aqui presentes na pessoa da Senadora Ana Amélia. Tivemos a oportunidade de fazer uma audiência pública da Comissão de Agricultura, em Petrolina. E eu fiz questão lá de mencionar que, em cinco anos de mandato, foi a primeira vez que nós recebemos um convite para que a ANA estivesse presente no local do problema através de uma Comissão do Senado. Foi uma experiência muito interessante.

Quero cumprimentar também o Senador Fernando Bezerra, nosso amigo; o Senador Otto Alencar, pelo empenho e pela dedicação em favor da luta em prol da revitalização do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vou interromper o Dr. Vicente só para registrar a presença do Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, o ex-Governador e Senador Garibaldi Alves.

O SR. GOULART (PSD - SP) – E ex-Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Bem lembrado, Deputado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. *Fora do microfone.*) – Em matéria de ex, estou bem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Tem a palavra o Dr. Vicente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Cumprimentar o Deputado Federal Sérgio Souza e também os Ministros Gilberto Kassab e Gilberto Occhi. Parabéns pelas exposições.

Eu queria dizer aos senhores que trouxe uma apresentação, que é a apresentação que nós fizemos hoje, como foi dito pelo Ministro Gilberto Occhi, lá na Casa Civil. Posso fazê-la, mas ela vai demandar uns 15, 20 minutos, se vocês entenderem que é necessário.

Mas eu também me preparei para tentar dar uma resposta a algumas indagações que o Senador Fernando Bezerra colocou no início desta reunião, principalmente a respeito daquilo que nós poderemos assumir como alguns aprendizados iniciais em relação a essa severa crise hídrica que o País está atravessando.

Gostaria, se vocês me permitem, de fazer a abordagem mais por esse aprendizado. Mas fico à disposição daquilo que esta Comissão entender mais oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quería convidar o Senador Garibaldi Alves para copresidir comigo esta reunião, por favor.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Vou fazer a exposição e, depois, se for o caso, apresento a situação da crise.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Está bem.

Essa crise tem conotações diferentes. É uma crise que já se estende por quatro anos na região do Semi-árido brasileiro e atinge violentamente a Região Sudeste pelo segundo ano consecutivo, particularmente a Região Metropolitana de São Paulo, o Sistema Cantareira, e também a região do Paraíba do Sul.

Essa crise tem-nos propiciado fazer uma avaliação daquilo em que nós avançamos. E penso que algumas questões já foram apresentadas aqui. E o Brasil avançou muito nessa direção, seja na questão da gestão, seja em obras de infraestrutura. Mas ela também nos possibilita fazer uma avaliação crítica. E é neste sentido que eu gostaria de me manifestar, não no sentido de que foi feito simplesmente, mas de tentar alertar para questões que nos parece necessário sejam adotadas, para que, em períodos futuros, numa situação equivalente a essa, o Brasil, as regiões do Brasil não passem por situações semelhantes.

Eu cito sempre nas minhas apresentações que essa crise tem sido uma oportunidade de aprendizado. E há uma frase, dita por uma senhora, que eu aprendi no Semiárido, de que a primeira coisa que a chuva lava é a memória da seca. Nós não podemos permitir que um eventual retorno, o que todos nós desejamos, rapidamente, a uma situação de normalidade, nos faça esquecer a fragilidade que nós temos hoje em relação aos nossos sistemas de oferta de água para abastecimento e usos múltiplos em nosso País. Nós precisamos manter aceso esse aprendizado, perseverar nele, para que a gente possa superá-lo.

Eu destaquei aqui algumas questões que são relevantes nessa direção do aprendizado. A primeira delas é a mudança dos padrões de consumo da sociedade brasileira.

Nós precisamos encontrar algumas regras, e regras socialmente aceitas, para que nós alteremos alguns padrões em termos de disponibilidade e oferta de água para os diversos consumos, que, na nossa opinião, ainda são bastante elevados mesmo com os esforços que estão sendo feitos por vários Estados e prefeituras. Se nos compararmos com os indicadores de outros países, vamos verificar que outros países podem ter indicadores muito mais elevados que os nossos, mas a grande maioria dos países que passaram por secas e aprenderam com secas, eles passaram a adotar indicadores mais próximos.

Vou citar alguns deles. Se nós pegarmos hoje, com todo esforço que está sendo feito em São Paulo, no Sistema Cantareira – que atendia 9 milhões e pessoas e hoje atende cerca de 5,3 milhões de pessoas, segundo os dados de São Paulo –, e dividirmos essa população pela oferta de água que hoje existe no sistema de produção de água do Sistema Cantareira, nós vamos encontrar um índice de 211 litros por habitante/dia. Isso é muito ou é pouco? Outros países também têm esses indicadores em torno de 200 litros/habitante/dia; Califórnia em torno de 400, agora, na seca, reduziu para cerca de 200, e algumas áreas dos Estados Unidos, inclusive com cerca de 2.000 litros/habitante/dia. Porém, em grande medida, o mundo se adaptou a essa situação.

Entretanto, 200 litros/habitante/dia para uma região que ainda enfrenta uma situação de crise bastante severa nos parece um nível ainda elevado, e nós precisamos encontrar mecanismos, instrumentos econômicos em particular, do nosso ponto de vista, que obriguem a uma maior eficiência por parte das empresas prestadoras de saneamento, para que nos não tenhamos como solução de crise, permanentemente, a busca de novos mananciais, como tem sido feito.

Então, a primeira questão é a mudança dos padrões de consumo e oferta de água no nosso País. Um segundo dado muito relevante é de que, muito embora nós tenhamos uma cultura da abundância da água, e os dados apresentados pelo Ministro Kassab são corretos – o Brasil detém cerca de 12% a 18% das águas doces superficiais do mundo, muito embora nós tenhamos um problema de distribuição, pois mais de 70% dessa água se encontram no Amazonas –, nós temos um baixo nível de água reservado nos reservatórios no Brasil.

O ex-Ministro Francisco Gomide nos presenteou com um estudo, em que, se nós retirarmos a quantidade de água que está nos reservatórios que foram construídos prioritariamente para a geração de energia elétrica, se nós retirarmos essa quantidade de água, o Brasil tem índices muito, muito baixos de água reservados no seu território, muitas vezes semelhante até a países da África, dado o baixíssimo nível de reservação. Então, precisamos estabelecer novas políticas da construção de novos reservatórios e infraestruturas hídricas.

Evidentemente, quando falamos em novos reservatórios, isso pode ter um impacto sobre a sociedade, e realmente, tem – tem impacto ambiental, tem impacto social –, mas, na nossa opinião, nós precisaríamos recolocar na ordem do dia a necessidade de se fazer esse debate. Devemos colocar não só a coluna dos débitos que um reservatório realmente tem por conta dos seus impactos, mas colocar, também, uma coluna dos créditos, porque os reservatórios são, sem dúvida alguma, o melhor mecanismo para você controlar cheias no período de cheias, e para reservar água para os períodos de seca. Hoje, como eu falei, não é um dado percebido pela sociedade: o Brasil tem níveis baixos de reservatório, de água reservada no seu território.

Um terceiro aspecto que eu considero importante é a discussão sobre alguns temas de aprimoramento da legislação e que podem e devem passar prioritariamente por esta Casa. São temas, também, polêmicos, mas que refletem um aprendizado da crise.

O primeiro deles é o chamado duplo domínio das águas superficiais brasileiras. Todos sabem que a Constituição de 1988 definiu que as águas subterrâneas no Brasil são de domínio dos Estados – ou seja, cabe aos Estados regular as águas subterrâneas –, porém as águas superficiais, rios e lagos, são de domínio ora da União, ora dos Estados. Elas são da União quando fazem limites entre Estados ou países ou atravessam Estado e países, e elas são dos Estados quando têm nascente e foz no território do próprio Estado.

Então, um exemplo clássico de rio federal, domínio federal: o Rio São Francisco atravessa sete unidades da Federação, é um rio de domínio da União; a calha é de domínio da União, e não toda a sua bacia. Um exemplo de rio estadual é o Rio Tietê, que tem nascentes no território de São Paulo, foz no Rio Paraná; portanto, é um rio de domínio dos Estados.

Porém, a gente tem percebido que essa disposição colocada na Constituição, que na nossa opinião foi muito acertada do ponto de vista do equilíbrio do Pacto Federativo, em situações de crise – em situações de crise – pode levar e chegou a levar a vias de paralisia do ponto de vista da tomada de decisão.

E eu dou alguns exemplos muito simples. O Sistema Cantareira é basicamente um conjunto de reservatórios em nível representados pela mão. É assim: o primeiro reservatório é o Reservatório do Jaguari; ele é um reservatório federal, que passa água para um segundo reservatório, que é o Reservatório do Jacareí, que é um reservatório estadual, que passa água para um terceiro reservatório, que é o Cachoeira, que é federal, que passa água para um quarto reservatório, que é Atibainha, que é estadual, que passa água para um quinto reservatório, que é um reservatório estadual, que é o Paiva Castro.

Bom, numa situação de conflito, quem decide sobre quais são as medidas que...

O SR. PAULO MALUF (PP - SP. *Fora do microfone.*) – Que passa para a caixa de...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Exatamente. Então, esse conjunto... O senhor acompanhou a construção desses reservatórios. Então essa situação...

O SR. PAULO MALUF (PP - SP) – Perdão, eu não acompanhei; eu inaugurei.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Inaugurou. Desculpe. (*Risos.*)

Então, essa situação se manifesta em diversas outras realidades que levam a uma possibilidade de paralisia na tomada de decisão.

Assim, nós estamos propondo que a discussão sobre a dominialidade, não que se retire dos Estados, porque isso é um ganho. Um país de 8,5 milhões de km² só pode ser administrado, do ponto de vista da água, de maneira descentralizada. A Constituição está correta, mas nós precisamos encontrar um mecanismo de solução, numa eventual situação de conflito, que não seja levar diretamente para o Judiciário.

Aconteceu isso também no caso do Paraíba do Sul, quando aquele reservatório, também chamado Jaguari, mas é outro reservatório, porque aquela região tem três rios chamados Jaguari e dois reservatórios chamados Jaguari. Então, quem não conhece fica... No reservatório Jaguari, gerou-se um conflito entre São Paulo e Rio de Janeiro. E pode levar a conflitos inclusive dentro do próprio Estado, porque, se nós pegarmos o Rio Paraíba do Sul, ele faz uma transposição de água de 130m³/s hoje no Rio Guandu, que é um rio estadual; então, nós temos condições de tratar sobre a questão da calha, mas não temos condições de tratar sobre a calha do Rio Guandu numa situação de crise.

Então, eu queria apontar, muito rapidamente, que a questão da dominialidade precisa de uma nova observação por parte da sociedade e do Congresso, sob o risco de gerar paralisia. Portanto, nesse conflito todo, eu acredito que esse é um tema relevante.

O segundo tema relevante é a discussão sobre os usos múltiplos da água. O Ministro Kassab também apresentou aqui alguns dados. O Brasil hoje é um dos países mais urbanizados do mundo. O Brasil tem cerca de 85% da sua população morando em cidades, e a legislação define que, em situações de crise, o consumo prioritário é o abastecimento público e a dessedentação de animais. Do ponto de vista do conceito, isso está bem definido; mas ele enfrenta problemas numa situação que, na normalidade, possibilita tudo, e depois, numa situação de crise,...

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – ...só possibilita o consumo humano e a dessedentação de animais.

Em primeiro lugar, o consumo humano, definido na lei, hoje não é mais o consumo humano; é o consumo urbano, que é diferente do consumo humano, porque, pendurados na rede de distribuição de água estão todos os consumos comerciais e industriais, que ali acontecem. Então, nós precisamos de uma melhor definição. Mas ela pode gerar, e no nosso País tem gerado um efeito muito negativo, de vilanizar alguns usos.

Assim, numa crise como esta que nós estamos vivendo, costuma-se dizer que o principal vilão da crise muitas vezes é a agricultura; ou então que o principal vilão da crise é o consumo da indústria.

Quando a gente vai adotar números médios e a gente vê que 70% da água consumida são para a agricultura – e esse número está correto: qualquer país de base agrícola tem esse número –, imagina-se que, caso se corte a água em qualquer bacia, caso se corte a agricultura, aparecerão 70% a mais de água para as cidades. Se a gente usar ainda os 12% da indústria, que é também um número médio, cortando-se a indústria, haverá mais 12%. Portanto, o problema da água nas cidades estaria resolvido com 82% de água a mais.

Primeiro, esse dado não é correto, porque depende da realidade de cada bacia, pois nós estamos tratando de números médios. Segundo, se você fizer isso com a agricultura, cortar a agricultura, e cortar a indústria, as pessoas vão ficar em casa tomando banho, porque o impacto econômico será exageradamente grande sobre a sociedade. Então, nós precisamos encontrar um mecanismo de definir passos intermediários, para que, numa situação de crise, não venhamos a vilanizar, como muitas vezes têm acontecido, o uso, por exemplo, na agricultura brasileira, imaginando que cortar a agricultura significará algum tipo de sobrevivência para as cidades. Precisamos de usos sustentáveis para a cidade, mas isso tem de ser feito com o uso sustentável da agricultura, da indústria, da navegação, da energia elétrica e de todos os demais.

Uma última questão é com relação à regulação no Brasil. Aí, é um problema que se dirige mais diretamente aos Estados e à própria Agência Nacional de Águas, porque o processo de regulação de água é relativamente novo. A lei é nova, de 1997; a ANA é de 2000, e vários Estados constituíram a sua legislação após isso.

Mas como é que nós temos regulado, de maneira geral, quando existe regulação? Temos fixado níveis máximos de consumo: o nível máximo, por exemplo, de um reservatório, e o nível mínimo do reservatório. O Cantareira é exatamente isso, senhores e senhoras. Ele tem um máximo, no período de cheia, para controlar a cheia, e, depois, ele tinha, até 2004, porque hoje não tem mais regra nenhuma, o nível mínimo de segurança, com 5% do reservatório. No meio desses intervalos, é possível operar com algumas regras, mas sob o controle do operador.

O que acabou acontecendo?

Acabou acontecendo que a operação anterior, feita nesses intervalos, em nossa opinião, comprometeu significativamente a quantidade de água que se disponibilizou no momento em que a crise se instalou. Todos os países do mundo mais modernos... Nós tivemos um evento em São Paulo, internacional, coordenado pelo Secretário Nacional de Recursos Hídricos, Dr. Ney Maranhão, que aqui está presente, e todos os países têm adotado – nós precisamos fazer isso – os sistemas de alerta. Aí, há uma situação de normalidade, mas, depois, há os vários níveis de alerta que ali acontecem.

No caso do Cantareira, a não existência de regras intermediárias fez com que todo o processo de gestão, ao longo de 2014, fosse um processo discricionário em relação à tomada de decisão. Ninguém descumpriu regra, mas havia uma posição da nossa parte de que deveria ser preservada a segurança hídrica do reservatório, ou seja, guardar mais água no reservatório, e, portanto, menos água para a população. E havia uma posição do Governo do Estado, de oferecer mais água para a população, com isso sacrificando a segurança do reservatório.

Pois bem, além de não dar visibilidade para a sociedade, se não há regra, como aconteceu nesta Casa – permitam-me dizer, porque aqui é a Casa da política –, se não há essa regra num processo político, partidária-se, politiza-se um processo de discussão que, na verdade, precisa ser de natureza absolutamente técnica, sendo informado de maneira precedente para a sociedade.

Os reservatórios do Paraíba do Sul passaram pelo mesmo efeito, não por conta do abastecimento, porque lá a proporção do abastecimento é menor, mas, se nós pegarmos o gráfico da operação do setor elétrico na bacia do Paraíba do Sul, vamos verificar que houve uma utilização intensa de água no ano de 2014, quando, se fixássemos regras mais claras, poderíamos guardar mais água nos reservatórios.

No São Francisco, Srs. Senadores, Senador Otto Alencar, que já não está mais conosco, aconteceu exatamente a mesma coisa.

Então, nós precisamos aprimorar o processo de regulação no sentido de garantir os usos múltiplos e, volto a dizer, não vilanizar nenhum uso. Neste caso, não tratar como vilão o uso da energia hidroelétrica, porque o Brasil depende fundamentalmente da hidroeletricidade, que tem um papel relevante sobre todos os aspectos, inclusive sobre as questões climáticas.

Porém, nós não podemos permitir que essa operação seja a operação de máxima conveniência do operador em detrimento dos usos múltiplos, em particular, do consumo.

Então, muito rapidamente, essas são questões que nós queremos trazer em todos os fóruns, porque precisam de um novo ordenamento, com maior ou menor intensidade, como, por exemplo, a questão da dupla dominialidade, de tal maneira que, na ocorrência de eventos semelhantes a este no futuro, se essas regras forem adotadas de maneira preventiva, nós não tenhamos de submeter nossa população e o processo produtivo a impactos tão severos como este que estamos vivendo no período de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Vicente.

Vou iniciar agora a fase de indagações. Já temos aqui a inscrição de seis Srs. Parlamentares, e, em havendo novas solicitações de inscrição, eu vou continuar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu peço pela ordem, apenas, porque serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A minha condição aqui, ouvindo as dissertações brilhantes dos ministros, do Ministro Occhi, do Ministro Kassab e especialmente do Dr. Vicente, que cuida de água – a ANA cuida de água –, e não pela referência que ele fez à nossa audiência pública lá em Petrolina e Juazeiro, que foi bastante rica, como Senadora do Rio Grande, quero dizer que tratar de escassez de água, com tantas lagoas, com tantos rios... Nós queremos é botar eclusas para usar os rios para o transporte, o múltiplo uso da água aqui tão bem referido.

Mas estou aqui na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e a convite do Ministro Gilberto Occhi, para dizer que fico muito tranquila, como Presidente da Comissão de Agricultura, quando o Dr. Vicente Andreu diz que não podemos, eu diria – entre aspas – “criminalizar” o setor elétrico pelo uso exclusivo ou dominante da água e tampouco a indústria ou a agricultura de modo especial. Também não pode ser um discurso ideológico, nem tratado esse tema do ponto de vista ideológico. É uma questão técnica, que tem de ser vista pela racionalidade.

Foi o que vimos lá em Petrolina no uso da irrigação da fruticultura do Semiárido nordestino. As soluções encontradas foram absolutamente racionais, adequadas, tendo em vista o impacto social que o Senador Fernando Bezerra, por conhecer a região, por ter sido Ministro da Integração Nacional e por ter avaliado o impacto econômico e social da irrigação da fruticultura na região...

Então, como Presidente da Comissão de Agricultura, só aprendi. Agradeço aos Ministros, aos Deputados, ao Deputado Sergio Souza, que é o Relator da comissão de águas, do controle de águas, e pela presença dos dois ministros, com quem aprendemos aqui, e especialmente do Dr. Vicente Andreu.

Cumprimento nossos colegas Fernando Bezerra e Otto Alencar pela iniciativa, porque sempre é muito útil. Estou na Comissão de Agricultura à disposição desse debate, porque a agricultura é demandante, é consumidora de água e tem que trabalhar dentro deste critério, de uma regulação que venha não a punir, mas venha didaticamente orientar os usuários da água, para que a gente tenha um futuro garantido de abastecimento.

Parabéns ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Otto Alencar pela iniciativa.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Só um instante, Deputado Sarney Filho.

Apenas para informar que a Senadora Ana Amélia não quebrou nenhum protocolo. Ela falou na condição de Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal. Eu tinha oferecido, inicialmente, a palavra ao Senador Garibaldi Alves, mas ele declinou, e a Senadora Ana Amélia, então, solicitou para usar na condição de Presidente da Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu pediria a compreensão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Peço desculpas ao Deputado Sarney Filho se foi essa...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA. *Fora do microfone.*) – Eu? De maneira nenhum. Eu não falei nada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, não, não.

Eu pediria a compreensão para dizer que quem vai falar na sequência, a não ser que seja uma questão de ordem, é o Relator da Comissão, Deputado Sergio Souza; na sequência, o Deputado Paulo Maluf; posteriormente, o Senador Hélio José, o Deputado Leônidas Cristino, e, aí, terei muita alegria em oferecer a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, que é o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Evidentemente, não tenho nada contra a Senadora. Não ia falar nem seu nome. Foi o Presidente ali que, em uma reação já antecipada, quis... Com a inteligência que ele tem, sabia certamente que eu iria querer me antecipar.

Presidente, hoje é um dia difícil na Câmara. Nós estamos votando a MP 664. Eu sou Líder do Partido Verde, e nós temos reunião de Bancada agora, infelizmente. Eu até sugeriria, Presidente, que nossas próximas reuniões fossem às quintas-feiras de manhã. Acho que a gente teria mais tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está justificada sua intervenção...

Deputado Sarney Filho, com a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Mas eu gostaria, antes de me retirar, primeiro, de congratular-me com V. Exª pela convocação, pelo convite aos ministros, pelo convite ao Presidente da ANA. Ainda na semana passada, estivemos com o Presidente da ANA em uma audiência pública na Câmara. O Presidente da ANA é *habitué* de nossas audiências públicas e é uma pessoa por quem temos maior estima e o maior respeito.

Sr. Presidente, eu queria deixar aqui colocado... Eu não vou ficar para as respostas, mas como está sendo gravado, sairá na internet, eu poderei ter acesso mais tarde.

Nós estamos vivendo uma crise de água. Não vou... O Rio São Francisco hoje, em algumas regiões, você já atravessa a pé com água na canela. A nascente do Rio São Francisco secou no começo deste ano. Nós estamos vivendo uma crise que tem diversos fatores. O primeiro, segundo eu entendo, é a mudança climática. Mudou completamente... Hoje, os eventos climáticos se dão de maneira diferenciada: as secas são mais prolongadas em locais onde antes não existia, e as chuvas são mais intensas em curtos períodos. Também, não podemos desconhecer que a crise do Sudeste, por exemplo, tem também um forte componente do desmatamento de nossos biomas.

A Mata Atlântica, hoje, tem menos de 7% em pé. E a Mata Atlântica é que gera a água para a Região Sudeste. As bacias hidrográficas que servem para as barragens, para a água consumida no Estado de São Paulo, são as bacias mais desprotegidas.

Então, o primeiro ponto que eu queria levantar é justamente isto: há maneiras – e o próprio Código Florestal abriu uma exceção –, em caso de crises hídricas, os governadores podem recompor a área de metragem das áreas de preservação permanente. A crise iria existir, porque é das mudanças globais, mas com muito menor impacto se nós não tivéssemos desmatado as matas ciliares, se não tivéssemos desmatado as nascentes, principalmente na região da Cantareira, na região das bacias que servem para o consumo da água.

Outra coisa importante, Presidente, é dizer que isso, hoje, já não é somente uma garantia, mas uma adaptação às mudanças climáticas, porque elas vieram para ficar.

Evidentemente, o terceiro ponto é o da visão administrativa. Nós demos ênfase às questões climáticas e ambientais: o desmatamento desenfreado, irresponsável, feito nas nascentes e nas matas ciliares; temos as mudanças climáticas oriundas da Revolução Industrial, mas temos, também, a falta de visão dos governantes que não se prepararam para isso, não acreditaram que isso pudesse ocorrer.

O próprio Presidente da ANA participou de uma audiência pública no passado, e nós já sabemos, Presidente – e isso é importante –, que, hoje, pela curva, por todas as análises feitas, o máximo que pode acontecer na Região Sudeste é repetir o ano passado. Isso é muito grave! Nós temos, inclusive, requerimentos à Presidente Dilma de que ela deveria criar, junto ao seu gabinete, um gabinete de urgência, de emergência, um gabinete de crise hídrica, porque é aquilo que foi muito bem falado: a primeira chuva lava da memória, inclusive, a memória da seca. Mas essa seca... Agora, está chovendo, e está todo o mundo um pouco relaxado, mas essa chuva não foi suficiente para alcançar os níveis de tranquilidade.

Então, essas questões eu queria deixar levantadas aqui, porque esta é a Comissão de Mudanças Climáticas: adaptação às mudanças climáticas, rever as áreas de preservação permanente das nascentes. Foi-se o tempo em que as civilizações precisavam da beira do rio para crescer. Hoje, as beiras dos rios precisam de árvores; não precisam de gente, não precisam de irrigação, embora nada contra a irrigação, apesar de ela consumir 75% das águas que estão sendo consumidas. A irrigação hoje é, realmente... Mas nada de penalizar... Nós temos múltiplo uso... Fortalecer os comitês de bacia.

É isso, Presidente, que gostaria de deixar para a discussão futura.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Tendo em vista a sessão da Câmara dos Deputados, que o Deputado Sarney Filho lembrou bem – esta é uma comissão mista, com a presença dos Srs. Parlamentares –, eu pediria aos Srs. Parlamentares que vão usar da palavra que sejam breves, não ultrapassando o tempo de três a cinco minutos para as suas intervenções, para que pudéssemos fazer isso em um só bloco. Os ministros poderiam responder em bloco, já apresentando

as suas despedidas, tendo em vista também os compromissos já assumidos. Eles me pediram que tentássemos concluir esta audiência pública antes das 17h.

Ofereço a palavra ao Deputado Sergio Souza, Relator da nossa Comissão.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Maria do Carmo Alves, Senadora Ana Amélia – em nome delas, eu cumprimento todas as mulheres aqui presentes –, Ministro Gilberto Kassab, Ministro Gilberto Occhi, amigo Vicente Andreu. Convivemos muito aqui no Senado quando presidi, Senadora Ana Amélia, a Subcomissão da Água e também fui Presidente desta Comissão de Mudanças Climáticas.

Ministros, meu caro Diretor Vicente Andreu, nós procuramos aqui na Comissão, quando da sua instalação, elaborar um plano de trabalho que aproxime o Congresso Nacional das causas da sociedade. Eu acho que o Congresso Nacional nunca se sentiu, de certa forma, tão independente. Isso é positivo. E ele está sensível às causas da sociedade.

Estamos discutindo, há uma década, pelo menos, no Congresso Nacional, a questão das mudanças climáticas, Senador Flexa, mas muito na teoria e pouco na prática. É lógico que o Brasil tem feito o seu papel. O Brasil é protagonista, tem-se colocado como um grande líder diplomático nos eventos das COPs, nos eventos dos fóruns mundiais da água, como ocorreu neste ano e também há três anos, em Marselha – e será em Brasília, em 2018, acho. E não há nada mais importante, do ponto de vista de análise do clima e dos seus efeitos de mudanças climáticas, do que ver a consequência disso na sociedade.

Nós vivemos isso no Brasil, neste momento, em dois pontos específicos: a escassez hídrica, que gera a falta da água na casa do cidadão – há todo um regime de distribuição, todo um planejamento: se haverá hoje, amanhã ou na semana que vem; e vem a discussão dos planejamentos: se estamos atrasados, se fizemos certo, se fizemos errado –, e também a eletricidade, a energia, diretamente ligada à água, à escassez hídrica.

Nós assistimos – e o cidadão está sofrendo essa necessidade, Senador Garibaldi, e está pagando a conta –, neste ano, a uma média de 50% de aumento na conta de luz para todos: para a indústria, para o comércio e, principalmente, para o cidadão. Então, o cidadão está pagando a conta da falta do planejamento e da falta da infraestrutura. E nós procuramos fazer nesta Comissão um plano de trabalho muito vinculado a estas duas causas: a escassez hídrica e a crise energética que vive o País.

Sob a liderança do Senador Fernando Bezerra Coelho, temos promovido audiências públicas para colher informações, para que, ao final deste ano, possamos apresentar um relatório que não seja tão somente um relatório, do ponto de vista da informação formal, que vá para a prateleira dos nobres Parlamentares, que sirva de fonte de estudo para as academias, mas que seja um relatório propositivo, que apresente soluções. Que, durante este período, levantemos aqui as causas, identifiquemos as consequências e venhamos a apresentar as soluções.

Como Relator, vou alongar-me um pouquinho, mas já vou me dirigir aqui, Sr. Presidente, para as perguntas. Eu separei aqui uma pergunta para cada um dos nossos expositores no dia de hoje.

Ministro Kassab, nós sabemos o impacto que têm os grandes centros. Do ponto de vista do aquecimento, porque nós somos um país antropizado, consumimos combustíveis fósseis, cada vez mais as cidades crescem de forma desordenada, e, aí, vem todo um impacto na questão das mudanças climáticas. Mas eu vou me ater a essa questão dos recursos hídricos.

O Governo passa por um momento de ajuste fiscal. O Governo, e nós começamos, disse bem o Deputado Sarney Filho... Vamos votar uma proposta, a Medida Provisória nº 664, que trata, Senador Garibaldi, da questão previdenciária.

Votamos, na semana passada, as questões de seguro-desemprego, abono salarial e vamos votar, na semana que vem, ajuste fiscal, que é aumento de impostos daquilo que foi desonerado nos últimos anos, mais uma situação para que, no passado, talvez, tenha faltado o planejamento. Mas, neste momento de ajuste fiscal, de queda de arrecadação, de queda de PIB, de aumento de inflação, como o Governo Federal pensa em tocar os seus programas de PAC?

Nós sabemos que o PAC Funasa ou PAC Saneamento é um dos maiores investimentos do Governo e que está ligado aos Municípios, que está ligado aos Estados e nós sabemos, também, que está havendo um contingenciamento de PAC, coisa que nós não víamos em anos anteriores.

Então, essa questão de como o Governo vai tratar os investimentos, já que há uma necessidade iminente da sociedade no que diz respeito à questão de recursos hídricos. E o que o Governo tem feito? Aí, eu não sei se é uma competência exclusiva do Ministério das Cidades, também serve para o Dr. Vicente Andreu, com relação ao desperdício da água, porque, da captação até chegar à casa do cidadão, à indústria, ao comércio, há, aí, números que se aproximam de 50% de desperdício. Talvez, nós tenhamos outras soluções.

Ao Ministro Occhi, Sr. Presidente, e aqui faço um cumprimento ao Senador Otto, que fez uma brilhante fala com relação ao São Francisco. Eu sou de um Estado que está recuperando as suas bacias; é um Estado precursor na questão das bacias hidrográficas – conhece bem, o Dr. Vicente Andreu – e tem uma recuperação, um programa maravilhoso na região do Lago de Itaipu, que nós chamamos de Cultivando Água Boa, que recupera nascentes, matas ciliares. A nossa Comissão deve ir lá conhecer e ver o que nós estamos fazendo lá, no Paraná, pensando na questão hídrica, elétrica, mas também na questão de abastecimento, e, aí, vem toda uma produção agrícola.

Mas, por exemplo, a questão, Ministro Occhi, da transposição do Rio São Francisco: quanto que representa no volume essa transposição? É uma curiosidade, é uma pergunta, porque eu conheço um pouco do rio, conheço a foz do Rio São Francisco, e já ouvi de muitos uma preocupação em face da escassez hídrica que a cada ano aumenta. Aqui foi dito por alguns, com relação a rios perenes – acho que V. Exª falou, não, o Senador Otto –, que viraram rios intermitentes, rios intermitentes que viraram hoje caminhos de areia.

Então, isso quer dizer que nós temos um volume menor de água no Rio São Francisco. E, aí, essa situação da recuperação das bacias talvez seja a solução. Mas que impacto terá essa situação da transposição nos demais Estados? É uma pergunta que eu acho que não é só minha; é da sociedade brasileira, principalmente da Região Nordeste, e é importante que a gente faça constar no nosso relatório.

Meu caro amigo Vicente Andreu: 12% da água pluvial, 70% dessa água na Região Amazônica. Sabemos que temos lençóis freáticos maravilhosos, o Aquífero Guarani, que pega praticamente todo o Sudeste, a Região Sul, boa parte; pega quase que a América Latina, pega Paraguai, pega Argentina, acho que pega até um pedacinho do Uruguai. E 70% da água consumida vão para a agricultura. Eu gostaria de saber como é isto, esta questão de 70%. Ele retira dos rios esses 70%? Ou os 70%, às vezes, são captados nos momentos de chuvas? Tem reservatórios? Que solução a ANA apresentaria para nós termos uma gestão da água na agricultura?

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – São essas as três perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado. Eu vou oferecer, agora, a palavra, na sequência, ao Deputado Paulo Maluf.

O SR. PAULO MALUF (PP - SP) – Senhores membros da mesa, ouvi atentamente as exposições do Ministro Gilberto Kassab, do Senador Fernando, do Dr. Vicente e queria dizer que pior – desculpem-me, sou um homem polêmico, porque digo o que penso – do que as mentiras são as meias verdades. Diz-se em São Paulo que há crise hídrica. Mentira! O que existe é falta de planejamento e de investimento.

Em fevereiro de 1982... Dr. Vicente, o senhor não se lembra, mas quem construiu o Sistema Cantareira, inaugurou, foi Paulo Maluf, inclusive as adutoras Guaraú-Mooça, com as três maiores estações de tratamento de São Paulo, que são as três de Guaraú, com 11m³/s cada uma.

Mas, na Grande São Paulo, havia 12,5 milhões de habitantes; hoje, há 21 milhões. Então, passaram-se 30 anos, e o que se fez? Aumentou-se de 63, como eu deixei, para 72, quando a população da Grande São Paulo dobrou. Aumentaram só 20% a adução, quando a população aumentou 100%.

Segundo, é um crime. V. Exªs sabem que, para tratar a água, vai-se captar a 20, 30, 40, 50km, traz-se para as estações de tratamento. As de Guaraú são do tamanho de um campo de futebol. Adiciona-se sulfato de alumínio para flocular, cal para deixá-la alcalina. Demora um dia a um dia e meio para passar para o lado de lá. Decantam-se os flocos, depois é feita a filtragem, depois adicionam cloro, para matar os micróbios e flúor, para dentição. E o que faz a Sabesp? Os otimistas dizem que perde 25% na rede; os pessimistas dizem que são 29%. Dessa forma, dos 72m³ que temos de adução, 18m³ são perdidos por falta de planejamento e de investimento.

Então, dizem: “Vamos resolver o problema, vamos buscar na bacia do São Lourenço”. Isso é importante, Dr. Gilberto Kassab, porque V. Exª já governou a cidade, e, quem sabe um dia, vai governar o Estado. Na bacia do São Lourenço, dá 5m³, mas perdem-se 18m³ na rede.

Terceiro, vai falar aqui o descendente de libanês. Na minha empresa, dou desconto para quem compra muito; quem compra pouco leva sua kombi para buscar duas chapas. Na Sabesp, é o contrário: quem compra muito está penalizado e quem compra pouco tem desconto de 30% mais 20%. Então, o consumidor ou o freguês que antigamente pagava índice 100, ele tem que gastar menos 30% – aí ele pagaria 70 –, tem 20% de desconto, paga 56. É por isso que a Sabesp tecnicamente quebrou. A maior empresa de saneamento básico do Brasil se não aumenta em 22% o custo da água... E o custo da água não aumentou 22%; não houve inflação de 22% em cima da água.

Dizer que falta água em São Paulo é novamente uma meia verdade, que é pior do que a mentira, porque o Estado de São Paulo, na divisa com o Paraná, é toda o Rio Paranapanema, com a série de todas as usinas: Salto Grande, Chavantes, Itaipu, Taquaruçu, Rosana. A divisa com o Mato Grosso é o Rio Paraná, com as usinas de Ilha Solteira, Jupia, Sérgio Motta, depois vai até Itaipu. E a divisa com Minas Gerais é o Rio Grande, com as usinas

da Cemig e a usina de Água Vermelha, que pertence à Sesp. E, no centro de São Paulo, ainda há um bruto rio, que nasce em São Paulo, com as usinas de Lavras, na região paulista, Bariri, Barra Bonita, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava, Três Irmãos e vai até o Rio Paraná. Quer dizer, São Paulo não tem nem mais rio; São Paulo tem mais de vinte lagos dentro do Estado.

Dizer que falta água, não! É só estender o cano e ir buscar.

Foi agora inaugurado no Rio de Janeiro o grande projeto Minas-Rio, da Anglo American, que manda 500km por mineroduto, minério do interior de Minas Gerais para exportação no Rio de Janeiro.

Por que São Paulo não vai captar água mais 30km, 40km ou 50km adiante? Então, é o desperdício que, infelizmente, faz com que a Sabesp perca o seu grau de investimento, que as suas ações tenham deteriorado mais de 50%. E nós continuamos falando em investimento para buscar água! Não, tem que colocar investimento para tapar os canos furados.

A antiga Presidenta da Sabesp, D. Dilma Pena, dizia: "Não, os canos são velhos". Bom, eu não quero entrar no setor político aqui, mas os tucanos estão lá, também, há mais de 30 anos, desde o Montoro. O Montoro ganhou a eleição em 1982; faz 33 anos. Por que não taparam os canos?

Esse é o grande problema, portanto, meu caro Presidente Fernando Bezerra Coelho. Não é falta de água, não é São Pedro; é falta de planejamento e investimento. Em São Paulo, tendo planejamento e investimento, não 42 milhões de habitantes, que temos hoje no Estado, mas nós podemos ter mais de 100 milhões de habitantes e não faltar água.

Eu queria mais uma vez... Um minuto.

V. Exª falou uma coisa muito importante: que não estão sendo construídos reservatórios no País, lagos. Pois bem: isso é um crime, e quem está falando é o Paulo Maluf, da covardia dos nossos governantes, que constroem Santo Antônio, Jirau e Belo Monte sem lago, sem reservatório. Ou seja, essas usinas vão trabalhar quatro meses por ano. Com investimento de R\$50 bilhões, está-se construindo uma Itaipu e meia, que vai funcionar só um terço por ano.

Por quê? "Ah, coitados, tem lá uma taba de índios". Olha, ninguém aqui quer perseguir índio, e está aqui alguém que não tem preconceito, porque eu elegi um carioca para prefeito de São Paulo e um negro para prefeito de São Paulo. Mas o índio, será que ele merece ser mantido nas mesmas condições que Pedro Álvares Cabral os encontrou?

Nos Estados Unidos, é o contrário: é na terra de índio que se podem construir cassinos. Aqui não. Quer-se manter o índio lá, e R\$50 bilhões, que é muito dinheiro de investimento, estão sendo investido sem lago, sem reservatório. Isso é um crime, meu caro Presidente, que vocês têm que debater aqui, e alguém precisa ter coragem para dizer o seguinte: em vez de a gente favorecer 50 índios, vamos guardar os índios em um lugar melhor e favorecer 20 milhões de consumidores que podem não ter energia elétrica amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Paulo Maluf.

Eu informo que temos ainda a inscrição do Senador Hélio José, dos Deputados Júlio César, Leônidas Cristino, do Senador Flexa Ribeiro e estamos encerrando as inscrições. Mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou informar, pedindo a compreensão do Senador Omar Aziz. O Ministro Gilberto Kassab está com compromissos, inclusive, está pedindo para retirar-se antes da fala desses três oradores que já estão previamente inscritos.

Já que V. Exª é Senador pelo PSD, Líder do Estado do Amazonas, eu vou oferecer e quebrar todas as regras aqui, com a compreensão dos demais Parlamentares, para que V. Exª possa saudar o Ministro Kassab, antes de ele fazer as suas despedidas e comentar as indagações que foram dirigidas a ele, até este momento.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Eu fico feliz, Presidente, e agradeço a deferência aos companheiros, Senadores e Deputados que estão aqui, Deputadas, Senadoras.

Cumprimento o Presidente do nosso Partido, o Ministro Gilberto Kassab. Sei da importância da tarefa do Ministro Kassab, não só nessa questão hídrica, mas também em outras questões que os Municípios tanto pedem.

Ontem mesmo, eu o e Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, recebemos a Frente Municipalista, que está vindo aqui para Brasília, com várias demandas e que passa muito por isso.

A inversão no meu Estado é muito grande, em relação a São Paulo, do Deputado Paulo Maluf. Lá, neste momento, Ministro Occhi, como nós tínhamos previsto, há 145 mil pessoas debaixo d'água. Isso eu tinha lhe falado, até pelo conhecimento que tenho. Então, eu sei que o Ministro está atento a essa questão, já esteve lá no nosso Estado, foi muito bem recebido, viu o nosso problema.

Espero, Ministro, que V. Exª possa, novamente, procurar conversar com o Governador do Estado do Amazonas, o Prof. José Melo, para que vejamos isso.

O nosso Presidente Garibaldi Alves, diga-se de passagem, ficou até meia-noite ontem aqui e, às 8h da manhã, hoje, já estava nesta Casa novamente. Há muito mocinho que nem apareceu ainda.

Então, o Senador Garibaldi Alves estava abrindo hoje de manhã uma reunião. Ontem, ficou aqui para votar o Ministro Facchin até meia-noite; e, hoje cedo, estava aqui, firme no seu posto.

Queria cumprimentar o Deputado Sérgio Souza, Relator da matéria, e o Dr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da ANA. Gostaria de dizer ao nosso querido Deputado Paulo Maluf que, como ele sempre diz: "Você anda 2km, em São Paulo, e tem uma obra do Paulo Maluf". É uma verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Não anda, mas anda. *(Risos.)*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Não se pode elogiar.

Mas queria dizer ao Deputado Paulo Maluf que o Amazonas tem 77 etnias diferentes de índios e a maior população indígena do Brasil, com quase 200 mil índios, que estão realmente em situações muito precárias.

Hoje mesmo, farei um pronunciamento da tribuna do Senado, denunciando a Ministra do Meio Ambiente, por não conhecer a nossa região e querer conhecê-la através de mapa, sem ir, *in loco*, ver os problemas.

A Ministra, querendo dar uma resposta à Nação e ao mundo, está, hoje, neste momento, fazendo um estudo, que há Municípios que ficarão 80% como reserva, prejudicando as pessoas que moram e que foram para lá tentar sobreviver. Isso não prejudica só o homem branco, como também o índio. Então, a Ministra, que não conhece a nossa região, manda técnicos fazerem levantamentos sistematicamente no meu Estado.

Então, hoje, vou fazer um pronunciamento. Quero agradecer, Senador Fernando Bezerra, essa deferência e cumprimentar o nosso Ministro Gilberto Kassab, Ministro das Cidades.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Ofereço agora a palavra, para suas despedidas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E continua inscrito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – E faço questão de falar com o meu Ministro, Presidente Nacional do meu Partido, antes de ele se retirar. Queria cumprimentar a todos os presentes.

Ministro Kassab, com relação à sua Pasta, depois faço as perguntas ao Dr. Vicente Andreu e ao Ministro Occhi, seria importante que, nos nossos novos projetos do Minha Casa Minha Vida, garantíssemos a questão da autossuficiência energética e do aproveitamento. Acho que há duas searas importantes na área: a questão dos resíduos sólidos, que podem ser todos incinerados, com geração de energia, que poderia até evitar essa poluição no meio ambiente, coisa e tal; e a questão também de células fotovoltaicas, painéis fotovoltaicos, que poderiam tornar-se autossuficientes e, conseqüentemente, nos ajudar na preservação da água, no acúmulo necessário das águas nas barragens.

Então, gostaria somente de ouvir V. Exª – já conversamos sobre o assunto – se, de fato, nos nossos próximos projetos para o Minha Casa Minha Vida, já vamos estar discutindo essa autossuficiência energética tanto com relação a resíduos sólidos quanto com relação a painéis fotovoltaicos e outras formas de captação de energia elétrica que preservem a água.

Muito obrigado.

Depois que o nosso Ministro sair, eu continuo. Quero dizer que, para mim, é muito confortável estar aqui com o nosso Ministro, porque a minha mão de obra, que sou analista de infraestrutura, é a do Ministério das Cidades, onde temos mais de duzentos analistas de infraestrutura, e do Ministério da Integração Nacional, onde temos 170 analistas de infraestrutura, trabalhando e fazendo esses projetos maravilhosos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a compreensão do Ministro Gilberto Kassab, tendo a informação de que os últimos inscritos – Deputado Leônidas Cristino, Deputado Júlio Cesar e o Senador Flexa Ribeiro – serão muito breves, o Ministro Gilberto Kassab vai permanecer para poder também atender às indagações que, porventura, sejam dirigidas a ele.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Srs. Ministros Gilberto Kassab e Gilberto Occhi, Sr. Presidente da ANA, Sr. Vicente; meu querido Relator, Deputado Sérgio Souza; Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu tive que me ausentar.

Presidente Vicente, eu não assisti à sua palestra, que me enviaram por *e-mail*. Já fiz de tudo para vê-la, mas o sinal aqui está muito fraco, e a palestra não entrou ainda. Eu quero dizer ao senhor que todos os estudos para se tirar água do São Francisco, pelo que eu conheço, estimam cerca de 100m³, inclusive aquele que vai para o Piauí.

A ANA, segundo consta, só autorizou, até agora, ou até seis meses atrás – não sei se autorizou depois – os 26m³ daquele canal inicial. Nós sabemos que os rios do Nordeste diminuem a sua vazão a cada ano que passa. Historicamente, o São Francisco já teve uma vazão acima de 50% da vazão que tem hoje. Foi dito aqui pelo próprio Ministro da Integração que o São Francisco hoje está com a capacidade de apenas 20% da sua capacidade total.

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Com relação à transposição – a obra que traz a maior esperança para o Nordeste e vai beneficiar em torno de, segundo consta, 20 milhões de habitantes ou até mais –, 73.7% da obra já estão implantados. Mas estava no PAC 1, passou para o PAC 2, agora está no PAC 3, e ainda faltam, mais ou menos, 25% para serem concluídos. Já tem 73%, admito que chegue a 75%, e já se passaram oito anos dos PAC 1 e 2, e já estamos no primeiro ano do terceiro quadriênio do PAC 3.

O que eu questiono, Dr. Gilberto Occhi, é que eu fui ver os orçamentos do Ministério, que, a cada ano, diminuem. Veja bem: Integração. Eu quero saber de onde vem esse dinheiro. A Integração, em 2014, para investimento, tinha R\$7,3 bilhões. Teve um crédito adicional de 120, e foi para R\$7,5 bilhões. Mas só foram empenhados R\$5 bilhões e, desses, só foram liberados, dentro do exercício, R\$1,7 bilhão, o que corresponde a 23,7% do Orçamento de investimento do seu ministério.

Com relação à ANA, é pior. O Orçamento de investimentos da ANA é pouco mais de R\$40 milhões, e só foram liberados e pagos, dentro do exercício de 2014, R\$7 milhões, 16%. No Orçamento de 2015, 51. O Orçamento de 2015, sem o contingenciamento, que deve vir na outra semana, do Ministério da Integração Nacional – deixe-me pegá-lo aqui –, é um pouco menor do que o de 2014. *(Pausa.)*

Andei perdendo aqui. *(Pausa.)*

Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu disse ao Ministro, Deputado Júlio Cesar, que nós teríamos breves indagações... Espero não ter frustrado...

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Então, eu quero... Já vou concluir. Já não vou mais perguntar nada. *(Risos.)*

Eu espero, espero o seguinte: como é que se projeta concluir tantas obras com pouco recurso e com tanto contingenciamento, e mesmo com o que empenhado não sendo liberado? Nós temos R\$225 bilhões em recursos da União empenhados, inscritos em restos a pagar, quando a capacidade de investimento do Governo é de apenas R\$75 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Com a palavra o Deputado Leônidas Cristino.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu tenho muitas indagações a fazer ao Occhi e ao Vicente. Só fiz as do nosso Ministro Kassab, porque ele vai ter que se retirar. Então, gostaria que os próximos dois fizessem as perguntas relativas ao Ministério das Cidades, para podermos manter a sequência das questões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu lhe darei a oportunidade para que V. Ex^a complemente suas indagações ao Ministro Occhi e ao Presidente da ANA, Vicente Andreu. Mas, na sequência, Deputado Leônidas Cristino, Senador Flexa Ribeiro e oferecerei a oportunidade a V. Ex^a de complementar suas indagações.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PROS - CE) – Sr. Presidente, na próxima reunião eu vou aprender a pedir pela ordem. Mas eu queria saudar e parabenizar o Ministro Occhi pela excelente explanação, saudar o Ministro Gilberto Kassab e também o Presidente da ANA, o Dr. Vicente.

A cada reunião de que eu participo nesta Comissão eu saio mais preocupado ainda. Depois dessa explanação do Deputado Júlio César, eu me aperreei agora, como se diz lá no Ceará. Porque falta dinheiro, e as necessidades, no nosso caso, a cada dia aumentam mais. E o ser humano se move pela necessidade. Eu digo isso porque lá no Ceará, Deputado Paulo Maluf, por conta da necessidade, em 1993, o governo do Estado construiu um canal de 100km em 100 dias. Por que é que nós cearenses construímos esse canal em 100 dias? Porque havia a necessidade de levar água para a região metropolitana em Fortaleza. E hoje nós estamos, Dr. Vicente,

necessitando da transposição das águas do São Francisco para chegar também até a região metropolitana de Fortaleza, mas, principalmente, para o Cariri oeste, para os Inhamuns, para o sertão de Crateús, para o sertão central e também para a minha região, do Vale do Curiaú e do Vale do Acaraú.

É necessidade, senão vai faltar o produto. E falam aqui que o São Francisco está sendo destruído, ou vai ficar destruído mais ainda por conta da retirada de 26 metros cúbicos de água do Rio São Francisco depois da passagem do reservatório de Sobradinho. Sabe quanto representa isso, Senador Garibaldi? Apenas 0,03% da água que vai adoçar o mar, ou não é verdade?

E aí a pergunta é a seguinte, para ser bem prático: qual é a vazão média dos últimos 10 anos do São Francisco que chega ao reservatório de Sobradinho?

É verdade que essa vazão de Sobradinho é de mil metros cúbicos por segundo? Se é verdade, nós temos que liberar essa vazão para resolver o problema de água, principalmente de três Estados que não têm nenhum rio perene: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Nós não podemos ficar com uma preocupação muito grande com relação à retirada dessa água.

Agora, continuamos nos preocupando na recuperação do Rio São Francisco. Eu era menino e estudava nos livros de História e Geografia que o São Francisco era o rio da integração nacional, e é verdade. Mas para ele ser o rio, literalmente, da integração nacional para o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, essa água tem que chegar lá. E só vai chegar com a transposição das águas do São Francisco. Essa obra era para ter sido concluída em 2010, e passou para 2011, 2012, 2013, 2014. Eu já estava com esperança em 2015, mas depois me disseram que era 2016 e o Ministro, se não me engano, falou que era 2017.

E mais: está faltando dinheiro para a conclusão dessa barragem? Está faltando dinheiro para que as obras do Cinturão das Águas tenham a velocidade necessária lá no Estado do Ceará?

É isso o que nós precisamos saber. Não é razoável, se estiver faltando dinheiro, Deputado Júlio César, que se escolha um dos canais, o norte ou o leste – eu sugiro que seja o norte? Tem que ser prioridade. O Governo tem que priorizar a prioridade da prioridade; é assim. Eu fui Prefeito; eu fui Secretário de Estado; eu fui Ministro. Chega uma hora em que a gente tem que priorizar a prioridade da prioridade.

De maneira que eu queria que o Ministro e o Governo analisassem com todo jeito, com toda tranquilidade, para que a gente possa resolver o problema de água no Estado do Ceará e também, é claro, em todo o Nordeste brasileiro.

Era isso o que eu queria dizer. São essas ponderações e as perguntas para as quais eu queria resposta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Leônidas Cristino.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, nosso Relator, Senador Sérgio Souza, Ministro Kassab, Ministro Occhi, Presidente da Comissão de Infraestrutura Garibaldi Alves, Sr. Vicente Guillo.

Lamentavelmente, Ministro, eu estava no plenário do Senado, inscrito para fazer um pronunciamento importante para o meu Estado, não pude assistir às palestras de V. Ex^a, mas vou pedir as notas taquigráficas para que eu possa me inteirar.

O Brasil tem dois problemas cruciais: a questão da energia e da água. Sem energia, o ser humano sobrevive; sem água, não há como sobreviver. É correto o que o Deputado Paulo Maluf falou, e nós já fizemos audiências públicas para saber qual foi a condição técnica que levou o Governo a adotar as novas barragens que está fazendo para geração a fio d'água. Ninguém responde o porquê disso? Ninguém responde. Nós vamos ser cobrados, Senador Fernando Bezerra, as gerações à frente, um dia vão nos cobrar por não termos feito os lagos, que é uma forma de ter a água no momento em que houvesse redução da chuva, para poder gerar energia. Do jeito que as hidrelétricas estão sendo feitas, não há como ampliar a geração.

Eu também gostaria, Deputado Paulo Maluf, de saber o que levou o Governo a tomar essa decisão? Porque os nossos convidados, em diversas audiências, não nos disseram.

O SR. PAULO MALUF (PP - SP) – Posso fazer um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, desde que o Presidente permita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Peço compreensão no que diz respeito ao tempo das intervenções, porque os Ministros precisam se retirar.

O SR. PAULO MALUF (PP - SP) – Meu caro Senador, V. Ex^a é empresário. Quando V. Ex^a vê que, de R\$50 bilhões, R\$33 estão sendo jogado na lata do lixo, por falta de lago, R\$33 estão sendo jogado no Oceano Atlântico, por falta de lago, aí a gente se pergunta por que o Brasil não cresce? Porque há custos sem benefício.

Não tenho nada contra o índios. Muito pelo contrário. Eu acho que o índio tem que ser aculturado, o índio merece todo o nosso respeito, mas as ONGs americanas, que vêm pregar aqui respeito ao índio, não têm nenhuma autoridade moral, porque nos Estados Unidos não foram os sem-terra, não foram os ruralistas que mataram índios, lá, foi o exército regular norte-americano para conquistar a Califórnia, o Oregon, o Texas, o Arizona, o Novo México e o estado de Washington. Foi o exército regular americano quem matou os índios. Nós temos que tratar bem o índio, mas não dá para deixar de aproveitar a energia elétrica disponível, não construindo os reservatórios, para proteger uma dúzia de taba de índios.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para concluir, quero dizer que o debate da Comissão Mista de Mudanças Climáticas não está tratando de energia, mas só um dado, Senador Fernando Bezerra: a Subcomissão de Meio Ambiente acompanha a implantação de Belo Monte. Os engenheiros, em uma das visitas que a Subcomissão fez lá, disseram que, se arredassem os diques de contenção até o limite da reserva indígena, não atingiria a reserva indígena. Belo Monte poderia gerar mais 4 mil megas de energia, bastava que ampliassem.

Na questão de água, na nossa região, nós não tem problema de água. Temos a maior reserva de água doce do mundo. Temos o maior aquífero, maior do que o Guarani, que é o Tapajós. A dificuldade nossa lá é fazer com que a água tratada chegue aos habitantes. Esse é o problema. O Deputado Paulo Maluf disse da perda de produção de água, em São Paulo, da ordem de vinte e poucos por cento. A média nacional, acho que é em torno de 50%, em média, porque há perdas muito maiores. Então, nós estamos captando a água, tratando a água e, na hora de distribuir, estamos jogando fora, em função do sistema de distribuição.

A pergunta que farei tanto ao Ministro de Integração Nacional como ao Ministro das Cidades é: o que falta ao Brasil é termos um projeto de médio e de longo prazo, independentemente do governo de plantão, e que ele não sofra interferência política, mas que seja implantado, a fim de levar saneamento a todas as cidades. Sempre ouvimos dizer que cada R\$ 1,00 aplicado em saneamento representam R\$ 2,00 economizados em saúde – R\$ 4,00, diz o Ministro da Integração Nacional. É esse programa que nos falta, porque as obras ficam inacabadas.

Lá no nosso Estado e na Região Amazônica, a maioria da população ribeirinha usa água do rio, sem tratamento. E o que é pior, os dejetos são lançados no próprio rio. Na época de cheia, que afeta a periferia das cidades, como disse aqui o Senador Omar Aziz, é pior ainda, porque há acúmulo de pessoas em uma área pequena e os dejetos são em maior quantidade, trazendo problemas e doenças.

O Deputado Júlio Cesar é um estatístico. Todo ano ele me encaminha, de presente, uma edição de dados estatísticos sobre tudo. O livro dele fala sobre tudo, é uma enciclopédia, então ele tem esses números, que não guardamos de cabeça. Mas precisamos ter um plano que tenha começo, meio e fim, e que não seja interrompido, como alguns antes do começo, outros, no meio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vou oferecer a palavra ao Senador Hélio José, para que complemente as indagações, dirigidas, desta feita, ao Ministro Occhi e ao Presidente da Agência Nacional de Águas. Antes, porém, gostaria de dizer que o Senador Garibaldi Alves, que é Presidente da Comissão de Infraestrutura, me pediu para informar à Comissão que o Ministro Gilberto Kassab está atrasado mais de 30 minutos em um compromisso com o Governador do Rio Grande do Norte e toda a Bancada do Estado do Rio Grande do Norte. Inclusive ele está sendo encarregado de sair daqui com o Ministro Gilberto Kassab para o encontro agendado com a Bancada Federal do Rio Grande do Norte.

Portanto, com a palavra, para as suas indagações, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É exatamente com a relevância desse atraso, que não poderia estar acontecendo, que eu fiz a questão de ordem, acho que o Deputado Cristino não entendeu bem, porque, como V. Ex^a havia esclarecido, era para dirigirmos as perguntas ao Ministro Kassab e reservaríamos as outras perguntas para depois. Mas tudo bem, Deputado.

Eu queria dizer o seguinte ao Ministro Kassab, ainda com relação à questão das usinas de incineração e de aproveitamento de lixo, eu estava verificando, com o BNDES e com outros técnicos, que usinas para a geração de um mega, algo assim, que pode consumir de 45 a 50 toneladas de lixo/dia e transformar isso em apenas 10% de resíduo, que possa ser utilizado inclusive como adubo, seriam de grande relevância, já que essa discussão sobre resíduos sólidos também está no Ministério das Cidades, no sentido de que houvesse, no planejamento das cidades em geral, uma forma para melhor cuidar dos resíduos sólidos em nosso País, aproveitando-os em energia elétrica, o que vai poupar nossas águas.

Com relação ao Ministro Occhi, talvez seja importante discutir alguma interface com o próprio Ministério das Cidades, por exemplo, para que cobríssemos todo o canal do São Francisco, nessa transposição, com placas fotovoltaicas. Já fizemos a conta e verificamos que a usina de Furnas tem 1.150MW. Então, se pegássemos

os 7.000Km previstos e cobríssemos de placas, de células fotovoltaicas, além de poupar a água que poderia evaporar, teríamos o aproveitamento de uma usina de Furnas nesse canal, sem perda de água. Seria interessante pensar nisso.

Eu queria saber de V. Ex^a como andam os estudos – eu que sou goiano, de Corumbá de Goiás, e a minha esposa é de Tocantins, às margens do Rio Tocantins –, como anda a possibilidade da interligação Tocantins–São Francisco? Esses estudos pararam ou se continuam acontecendo? Enfim, como está essa previsão? Como o nosso querido Senador Otto Alencar coloca, ou salvamos o São Francisco ou o São Francisco vai secar.

Com relação também à questão da montante de Três Marias, por exemplo, existe uma importante usina hidrelétrica que está projetada, e não foi feita ainda, que é a de Pompéu, que pode ajudar muito na preservação a montante do Rio São Francisco, ajudando a preservar águas, além de gerar duzentos e poucos *megawatts*, vai ser importante na preservação das águas das cheias e no melhor aproveitamento na época de entressafra de água no São Francisco. Nós poderíamos também verificar as prioridades e colocar essa questão como prioritária na discussão do dia a dia.

Com relação ao nosso querido Vicente Andreu, meu amigo – nós juntos fundamos o DNU (Departamento Nacional dos Urbanitários), em Salvador – tempos longínquos –, eu gostaria de saber de V. S^a se há alguma previsão de penalidade, principalmente para as distribuidoras de água, para as empresas de saneamento deste País, pela perda exagerada das nossas águas na distribuição. Por exemplo, a Caesb, em Brasília, tem uma rede totalmente obsoleta, com perda gigante na distribuição. Como está-se verificando, na ANA, o marco regulatório, com relação a essa distribuição, e se há alguma forma de obrigar essas nossas concessionárias e distribuidoras de água, no Brasil, a melhor preservarem essa questão da distribuição de água e não haver tanta perda, como temos hoje?

Vou parar por aqui, até em respeito ao nosso Ministro Kassab, aos nossos palestrantes, e ao nosso querido Presidente da Comissão de Infraestrutura, da qual tenho a honra de ser membro.

Eu, como Presidente da Frente Mista Parlamentar de Infraestrutura, deixei hoje de fazer uma reunião em que discutiríamos um ciclo de debates para os grandes temas da infraestrutura nacional, exatamente para estar aqui prestigiando essa importante audiência pública. E vamos fazer novamente essa reunião e um ciclo de debates, para os quais V. Ex^{as} serão convidados a nos ajudar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Hélio José, pelas suas contribuições. V. Ex^a tem sido um Parlamentar assíduo nesta nossa Comissão, contribuindo para os nossos trabalhos.

Passo, agora, para a fase final desta audiência pública, oferecendo a oportunidade para que os nossos convidados – O Ministro Occhi, o Ministro Gilberto Kassab e o Dr. Vicente Andreu – possam fazer as suas considerações finais e comentários sobre as diversas indagações e colocações que foram feitas pelos Srs. Parlamentares.

Mas eu queria também manifestar a minha alegria por termos alcançado aqui o objetivo da audiência. Aqui, nós recebemos importantes contribuições pelas colocações trazidas pelos Srs. Ministros de Estado, pelo Sr. Vicente Andreu, da necessidade de termos aqui instrumentos de planejamento, de melhoria das estruturas administrativas do Governo Federal, da clareza da definição das competências entre as diversas entidades responsáveis para vencer o desafio da oferta de água e, sobretudo, da necessidade urgente de termos instrumentos de planejamento de médio e de longo prazo.

Portanto, quero agradecer a todos os Srs. Parlamentares que prestigiaram essa audiência pública.

Agora, ofereço a palavra ao Ministro Gilberto Kassab.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Quero registrar a imensa satisfação de participar da fase final dessa audiência pública. Vou ser bastante breve.

Em primeiro lugar, dirijo-me ao nosso querido Relator, Deputado Sérgio Souza. Todos, em especial, esta Casa, este Congresso, sabem que o Brasil vive um momento de realizar os seus ajustes na economia. Estamos na fase de o Congresso se manifestar com os seus aperfeiçoamentos, com as suas votações.

Porém, no nosso Ministério – e é evidente que ele deverá estar ajustado ao que for aprovado pelo Congresso –, mas os impactos serão bem mais suaves, porque nós tratamos, no Ministério das Cidades, de grandes investimentos, cuja execução se prolonga por muitos anos; e não será uma fase de ajuste de seis meses ou de um ano que impedirá a realização de um projeto, a execução de um programa, a execução de uma obra.

Portanto, teremos impactos, sim, mas não teremos cortes de programas, de obras; haverá – sempre uso o termo – um deslizamento no cronograma, mas não teremos cortes no nosso Ministério. Todos os programas serão preservados, em especial a prioridade das prioridades deste Governo no campo da habitação, o Programa Minha Casa Minha Vida; e, principalmente – o que é o tema desta reunião –, os projetos vinculados ao saneamento, que estarão todos eles preservados.

Quanto ao Deputado Paulo Maluf, agradeço por suas considerações. É evidente que, se tivéssemos tido, ao longo das últimas décadas, a oportunidade de ter mais investimentos, nós não estaríamos vivendo essa crise na dimensão que estamos vivendo. Está chovendo menos? Está chovendo menos, mas os investimentos justamente existem para que possamos conviver com essas fases de diminuição dos índices hidrológicos.

Quanto ao Senador Hélio, como nós já conversamos bastante, posso tranquilizar V. Ex^a em relação à questão da autossuficiência energética. É um objetivo a ser perseguido em qualquer programa do Poder Público. E, quanto às usinas, estas também estão sendo incorporadas às nossas discussões.

O Senador Omar Aziz fez as suas considerações aqui em relação à diferença que existe no Brasil, um país continental, um país que tem o Estado do Amazonas, o Estado do Pará, com abundância de água e, hoje, vê os Estados do Nordeste continuando a ter problemas muito sérios, bem como o Estado de São Paulo e toda a Região Sudeste passando a contar com dificuldades que não tinham em outros momentos.

Enfim, eram essas as considerações.

Cumprimento o Deputado Júlio por seu permanente conhecimento, em especial dos números da nossa economia; faço uma saudação a todos os presentes, pedindo desculpas por ter de me ausentar, mas o Professor Paulo Ferreira, Secretário Nacional de Saneamento, pode ficar aqui ainda, até a finalização dos trabalhos, respondendo a qualquer indagação, a qualquer curiosidade em relação às questões de saneamento na nossa pasta, no nosso Ministério.

Ao me despedir de todos, despeço-me da Senadora Maria do Carmo, que está aqui presente; e, ao cumprimentá-la, espero que todos se sintam cumprimentados, saudados e, da minha parte, agradecidos pela presença.

Muito obrigado, Senador Garibaldi, uma referência para todos nós; Senador Fernando Bezerra, Deputado Sérgio. Agradeço e cumprimento o Ministro Fernando Occhi e o querido Vicente Guillo pela parceria nesta audiência pública tão importante para as questões de saneamento e de água em nosso País.

Obrigado a todos.

Quero dizer que continuo sempre à disposição desta Comissão e do Senado. Já estive aqui, desde que assumi, por cinco vezes, e estarei aqui tantas quantas vezes for convidado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ofereço a palavra ao Ministro Gilberto Occhi. *(Pausa.)*

O SR. GILBERTO OCCHI – Presidente, eu serei breve. Respondendo aqui rapidamente e fazendo alguns comentários, porque houve considerações aqui, quero dizer ao nosso Relator e Deputado Sérgio que o volume de água previsto para a transposição do Rio São Francisco, neste momento, está autorizado em 26,4m³/s.

Até contribuindo com uma pergunta do nosso Ministro Leônidas, essa vazão representa, hoje, naquilo que vem sendo feito no Rio São Francisco – porque, hoje, nós temos uma vazão de 1.000m³/s em Sobradinho, com uma tendência de redução para 900m³/s, mantendo essa vazão, não reduzindo para além de 900m³/s, conforme o próprio Presidente da ANA disse aqui – isso representa uma transposição de cerca de 1,5% a 3% daquilo que está indo para o mar. Então, nós estamos tratando deste momento.

É claro que, no ápice das execuções de todas as obras da transposição e as suas acessórias, há uma condicionante de que, ao verter a água no Sobradinho, há a possibilidade de se autorizar o aumento até um volume de 120m³/s.

Então, se nós olharmos que, hoje, numa média, a reservação em Sobradinho está em 20% e está vertendo ou está vazando cerca de 1.000m³/s, para você chegar ali a uma sinalização de verter, isso é insignificante.

Então, o que é importante é que nós estamos retirando uma água que não fará falta ao rio e não fará falta aos demais Estados que são cortados pelo Rio São Francisco.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Ministro, só para uma explicação.

O SR. GILBERTO OCCHI – Pois não.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Esses 1.000m³/s são os que passam pelas máquinas que geram energia ou é fora isto?

O SR. GILBERTO OCCHI – Não; os 1.000m³/s são os que já passam das máquinas.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Não é pelo vertedouro, não.

O SR. GILBERTO OCCHI – Não, não.

Ao nosso Deputado Paulo, que fez alguns comentários sobre planejamento e investimento, em especial sobre São Paulo, eu queria só dizer que, ao olharmos aquele mapa que nós apresentamos, com todas aquelas obras de infraestrutura hídrica na região do Semiárido, principalmente no Nordeste brasileiro, nós estamos falando de um planejamento de governo que começou já há alguns anos, com a participação importante aqui do Ministro Fernando Bezerra, participação esta a que temos dado continuidade. E a nossa expectativa é que, para os próximos anos, nós tenhamos condições de implementar todas essas obras.

Então, a visão do Governo Federal, que iniciou, talvez ainda com outros Ministros, como o Ministro Ciro Gomes, o Ministro Fernando, aqui, o Ministro Teixeira, que esteve lá, e, agora, nesta gestão, tenho certeza, é de pensar num planejamento de futuro – e, também, principalmente, com a demanda sempre oportuna do Senador Otto, quando ele diz da importância da revitalização, não só do Rio São Francisco, mas de toda a composição das contribuições, principalmente. E estávamos falando aqui que, hoje, o Estado de Minas Gerais contribui com cerca de 70% das contribuições para a formação do Rio São Francisco.

Eu tenho certeza de que nós continuaremos a investir, como investimos já, de 2007 até agora, cerca de R\$1,7 bilhão na revitalização, de um orçamento de cerca de R\$2,3 bilhões.

Então, nós estamos trabalhando com esse objetivo.

Por determinação da própria Presidenta Dilma, nós estamos estudando, junto com o Planejamento, um projeto e um programa para anúncio de revitalização para os próximos 10 anos. E a nossa ideia é que nós possamos construir, com a obra já completa também, uma perene, uma permanente revitalização da bacia que compõe o Rio São Francisco.

Então, queria fazer esse comentário sobre aquilo que disse o Deputado Paulo Maluf.

O Senador Hélio perguntou a respeito da energia no canal do São Francisco, da transposição. Estamos trabalhando nesse sentido. Alguns estudos feitos pela Codevasf, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, já trazem algumas informações que eu gostaria de compartilhar aqui. A Codevasf hoje, por determinação legal – existe um decreto – é a operadora federal da transposição e das obras da transposição do Rio São Francisco. Nesse sentido, a Codevasf contratou a Fundação Getúlio Vargas para fazer um estudo das demandas e também eventuais despesas. E temos já alguma sinalização de que a manutenção não só da parte física, mas também o pagamento das despesas de toda a operação do sistema da transposição, demandaria ao Governo Federal algo em torno de R\$350 a R\$400 milhões/ano para fazer essa administração.

Portanto, estamos ampliando esses estudos para que possamos encontrar, junto com Casa Civil, Planejamento, Meio Ambiente, alternativas para efetivamente desonerar um pouco mais, e cada vez mais, o Governo Federal dessa despesa que haverá de ocorrer em torno de toda a obra de transposição.

Essa questão da energia é a mais impactante na transposição, e por isso a despesa é mais cara. E, claro, os estudos nos levam à possibilidade de termos no canal não só as placas para geração de energia como também, quem sabe, nos próprios reservatórios termos alguma placa flutuante que possa ajudar a ter energia e a reduzir a evaporação, já que se trata de uma região, como todos sabemos, de sol escaldante sempre. Estamos trabalhando nisso.

Com relação aos estudos – não vou falar transposição – entre o Tocantins e o São Francisco, eles foram iniciados. Não estão no escopo, nesse momento, de alguma evolução, mas tenho certeza de que teremos que pensar nisso no futuro. Acho que é uma grande visão nacional, como falou aqui o nosso Senador Omar, o fato de que há na Região Norte abundância de água, e essas nossas outras regiões com carência de água. Portanto, temos que trabalhar com a visão não só da energia e ramificações, mas também com uma visão hídrica do Brasil como um todo.

A outra citação do senhor é acerca da barragem de Pompéu. O Meio Ambiente diz que ainda está em estudo, e ela não tem ainda sinalização de construção.

Ao Deputado Leônidas já dei esclarecimento.

O Deputado Júlio Cesar perguntou como é que administramos a questão orçamentária. Eu gostaria de dizer e esclarecer até ao Deputado Leônidas que, nos últimos anos, de 2010 até 2015, pagamos a obra efetivamente da transposição: em 2010, R\$1,34 bilhão; em 2011, R\$636 milhões; em 2012, R\$702 milhões; em 2013, R\$950 milhões; em 2014, R\$1,347 bilhão; em 2015, acumulado até o mês de março – já fechamos o mês de abril, já pagamos o mês de abril –, vamos ultrapassar R\$500 milhões com certeza.

Quero dizer a ambos que essa é uma obra que estamos mantendo com o pagamento prioritariamente em dia. Ela está em dia, não estamos devendo R\$1,00 que seja a qualquer uma das construtoras, e essa é a obra prioritária. Entendemos que a crise que se aproxima na Região Nordeste é uma crise que não permite que haja aqui um contingenciamento. Essa é uma decisão compartilhada com a Presidenta Dilma, e, até o presente momento, todo o recurso necessário ao andamento dessa obra tem sido pago. Para as demais, pagamos as obras todos os meses e estamos administrando, juntamente com as empresas, o cronograma do andamento das suas obras.

É importante que se saiba que não discutimos ainda qual será o orçamento, com a Fazenda, com o Planejamento e com a própria Presidência da República. Faremos isso nos próximos dias, mas tenho absoluta certeza de que a sensibilidade acerca daquilo que estamos conversando com todas as áreas nos levam a crer que o contingenciamento do Ministério da Integração, por conta de toda essa situação, será o menor possível. A partir do momento em que tivermos a confirmação do orçamento destinado ao Ministério da Integração, nosso compromisso é nos reunirmos com governos e empresas para administrarmos a melhor maneira de tocar todas essas obras, que são fundamentais.

Quero dizer a ambos que o nosso planejamento está focado neste sentido: de, primeiro, fazer as águas correrem; segundo, fazer chegar o principal eixo para que haja possibilidade de as outras obras ramificadas estarem presentes. Vamos continuar a investir na revitalização, essa também é uma diretriz importante.

Quero também aqui, para complementar, já que o nosso Senador Omar falou a respeito das cheias no Amazonas, dizer que o Ministério da Integração já reconheceu 21 Municípios do Estado do Amazonas em situação de emergência. Já encaminhamos toda ajuda diretamente aos Municípios. É uma dificuldade entregar ajuda aos Municípios do Amazonas, mas o Ministério da Integração está entregando diretamente lá. Tenho absoluta certeza de que estamos cumprindo uma determinação de governo, que é apoiar na questão da defesa civil e pensar estrategicamente as obras que temos que fazer de maneira estruturante, principalmente. E ainda informar que o Governo Federal apoia no Semiárido aproximadamente sete mil carros-pipas, nessa região, através do Exército brasileiro e que esse investimento, mensalmente, representa R\$70 milhões aos cofres do Governo Federal. Não deixamos de apoiar. Digo ainda que, para a região do Semiárido, o Governo Federal, nos últimos anos, implementou mais de um milhão de cisternas àquelas famílias.

Então, tenho certeza de que, de maneira estruturante, essas ações, mesmo que bem pulverizadas, com um milhão de cisternas, milhares de sistemas, pequenos sistemas de abastecimento de água, é que fazem com que o cenário de anos atrás seja muito melhor do que o que estamos vivendo hoje. Mas a crise não marca dia nem hora para chegar. Estamos trabalhando de maneira a fazer com que obras estruturantes possam ser concluídas para minimizar seus efeitos. Não chega ainda a 20 milhões, mas estamos próximos a 13 milhões, e tenho certeza de que, a cada dia que passa, a ramificação vai chegar a esse número de 20 milhões de pessoas no Nordeste contempladas com a transposição.

Quero aqui, Presidente, agradecer a oportunidade de falar um pouco, aprender um pouco com o senhor, porque a sua experiência, o seu conhecimento, a sua vivência inibem um pouco a nós, que estamos há pouco mais de quatro meses no Ministério. No entanto, com seu apoio, com o apoio da equipe que o senhor deixou lá, com apoio da nossa equipe, que está aqui, vamos continuar o grande trabalho que o senhor fez lá.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PROS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Deputado.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PROS - CE) – Eu fiz uma indagação um pouco difícil, mas eu preciso saber, pelo menos, algum encaminhamento acerca dessa pergunta.

Dizia-se que essa obra da transposição seria concluída agora em 2015. depois, passaram para 2016. Hoje, ouvi de V. Ex^a algo parecido com 2017.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou ajudar o Ministro.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PROS - CE) – Desculpe. E se está faltando dinheiro para dar velocidade, pela importância que tem, o Cinturão das Águas no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Antes de o Ministro dar a resposta à indagação do Deputado Leônidas, vou trazer aqui uma outra informação, só para que os Srs. Parlamentares possam refletir sobre essa indagação oportuna do Deputado Leônidas Cristino.

Há uns 15 dias, eu estava em viagem aos Estados Unidos e fui conhecer a experiência da Califórnia na gestão de recursos hídricos, porque lá eles estão administrando uma crise hídrica também muito crítica, muito aguda. E abrindo o jornal *Los Angeles Times*, me deparei com uma reportagem sobre um projeto de transposição na China, que já se arrasta há mais de dez anos e que ainda não está pronto. Embora os canais principais tenham ficado concluídos, as obras de ramificação ainda não têm previsão de ser concluídas.

Eu falo isso porque a imprensa brasileira, desde a época em que estávamos no Ministério da Integração, imagina – e sei que não é essa a avaliação que V. Ex^a faz, porque V. Ex^a conhece de perto o empreendimento – que essa é uma obra como uma outra obra qualquer. Essa é uma obra muito complicada, do ponto de vista da sua execução, da sua gestão, da sua administração.

E eu queria, antes de dar a palavra ao Ministro Occhi, cumprimentar toda a equipe do Ministério da Integração, que está aqui ao lado dele, que veio prestigiar esta audiência e que tem feito um belíssimo trabalho para que a obra da transposição possa ter alcançado o nível de irreversibilidade que alcançou.

É evidente que o Ministério da Integração Nacional enfrenta dificuldades extras – todos acompanham o noticiário e sabem a que eu me refiro –, mas, ainda assim, é uma obra que se encontra em plena mobilização e que tem, hoje, a perspectiva concreta de ter a sua conclusão.

Também faço coro a sua indagação, Deputado Leônidas Cristino, é que, depois desses eixos principais, o que nós precisamos, Ministro Occhi – e aí o trabalho desta Comissão serve como instrumento de mobilização e de apoio político –, primeiro, na hora dos cortes, dos contingenciamentos, que a obra da transposição e suas obras complementares sejam poupadas, como as obras de oferta de água para resolver o problema de

São Paulo. Nós somos um mesmo país, temos que ter solidariedade federativa. É incompreensível que a obra da transposição e as obras complementares, como o Cinturão das Águas, Ramal de Entremontes, Adutora do Agreste, Vertentes Litorâneas e o Ramal do Apodi, no Rio Grande do Norte, possam ser postergados da prioridade governamental.

Portanto, queria apenas fazer esse breve comentário, porque acho que, em se concluindo em 2016, ou deslizando para 2017, ainda assim, se nós partirmos da data da licitação, vamos chegar à conclusão do empreendimento em 11 anos. Os chineses conseguiram em 10, 12 anos. Os americanos, no Colorado, em mais de 15 anos. Os espanhóis, os russos, em mais de 20.

Portanto, está na hora de fazer uma reflexão sobre a engenharia brasileira, sobre a capacidade de gestão do Brasil, pois, apesar de todos os problemas, vamos chegar ao cabo de um empreendimento que inaugura uma nova visão para lidar com a questão da oferta de água no Semiárido brasileiro.

Ministro Gilberto Occhi.

O SR. GILBERTO OCCHI – O professor falou e o aluno aqui vai concordar com ele. Mas quero dizer, Ministro Leônidas, que, quando nós nos debruçamos sobre essa obra, no início do ano – e já fomos visitar a obra toda e algumas obras que se ramificam –, nós nos planejamos e entendemos que, até o final do ano de 2016, essa obra tem possibilidade de ser entregue. Por isso, estamos trabalhando para final de 2016.

Mas, como bem disse aqui o Presidente Fernando Bezerra, essa é uma obra em que 25%, como disse aqui o Deputado, é uma obra grande, é uma obra complexa, uma obra que tem nove estações elevatórias no seu curso, três no norte e seis no leste. Esses investimentos demandam não apenas a aquisição de equipamentos diferenciados de empresas diferenciadas para construir, mas também de outros investimentos, como energia, que temos que aportar e dependemos também de outras ações que são paralelas.

Acreditamos que temos condições de entregar essa obra no final de 2016. Claro que nós não deixaremos a obra parar. Tenham absoluta certeza de que o nosso trabalho mais prioritário neste momento é fazer com que a água do eixo norte chegue até Jati ou até o próximo reservatório, porque nós sabemos da importância, a Presidenta sabe da importância. Eu posso nem concluir, mas ela tem que chegar, no meio do ano que vem, lá em Jati, porque, senão, faltará água na região metropolitana.

Então, nós temos uma visão bem sistêmica da necessidade da obra e o eixo leste da mesma maneira, porque temos que trazer essa água que vai cair lá na vertente litorânea. Senão, vamos ter problemas na Paraíba também. Nós vamos caminhar os dois trechos na medida da maior velocidade possível, porque sabemos da importância disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Ministro Occhi.

Com a palavra, Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – As questões centrais foram apresentadas e vou percorrer rapidamente alguns pontos. Uma questão bastante levantada foi a preservação das matas ciliares, particularmente pelo Deputado Zequinha Sarney. É muito importante, na nossa opinião, a aprovação de projetos como o pagamento de serviços ambientais, para estimular o proprietário rural a também recompor adequadamente as suas margens ciliares.

O segundo ponto foi com relação às questões do São Francisco, que já foram bastante esclarecidas. Só quero reforçar a posição da Agência Nacional de Águas nesse processo de que a outorga já está autorizada para operação nos 26m³/s e para a totalidade do canal, que é de 127m³/s, somando os dois.

Nós temos que entender...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – A outorga tem. O que tem, e vou mencionar agora, é que, para superar os 26m³/s, como o Ministro Occhi levantou, existe a necessidade da observação de algumas condições no rio para poder retirar uma quantidade maior de água.

Eu só quero fazer a reflexão de que essas condições foram estabelecidas num período em que as chuvas eram relativamente frequentes e que havia uma grande oposição ou uma oposição articulada em relação ao projeto, questão que hoje, do nosso ponto de vista, está totalmente superada e a demanda é pela sua entrega o mais rápido possível, como foi manifestado aqui. E é esse o esforço do Governo Federal.

As condições estabelecidas àquela época, Deputado, são condições que, para funcionar acima dos 26m³/s, vivendo a crise que nós estamos vivenciando hoje, necessitam, na minha opinião, de uma revisita do ponto de vista da sociedade, porque aquilo foi um pacto, na verdade, com todos os atores para se chegar àqueles valores. Se 95% do reservatório de Sobradinho ou Sobradinho estar vertendo, quando hoje ele está com praticamente

20% no final do período chuvoso, são as condições mais adequadas para a operação do reservatório. Mas as condições gerais já foram dadas e a ANA tem uma posição muito favorável e temos uma parceria e cobramos para que essas coisas, e particularmente no campo da gestão, que é a nossa competência, possam acontecer conjuntamente com as obras. Ter a obra e ter todo o processo de gestão, queria manifestar aqui, é a condição.

O SR. GOULART (PSD - SP) – Presidente, só um questionamento.

O senhor falou que depende de algumas condições. Como se faz uma obra de bilhões e bilhões com condição ainda de operacionalização, dependendo de alguma coisa para conceder a outorga definitiva? Parece que essa outorga é provisória. Como faz? O senhor disse “depende”; o senhor usou essa expressão.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Eu disse que depende da hidrologia do rio.

O SR. GOULART (PSD - SP) – Então, dependendo da hidrologia do rio, nós vamos fazer uma obra, dependendo dessa hidrologia?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vou tentar explicar. Peça permissão aqui ao Ministro Occhi.

Na realidade, o projeto da transposição prevê a construção de uma série de barragens, são barragens-mãe, barragens alimentadoras, em Pernambuco, no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte. Então servem como se fossem pulmões de água e têm uma vazão já outorgada garantida. Seja em qualquer regime hidrológico do Rio São Francisco, você pode retirar 26m³/s.

Em períodos de hidrologia mais favorável, existem bombas para bombear, através dos canais, e encher os reservatórios de água, que permitirão, portanto, o uso e o consumo de água maior para a população tanto das áreas urbanas como também para a população das áreas rurais e para uso comercial e industrial.

Então, a água que vai ser despejada na transposição do São Francisco vai ter venda, vai ser comercializada pelas empresas de água de Pernambuco, do Ceará, só para ficar com os exemplos mais próximos, que poderá ser vendida essa água, no caso do Ceará, lá no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, onde existem grandes projetos industriais que precisam de água para poder mover. E, no caso de Pernambuco, a água praticamente vai ser para resolver o problema crítico da região do Agreste pernambucano. São 70 cidades no Agreste de Pernambuco que serão beneficiadas com a obra da transposição. E essa água vai encher as barragens que já existem em Caruaru, em Belo Jardim, em Arcoverde.

Então, durante os períodos de hidrologia favorável, a transposição vai funcionar como se fosse um verdadeiro pulmão de água para encher os reservatórios já existentes; outros foram construídos. Desde 2007, uma série de barragens vêm sendo construídas, através do PAC, para servirem como barragens alimentadoras para esse importante empreendimento.

Não tem nada provisório não, é definitivo. Existirão momentos em que a gente vai poder sacar do Rio 107m³/s de vazão de água do rio.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – A outra questão diz respeito ao orçamento da Agência Nacional de Águas. A Agência Nacional de Águas tem, exceto as despesas de pessoal...

O SR. GOULART (PSD - SP. *Fora do microfone.*) – Investimento.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não, não, eu vou falar isso ao senhor. Ela tem três fontes. Uma, a Fonte 140, na verdade, é uma fonte de arrecadação da cobrança pelo uso da água, R\$60 milhões, em média, ano, que é repassada diretamente aos comitês; zero de contingenciamento. Uma segunda fonte é a Fonte 183, é uma fonte que a ANA recebe, para investimento, que é oriunda de 0,75, que também vem do setor elétrico. Esse valor é da ordem de R\$230 milhões este ano; zero de contingenciamento. Nós temos uma terceira fonte, que cobre também despesas de investimento em parte e custeio, particularmente, que é a chamada Fonte 100, esta, sim, está submetida ao contingenciamento total de R\$40 milhões – o senhor bem apontou. Nessa existem dificuldades de administração, muitas vezes com contrato, mas ela não afeta o total do nosso orçamento. Eu fico à disposição para visitar o seu gabinete, seja para falar sobre o São Francisco ou sobre o nosso orçamento, também para esclarecê-lo.

Houve várias questões que vinculam a questão da água com o saneamento, seja de perdas, seja de tarifas, seja de como regular as distribuidoras de água. Essa é uma questão complexa, porque o Brasil fez uma opção de ter sistemas diferenciados. Então, você tem o sistema de água, que é regulado pela 9.433, e você tem um sistema, um setor de saneamento, que é regulado por uma outra lei.

O sistema de água, na verdade, regula até o ponto da captação de água. Dali, da captação, para a estação de tratamento e para a distribuição, ele entra no sistema de saneamento.

Então, as questões aqui levantadas sobre perdas, com as quais eu também concordo, e sobre os problemas enfrentados com as empresas de saneamento, com as quais também várias delas eu concordo, são mais afetadas ao sistema, ao setor regulado de saneamento, que inclusive tem reguladoras próprias, não é a ANA estaduais ou regionais, como é o caso de São Paulo, que é o que está mais na mídia. Quando se fala muito na Agência Regu-

ladora de Saneamento e Energia (ARSESP). A ARSESP regula saneamento; o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) de São Paulo regula água bruta; e o Daee de São Paulo é o equivalente à ANA no setor federal.

Mas eu penso que da contribuição e da insistência – e essa é uma questão muito presente – nós achamos, quando eu falei da melhoria da regulação no Brasil, que, se nós formos mais exigentes na hora de poder dar condições para retirada de água por parte das operadoras, talvez possamos ajudar as operadoras também a avançar nessa condição, que hoje não é positiva. Então, eu queria dizer o seguinte: muito embora não seja o nosso setor, a regulação da água bruta, se formos mais exigentes – e isso está no nosso horizonte –, pode ajudar, e aqui há várias perguntas dirigidas nessa questão.

Eu só queria ressaltar também que a grande novidade, no Sudeste, em relação a essa crise hídrica, foi e está sendo a discussão sobre o reuso de água. Essa é a grande novidade na discussão.

Com relação às obras, de uma maneira geral, permitam-me dizer, a grande maioria daquelas obras, senão todas, estava projetada há mais de 20 anos e nunca foram executadas. Por quê? Porque nós vínhamos de um período de chuvas razoavelmente regulares. Mas a novidade é a utilização do reuso para a questão industrial, mas até mesmo para retorno aos mananciais.

Por último, só para fazer uma menção, o Deputado Sérgio Souza se referiu à agricultura e perguntou como poderíamos contribuir com as sugestões aos agricultores. Não necessariamente nessa ordem, eu daria três recomendações para essa melhoria. Primeiro, a regularização de todas as outorgas. O setor de agricultura está sendo motivado a regularizar as suas outorgas por conta de estarem vinculadas ao financiamento a regularização da propriedade. Então, para você obter financiamento, tem que ter outorga. Mas ainda uma grande parte da agricultura não é regularizada. Portanto, é um convite à regularização. A segunda é um convite a participar dos comitês de bacia hidrográfica. Os agricultores normalmente têm uma posição de rejeição dos comitês, imaginando que suas teses não serão defendidas. Eu quero dizer que isso tem mudado rapidamente na sociedade, e aqui faço-lhes o convite para que eles integrem os comitês. A terceira, que é mais evidente, é a substituição de tecnologias de irrigação cada vez mais por tecnologias que sejam menos intensivas de parte do uso da água.

Agradeço muitíssimo o convite que me foi feito aqui, na tarde de hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Vicente, Presidente da ANA.

Eu queria, ao encerrar esta reunião, dizer ao Ministro Occhi e ao Dr. Vicente Andreu que um dos instrumentos que nós vamos apoiar, como conclusão aqui do nosso trabalho, é dar luz e apoio para o trabalho do Ministério da Integração Nacional, em parceria com a ANA, no desenvolvimento do Plano Nacional de Segurança Hídrica.

Desejamos, Ministro Occhi, que esse plano possa ser o instrumento de planejamento que falta ao setor de águas no Brasil, para que, na discussão e na implementação do Plano Nacional de Segurança Hídrica, possamos ter o nosso análogo ao Plano Decenal de Investimento do Setor Elétrico. Que possamos ter uma carteira de investimentos hierarquizada, priorizada, para podermos escolher melhor os projetos e nos anteciparmos aos cenários futuros, para podermos priorizar os recursos de forma eficiente, para podermos ofertar água a todos os brasileiros, em todas as regiões do País.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia primeiro de julho do ano de dois mil e quinze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sergio Souza, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores: Fernando Bezerra Coelho, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin e os Deputados Sergio Souza, Leonardo Monteiro e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais Membros. Havendo número regimental, o Deputado Sergio Souza, na Presidência da Comissão, declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos,

passando-se à apreciação da Pauta: **1ª parte – Item 1** - Requerimento nº 04-CMMC-2015 (extra pauta), de autoria do Deputado Sergio Souza, que requer a realização de Audiência Pública, para debater “o papel do setor sucroenergético na redução das emissões de gases e sua importância para a definição de uma matriz energética mais sustentável”, com a participação dos seguintes convidados: Sr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; Dr. Paulo Saldiva, Professor da Faculdade de Medicina da USP e do Sr. Rodrigo Lima, Diretor-Geral da Agroicone. Resultado: Aprovado. **Item 2** – Requerimento nº 05-CMMC-2015 (extra pauta), de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública, a ser realizada no dia 09 de julho de 2015 para debater a “Desertificação”, com a presença das autoridades e especialistas: Sr. Iêdo Bezerra de Sá, Pesquisador da Embrapa Semiárido; Sra. Vanderlise Giongo, Pesquisadora da Embrapa Semiárido; Sr. Antônio Rocha Magalhães, Assessor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Flávio de França Souza, Pesquisador da Embrapa Semiárido e o Superintendente da Embrapa Amazônia Oriental. Resultado: Aprovado. **2ª parte – Item único** - Audiência Pública, para debater “o papel do setor sucroenergético na redução das emissões de gases e sua importância para a definição de uma matriz energética mais sustentável”, com a participação dos seguintes convidados: Sr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; Dr. Paulo Saldiva, Professor da Faculdade de Medicina da USP e do Sr. Rodrigo Lima, Diretor-Geral da Agroicone. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Flexa Ribeiro e o Deputado Sarney Filho. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezessete horas e quarenta minutos, lavrando eu, **José Francisco B. de Carvalho**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Sergio Souza**, Presidência eventual da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há sobre a mesa um requerimento de minha autoria para esta audiência pública, que vou submeter inicialmente à apreciação dos colegas, para que possamos apreciá-lo e para que, após, possamos iniciar a audiência pública. Trata-se de um requerimento extrapauta de autoria do Deputado Sergio Souza.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 4, DE 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater “o papel do setor sucroenergético na redução das emissões de gases e sua importância para a definição de uma matriz energética mais sustentável”, com a participação dos convidados André Meloni Nassar, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); Paulo Hilário Saldiva, Professor da Faculdade de Medicina da USP; e Rodrigo Lima, Diretor-Geral da Agroicone.

Autoria: Deputado Sergio Souza.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já se encontra à Mesa o Dr. Paulo Hilário Saldiva, que é Professor da Faculdade de Medicina da USP, e também o Dr. Rodrigo Lima, que é Diretor-Geral da Agroicone.

Vamos dar início à nossa reunião.

Aguardamos ainda a chegada de André Nassar, que é Secretário do Ministério da Agricultura e que, após a sua chegada, também fará parte da nossa Mesa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar seus comentários e suas perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 612211.

Uma vez aprovado o requerimento, passamos, então, à segunda parte da nossa reunião.

De imediato, vou passar a palavra ao Dr. Paulo Hilário Saldiva, para que possa, no tempo de 15 minutos ou de 20 minutos, fazer sua explanação.

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Dá para falar em 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Em 15 minutos, fará sua explanação.

V. S^a tem a palavra.

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Agradeço muito a oportunidade de estar aqui.

Tenho que prevenir que sou médico praticante e venho falar sobre os eventos climáticos e seu papel sobre a saúde, para termos um elemento adicional para a formulação de políticas públicas.

Pode passar o primeiro eslaide.

A cidade sempre foi um lugar de troca de oportunidades. O que a gente chama de civilização aconteceu nas cidades. Só que as cidades foram crescendo, e essa interatividade entre as pessoas foi desaparecendo. E as cidades passaram a ser um obstáculo entre a nossa casa e o nosso trabalho. Isso tem a ver com a mudança da vocação das cidades, para deixar de produzir bens e chegar a produzir serviços.

Então, as mudanças climáticas já chegaram às cidades em escala regional.

Esse é um mapa termal da cidade de São Paulo, mostrando que a cidade está com febre. Na realidade, ela está hoje desidratada, com febre, com uma série de doenças, inclusive com trombos arteriais por veículos. Há sete graus de diferença entre o centro e a periferia, ou seja, isso é mais do que as projeções para fora. E o que acontece com isso? Vamos ver se dá para ver.

Esse é um estudo nosso que foi publicado no mês passado, numa revista chamada *The Lancet*, que mostra o que acontece em 372 cidades do mundo com diferentes latitudes e longitudes. Vejam bem: aqui está a temperatura, e aqui, no eixo y, está o risco de morrer. Vamos pegar o exemplo de uma cidade como Toronto. Em Toronto, pode haver uma variação de temperatura muito grande, mas o efeito sobre a mortalidade é pequeno. Em cidades mais antigas, como Madri, Roma e Londres, há esse efeito bicaudal. Ou seja, quando a gente sai da nossa zona de conforto térmico, morre-se mais, até 50% mais, e quando se entra uma zona de frio, morre-se mais.

Isso depende de várias coisas. Para morrer de frio em Teresina, você precisa chegar a 22°C e já começa a morrer. Isso significa que nós nos adaptamos. Em Helsinque, essa temperatura é de -18°C. O aquecedor nosso é gordura marrom. É um aquecedor interno que é metabolicamente ativo e que produz calor. Então, a gente se adapta ao frio. Mas, em cidades de mesma latitude, como Toronto e Moscou, por exemplo, existe uma diferença muito grande, porque as cidades têm diferentes níveis de adaptação e de resiliência. E há os sistemas para se controlar isso. Isto é o que já está acontecendo: estamos vendo gente morrer por essa amplitude térmica. Na realidade, não é tanto a temperatura absoluta, mas, principalmente, a variabilidade dela. Criança que ainda não formou o termostato e idoso que quebrou o termostato não conseguem acompanhar essa variabilidade.

Isso também cria problemas climáticos. Há uma zona quente de baixa pressão no meio, quer dizer, quando entra uma frente úmida, essa baixa pressão faz com que ela penetre mais. Chove no centro da cidade, e não nas bordas, e com muita intensidade, onde está impermeabilizado.

Aqui, está o sonho de todo prefeito de São Paulo: levar água e esgoto para a porta da sua casa com inundação. Isso significa que, depois, haverá leptospirose, hepatite B, hepatite C e outras doenças.

Moro no Bixiga, em São Paulo. Essa é uma imagem feita de manhã, quando eu ia para o hospital.

Esse é um pulmão de um paulistano não fumante. Essa fuligem entra, e consigo enxergá-la em todas as pessoas. Todos os habitantes urbanos têm isso. Isso é um achado. É como se fumássemos um pouco. É muito menos do que fumar. Porém, há uma diferença: não há escolha individual sobre isso.

Não é só isso. Há queima de biomassa. Isso se dá no interior da Bahia. Isto aqui se dá no Rio Grande do Norte. É a queima da castanha de caju. Nesses casos, veem-se pulmões com aspecto nitidamente de fumante.

Como isso acontece do ponto de vista do Planeta? Na revista *The Lancet*, saíram as 20 causas maiores de adoecimento. A poluição do ar...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Dr. Paulo, vou só interrompê-lo por um minutinho, para convidar a fazer parte da Mesa o Secretário da Agricultura, André Nassar.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Seja bem-vindo, André!

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Desculpem-me o atraso!

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Vamos lá! Isso foi bom, para sairmos do pulmão, não é?

Quais são as dez maiores causas de óbito no mundo? A poluição do ar dentro de casa e a poluição do ambiente estão entre as 20 maiores causas, ou melhor, na realidade, estão entre as dez maiores causas de óbito. Se analisarmos a agenda de saúde da maior parte dos países, veremos que há programas eficientes para combater todas as outras causas, menos a poluição. Ou seja, a poluição do ar não faz parte da agenda da saúde.

de ainda. No mundo, morrem 7 milhões de pessoas por causa da poluição do ar, mais do que devido à malária e à diarreia somadas.

Então, aparentemente, na saúde, culturalmente, há problemas ambientais por doenças de vetores que são muito importantes. Ou, então, do atendimento médico ou do atendimento à emergência e ao trauma não se ocupa. O Ministério do Meio Ambiente se ocupa do ser que mora nas florestas. Então, não existe uma sociedade protetora do ser humano, e isso precisava ser feito.

Qual é um exemplo disso, um exemplo de intervenção positiva? O Prefeito de Dublin resolveu banir carvão num dia. Qual foi a amplitude térmica? Aqui, é fuligem; aqui, é dióxido de enxofre. Quando ele baniu o carvão, caíram a média e a amplitude. Esta aqui foi a mortalidade, que caiu. Aqui, estão as mortes naturais totais cardiovasculares: um pouco para a causa respiratória e nada para a causa cardiovascular não respiratória. Como se dizia que a mudança da matriz ia causar prejuízo econômico, houve uma chiadeira muito grande, porque o carvão na Irlanda é muito barato. Mas, para cada libra investida, ele ganhou oito em saúde no ano seguinte. Portanto, quem subsidiava uma opção energética equivocada era a saúde, era o sistema de saúde.

Então, o desafio é: como se faz essa análise integrada? Como se transferem recursos ganhos com a redução das internações para o financiamento da melhoria? É esse o grande problema. Isso ocorre não só no setor público. A própria universidade, hoje, manda você focar: foca! E a visão aqui precisa ser um pouco mais geral, um pouco mais integrada.

Esse é um artigo nosso que foi publicado numa revista chamada *Nature* que mostra o mapa da poluição no mundo. É coisa de país do Hemisfério Sul e pobre. E, aqui, no lado direito, está o quanto se publica sobre isso, o que existe de trabalho científico sobre poluição. Onde não há poluição, publica-se muito; onde há poluição, não se publica nada. Portanto, não se criam condições locais para resolver o problema. Quanto à malária, que está caindo no mundo, há trabalhos científicos mais distribuídos. Então, este é outro problema: como é que se forma, como se capacita?

Só para se ter uma ideia, a Capital do Brasil, Brasília, não tem uma rede de monitoramento de poluição estabelecida. Isso, do ponto de vista simbólico, é muito ruim. É o que nós fazemos na USP: nós ensinamos tudo, ensinamos que deve haver energia renovável, que temos de usar transporte coletivo, que temos de reciclar a água, falamos isso na sala de aula, mas não fazemos isso na cidade universitária. Então, isso quebra as nossas pernas, porque não há a liderança pelo exemplo. Até no Hospital das Clínicas, onde trabalho, no *hall*, há uma cafeteria que tem tudo para vender, mas a gente fala para os doentes não comerem nada daquilo. Então, isso é difícil.

Qual é a relação entre aumentar a poluição e morrer? É uma reta. E não há gatilho, não há um nível que se manifesta. A mesma coisa acontece com o cigarro: quantos cigarros se podem fumar para eu garantir para a pessoa que ela não vai ter nada? O Niemeyer podia, com 102 anos, fumar charuto. Mas há gente que, por conviver com fumante, fica com câncer. Portanto, depende muito não só da exposição, mas também do patrimônio genético, do repertório que a pessoa tem para lidar com essa doença.

Isso também é modificado pelo nível socioeconômico. Essa é São Paulo. Esse é o Morumbi visto do alto. É um livro muito bonito de um fotógrafo que alugou um helicóptero e que mostrou claramente que a cidade, na média, está legal. Aqui, você vai ver que, na região mais afluyente, que é Cerqueira César, dez microgramas por metro cúbico daquela fuligem levam a mortalidade de idosos a 2% no dia seguinte. Em São Miguel Paulista, onde se fala “é nós, mano”, de onde sai essa tribo, esse índice aumenta 12%. Ou seja, aqui, estes são indicadores de favelização, de renda e de escolaridade, mostrando que, para morrer, não basta ser idoso, criança, cardiopata ou asmático, mas também pobre.

Por quê? As pessoas que moram mais longe ficam mais tempo no pior cenário, que é o corredor de tráfego, e têm casas mais permeáveis. Então, existe um problema de equidade que precisaria ser resolvido também.

Esse é um estudo interessante, também publicado na *The Lancet*, sobre o que se faz para ter um infarto do miocárdio, além de fumar. Por exemplo, o que cheira cocaína tem um risco de enfartar 25 vezes maior do que aquele que não a cheira. Mas, se se multiplicar isso pela porcentagem da população que cheira, que é muito pequena – é um risco grande, mas para poucas pessoas –, nas portas dos prontos-socorros, menos de 1% dos infartos no mundo são devidos à cocaína.

O que ganha? Tráfego e poluição do ar. Essas são as causas ambientais mais importantes, que aumentam duas vezes e meia... Se você fica preso num congestionamento, aumenta duas vezes e meia o seu risco de enfartar. Se seu risco é zero, duas vezes e meia vezes zero significam nada. Mas, se você já tiver uma coronária pendurada, há um efeito do qual você não consegue escapar. O chato é que você não pode praticar esporte, ficar nervoso ou ficar triste, fazer sexo, beber. Então, você vai morrer de tédio. Para você não sofrer um infarto, a solução é levar uma vida absolutamente *boring*.

Acho que há edição, graças a Deus! Senão, o Senado vai ter problemas com a transmissão disso, não é?

Fiz parte de um grupo...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Estamos ao vivo.

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Ao vivo?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – É.

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Meu prestígio já não é alto na minha faculdade e vai cair mais ainda.

Então, o que está acontecendo aqui é a análise dos riscos de câncer de pulmão, que foi colocada pela Agência Internacional de Câncer. Fiz parte do painel. Éramos 20 cientistas. A poluição do ar pode evidenciar o câncer, como o amianto e o cigarro. Portanto, a cada dez microgramas por metro cúbico de material particulado fino, o seu risco de câncer de pulmão aumenta 10% em relação ao que você tem. Para adenocarcinoma, são 38%. Se você for não fumante, são quase 50%.

Vamos analisar como é a relação de produção de energia e sujeira local. O gás de efeito estufa dura décadas, e os poluentes locais duram pouco tempo. Se eu dividir o quanto de fuligem se produz por unidade de CO₂ equivalente, vou ver isto aqui. Esse é o Índice de Ineficiência Tecnológica. É o quanto de sujeira produz localmente que afeta o meu quintal durante a minha janela de vida por unidade de CO₂ equivalente. Na Europa e nos Estados Unidos, que são grandes emissores de CO₂, esse nível entre partículas ambientais e CO₂ aproxima-se de 1. Na África, isso está em torno de 60, você produz 60 vezes mais poluentes por unidade de energia. Ou seja, existe um fenômeno de ineficiência tecnológica que fragiliza ainda mais essas populações.

Finalmente, para colocar o aspecto geral, antes de chegar ao etanol – estou no final –, quero dizer que esse é um estudo publicado no *The New England Journal of Medicine* por Majid Ezzati, do Imperial College; Arden Pope, da Brigham Young; e Douglas Dockery, da Harvard School Public Health, que mostram a expectativa de vida em função dos níveis médios de partículas finas. Qual o resultado? Isso foi feito em 55 cidades norte-americanas, já ajustado para diabetes, para hipertensão, por faixa etária e por renda. O que acontece é que, independentemente desses fatores, você perde 1,2 ano de vida para cada dez microgramas de material particulado fino. Os Estados Unidos fizeram um padrão aqui, imaginando que aqui não haveria mais nada. Dez anos depois, as cidades limpam o ar, e o *slope* ainda fica. Quando se juntam os dois estudos, vê-se claramente que, quanto menos poluído o ar, mais se vive. Para se ter uma ideia, isso aconteceu em todas as cidades. São Paulo está aqui, Curitiba está aqui. Se eu transformasse São Paulo em Curitiba, eu ganharia três anos e meio de expectativa de vida.

Se você deixar de fumar, você ganha mais ou menos de oito a dez anos. Vamos supor que sejam dez anos. Vinte por cento da população são fumantes, e 20% de dez são dois. Portanto, para o indivíduo, é melhor parar de fumar, mas, para a saúde pública, é melhor combater a poluição. E temos políticas muito fortes contra o tabaco e quase nenhuma contra a poluição.

Então, há alguma coisa errada aqui, afora o fato de que existe toda essa poluição e de que a velocidade média de São Paulo está em 9Km/h. Os Bandeirantes, em lombo de mula, andavam a 16km/h. Então, aconteceu alguma coisa errada, porque se passaram três séculos, e continuamos andando cada vez mais devagar, fora as consequências.

Não vou poder me atentar muito, mas a falta de mobilidade prejudica, inclusive, o desenvolvimento social e econômico das pessoas. Perder cinco horas no trânsito todos os dias são trinta horas por semana, numa semana de cinco dias. São trinta horas que o indivíduo tem a menos para estudar, para cuidar de si, para visitar as pessoas que gosta, e isso é desumano. Vários estudos mostram que, independentemente da renda e da escolaridade dos pais, o que mais dificulta uma criança a ascender socialmente é a sua perda de mobilidade, é o tempo gasto para se locomover.

Saiu no *Lancet Commission* – se alguém quiser entrar na internet procure por *Lancet Commission Climate* – o resultado de vários pesquisadores do mundo, mostrando o que vai acontecer em termos de mudanças climáticas. Ele enfatiza duas coisas: os biocombustíveis e os cobenefícios imediatos. Em outras palavras, só para resumir: o que dizemos para a população é irreal. Você deixa o seu carro em casa, toma banho de canequinha, fica no escuro à noite, não come mais carne vermelha, e daqui a 80 anos caem os níveis de gás de efeito estufa no Planeta Terra, quando já se estiver morto, e o primeiro ser vivo beneficiado é a urso polar.

Não acho que esse é um argumento que atraia multidões, porque quem já faz isso já está convencido. Aqui estou pregando possivelmente para convencidos. Como você faz o indivíduo adotar políticas sustentáveis? Ele tem que enxergar uma vantagem para ele ou para as pessoas que ele ama. Portanto, eu digo que se ele andar de ônibus, em São Paulo, por exemplo – ele vai andar sem perceber quatro quilômetros a cinco quilômetros por dia, entre ir para o ponto e tal –, ele vai perder meio quilo por mês. O risco de doença cardiovascular diminui agora. A saúde mental dele melhora, se o transporte for legal, porque dirigir em São Paulo não é uma experiência de elevação espiritual. É uma coisa que te tira do sério. Se ele comer menos carne vermelha,

20% menos, ele não reduz a emissão de metano no pasto, mas ele vai reduzir em 14% o risco de câncer do trato gastrointestinal.

Portanto, existem cobenefícios imediatos. E quem calculou isso mostrou que, num custo entre US\$30 e US\$40 de CO₂ equivalente *per capita*/ano, o cobenefício imediato de saúde sai, por cima, entre US\$70 e US\$100. Por isso que o tema saúde não entra nas políticas climáticas. Além do fator econômico, não há como justificar 7 milhões de pessoas mortas. Em qualquer política econômica, qualquer benefício, você moralmente não pode colocar isso.

Por isso que a saúde aparece como elemento periférico. Só que agora a Organização Mundial de Saúde a colocou como tema prioritário, tanto que organizam uma sessão paralela na COP. Não há uma mesa de saúde na COP. Quem vai na COP não é Ministro da Saúde. Perguntei para a Presidente do Banco Mundial, Vice-Presidente, que é gestora do Fundo Verde, e ela disse: “Não faz porque os governos não querem”. Não querem porque, se não, você não tem como justificar um adiamento de metas.

Agora, vamos à história do etanol. O etanol emite menos poluição e é mais neutro, do ponto de vista do gás de efeito estufa. Só que precisamos fazer contas. Fizemos três cenários: apenas gasolina; hoje, como está, com 25% de etanol anidro, e quando tinha 30%, em 2009. E fizemos projeções para as cidades de regiões metropolitanas.

O que acontece? Quando um carro começa a andar com etanol, ele reduz em quase duas vezes e meia a emissão de partículas e reduz ozônio. Se você colocar um carro rodando com mais etanol, a concentração média na cidade de São Paulo cairia em 29 microgramas por metro cúbico, e, no cenário atual, ele reduziria em 21%, em relação ao cenário com 30%. Fizemos umas continhas, porque, infelizmente, você pode derivar funções que vêm em concentração em relação à mortalidade e à morbidade, e colocamos um preço nisso. Então, vamos supor, por ano, se você colocasse etanol a 30%, você ia ter uma redução de mortalidade importante e de internações importante. Você evitaria mortes nessas regiões a mais ou menos mil e – eu não estou enxergando de longe. Estou meio ruim mesmo. É a idade. Não há coisa que o tempo não escangalha!

Dá 1.200?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Então, 1.400, *grosso modo*, por ano. É muito mais gente do que dengue no Brasil. Esse é o paradoxo. Eu pouparia internações. Você pode pôr um preço, que está aqui, a economia disso, em milhares de dólares/ano.

Quando se faz uma política de biocombustíveis, ela não é uma política só de energia. Ela é uma política de saúde. Por exemplo, estamos correndo atrás da vacina de dengue. A vacina de dengue, quando implementada, vai ter um efeito, em termos de mortalidade, menor do que aumentar a mistura de biocombustível nas cidades.

É isso o que eu vim trazer. Eu quis olhar sob a perspectiva do ser humano e dizer que isso, talvez, seja uma forma adicional, que deveria, obrigatoriamente, no meu entender – eu tenho um viés de médico –, fazer parte da discussão, quando se vai discutir o que se vai pôr para as pessoas respirarem.

Talvez eu não tenha sido muito claro, mas é assim mesmo. Eu sou assim, meio esquisito mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Muito obrigado, Dr. Paulo Hilário.

Foi bastante claro. Tivemos todos aqui a percepção de que o cuidado com o meio ambiente, principalmente nas cidades, através de combustíveis renováveis, além de ser uma ação de saúde pública, é também uma ação de economia para os recursos dos governos.

Vamos passar de imediato a palavra ao Dr. Rodrigo Lima, que também tem o tempo de 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. RODRIGO LIMA – Obrigado, Deputado Sergio.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO LIMA – É um prazer estar aqui, nesta Comissão de Mudanças Climáticas da Câmara. É superimportante ver a Câmara se engajando cada vez mais nessa temática. A ideia é complementar um pouco a apresentação do Dr. Paulo Saldiva.

Você pode colocar a apresentação?

Nós vivemos, hoje, o momento pré COP21, a conferência das partes da Convenção do Clima.

Ontem, a Presidente Dilma anunciou, junto com o Presidente Obama, algumas ações que o Brasil deverá fazer para combater as mudanças do clima, nunca pensando com enfoque em saúde. Realmente, em relação à mudança do clima nas negociações lá, o tema saúde sempre é periférico. Está na hora de a coisa começar a virar.

A ideia é trazer um cenário que fizemos na Agroicone, visualizando toda a discussão da COP21, os compromissos que o Brasil deverá levar, o que o Brasil pode fazer para reduzir as emissões de gás de efeito estufa

e tentar jogar um pouco de luz sobre essa agenda, que está começando a ganhar muito corpo durante todo o ano, mas, principalmente, a partir de ontem, com o anúncio de algumas ações que o Brasil deverá fazer e o que envolve biocombustíveis.

Este primeiro gráfico é interessante porque ele mostra a evolução do consumo de etanol, e, quando vemos 2008/2009, percebemos o etanol se equiparando a 50% da gasolina, veículos flex crescendo exponencialmente. Era um arranque do setor efetivamente virando o jogo, do ponto de vista de biocombustíveis da nossa matriz de transportes. O subsetor de transportes é, de certa forma, a ferida exposta das emissões de energia, e, infelizmente, essa participação, que chegou a 51%, 54%, está caindo cada vez mais. A gasolina importada cresceu. Agora estabilizou um pouco, e aí começam as perguntas: temos um setor pujante, que produz não só etanol, não só bioeletricidade; tem como cobenefícios redução de emissões de gás efeito estufa, como diminuição de poluição e, por isso, melhoria de qualidade de vida. E de que forma esse setor vai ser contemplado nas políticas estratégicas que se espera que o Brasil formule para atacar uma agenda de mudança do clima.

Em 2010, o Brasil adotou compromissos voluntários de redução de emissões, incluindo o etanol, criou sua Política Nacional de Mudança do Clima, muito focada em redução do desmatamento, que fazia muito sentido na época, e incluiu o etanol, baseado no Plano Decenal de Energia 2020, mas não criou políticas de incentivo ao setor para fazer aquelas metas, aqueles números de consumo de etanol serem alcançados.

Naquele momento, em 2010 – os dados de emissão relativos a 2005 –, foi aprovado, segundo o Inventário Nacional, o uso da terra, e mostrava que era o desmatamento como o maior emissor em CO₂ e equivalente, energia com 16%. Em 2012, a coisa virou, o uso da terra hoje é 15% e a energia 37% e, dentro de energia, a gente tem transportes com 48%. Como que os biocombustíveis entram nessa equação ou está bom do jeito que está? Aparentemente, não está bom do jeito que está.

Em 2015, com a COP21, que deve adotar um novo acordo global para atacar a mudança climática e impor metas obrigatórias para o Brasil – é o que a negociação mostra –, de que forma essas reduções de emissão vão ocorrer e, especialmente no setor de energia, como o Governo brasileiro pretende trabalhar esse setor nesse contexto? Tem que cuidar de floresta, agricultura também.

Como foi anunciado ontem pela Presidente, participação de 28% a 33% de fontes renováveis, considerada eletricidade e biocombustíveis sem geração hidráulica.

Mas eu, até agora, não entendi exatamente essa conta, porque, do jeito que foi colocado, se a gente tirar hidroeletricidade considerando uma matriz energética que, arredondando 45% já é renovável, tirar 14 hidroelétricas?! Já temos 31. Ou seja, é isso mesmo? Qual é o recheio desses números que precisam ser amadurecidos? De que forma o etanol entra ou não? E etanol e bioeletricidade podem e devem ser vistos como tecnologias que promovem redução de emissão custo eficiente. Por que custo eficiente? Porque é uma tecnologia disponível. A gente não precisa inventar roda para começar a produzir uma coisa chamada etanol e bioeletricidade. Já existe isso. A questão é usar mais ou usar menos, dependendo das políticas que estejam em curso.

Então, criamos dois cenários para tentarmos entender qual o potencial do etanol e da bioeletricidade e para reduzir emissões de gases do efeito estufa no Brasil, partindo da premissa que temos o acordo, vamos ter o acordo no final do ano e possivelmente teremos meta. Brasil, Governo brasileiro, como você quer usar o etanol e a bioeletricidade: em maior grau ou em menor grau, ou deixa como está porque está bom? Trabalhamos basicamente com um cenário construído lá na Agroicone junto com a Unica, em que temos uma produção de cana de 630 milhões de toneladas, em 2014, vamos para 731, em 2030, podendo chegar, no cenário de expansão, a um bilhão de toneladas de cana. Uma área colhida que cresce um pouco, mas principalmente aqui embaixo. Consumo de etanol combustível: 24,7. Estamos aqui considerando anidro hidratado, com uma possibilidade muito factível de cair esse consumo em 2030, mas podendo chegar em 2030 a um patamar muito maior, quase 51 bilhões de litros. Esse cenário, que é de expansão e que hoje é bastante ambicioso, está aquém dos cenários governamentais do Plano Nacional de Energia, que prevê metas bem mais ambiciosas.

Dentro desses cenários, aqui são as contas do potencial de mitigação do Brasil, se nada for feito e o setor continuar do jeito que está, a gente chega ao potencial de reduzir 569 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. Se houver marco regulatório, políticas claras que incentivem o setor – e aí eu gostaria de destacar a apresentação do Dr. Paulo – no sentido de como enxergar não biocombustível simplesmente como um setor que pode substituir um pouco a gasolina e promover redução de emissões, mas indo além disso, que é pensando na questão de poluição. Esses sistemas exigem políticas mais holísticas e com uma visão um pouco mais estratégica, e nós estamos falando de cenários de longo prazo. Então, dentro de cenário de expansão, chegando a quase a 51 bilhões de litros de etanol, a gente está falando de redução de emissões de 1,14 bilhão de toneladas de CO₂, entre 2015 e 2030. As emissões brasileiras devem fechar, quando sair o Terceiro Inventário, que já deveria ter saído, na casa de 1,2 bilhão, em 2012. Ou seja, o etanol e a bioeletricidade teriam condições, em 15 anos, de fazer uma compensação da emissão inteira do Brasil. Ou seja, isso tem algum valor do ponto de

vista de mitigação, das estratégias do Brasil na Convenção do Clima? Isso tem benefícios para a poluição, para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, considerando que a matriz de transportes é o cerne da questão?

Aqui é uma forma diferente de ver, é diferente entre os cenários. Só o valor adicional que seria trazido por essa expansão geraria 571 milhões de toneladas de CO₂ de redução de emissões entre 2015 e 2030.

Algumas reflexões. O cenário de expansão mitiga 1,4 bilhão: cerca de seis anos de emissões do setor de transportes, considerados as emissões em 2012. Então, as emissões de transportes, principalmente nas grandes cidades, como destacado pelo Dr. Paulo, são críticas. Não é brincadeira o que isso representa: são 571 milhões de toneladas adicionais. Ou seja, como tornar isso palpável, real no Brasil? É preciso criar políticas e alternativas para abalizar e atrair investimentos e fazer com que o setor efetivamente volte a crescer.

É impensável não trazer à tona a discussão sobre preço de carbono, porque, no final das contas, reduzir emissões exige tecnologia, investimentos e quem conseguir reduzi-las está na frente de quem vai ter que adotar essas tecnologias. A gente está falando de um setor que já tem a tecnologia em casa.

Então, assumindo um preço de carbono de US\$39 por tonelada, em 2015, que pode ir até US\$55, em 2030 – isso aqui é um cenário da Environmental Protection Agency do governo americano. A redução do cenário de expansão geraria um benefício adicional de R\$87,2 bilhões, o que nos leva a um preço de R\$0,60 por litro do etanol, produzido dentro desse período de expansão. Quer dizer, existe um benefício concreto que, se a gente pensar em termos de mercado de carbono, de valor de carbono precificado – e o acordo da COP21 deve dar um norte bastante contundente para isso –, a gente estaria falando de R\$0,60 por litro do etanol como um benefício que não é capturado. Ou seja, o etanol traz o benefício, mas não é capturado do ponto de vista do que está entregando em relação a reduções de emissão. Essas reduções de emissão do etanol e da bioeletricidade poderiam compensar, por exemplo, as emissões dos combustíveis fósseis. Na medida em que o Brasil adote uma meta, vai ter que dividir esse bolo internamente aqui, essa meta vai ter que ser fatiada entre os setores aqui dentro. É óbvio que temos que explorar o pré-sal, mas existem formas de mitigar as emissões do pré-sal? Existem formas de fazer isso. Uma das formas potenciais se chama cana-de-açúcar.

Como criar mecanismos que premiem as energias renováveis, incentivem investimentos em outros setores e promovam o que chamamos de esverdeamento da matriz energética brasileira?

A nossa matriz não pode sujar, tem que limpar cada vez mais. Espero que o Brasil continue emitindo cada vez mais, porque está crescendo, e não porque ele não consegue fazer nada para reduzir suas emissões.

O novo acordo a ser adotado na COP21 exigirá a construção de políticas públicas que permitam ao Brasil reduzir emissões.

A grande pergunta que, de certa forma, é a mensagem que eu gostaria de deixar é: A cana-de-açúcar fará parte dessa estratégia de desenvolvimento sustentável? O Brasil quer utilizar esse setor que está aí pronto para ajudar ou não precisa porque vamos atacar de outra forma?

Pelo enunciado da Presidente ontem – novamente eu entendo que é preciso olhar com mais carinho esses números e entender a memória de cálculo por trás deles –, ela quer. A grande questão é: em que nível, em que medida, com qual potencial? O cenário de expansão demonstrado aqui pode ser alcançado, mas, para que isso aconteça, muitas coisas precisam mudar dentro do País.

Só para finalizar, eu gostaria de destacar a questão de bioeletricidade, porque é impensável a gente sujar a matriz ligando termelétrica a carvão, a diesel, se, na realidade, a gente pode usar todo o potencial de bagaço de cana, cavaco de eucalipto. A gente tem hoje uma agenda de implementação de Código Florestal, por meio da qual se pode restaurar até 50% da sua reserva legal com eucalipto. Será que isso é ganha-ganha para o produtor que precisa ajudar a viabilizar aquela restauração e para quem demanda madeira? Hoje há usinas de etanol de milho, que começam a se instalar no Mato Grosso, que estão usando cavaco e desbaste de eucalipto para cogerar energia. Algumas usinas de cana utilizam, também compram quando há no seu entorno, eucalipto para cogerar, junto com o bagaço, e gerar bioeletricidade. Ou seja, é um *mix* de energias junto com a bioeletricidade: a solar, a eólica. E isso precisa ser efetivamente pensado para o Brasil de 10, 20, 30 anos para frente, considerando não somente o potencial de investimentos e geração de emprego e de arrecadação que essa mudança pode trazer, mas também a questão de saúde, suscitada pelo Dr. Paulo Saldiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Lima, Diretor Geral da Agroicone.

Passamos agora, de imediato, a palavra ao Dr. André Nassar, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil.

V. S^a tem a palavra por 20 minutos.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Boa tarde, Deputado Sergio Souza. Muito obrigado pelo convite. Cumprimento o Prof. Saldiva e o Rodrigo.

Boa tarde a todos!

Eu não trouxe apresentação. Eu vou contar um pouco de qual é a lógica que estamos trabalhando no Ministério da Agricultura. Na realidade, a gente tem feito um trabalho junto com a Embrapa – está aqui o João Paulo, da Embrapa, com quem a gente vem trabalhando intensamente nos temas de restauração de pastagem e outros. Há um grupo lá trabalhando da Secretaria de Política Agrícola, da SDC, outra Secretaria que acompanha o Programa ABC, a Embrapa, numa interação muito grande com o Ministério do Meio Ambiente. Então, a gente tem esse tema da COP21: qual a contribuição do setor agrícola no que diz respeito à redução de emissões e os compromissos que o Brasil vai apresentar na COP21. A gente está trabalhando de forma integrada, dentro do Ministério da Agricultura e também com o Ministério do Meio Ambiente, além, claro, de uma interação com os setores produtivos, sobretudo o de biocombustíveis como um todo, toda a parte de pecuária e pastagem com a qual a gente está trabalhando muito e também com floresta plantada, que é outra vertente importante.

Então, só a título de introdução, nós estamos trabalhando em quatro grandes vertentes do ponto de vista de mitigação lá no Ministério: os biocombustíveis, que é o tema da audiência pública de hoje, bioeletricidade, biomassa; toda a parte de florestas plantadas, cujo potencial é muito grande; toda a parte de recuperação de pastagens, que é fortemente um objetivo do ABC, intensificação da pecuária, aumento da produtividade.

O Rodrigo mostrou – não lembro mais o número do Inventário – que a agropecuária tem uma participação grande: 37% de queda do desmatamento. Há outra vertente – acho que não estou esquecendo nada – que é toda a parte de plantio direto que a gente está obviamente trabalhando também, mas muito mais olhando a continuidade da expansão do plantio direto. Hoje, basicamente cada hectare de soja e milho já é plantio direto.

Por fim, há uma discussão com o Meio Ambiente com respeito à restauração florestal. Aí a gente não está olhando tanto mais as florestas comerciais, mas as nativas de uso econômico, que é o que estamos trabalhando. A gente enxerga isso como uma alternativa muito interessante, dada toda a discussão do Código Florestal, como tornar a recuperação do Código Florestal algo que tenha apetite de negócio para alavancar o plantio de nativas para fins comerciais no Brasil? Esse é outro tema que estamos trabalhando fortemente. E a COP21 é uma oportunidade para nos ajudar a desenvolver essas alternativas. Há o Ministério da Fazenda, um grupo maior trabalhando.

Esse é um trabalho que está bem avançado. Há todo o trabalho de monitoramento do Programa ABC. A gente está usando muito os resultados que o Programa ABC trouxe em termos de recuperação de pastagens, de plantio de florestas plantadas. Então, a gente já tem uma experiência de alguns anos com o ABC, que nos dá uma boa base para a gente olhar para o futuro e entender como projetar isso: o que faz sentido do ponto de vista econômico e das políticas existentes hoje.

Isso é a introdução. Vou falar um pouquinho dos biocombustíveis. A lógica nossa é muito parecida com a que o Rodrigo apresentou. Quer dizer, a gente enxerga uma espécie de cenário de referência. Quer dizer, qual é o crescimento esperado em todos esses setores? Quanto de recuperação de pastagem? O ILPF, que me esqueci de mencionar. Então, dentro do conceito de recuperação de pastagem, intensificação da pecuária ou crescimento dos sistemas integrados de produção, pecuária, lavoura e floresta. Às vezes a gente se esquece de dizer que a gente está trabalhando um componente – a Embrapa está puxando isso que a gente está apoiando muito – de adaptação para a agricultura. Quer dizer, para a COP21, entendemos que deveríamos levar também conceitos fortes de adaptação, pois o Brasil tem uma boa experiência nesse assunto. Então, não há por que não demonstrarmos para o mundo como estamos enxergando a questão da adaptação, sobretudo num país tropical como o nosso e com as experiências que já temos. Há algumas alternativas que estamos trabalhando, muito mais do ponto de vista tecnológico, quais são as pesquisas e inovações que têm que ser feitas para garantir que essa adaptação ocorra dentro desse horizonte de 30 anos.

Basicamente é isso.

Gostaria de dar uma pequena resposta para o Rodrigo. Rodrigo, eu entendo que o número que foi trabalhado e que saiu na declaração conjunta ontem de 28% a 33% está baseado na participação do etanol e da biomassa da cana na matriz energética, que é ao redor de 17%. Hoje, se você tirar toda a parte das hidroelétricas, na parte de consumo, acho que dá uns 19, mas na parte de oferta dá em torno de 17,5, uma coisa assim. Por isso que se falou em duplicar a participação, o compromisso de tentar duplicar a participação até 2030. E essa duplicação da participação está muito em linha com os números que você mostrou ali naquele cenário mais agressivo de expansão. Então, concordo com você. Aquela declaração, ontem, que foi um movimento muito importante claramente puxado pelo Ministério da Agricultura e pelo Ministério do Meio Ambiente, ter colocado aquela indicação, aquela ordem de grandeza dos números na declaração é uma indicação forte de que existe, sim, uma preocupação grande de setores do Governo – e do Governo como um todo também – de que essa questão do equacionamento da participação do etanol e da bioeletricidade na matriz energética é prioridade número um. Ficou claro, está escrito ali.

Sem dúvida, a gente precisa desenvolver os mecanismos que vão viabilizar isso. Quando a gente olha aquele cenário de expansão, sabe-se que é um cenário de expansão que não é fácil de ser atingido e que não vai ser atingido dentro do nosso conceito de referência, vai ser atingido dentro de um cenário que tem estímulo para que aquilo seja atingido.

Então, daí vem aquela ideia, vêm aqueles números que a gente tem dito que são, basicamente, uma duplicação na participação na matriz energética brasileira. É bastante ambicioso, é um compromisso assinado em uma declaração conjunta com os americanos, e tornado público. Publicizado esse compromisso, ele tem uma chance enorme de se transformar em um compromisso público nos outros fóruns. E, a meu ver, é uma indicação muito importante de que as coisas, dentro do Governo, estão caminhando bem, no sentido de se dar o devido valor ao etanol e à bioeletricidade, na sua relevância, do ponto de vista de oferta de energia, mas também, na sua relevância, do ponto de vista de redução de emissões e dos benefícios ambientais que tanto o etanol como a bioeletricidade têm, em relação às demais fontes de energia. Assim, acho que é muito importante ter isso em mente.

Reconheço que falta bastante coisa para se viabilizar aquele cenário de expansão, e é isso que tem que ser trabalhado agora. Não é um trabalho só do Governo, mas um trabalho em conjunto do Governo com o setor produtivo e com as entidades, levando em consideração toda a situação atual do setor. Há alto nível de endividamento e outras questões de mercado que geram muita incerteza para se poder gerar o investimento necessário para se chegar àquele cenário.

Mas acho que são passos. Estamos na direção certa, do ponto de vista de Governo. Estamos sinalizando, externamente, a relevância do etanol e da bioeletricidade, do ponto de vista da matriz energética brasileira, e o objetivo é duplicar essa participação. Então, acho que esse é um sinal. Quase duplicar, não dá para duplicar, porque se trata de 17,5, quase 18, não se chega a isso. Mas é um aumento considerável.

Acho que é muito importante todos terem isso em mente. Foi uma abertura muito relevante que foi dada. Não se coloca um número daquele em uma declaração. Se vocês olharem os números que saíram, saiu um compromisso de redução do desmatamento ilegal, que já foi um debate grande aqui, e o Governo decidiu colocar isso como objetivo. O que mais? Os americanos colocaram um compromisso de redução de emissões – eu não lembro agora, exatamente, o compromisso americano –...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – ... de 20%, exatamente. E o que o Brasil colocou em troca? Acabar com o desmatamento ilegal, e quase duplicar – não chega a duplicar –, mas levar ao intervalo de 28% a 33% a participação do etanol e da bioeletricidade na matriz energética. É isso o que está escrito ali.

Essas contas têm que ser feitas direitinho, porque há a parte renovável de lenha e de madeira também que não está contabilizada, aí muda a participação. Mas, dentro do conceito, tirando a parte hidráulica, bate. Tirando-se a lenha, muda-se um pouco, porque se está muito mais próximo daquele número, e já não dão 17, deve dar uns 22, 23 – por aí –, e já se está mais próximo dos 28, digamos. Mas, ainda assim, é um compromisso relevante.

Todo o trabalho que a gente está fazendo tem um conceito... Queria falar sobre mais uma coisa também muito importante que nós estamos trabalhando: fortalecer o conceito da agricultura de baixo carbono. Existe uma discussão grande de países desenvolvidos que trouxeram o conceito de – nem sei como traduzir – climate smart agriculture, seria uma agricultura preparada para o clima. É preciso ver como é que a gente traduz isso.

Está-se batendo o martelo em cima do conceito de agricultura de baixo carbono, porque há o Programa Agricultura de Baixo Carbono e, mesmo com todas as imperfeições que esse programa tem, ele é um dos maiores programas de investimento e um dos programas mais inovadores que a gente tem, no Brasil, porque combina práticas de produção que são mitigadoras de emissão e, ao mesmo tempo, aumentam a eficiência produtiva. Então, isso é muito interessante, pois casa as duas coisas. Assim, está-se fortalecendo, o máximo possível, o conceito de agricultura de baixo carbono, tentando transformar essa ideia em uma ideia vencedora.

O nosso conceito geral é o conceito que o Rodrigo apresentou, o nosso conceito de Governo. A agricultura tem uma trajetória, e está-se olhando essa trajetória até 2030. É uma trajetória pensada para, do ponto de vista econômico, entender-se quanto os setores de que falei podem crescer: quanto a produção de cana pode crescer; quanto a produção de carne pode crescer, em um modelo baseado em aumento da produtividade das pastagens, recuperação das pastagens e integração ILPF, nos sistemas de ILPF; quanto as florestas plantadas podem crescer, no Brasil, olhando-se, basicamente, a demanda por esses setores; e qual seria o potencial desses setores, um potencial muito maior do que aquele cenário de referência, se houvesse alguns incentivos econômicos, ou, tentando-se traduzir de uma forma mais imediata, se o carbono capturado desses setores tivesse um valor de mercado.

Isso se transforma em cenários como aquele que Rodrigo mostrou para a cana. Com floresta plantada, a gente também está com um cenário forte. Com recuperação de pastagem, há também um cenário bastante ambicioso. Dentro do Governo, ainda não terminaram todas as discussões, então, seria complicado para mim dizer, exatamente, quais são os números. A gente ainda precisa de muito mais debate para definir esses números, mas são números que, especificamente no caso da cana-de-açúcar, do etanol e da bioeletricidade, aproximam-se muito desses números que a Agroicone trabalhou, que a Unica tem trabalhado. A Unica, não – desculpem-me –, que o setor, como um todo, tem trabalhado.

Aí vem a discussão de como valorizar esse carbono, como valorizar esse benefício ambiental. E essa é uma discussão grande. A gente sabe que o setor de energia, no Brasil, tem uma tendência de ter uma trajetória de aumento de emissões. Desculpem-me, de energia, não, de transportes e eletricidade, tentando ser um pouco mais preciso. Por outro lado, quando a gente olha o uso da terra, há um potencial de redução de emissões, por conta do compromisso de se reduzir, eliminar o desmatamento ilegal e de recuperar os 12 milhões de hectares, que é um pedaço do Código Florestal. E também por conta do compromisso que foi colocado, da meta que foi colocada de se aumentar a participação do etanol e da bioeletricidade na matriz energética.

Então, uma coisa compensa a outra, de certa forma, mas a gente não sabe em que medida, há essa compensação. Não é um debate simples para ser feito dentro do Governo, mas eu vejo como uma grande oportunidade para, finalmente, todos esses esforços que o setor agrícola está fazendo, pela sua natural capacidade de capturar, reduzir emissões, por conta das diferentes áreas – como eu falei: floresta plantada, biocombustível, bioeletricidade, recuperação de pastagem – é uma oportunidade enorme, nesses setores, para que, finalmente, esse carbono capturado ali se transforme, seja traduzido em alguma política pública que gere um benefício para esse setor e que possa viabilizar os investimentos necessários para se atingir aquilo que a gente está esperando, em 2030.

Então, esse é o nosso grande objetivo, como Ministério da Agricultura. A gente tem tido uma sinalização muito positiva do Ministério do Meio Ambiente, as conversas são muito boas. As conversas com o Ministério da Fazenda também são boas. Então, eu entendo que a gente está caminhando em uma direção muito interessante. É muito importante que se trabalhe essa questão da COP21 como uma grande oportunidade para o setor agrícola e, especificamente, para o setor de cana-de-açúcar, biomassa da cana, floresta plantada, biodiesel também, quer dizer, é uma oportunidade muito grande para que, finalmente, por meio de uma política de clima, se consiga dar o devido valor para o benefício ambiental que esses setores estão gerando.

Então, tem essa consciência dentro do Governo; essa consciência dentro do Ministério da Agricultura é total, quer dizer, não tem resistência alguma dentro do Ministério da Agricultura nesse tema. Então, a gente está vendo como uma grande oportunidade e trabalhando forte nisso.

Eu queria só comentar mais algumas coisas, porque já está terminando, quer dizer, a gente continua trabalhando nos outros assuntos que são relevantes para o setor. A mistura de 30%, a gente continua trabalhando com o Ministério da Agricultura, defendendo, quer dizer, trabalhando em cima. Trabalhamos bastante na questão do aumento da mistura para 27,5 e vamos continuar trabalhando.

Existem outras áreas que são relevantes. Toda a questão de ampliar a capacidade de cogeração é uma prioridade para nós. Tem uma determinação da Ministra para a gente trabalhar isso, para a gente entender quais são os gargalos para isso, para a gente encontrar soluções, para a gente bolar programas de investimento que viabilizem isso.

A gente está consciente do problema do endividamento.

Não sei, quer dizer, como a gente pode usar a questão dos leilões para a gente tentar pensar um pouco, dialogar com o Ministério do Meio Ambiente para entender um pouco os leilões de biomassa futuros como forma de viabilizar um investimento em maior capacidade de produção de bioeletricidade.

A gente tem que encontrar algumas soluções nessa direção, porque a gente sabe que a bioeletricidade se transformou numa variável muito relevante sob o ponto de vista de fluxo de caixa para as empresas.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – A gente está olhando isso. A gente não tem uma solução para isso, ainda, mas se transformou numa prioridade e, embora essa não seja uma política que dependa só da gente, o Ministério da Agricultura colocou como prioridade número um.

Eu acho que é isso. Essas são as questões centrais.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, André Nassar.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e ao Deputado Zequinha Sarney – o Senador Flexa, a quem agradeço imensamente, esteve aqui conosco durante todas as palestras –, de dizer a todos

que os eslaides, o que foi reproduzido aqui nos eslaides já está disponível na página do Senado (www.senado.leg.br), nesta Comissão de Mudanças Climáticas.

Quero fazer o registro, também, que estão aqui conosco o André Rocha, que é Presidente do Fórum Nacional Sucroenergético brasileiro. Estão, também, o Eduardo Leão, que é representante da Unica aqui em Brasília; o Padua, também da Unica, nosso companheiro, sempre na militância de nós fazermos com que a cana-de-açúcar, o etanol, a energia renovável tenham seu espaço; também o Roberto Hollanda Filho – sejam bem-vindos! –; o Miguel Tranin, lá do meu Estado, o Paraná, Presidente da Alcopar; o Mário Campos, Presidente da Siamig, de Minas Gerais.

Sejam todos bem-vindos!

Vou fazer algumas rápidas colocações.

Senador Flexa, o senhor quer falar agora? (*Pausa.*)

Nós criamos, na Câmara dos Deputados, já há dois anos, em 2013, uma Frente Parlamentar – na época, eu estava aqui no Senado – para tratar do setor sucroenergético. O Deputado Arnaldo Jardim foi o seu presidente e, agora, nós fizemos uma reedição dessa frente e eu tenho o privilégio de ser o Presidente dessa Frente Parlamentar do setor sucroenergético.

A gente tem procurado fazer um debate plural sobre a importância desse setor para a economia brasileira, para a sustentabilidade. Quando você fala em sustentabilidade – aqui, o Dr. Paulo Hilário foi muito contundente com relação a isso –, você pensa em gerações futuras, em vidas futuras e em prolongamento da vida, e aí, nos mecanismos para que isso ocorra.

Estamos promovendo várias ações, e eu, aqui, tenho o privilégio de ser o relator dessa Comissão. Este é o cenário ideal para nós promovermos esse debate, André Nassar, porque está vindo aí, Rodrigo, a COP21.

A COP21, pelo que a gente percebe dela, vai vir para fazer, primeiro, com que os países apresentem, e tem um prazo aí, as suas ambições. O Brasil deve apresentar em agosto, setembro, eu acho que o prazo é até setembro. É até outubro, o prazo. A Ministra Izabella disse que deve apresentar até agosto ou setembro, mais ou menos.

Dentro dessas ambições, por que não está esse setor que é tão importante para a economia brasileira e para o clima mundial?

Lá atrás, quando foram instituídas as metas – e o Brasil, mesmo como signatário voluntário de metas –, o etanol não entrou, porque ele já era uma política da década de 80 e na política daquele momento só as inovações do ponto da mitigação, da redução, os gases de efeito estufa entrariam, mas, agora, nós temos aí uma nova oportunidade, não só para o etanol, mas para a biomassa.

Percebemos, pela audiência entre a Presidente Dilma e o Presidente Obama, nesta semana, que o Brasil se comprometeu, bem como os Estados Unidos, em aumentar, o Brasil, em um percentual elevado a sua produção de eletricidade a partir de energia renovável, que não a hidroelétrica. Aí, encaixa-se perfeitamente.

Eu teria, aqui, algumas colocações. Por exemplo, Rodrigo, talvez você possa me responder: qual é o percentual do potencial não utilizado do bagaço de cana, que poderia ser transformado? Quanto nós utilizamos, hoje – 10%, 50% –, para transformar em energia? Quanto nós temos de excedente que está sendo desperdiçado?

Dentro do Ministério da Agricultura, André Nassar, que tem a incumbência de colher as informações... Eu sei que o setor já esteve com a Ministra Kátia, e nós temos, aí, uma série de audiências pautadas para agora, no final deste semestre e começo do semestre que vem. A primeira que vai acontecer será com o Ministro Eduardo Braga, salvo engano no dia 14, com o setor – aqui, até, anunciando em primeira mão –, mas vamos ter também com a Ministra Izabella, vamos ter com a Ministra Kátia, com o Ministro Armando Monteiro, com Aldo Rebelo, com Nelson Barbosa. Vamos, também, ao Itamaraty.

A ideia é construir, até agosto, até setembro, toda uma agenda e, de repente, até chegarmos a um comitê interministerial para tratar, exclusivamente, da política do setor sucroenergético para a economia brasileira e para levarmos, dentro dessas ambições brasileiras, uma proposta desse setor, para que o Brasil leve isso para a COP21.

Então, a gente tem planejado e tem trabalhado isso.

André Nassar, o que nós podemos fazer? O que o setor pode fazer para que esteja contemplado... Eu sei que a Ministra Kátia está interessada, já recebeu algum material com relação a isso, alguns dados, mas o que o setor pode fazer para ajudar no seu próprio fortalecimento, através de participar das ambições brasileiras para a redução de gases?

Por fim, Dr. Paulo Hilário, o que nós percebemos aqui? Que há uma conta, e essa conta quem acaba pagando é o próprio cidadão, que é o contribuinte, é o Estado, que tem o dever de devolver ao cidadão aquilo com que o cidadão contribuiu para o Estado. Essa conta tem várias curvas, mas o que ficou bem claro, para mim pelo menos, na sua explanação foi o seguinte: que nós estamos mostrando total desinteresse pelo tamanho

do prejuízo que traz à saúde, mas pelo prejuízo econômico que traz o descuido com a mitigação ou com soluções urbanas para o Brasil, não só do ponto de vista da saúde, da mortalidade, das complicações, dos gastos, mas também com a qualidade de vida, o tempo que fica com a família.

É inadmissível um trânsito como o de São Paulo, 9km por hora, ainda mais imaginando que um pai não consegue mais passar todos os ensinamentos éticos e morais aos seus filhos, o que é um dever da família, porque ele levanta quando o filho está dormindo e chega a casa quando o filho está dormindo de novo. E o filho fica ou na escola, ou com alguém, ou na rua. E aí existem outras consequências, que vão para a segurança pública, criminalidade. Você veja que não é uma coisa tão em linha reta. É uma questão realmente que temos que olhar como um todo e é a função do Estado regular esse convívio como um todo.

Então, qual seria a solução imediata? Por exemplo, seria termos um valor para esse carbono sequestrado? Você falou ali no equivalente, o Rodrigo colocou, em pontos, R\$ 0,60 centavos por litro. Quem paga essa conta? Quais países? E aqui eu vi, acho que foi o Dr. Paulo, que quando se fala na poluição, o Hemisfério Sul é muito mais doente. Isso não é por conta do clima, porque o clima no Hemisfério Norte é mais frio e não dissemina tanto. Por que vi que a África é a maior, depois vem aqui para a América Latina.

Então, essas seriam minhas considerações, antes de fazermos um bloco só de perguntas.

Vou passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que faça também suas considerações. Depois, num bloco só, Vossas Senhorias terão oportunidade de responder e fazer suas conclusões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Relator, Deputado Sérgio Souza, Senhores convidados, Senhores Deputados, ouvi com atenção a todas as intervenções dos Senhores. Dr. Paulo, V. S^a deu alguns exemplos que nos fazem sair mais preocupados do que entramos, em função da perspectiva de vida, em função do problema ambiental.

Perguntaria a V. S^a se, além das questões de mobilidade e poluição que foram tratadas na sua palestra, existem outras medidas de mitigação e adaptações às mudanças climáticas que poderiam também contribuir para melhorar a saúde da população. Então, V. S^a fez referência à mobilidade e à poluição, se existem outras medidas.

Ao Dr. Rodrigo e ao Dr. André, quais seriam os incentivos ou instrumentos necessários para que se possa implementar uma política pública voltada ao aumento de produtividade e expansão do setor sucroenergético para fins de inseri-lo como um setor estratégico, na tentativa de redução das emissões de gases do efeito estufa. Qual a política ou incentivo para isso?

E uma pergunta que eu faço há bastante tempo e espero que hoje eu tenha resposta, porque até hoje não consegui. Já fui autor de vários requerimentos da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, inclusive convidando, em todas elas, para que a ÚNICA se fizesse presente e nunca esteve. Então, como hoje o Deputado Sérgio saldou os diretores da ÚNICA, é importante que eu não perca essa oportunidade.

Pelo que assisti da fala, tanto do Sr. Rodrigo, quanto do Sr. André, há necessidade, há uma intenção do governo em aumentar a utilização do etanol e a geração de energia por biomassa. E, para que isso aconteça, há necessidade de se aumentar a área plantada de cana-de-açúcar – pelo menos eu entendi dessa forma.

Perguntaria a Vossas Senhorias por que motivo o governo do Presidente Lula, quando foi feito o juramento econômico, ecológico para o plantio da cana-de-açúcar no Brasil, excluiu a Amazônia? A Amazônia foi tirada sem que tenha sido estudada.

Então, esse é nosso primeiro questionamento. Por que isso?

Também não entendo porque não se pode plantar cana-de-açúcar na Amazônia em áreas alteradas? Não queremos derrubar uma única árvore da Amazônia, inclusive o Estado do Pará tem um programa de municípios verdes, chamado Municípios Verdes, que é um programa que já foi citado em várias reuniões internacionais como um exemplo a ser seguido, e que há inclusive uma diminuição pela recuperação de áreas que foram anteriormente alteradas.

Não consigo entender. Você pode plantar, na Amazônia, grãos, soja, milho, pode reflorestar as áreas alteradas para utilizar como biomassa ou matéria-prima para as indústrias de celulose ou serrarias, mas, não pode plantar cana-de-açúcar. E gostaria de saber qual o motivo disso?

Temos, na Amazônia, dois projetos de produção de açúcar e álcool, um em funcionamento que é a Pagra, no Município de Ulianópolis, e um outro que é do Incra e que não está abandonado, no Município de Medicilândia.

Espero sair dessa audiência, Deputado Sérgio Souza, com essa minha inquietação resolvida.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Está aqui o Sr. André Nassar, que talvez possa responder a essa indagação. E já ouvi, por vezes, essa pergunta do Senador Flexa Ribeiro, e não só do Senador Flexa, mas de outros Senadores que são da região amazônica.

Deputado Zequinha Sarney, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Obrigado, Sr. Presidente, Relator Sérgio Souza, ilustres palestrantes, antes de tudo, gostaria de pedir desculpas por não estar aqui desde o início desta audiência pública. Tenho certeza de que quem saiu perdendo fui eu.

Mas, é que essa Casa, nos dias de terça-feira e quarta-feira, ainda mantém um cacoete daquela época em que só se trabalhava terça e quarta. Hoje, graças a Deus, na Câmara está se trabalhando mais, está se trabalhando terça, quarta e quinta. Sexta-feira e segunda-feira, em geral, a maioria não trabalha ou está nas suas bases. Não é meu caso. Gosto de ficar aqui de segunda a sexta e, quando vou para minha base, vou na sexta-feira e volto no domingo à noite.

Infelizmente tínhamos reunião de líderes, sou o líder do Partido Verde, para discutirmos ainda um segundo turno da votação, que ontem, graças a Deus, aqueles que defendiam a redução da maioridade para 16 anos perderam. Mas, está se discutindo uma manobra regimental e seguramente, daqui a pouco, vamos ter votação de um segundo turno que, na realidade, mais parece um segundo *round*, porque a guerra está grande e determinados políticos e líderes partidários não se conformam simplesmente, democraticamente, com a derrota.

Então, vamos ter um embate grande. É por isso que estava lá até agora. E provavelmente hoje vamos de novo madrugada adentro para votarmos novamente a mesma matéria com algumas pequenas modificações. Mas, bem, não é esse o motivo da nossa audiência.

Gostaria de dizer que sempre fui a favor do combustível oriundo do álcool, do biodiesel. Sempre fui a favor de alternativas, mesmo que se utilizando de produtos da natureza que se possa transformá-los em energia e fico feliz que hoje, por causa da meta de redução mundial, global dos gases do efeito estufa, nós tenhamos retomado essa discussão sobre o etanol. Acho que é importante que se retome. Vejo, como uma pessoa ligada ao desenvolvimento sustentável, ligada à defesa dos direitos difusos da sociedade, com muito bons olhos, porque entendo que possa aí se fazer um casamento entre produção e defesa do meio ambiente, produção e sustentabilidade, que é justamente isso que se prega do Senador Flexa Ribeiro.

Nós queremos um mundo com uma economia diferente dessa que nós temos hoje, um mundo em que a gente possa fazer com que a natureza se equilibre porque hoje o que se retira dela ela já não pode repor, hoje o aquecimento global está trazendo desequilíbrio climático em todo o mundo, e aqui, no Brasil, o Sudeste está passando por uma seca jamais vista. Corre-se o risco este ano de termos um racionamento muito mais sério porque, ao contrário do que se está pensando, a questão hídrica da Região Sudeste não está resolvida, ela está mais grave hoje do que estava no ano passado. Os níveis dos reservatórios hoje estão nos níveis em que estavam depois das chuvas, no fim do ano passado. Então, nós temos muita preocupação com isso.

Temos preocupação com o que está acontecendo no Nordeste, onde a seca estar-se prolongando anormalmente.

Temos preocupação com o que está acontecendo na Amazônia, onde as enchentes batem recordes históricos – não é isso, Senador? –, batem recordes históricos, e hoje não se pode desconhecer a importância dos biomas, a importância dos ecossistemas, a importância dos serviços ambientais, daí talvez por que, respondendo aqui, mas não como técnico – aí vamos ouvi-lo –, o zoneamento da cana não tenha chegado à Amazônia porque se tomou uma opção de Estado, não opção de Governo, de que a Amazônia, pela sua importância no mundo em perigo ambiental, tem que ser priorizada para fornecimento de produtos florestais. É lógico que quem mora lá se ressentido: “Vem cá, e nós vamos agora ser penalizados aqui? Não podemos nos desenvolver?” Mas, não, há formas, alternativas de desenvolvimento, e é isso que nós devemos buscar, e as populações mais pobres, mais numerosas, que mais precisam, essas populações têm que ter um olhar especial. Lógico, não podemos arcar com o ônus de mantermos a Amazônia prestando serviços ambientais ao mundo, e as pessoas que lá moram viverem na miséria; isso não pode.

É preciso que o Governo brasileiro tenha maior agressividade, maior responsabilidade, aproveite esse momento global para impor determinadas regras. Esse Fundo da Amazônia, que nunca libera, que é pelo BNDES, isso tudo está muito errado. As bolsas, que se chamam bolsas verdes, também são feitas aleatoriamente, mais como um complemento de renda do que como uma opção que se possa dar para que esses ribeirinhos, esses agricultores possam ter uma alternativa que se adapte a essa realidade de baixa emissão de carbono, que certamente nós temos que caminhar para lá, e quem fala isso não são só os ambientalistas, quem está falando isso agora é o Papa.

O Papa cita a Amazônia, o Papa cita que o homem não pode viver separado da natureza, achar que a natureza não é também um bem divino, e não se pode deixar de responsabilizar aqueles que afetam, aqueles que denigrem, aqueles que acabam com esse bem divino, que é comum a todos nós.

Então, eu acho que vivemos um momento de definições. É importante que o setor produtivo se agreda não pelo lucro, que também existe e é necessário, mas, principalmente, por uma alternativa de uma nova fórmula de desenvolvimento.

Infelizmente, eu não pude ouvir os detalhes sobre os efeitos das emissões poluentes nas grandes cidades que o Dr. Paulo disse, mas já estou com a conferência dele aqui e vou dar uma olhada depois, mas é evidente que, ao invés de incentivar o transporte coletivo, em vez de condicionar a produção de veículos individuais, de veículos automotivos à nova realidade, o Governo simplesmente, nos últimos anos, tem isentado IPI, sem nenhuma contrapartida. E o que aconteceu? Todo mundo tem carro hoje. O mais pobre tem carro hoje, muito bem, mas ele não anda no carro hoje, ele não anda porque não tem para onde ir. Quando tem dinheiro para a gasolina, ele também não vai, ele não vai porque não anda nas cidades, ele prefere ir por outros meios alternativos, o próprio transporte. Então, não adiantou nada, falta de planejamento.

Acredito que essa nova realidade mundial, que está batendo na porta de todos nós, Deputado Sérgio, vai obrigar a que abramos os olhos. Aqui, por exemplo, o nosso Congresso caminha em sintonia com as preocupações da sociedade mundial porque nós mesmos, quando votamos aqui a mudança do Código Florestal, afrouxamos as regras de área de preservação permanente. Com isso, nós deixamos de proteger bacias, como a bacia que gera, e produz, e leva água para as grandes cidades do Sudeste; são as bacias mais desprotegidas, as que têm menos cobertura vegetal.

Então, qual é a melhor maneira hoje da adaptação? E o Ministro Fux até mandou aos governadores um ofício pedindo que fizessem isso: é aumentar a metragem, replantar, revitalizar essas bacias hidrográficas, muito mais barato do que fazer grandes obras de engenharia. Basta plantar nas margens ciliares. Basta ordenar a ocupação, mesmo naquelas áreas já antropizadas.

Então, é dentro dessa perspectiva que eu quero parabenizar o autor dessa proposta, parabenizar os expositores. Essa exposição está na internet, está gravada na TV Senado. Em algum momento, ela vai aparecer na grade da TV Senado, e aqueles que estiverem interessados, que estão-nos ouvindo, também podem acessar pela internet.

Então, eram essas as minhas observações. Não tenho questões a fazer porque eu não estava aqui, infelizmente, durante as exposições.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Muito obrigado, Deputado Zequinha Sarney. V. Ex^a não só é um membro ativo desta Comissão, mas como é também um profundo conhecedor desse tema, que é um dos temas que cada vez mais preocupa o Brasil e toda a humanidade.

Eu devolvo a palavra agora ao Dr. Paulo Hilário Saldiva, para responder às indagações e também para as suas conclusões.

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Eu serei muito breve, mas eu sou otimista.

As cidades consomem muita energia, e, pelo fenômeno de escala, ao torná-las mais eficientes, tem-se um grande ganho. Então, eu acho que as nossas cidades... Como eu sou médico, inclusive patologista, eu vejo o corpo por dentro e imagino a cidade como um ser vivo, cada bairro um órgão e nós as células que constituímos esses órgãos.

Quais são as doenças hoje da minha cidade, uma senhora de 461 anos? Ela se tornou obesa, a estrutura não consegue aguentar, Ela está desidratada; quando chove, faz edema. Está com febre pelas ilhas de calor. Tem trombos arteriais difusos por carros, diarreia aquosa nos rios, insuficiência renal porque não filtra a água. Está careca, no centro, porque só tem um mato no norte e no sul e não dá para pentear, como o pessoal que joga para frente. Tem diabetes, porque usa energia muito mal, um pouco de impotência, porque não dizer. Aí é que está, vai chegar na parte boa. Tem um pouco de Alzheimer, porque alguns dos nossos governantes esquecem rapidamente o que prometeram, logo depois que são eleitos. Os órgãos de defesa atacam essas células. Enfim, existem várias doenças, mas a doença tem um poder transformador. Ninguém endireita a vida se não tiver algum problema. Já vi mais gente mudar para melhor em UTI do que em igreja. Também acho que quando o indivíduo vai para a igreja, não é porque o Espírito Santo passou espontaneamente, é porque você tem um sofrimento, você vai procurar consolo na religião.

Então, a situação ficou de tal ordem que não dá mais para ocultar. A seca no Sudeste modificou um paradoxo, modificou um valor, deu-se valor à água. A economia de água no Estado de São Paulo equivale a quase metade de uma Billings. Ou seja, a gente jogava água fora. Como acho, por exemplo, que o tempo perdido no trânsito passou a ser tão grande que as pessoas vão lutar por mobilidade coletiva, que vai tornar a cidade mais eficiente. O uso e a ocupação do solo, que colocavam as pessoas mais pobres mais distantes, fazendo com que elas fossem penalizadas, isso também deixou de ser, estamos reocupando certas áreas, tornando a cidade mais compacta. Tem coisas muito simples, como, por exemplo, a utilização de biocombustíveis, transporte público de baixa emissão e de boa qualidade. Existem mecanismos muito simples. Por que as mesmas montadoras fa-

zem carros que, quando você breca e para no congestionamento, param de emitir, desligam o motor, e, quando você acelera, liga de novo; e aqui não se coloca, não vejo por quê, o indivíduo ganha dinheiro e ganha saúde.

Finalmente, toda a bula para resolver esses problemas já foi feita, não precisamos inventar nada. Há serviços ambientais em uma área verde na cidade, deveria haver mecanismos de valorização disso, você está captando carbono, mas também está providenciando serviços ambientais e climáticos de permeabilização do solo, reposição da umidade, redução das ilhas de calor e, principalmente, espaços de convivência humana. De tudo que você pode fazer na vida depois dos 60 anos, incluindo parar de fumar, parar de beber, perder peso, praticar esporte, o que mais te dá expectativa de vida é manter relações sociais afetivas. E o mundo está meio maluco. Eu estava brincando, a gente trabalha 14 horas por dia, faz todas as nossas relações sociais e afetivas dentro do trabalho, aí, você se aposenta. O que você vai fazer? Ir três vezes por dia ao supermercado falar com o caixa? Chegar duas horas antes ao médico? Quando a cidade cresce demais, em vez de estarmos juntos, nós estamos sozinhos no meio de uma multidão, numa solidão coletiva. Portanto, cidades sustentáveis também são saudáveis. Sugiro que uma forma de você... Quando digo que um parque reduz em 30% o infarto do miocárdio na população que está no entorno, isso é uma política de saúde.

Então, talvez uma alternativa seria mostrar que não há incompatibilidade entre agenda ambiental e qualidade de vida, porque tudo que melhora qualidade de vida, seja alimentação mais saudável, seja transporte mais eficiente, moradia mais digna, tudo isso também vai acarretar um dado em saúde. Portanto, quando a gente constrói um metrô, não é porque você ganhou 30 minutos a mais no tempo, essa é uma régua muito pobre para medir os benefícios numa pessoa que pode dormir mais, pode estudar no caminho, pode ter segurança e saúde mental melhor. Então, uma análise mais sofisticada entende que uma política energética e um planejamento urbano sustentável é também uma política de saúde.

Nós precisamos ter mais protagonismo da saúde também. A gente vem discutindo no Ministério da Agricultura, estamos discutindo no Ministério das Minas e Energia, Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes, mas a saúde tem que se ocupar também desse bicho que se chama homem. Porque ele é que vai ter que ser convencido a mudar seu comportamento. Então, estamos perante uma enorme oportunidade, por uma crise e pelo caos urbano que tivemos. Acho que está na hora – por isso é que sou otimista –, sou otimista e acho que ninguém quer viver, a gente não consegue curtir a cidade, a cidade passou a um obstáculo. Sabe o que está acontecendo em São Paulo? Como a cidade ficou tão ruim para andar, tem agora uns condomínios que são uma coisa completamente maluca: trabalho, moradia e lazer juntos. Só falta você colocar um hospital maternidade e um climatério *gourmet*: você nasce ali e nunca mais sai. Isso é a negação da metrópole, é a negação do convívio humano, é a negação da interatividade entre pessoas. Será que é isso? Então, a gente tem que tirar a pecha.

Quando queima a Amazônia, sabe aonde vai o ozônio produzido pelas cidades do Sudeste? Quase 30% do ozônio que chega à Cidade do Cabo vêm do Brasil. Quando queima a Amazônia, vem material particulado para o Sudeste. Sabe o que aquela fuligem faz? Funciona como uma esponja, agregando, chupando vapor da água, tirando toda a umidade do ar. Portanto, não chove também. Qual a graça disso?

Então, acho que está faltando um olhar humano para isso. Além de estratégia econômica, é uma estratégia de convencimento para que pessoas possam adotar práticas mais sustentáveis, não somente por que elas são sustentáveis, mas porque também são mais saudáveis para elas e para as pessoas que elas gostam. Acho que esta Casa, o Congresso Nacional tem as condições de promover esse debate. Se não for aqui, vai ser onde? Vai ser onde? Aqui é a responsabilidade, é uma oportunidade, mas é uma enorme responsabilidade. Como cidadão brasileiro, não falei como cientista, falei agora como cidadão, também tenho esse direito. Acho que isso seria, se eu tivesse poderes imperiais, eu colocaria qualidade de vida em todas as políticas urbanas e em todas as políticas energéticas e entenderia que as cidades são lugares que consomem muita energia e, ao torná-las mais eficientes, vou ter um fenômeno de escala. Vocês podem fazer a discussão também em nível municipal, não precisa ser só em nível nacional.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Com a palavra, o Dr. Rodrigo Lima, para responder às indagações e considerações finais.

O SR. RODRIGO LIMA – Deputado, o primeiro ponto em que vou tocar refere-se à questão da bioeletricidade, qual o potencial explorado atualmente da geração de bioeletricidade, por conta do bagaço, começando da palha da cana. Hoje a gente usa aproximadamente 10% a 30% do que poderia utilizar. Vários fatores influenciam no porque não mais do que isso. Um dos fatores é a questão tecnológica. O Senador pergunta de políticas que poderiam ser adotadas. Ter capacidade de produzir, a média de produção com uma tonelada de bagaço é 20kW, mais ou menos, de energia. Ano passado, com a melhoria dos leilões e alguns incrementos tecnológicos, subiu para 30kW. Isso pode chegar até 100kW, mas depende de tecnologia, tem que mudar a

caldeira, tem que usar a caldeira de alta pressão, isso custa, tem que fazer mudanças tecnológicas importantes nas usinas. As usinas *greenfield* que se instalam, de certa forma, têm isso, mas, para ter o potencial pleno de utilização dessa biomassa, precisa haver uma política que traga crédito subsidiado para fazer essa mudança tecnológica. Isso é visível. É uma das coisas que eu colocaria como política, tentando responder sua pergunta, a que depois adiciono mais alguns elementos.

Então, se a gente usa de 10% a 30%, e eu gostaria que o André Rocha também pudesse falar sobre esse ponto da questão da biomassa, a gente tem, de certa forma, usinas adormecidas dentro do Brasil, no campo, com a biomassa, o bagaço e a palha da cana. Ou seja, vamos utilizar isso ou não vamos utilizar isso? Aí entra a questão, por exemplo, e aí caindo nas possíveis políticas de incentivo. Aumentar a mistura do etanol é uma das formas de se fazer isso, ter políticas gradativas de você aumentar a mistura, chegando, por exemplo, a 35%. Mas, preponderantemente, viabilizando o etanol hidratado, e vão chegar, cruzar a fronteira dos 50% de novo, como foi em 2008 e 2009, e quem sabe subir a 60% de etanol hidratado, movimentando a frota dos veículos flex. Essa tecnologia dos veículos que desligam quando você para no sinal, por que é que a gente não tem isso aqui? Ou seja, eficiência energética é outro fator que pode gerar inúmeras mudanças do ponto de vista tecnológico no Brasil, que ajuda a reduzir emissões, e, no caso dos biocombustíveis, pode ser muito bem-vindo, considerando a melhoria da eficiência dos motores e do consumo.

A questão política, de certa forma, como se fosse um marco regulatório de biocombustíveis, que você tenha um conjunto de políticas que norteiem e sinalizem investimentos. O setor precisa voltar a investir, precisa sair de uma fase de usinas fechando e ter, como o cenário que a gente tinha lá em 2007 e 2008, de usinas e usinas sendo criadas a pleno vapor, considerando a biomassa também. Uma outra questão que precisaria ser atacada diz respeito aos leilões de energia, como que a biomassa entra nos leilões de energia, o que já se aprimorou um pouco, para que seja uma energia competitiva perante as outras fontes energéticas. Então eu acho que tem um *mix* de políticas que poderiam compor um plano efetivo de aproveitamento de cana-de-açúcar, pensando nos seus diversos produtos. Eu gostaria que o André depois, se pudesse, comentasse um pouco a questão da biomassa, porque acho que esse é um ativo adormecido que o setor tem e é uma judiação jogar isso fora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo. Agora, Dr. André Nassar, para, também, as suas considerações.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Obrigado, Deputado. Eu não... O professor Saldiva fala coisas certas e com bom humor, então é uma boa combinação, ainda não consegui chegar nisso. Espero estar falando as coisas certas.

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Poderia mandar uma declaração dessas para minha casa, para mostrar para minha mulher? Porque eu acho que isso vai melhorar muito o meu prestígio. Obrigado. (Risos.)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Vai, não é? Está certo. Eu estou precisando de uma declaração dessas também lá na minha. (Risos.)

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA (Fora do microfone.) – Eu mando uma pela USP e você manda uma pelo Ministério. (Risos.)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Boa, boa, está combinado. Mas vamos lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Paulo, V. S^a pode pedir ao Presidente uma fita gravada pela TV Senado e pode passar para a sua esposa. Está em ata, não é?

O SR. PAULO HILÁRIO SALDIVA – Sabe o que eu vou ouvir? “Você não toma jeito!”. (Risos.)

“Você fica falando besteira”. Então eu acho melhor ocultar isso para sempre. (Risos.)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – O Deputado Sergio Souza fez uma pergunta de como é que o setor pode auxiliar o Governo nesse – a gente tem que ver o termo certo ainda, mas como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Exatamente. Mas como levar as ambições do Brasil na COP 21 de tal forma que isso se transforme em compromissos de políticas para que o setor possa crescer e resolver todos os seus problemas de endividamento dali para frente e crescer com estabilidade, não é isso? Essa seria... Resolver o problema de endividamento é um pouquinho mais complicado, mas criar as condições para que os investimentos voltem a ocorrer por meio de políticas que estão atreladas a compromissos na COP 21, parece que é meio longo isso que eu estou falando, mas eu acho que isso é concreto. Isso é concreto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – E é agora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tem para depois, é já.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Isso. E já... É porque agora eu sou governo, é difícil, às vezes eu não sei o que eu posso falar e o que eu não posso. (*Risos.*)

No Ministério da Agricultura, esse aliado já existe. Certo? Agora esse é um debate... O Governo é multifacetado, digamos assim, então essas coisas precisam ser discutidas com outras áreas do Governo, áreas que estão olhando mais do ponto de vista de segurança energética, áreas que estão olhando mais do ponto de vista ambiental. Como eu falei: do ponto de vista de agricultura e de quem está olhando num enfoque mais ambiental, eu acho que isso está muito casado, está muito azeitado. Então, tem que olhar um pouco as outras áreas, nos ajudar nessa direção, eu acho. Isso é que seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Por isso, Nassar, é que nós temos aí uma agenda de conversar com vários Ministérios.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Não ficar somente no MMA e no MAPA, vamos conversar com uma dezena quase e criar, inclusive, um Comitê Interministerial para tratar desse tema. Essa é a nossa proposta e ideia aí que estamos conduzindo.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – É, eu acho muito importante. Porque a disposição, digamos, do setor agropecuário em colocar propostas ambiciosas é muito grande. A disposição, quer dizer, dizer: "Olha, o setor agropecuário pode gerar essa contribuição, e essa contribuição tem esse benefício". Mas ela não é automática. Sozinha não vai. Aí é que nós temos que pensar, né? Quer dizer, é como eu falei, com o Governo é difícil; alguns países adotaram políticas de redução setorial de carbono, por exemplo. Aí tem setores que são emissores que pagam para os setores que são mitigadores. Outros países, como os americanos, por exemplo, adotaram um sistema em que o etanol misturado na gasolina gera um prêmio para aquele produto com base no potencial de redução de emissão daquele produto. Então, o etanol de cana tem um prêmio maior do que o etanol de milho, por exemplo. Então, existem experiências em outros países que são muito mais novas do que a brasileira – porque a brasileira é muito mais antiga, não é? –, mas que têm um componente de valorização do lado ambiental desse produto que nós não temos tanto, porque a gente olhou muito mais do ponto de vista de segurança energética e de geração de renda na agricultura do que do ponto de vista dos benefícios ambientais.

Esse é um tema, a meu ver, que é um tema complexo, e essa questão de dar segurança para o setor sucroenergético, de qual é o papel dele na matriz energética, que sempre foi uma demanda antiga do setor, mas sempre foi colocada pelo setor com algum conservadorismo, porque ela parece que vai dar resultado só lá na frente e não agora, mas eu vejo isso como algo que tem que ser construído, é pedra sobre pedra, agora a gente tem uma oportunidade de criar uma fundação para isso aí, que é essa questão do COP, eu acho que não pode ser desperdiçado. Depois, a gente discute como viabilizar financeiramente isso. Depois. Porque se a gente ficar discutindo toda a questão de viabilizar financeiramente nós não vamos fazer nada. Basicamente nós vamos empacar a negociação interna dentro do Governo. Então, eu acho que é melhor a gente dar um passo para frente que seja um passo que não nos impeça dar dois para trás, e aí a gente começa a dar os passos necessários para viabilizar. Então, eu sou mais a favor de ter clareza do compromisso e depois como financeiramente gera o ambiente necessário para que o investimento ocorra.

Para responder ao Senador Flexa Ribeiro sobre o zoneamento: Senador, veja, como é que eu vejo isso? Eu acho que – deixe-me tentar achar um exemplo que não me comprometa aqui, estou tentando achar – houve um momento que a sociedade brasileira tinha uma visão negativa do setor sucroenergético. Visão essa, negativa, que talvez tenha sido construída por causa das políticas de incentivo ao setor nos anos 70, principalmente anos 80. Então, havia uma visão negativa de que a sociedade estava subsidiando um determinado setor e que esse subsídio ao setor não era bom para a sociedade brasileira. Isso sumiu, certo? Quer dizer, a visão depreciativa do setor eu não enxergo mais. Então, vencida a visão depreciativa, a agenda muda. Eu acho que a questão de como zonear a expansão do setor produtivo na Amazônia é algo que está em transformação. É óbvio que para os representantes da região é uma política de precaução, ou seja, ela impõe uma restrição. Isto está claro: o zoneamento da cana impõe uma restrição.

Agora, à medida que as questões vão sendo resolvidas – por exemplo, o debate sobre o desmatamento ilegal –, isso vai sendo resolvido, superado. Não existiria mais razão para se proibir o avanço de qualquer lavoura naquela região. Então, são coisas que vão sendo vencidas. Naquele momento em que o zoneamento foi feito havia uma razão de ser muito forte: o etanol brasileiro precisava se comprovar como algo com altíssima capacidade de redução de emissão. E qualquer associação com o desmatamento ali levaria a uma eliminação desse benefício todo, mesmo se sabendo que não existia um pé de cana na Amazônia. A gente sabe disso. O Governo todo sabia disso. Eu não era Governo, não participei, mas eu posso falar, ou seja, o Governo todo sabia. Mas havia a necessidade de se criar um conceito. Vencido esse conceito, criado, cristalizado, eu não vejo

razão para não se rediscutir o zoneamento. Isso é possível. Claro que eu acho que nós não vamos discutir o zoneamento da cana para produzir açúcar na Amazônia. É um novo modelo produtivo. Tem que ser uma cana que vai produzir energia. Tem que ser uma cana cuja fibra nós vamos usar, principalmente. E essas tecnologias não estão todas elas disponíveis ainda. Mas à medida que essas tecnologias forem chegando, vai ser natural a discussão do zoneamento. Ela virá e não virá só de um representante da região. Ela virá do setor empresarial, que vai ver oportunidades de negócio ali. Ela virá de outras regiões do Brasil que vão dizer: "Não, produzir cana ali para essa função, com essa tecnologia, pode fazer sentido."

Então, eu acho que isso é um processo. Talvez essa resposta não seja boa para V. Ex^a, porque talvez pense: "Ah, mais isso vai levar dez anos!". Mas ele vai sendo vencido. Isso vai revisitar o zoneamento da cana. Eu vejo isso como uma consequência natural à medida que novos modelos produtivos venham, à medida que a ocupação das áreas de pastagens na Amazônia... Isso porque hoje a gente está vendo, ou seja, há um processo de intensificação em algumas regiões. A produção de leite, por exemplo, em alguns Estados da Amazônia está ganhando enorme produtividade à medida que as tecnologias chegam, como o calcareamento, e essas coisas todas. Quer dizer, à medida que essas tecnologia venham e demonstrem... A palma, por exemplo, quer dizer, existe o zoneamento da palma, a palma está ali, crescendo na Amazônia. Quer dizer, à medida que essas tecnologias chegam, eu acho que é natural que vá se dizer: "Existe uma vocação para se produzir? Existe. Para qual segmento? É para esse aqui. Ótimo!" Vamos revisar. Talvez a gente não esteja no momento de se fazer isso. Mas eu acho que ele não vai demorar muito para chegar. Talvez o senhor tenha pressa e o que eu estou colocando não seja a resposta ideal. Mas eu acho que esse processo vai acontecer. Virá a demanda de revisitar o zoneamento e ela será natural. Ela não vai ser um embate. Quer dizer, não vai ser o senhor que vai dizer: "Eu quero mudar." O senhor vai ter "n" apoiadores para rediscutir isso. Agora, eu acho que ainda faltam algumas tecnologias para isso. O que se produz de cana na Amazônia hoje não é suficiente para gerar essa massa crítica para se fazer essa mudança. Mas logo vai-se chegar lá, logo, eu acho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Só um adendo dentro desse assunto, Presidente.

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – Eu já terminei.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – É que o Sr. André Nassar tem razão, ou seja, o que não pode é querer atropelar esse processo que é, digamos assim, natural, de evolução natural. Concordo plenamente com isso. Eu acho que quando nós tivermos estabelecido, quando o desmatamento ilegal for zero, quando o georreferenciamento das propriedades estiver concluído, quando estiverem todas elas incluídas no Cadastro Ambiental Rural, quando as coisas estiverem funcionando, não haverá motivo para que se tenha medo de uma nova cultura, porque se sabe que essa cultura não vai avançar sobre a floresta e, com esse avanço, evidentemente anular os ganhos socioambientais que poderia haver. O que não se pode é querer fazer esse atalho por projeto de lei, por contrabando em medida provisória, como tem havido tentativas aqui de se fazer isso.

Então, é preciso que a gente de certa forma compreenda essa situação. É lógico – e o Senador Flexa Ribeiro tem razão –, eu sou também de uma região que questiona isso. Dentro do meu Estado, há uma ampla região que está dentro da Amazônia Legal. E eu sou muito questionado a respeito de meus posicionamentos. É natural que as pessoas que têm interesse específico nisso e estão no seu negócio, é legítimo... Mas é aquilo que eu disse no começo, ou seja, a emergência climática influencia, sim, no modelo de desenvolvimento. E na Amazônia não há como a gente não levar isso em consideração.

Era só esse adendo que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu só questiono, Dr. André, Deputado Zequinha, o fato de que quando nós nos referimos à cultura da cana na Amazônia nós não nos referimos a abrir florestas. A floresta para nós é intocável. Nós apenas não entendemos que se possam usar as áreas alteradas, e o novo Código Florestal avançou bastante nisso. Não havia coisa mais absurda do que fazer reserva florestal por propriedade. Isso seria como um jogo de xadrez, um jogo de damas, e não resolveria nada, porque você estava perdendo áreas produtivas, podendo fazer a reserva florestal em outras áreas, como está sendo permitido agora, ou seja, em áreas de florestas tanto da União quanto dos Estados.

Agora, é permitido plantar soja na Amazônia, é permitido plantar milho, na mesma área em que você poderia estar plantando cana. Então, não há lógica no raciocínio. O raciocínio é outro, o raciocínio é outro, com certeza absoluta.

Então, hoje nós temos 24 bilhões, no Pará, de hectares abertos, com pastos. Veio a indústria madeireira, derrubou a floresta, e derrubou, Deputado, por indução do Governo Federal. Para você ter o título do Incra, o título da terra, só se você derrubasse 50% da mata. Então, foi derrubada a mata porque o Governo exigiu que se derrubasse a mata. Aí não é mais 50%, é 80%. Aí é preciso recuperar 30% para ficar com 20% de área aberta.

Quer dizer, começam a mudar as regras, e aí há uma dificuldade muito grande para você fazer o seu negócio e, quando está no meio dele, você tem que mudar a regra.

Então, nós podemos, hoje, pelo menos no Estado do Pará, Deputado Sérgio, o Governador Simão Jatene, e mais do que o Governador Simão Jatene, a sociedade, os empresários já entendem que não é preciso abrir mais florestas. Pelo contrário, eles estão deixando a pecuária para reflorestar, porque o reflorestamento é mais rentável que a pecuária. Como também eles estão deixando a pecuária para plantar grãos, porque o plantio de grãos é mais rentável que a pecuária. Ou seja...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Peixe também, a piscicultura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É. Então, hoje, o que está havendo? Dos 24 milhões de hectares, você só precisa de 8 para manter o quarto ou o quinto rebanho do Brasil com tecnologia. Trabalhava-se com um hectare por cabeça de animal. Isso é um absurdo! Isso não existe mais! Então, hoje você pode ter, em um hectare, 10, 15 animais. Ou seja, você vai ter áreas sobrando, de pastos abandonados e que precisam ser utilizados para a produção de grão ou o plantio da cana. É só isso.

Eu acho que está na hora de a gente poder enfrentar isso de uma forma que seja científica. Quer ver um outro absurdo que nós estamos praticando e que as gerações vão nos cobrar? O Governo fez uma opção, e também até hoje em todas as audiências que foram feitas por requerimento meu, por que o Governo optou pelo uso da geração hídrica a fio d'água, por quê? Ninguém explica o porquê. Só que a única energia que você podia ter reservas é a hídrica, através do reservatório de acumulação.

Quando você faz a geração hídrica com fio d'água, você está na mesma situação da energia eólica, da energia solar. Você tem que gerar e usar, você não tem como ter reserva dela. Então, o reservatório é o meio de você ter a reserva para quando não houver chuva, você ter água acumulada.

Belo Monte, Deputado, dito isso pelos engenheiros que estavam lá, poderia gerar mais 4 mil MW, se tivesse arredado os diques, se tivesse aberto mais a área de reserva, mas sem que atingisse as áreas de reservas indígenas, e se ficasse no limite dessas áreas indígenas, você teria mais 4 mil megas de geração em Belo Monte que foram desperdiçados, desperdiçados.

Usam o seguinte argumento: "Itaipu é a fio d'água", mas não é a fio d'água, Deputado Sérgio, que é da região sabe. Itaipu tem barramento para acumular água a montante dela, várias, várias, dezenas dela. Então, se fizer dessa forma, você tem acumulação lá. Então, não pode usar o exemplo de Itaipu como fio d'água para usar Belo Monte como fio d'água, a não ser que faça os barramentos a montante que são necessários.

Então, eu acho que é preciso rever a política para a Amazônia. Não é possível que a Amazônia seja considerada uma hora como o pulmão do mundo, outra hora como almoxarifado do mundo, enquanto lá os amazônidas também têm o direito a terem a condição de vida que todos nós almejamos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, Senador Flexa, eu fui incitado pelo Rodrigo e por mais alguns, eu gostaria de ouvir rapidamente o Presidente do Fórum Sucroenergético Brasileiro, o André Rocha, mas antes fazer aqui uma referência encaminhada pelo Miguel Tranin que até acho, Miguel, que esse é um assunto para nós tratarmos lá MDIC e também no MCTI, que é a inovação dentro dos motores.

Os motores mais eficientes dos que os atuais, mas fica aqui o seu registro, muito importante e passo de imediato ao André, Presidente do Fórum Supraenergético Brasileiro, que fala em nome de todos os representantes do setor aqui presentes.

O SR. ANDRÉ LUIZ BAPTISTA LINS ROCHA – Obrigado Presidente, Deputado Sergio Souza...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – isso, André, faz esse favor, então, André, aqui é rapidinho. Deputado Zequinha, o nosso companheiro Senador Flexa possam olhar olho no olho e o Flexa, você sabe que ele joga umas flechinhas, assim, não é, Flexa? Flexa é um grande parceiro, sempre ligado nessas questões da energia renovável, até mesmo porque é de um Estado que está dando algumas soluções para o Brasil.

André.

O SR. ANDRÉ LUIZ BAPTISTA LINS ROCHA – Obrigado, Presidente, queria agradecer muito ao Deputado Sergio Souza e a toda Frente Parlamentar em defesa do setor sucraenergético, por promover essa reunião, agradecer a presença dos colegas e a presença do nosso Senador Flexa Ribeiro, Deputado Zequinha, que estivemos juntos em Foz do Iguaçu em um evento, no Fórum Mundial do Meio Ambiente, neste final de semana, e agradecer muito as colocações aqui do meu xará André Nassar, do Rodrigo e do nosso Prof. Paulo, que faz jus ao sobrenome, apesar de tratar de coisas sérias, bastante hilário, não é?

Mas, complementando o que o Rodrigo falou, realmente, o nosso potencial de uso de biomassa é muito mal aproveitado. Hoje, no Brasil, menos de 40% das unidades produzem energia para exportação, quer dizer, para consumo próprio todos produzem, menos de 40% para exportação, porém, se nós fôssemos considerar

a máxima eficiência energética dessas indústrias, nós não chegaríamos ao número de 20%, porque várias ainda têm caldeiras antigas e até problemas também, alguns casos de transmissão, de forma que, hoje o bagaço, quer dizer, o pensamento antigo era você ter que queimar o bagaço para não ter que escondê-lo, não ter que fazer desuso dele, por assim dizer.

E, por ele ter virado, vamos dizer assim, uma matéria-prima preciosa, cara e hoje, você comercializa muito bagaço, inclusive, não só entre unidades, mas com outros setores, devido ao preço que chegou de energia no PLD, principalmente este ano, para vocês terem uma ideia, de 2013 pra 2014, em 2013, nós tivemos um acréscimo de 20% na geração de energia na biomassa, em 2014, de 30% e, se compararmos janeiro deste ano com janeiro do ano passado, nós tivemos 80% de aumento. O que foi isso? Preço, basicamente, a grande consideração que o setor sempre fez foi justamente, primeiro, que nós pudéssemos comparar os iguais com os iguais e os desiguais com os desiguais.

O que a gente sempre pediu é que fossem valorizadas as externalidades positivas, tais como, a geração distribuída, o fato de nós termos menos perda de energia na transmissão.

Durante um tempo, o Governo simplesmente comparava o preço da geração e me parece que esquecia que para você pegar uma energia produzida no Rio Grande do Norte e trazer aqui pra São Paulo, você tinha um custo altíssimo de transmissão, projetos caros, muitos dos quais não ficaram prontos até hoje, nós vemos aí parques eólicos sem produzir e alguém pagando essa energia, alguém, nós, pagando essa energia não é?

Então, eu acho que este ano nós tivemos uma mudança de postura, o nosso diálogo com o Governo avançou tremendamente e eu credito isso aos Ministros Eduardo, ao Ministro Armando e, sobretudo, à Ministra Kátia, que têm nos ajudado nessa interlocução. Conquistamos já leilões por tipo de energia. Então, tivemos leilões dedicados à biomassa, tivemos uma valorização de preço, a valorização de preço mostrou um incremento de energia, porque já estão sendo consideradas as nossas externalidades positivas, como eu falei.

Quer dizer, o fato da geração distribuída, o fato de gerarmos durante o período seco, podendo fazer com que os reservatórios possam ficar acumulando água e não tendo que serem utilizados. Como disse o Deputado Zequinha, nós estamos em um nível crítico, sendo que agora que vamos começar o período mais seco, daqui até setembro, e nós estamos no nível crítico. Então, a situação é totalmente indesejável.

Além disso, na minha opinião, ainda uma medida equivocada do Governo, porque o Governo não está incentivando a diminuição do consumo individual, porque o Sistema de Bandeira, independente de eu fazer o meu esforço, se o coletivo não fizer, eu vou pagar mais caro. Deveria ter algum estímulo para que, se você economizasse, você tivesse um racional de incentivo e, com isso, a gente conseguir melhorar, minorar o consumo. Ter um consumo mais inteligente. Um consumo também eficiente do ponto de vista.

Bem, no nosso caso, acho que temos muito a avançar, temos muito a contribuir, mas o mais importante, Deputado Sergio, é nós lembramos que para que a gente possa ampliar a geração por biomassa, nós precisamos de cana. Quer dizer, vamos precisar do bagaço e da palha que estão intimamente ligados ao aumento da cana.

E aí, eu queria André, uma questão que até nós discutimos hoje mais cedo, nós discutimos uma série de medidas, temos discutido com o Governo e vocês, principalmente, você e a Ministra Kátia são, não só, bons ouvintes, mas estão empenhados em brigar e levar algumas das nossas reivindicações.

Acho que a grande questão nossa é, por exemplo, nós temos um plano decenal, nós temos que verificar a questão do plano decenal, quer dizer, temos apresentado pelo Ministro Eduardo Braga, que preocupa a todos, pelo aumento do consumo de energia, a falta de etanol, a falta de gasolina, mas eu acho que a gente precisa agora, mais do que ver as medidas, tais como a arantagem etc, temos discutido lá na frente, colocar prazo, porque não adianta a gente ver um horizonte de 2030, com falta de etanol e a gente pensar: Ah, tudo bem, mas vamos precisar incrementar 100 milhões de toneladas de cana para 2015, mais 300 milhões de toneladas de cana, mas está bom, o que nós vamos precisar para fazer isso? Por exemplo, nós temos o ProRenova, o programa de arantagem, etc, temos discutido lá na frente, colocar prazo, porque não adianta a gente ver um horizonte de 2030, com falta de etanol e a gente pensar: Ah, tudo bem, mas vamos precisar incrementar 100 milhões de toneladas de cana para 2015, mais 300 milhões de toneladas de cana, mas está bom, o que nós vamos precisar para fazer isso? Por exemplo, nós temos o ProRenova, o programa de arantagem. Temos os valores, que nós discutimos. Teve o Plano Safra, e tivemos uma briga da Ministra com relação à taxa de juros. Não é aquilo que a gente deseja, mas, mais do que isso, a gente precisa colocar o seguinte: para nós, o desejável do ProRenova e do Arantagem é ter aquele valor liberado até tal mês, porque não adianta pegar e liberar para mim o Arantagem de 2013 em 2015 ou 2016, quer dizer, já foi. Então eu acho que é isso que a gente precisa agora começar, colocar os caminhos críticos na conta de engenheiro, o nosso PERT/CPM, e começar a colocar data. Se a gente não conseguir, hoje eu acho que, mais do que o valor e mais do que a taxa de juros, se não chegar

na hora certa nós não vamos conseguir alcançar esses objetivos aí, sejam os objetivos da mudança climática, sejam os objetivos do plano decenal que hoje se casam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado. André Rocha, eu o convido para ficar aqui conosco. Nós já vamos encerrar, mas antes eu gostaria de fazer aqui um registro que esteve conosco até há pouco o pesquisador Donato Aranda, que nos trouxe um exemplar de parâmetros físico-químicos para os processos de produção do biodiesel. Também é um combustível renovável, aqui está o Tokarski, que é da Ubrabio e que também tem trabalhado muito aqui no Congresso Nacional nessa questão dos biocombustíveis.

E, antes de encerrar, há sobre a mesa um requerimento do Senador Fernando Bezerra, subscrito também por mim, que eu quero submeter à apreciação dos colegas.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 5, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública, a ser realizada no dia 09 de julho de 2015 para debater a “Desertificação”, com a presença das autoridades e especialistas: Sr. Iêdo Bezerra de Sá, Pesquisador da Embrapa Semiárido; Sra. Vanderlise Giongo, Pesquisadora da Embrapa Semiárido; Sr. Antônio Rocha Magalhães, Assessor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Flávio de França Souza, Pesquisador da Embrapa Semiárido e o Superintendente da Embrapa Amazônia Oriental.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Aqui vem a justificação. Assinado também por mim e pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

Em discussão.

Senador Flexa Ribeiro para discutir

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu pediria, Deputado Sérgio, com a concordância do Senador Fernando Bezerra, que não está aí, que nós pudéssemos incluir o Superintendente da Embrapa Oriental.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Não vejo nenhuma objeção. O Senador Fernando Bezerra é relator da Comissão do Pacto Federativo, por isso hoje ele não está aqui presidindo, porque aconteceu no mesmo horário, e, não havendo nenhuma objeção, fica também incluída a sugestão do Senador Flexa Ribeiro.

Aqueles que concordam com o presente requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os participantes, agradecendo a todos os participantes, em especial aos palestrantes, dizendo que foi uma excelente audiência pública de muita eficiência para o Congresso Nacional. E nós vamos saber, além de tirar daqui as informações, fazer disso proposições no âmbito do Congresso Nacional.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 08 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 100 páginas
(O.S. 12882/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

